



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**TRAUMA E MEMÓRIA NA ESCRITA DA CATÁSTROFE DAS  
VÍTIMAS HOMOSSEXUAIS DO NAZISMO:  
Os casos de Pierre Seel e Rudolf Brazda (1994-2010)**

MATEUS HENRIQUE SIQUEIRA GONÇALVES

BRASÍLIA – DF

2022

MATEUS HENRIQUE SIQUEIRA GONÇALVES

**Trauma e memória na escrita da catástrofe das vítimas homossexuais do nazismo:**

Os casos de Pierre Seel e Rudolf Brazda (1994-2010)

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade de Brasília para a  
defesa da dissertação de mestrado.

Linha de Pesquisa: História Social

Orientador: Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho

BRASÍLIA

2022

MATEUS HENRIQUE SIQUEIRA GONÇALVES

**Trauma e memória na escrita da catástrofe das vítimas homossexuais do nazismo:**  
Os casos de Pierre Seel e Rudolf Brazda (1994-2010)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS-UnB), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social.

Aprovada em: 07 de abril de 2022

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (Orientador, PPGHIS-UnB)

---

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (PPGHistória-UFGRS)

---

Profa. Dra. Kátia Lerner (Fiocruz-UFRJ)

---

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres (PPGHIS-UnB) (Suplente)

*Porque grande como o mar é a tua ferida; quem te sarará?*

*Lamentações 2:13*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Abner Gonçalves do Crato e Eurydea Siqueira, que me deram todas as condições necessárias para que eu pudesse chegar até aqui e me dedicar exclusivamente aos estudos em um país tão desigual, pouco culto e despolitizado como o nosso. Essa dívida não serei capaz de pagar jamais! Em especial à minha mãe, meu grande amor da minha vida, minha companheira fiel desta existência e de tantas outras que já tivemos o privilégio de dividirmos, inseparável e insubstituível. A primeira contadora de Histórias que conheci nesta encarnação, a minha primeira referência da boa humanidade. Quando eu ainda era criança, minha mãe me falou sobre o Holocausto, me agradeceu com o diário de Anne Frank. Se hoje estamos aqui, é porque minha mãe me impregnou de História.

Ao meu padrinho, Wilson Caixeta, por acreditar na minha capacidade do início do fim. Que o tempo seja generoso conosco, para que possamos comemorar juntos outras tantas vitórias.

*In memoriam* ao meu padrinho Wanderley Antônio Siqueira, e à minha tia Constança Gonçalves do Crato, pessoas que me amaram e que eu as amei profundamente. Infelizmente, por infortúnios que a vida impôs, não puderam ver esta minha conquista. Nosso tempo juntos foi muito breve, mas sei que eles estariam felizes comigo se ainda estivessem neste mundo.

Ao meu orientador, Bruno Leal Pastor de Carvalho, que me forçou ao máximo a crescer dentro da academia, me ensinou com extremo zelo e rigor. Confiou na minha capacidade desde o início, me amparou com imensa sabedoria e me alimentou com seu vasto conhecimento. Sem o seu cuidado eu não conseguiria estar experimentando os prazeres e as dificuldades de se tornar um mestre. Com sua grande generosidade me auxiliou com braços fortes, sou infinitamente grato.

À banca de defesa do projeto de mestrado, Benito Bisso Schmidt e Kátia Lerner, com suas leituras atentas e contribuições primordiais aos meus escritos, me presentearam com o caminho que se seguiu pós banca de defesa do projeto. Muito obrigado por acolherem a minha pesquisa, por construírem comigo, igualmente, este trabalho. Não se pode crescer sozinho nesse meio acadêmico, sem os nossos pares não chegamos a lugar nenhum.

Ao meu eterno orientador da graduação, amigo, professor querido, Mateus Gamba Torres. Com sua doçura, mão sagrada e ombro consolador me ensinou a pesquisar, acreditou em mim nos primórdios e juntos realizamos dois projetos de iniciação científica e uma monografia. Companheiro na universidade, na mesa do bar, na trajetória longa e exaustiva que é a vida, sempre me amparou e me deu possibilidades para alcançar objetivos que, antes dele, não me era possível sonhar sozinho.

Às minhas amigas e amigos tão amados, colegas queridos de universidade que estiveram comigo desde a graduação e/ou que os conheci, ou, me aproximei durante a trajetória do mestrado. A todas as pessoas que desaguei minhas angústias em seus ombros largos e floresci em suas mãos afetuosas, entre eles: Bárbara Barbosa, Gabriela Malesuik, Maria Clara Gonçalves, João Pedro Moreira, Pedro Zeus Lustosa, João Ornelas Júnior, Isabela Albuquerque, Larissa Cardoso, Amanda do Couto, Amanda Passos, Amanda Bortoluzzi, Marcella Viana, Rafael Lima Meireles de Queiroz e tantos outros que agora não sou capaz de citá-los aqui.

À minha *alma mater*, Universidade de Brasília. Instituição de ensino que tenho como minha segunda casa, lugar no qual me fundei enquanto ser político, que me instruiu e me fez amadurecer para as coisas que realmente importam neste mundo.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, ambiente do qual batalhei para ingressar e tenho imensa honra de compor seu quadro discente.

À CAPES pela concessão da bolsa de mestrado, esse importante auxílio foi essencial para minha sustentação não somente dentro da universidade, mas fora também. Sem a bolsa, este trabalho não teria sido feito.

São tempos terríveis aos pesquisadores brasileiros da universidade pública, não há como negar. Além de fazermos força contra o sucateamento das nossas instituições, precisamos enfrentar a peste que marca definitivamente o nosso século. Com o novo coronavírus, muitos de nós tivemos nossas vidas interrompidas, seja no âmbito acadêmico, seja no âmbito privado. Testemunhamos colegas adoecerem e, alguns tantos, perderem suas vidas e sonhos para essa doença. Mas a pesquisa não pode parar, apesar de tudo, temos de continuar por quem não pôde. Meu trabalho é um produto de um tempo sombrio que me abateu, me enfraqueceu a cabeça, tive surtos e quase sucumbi à desesperança e à tristeza crônica, mas mesmo assim, aqui está o seu resultado final. Gostaria que tivesse sido diferente, para mim, para todos nós. Difícil seguir, mas necessário. Esta também é a minha resposta política a um governo de retrocessos,

enquanto trabalhos como o meu tiverem espaços de concepções e execuções dentro da academia, então, podemos ter coragem e forças para segurarmos os baluartes que sustentam nossas universidades. Por uma universidade pública, gratuita, de excelência, plural de gente e diversa de pensamento, por instituições laicas, progressistas, que defendam o direito à verdade, justiça, liberdade e, fundamentalmente, o regime democrático de direito, continuo nas trincheiras dessa guerra. Em um mundo marcado intrinsecamente pela desumanidade, ou nós nos levantamos contra esses horrores, ou nós somos perpetradores dos mesmos. Não existe meio termo, portanto, sigamos juntos.

Enfim, minha máxima gratidão a todos que constroem o caminho comigo!

## RESUMO

Esta dissertação se dedica à análise dos processos de elaboração da catástrofe conferidos pelos homossexuais sobreviventes do nazismo Pierre Seel e Rudolf Brazda. Através de suas grafias de vida, uma autobiografia e uma biografia, respectivamente, ambos os sujeitos utilizaram as noções de trauma e memória para ilustrar não somente uma experiência sobre um tipo de passado traumático específico, mas para efetivar uma reivindicação sobre um lugar nesse passado: vítimas legítimas do Terceiro Reich. Assim, este trabalho visa alargar os escopos de compreensão da história contemporânea voltando suas atenções aos testemunhos de dois triângulos rosa que, após décadas do fim da guerra, vieram à tona por conta das suas redes de comunicabilidade entre os anos 1994 e 2010. São os indivíduos homossexuais, inseridos na retomada do ativismo pró causa homossexual, das duas gerações seguintes à Segunda Guerra Mundial que criam e sustentam uma rede de apoio em meio a uma nova crise que possibilitam a evocação do passado traumático da homossexualidade masculina sob o regime nazista.

**Palavras-chave:** Homossexualidade; Nazismo; Triângulos Rosa; Pós-Segunda Guerra Mundial; Testemunho.



## ABSTRACT

This dissertation is dedicated to the analysis of the processes of elaboration of the catastrophe conferred by the homosexual survivors of the Nazism Pierre Seel and Rudolf Brazda. Through their life spellings, an autobiography and a biography, respectively, both subjects used the notions of trauma and memory to illustrate not only an experience about a specific type of traumatic past, but to effect a claim about a place in that past: legitimate victims of the Third Reich. Thus, this work aims to broaden the scope of understanding of contemporary history by turning its attention to the testimonies of two pink triangles that, after decades of the end of the war, came to the fore because of their communicability networks between the years 1994 and 2010. It is the homosexual individuals, inserted in the resumption of activism for the homosexual cause, of the two generations following the Second World War who create and sustain a support network in the midst of a new crisis that allows the evocation of the traumatic past of male homosexuality under Nazi regime.

**Key-words:** Homosexuality; Nazism; Pink Triangles; Post-World War II; Testimony.

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	11
<b>Capítulo 1. Catástrofe, trauma e memória dos homossexuais no regime nazista: a exposição de dois sujeitos, trajetórias e narrativas</b> .....	22
1.1. Os personagens da dissertação: da vida pregressa ao evento-limite.....	22
1.2. Homofobia na Alemanha e Europa do século XX.....	32
1.3. As obras.....	42
1.4. Memória e historiografia das vítimas do Holocausto.....	45
1.5. Narrativas homossexuais e a memória coletiva.....	62
<b>Capítulo 2. Subjetividade e a questão da legitimidade na narrativa de dois sobreviventes homossexuais do nazismo: construção social da vítima, comunicabilidade e estratégias de materialização do trauma</b> .....	73
2.1. Construção social da vítima homossexual e suas condições de comunicabilidade: os casos de Pierre Seel e Rudolf Brazda.....	73
2.2. Subjetividade, verdade e trauma: fundamentos dos testemunhos de Pierre Seel e Rudolf Brazda.....	94
2.3. Estratégias discursivas: recursos materiais e subjetivos das obras.....	99
<b>Capítulo 3. Experiências individuais e espaços públicos na Europa pós-desnazificação: articulações sociais e políticas entre agentes da memória, movimentos sociais e instituições</b> .....	119
3.1. A existência homossexual: processo de sujeição, identidade política e demarcação do processo de trauma coletivo.....	119
3.2. Ressignificação do triângulo rosa, a questão da AIDS e a evocação do Holocausto: presente e passado de trauma coletivo homossexual.....	135
3.3. A historiografia e o debate intelectual sobre a perseguição aos homossexuais durante o regime nazista: do pós-guerra aos dias de hoje.....	157
3.4. Movimentações homossexuais e a inserção dos triângulos rosa nos espaços de memória.....	173
<b>Considerações finais</b> .....	180
<b>Obras-fontes</b> .....	187
<b>Referências bibliográficas, dissertações e teses</b> .....	187
<b>Referências digitais</b> .....	193

## Introdução

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo responder a seguinte pergunta-problema: como os sujeitos homossexuais Pierre Seel e Rudolf Brazda inscreveram seus testemunhos enquanto ferramentas construtoras da categoria legítima de vítimas do nazismo? Esta problemática possui bases em um tripé que ao longo desta pesquisa se mostrou muito relevante, a saber: a construção social da vítima, a comunicabilidade do passado e as condições de produção das obras literárias-testemunhais.

Pierre Seel, francês alsaciano, publicou sua obra autobiográfica *Moi, Pierre Seel, déporté homosexuel* em 1994,<sup>1</sup> mesmo ano da extinção total do Parágrafo 175 do Código Penal Alemão, dispositivo legal que permitiu a perseguição, a deportação, o cárcere e o extermínio sistemático dos homossexuais na Europa anexada e ocupada pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Essa lei anti-homossexuais vinha desde a unificação da Alemanha no final do século XIX, em 1871, equiparando homossexualidade masculina à zoofilia e prescrevendo perda dos direitos políticos e aprisionamento.<sup>2</sup> Foi em 1935 reformulada por Adolf Hitler, tornando-se responsável por levar centenas de milhares de homens gays às salas de interrogatórios, aos tribunais, às prisões comuns e, alguns desses, enfrentaram o pior dos destinos, os campos de concentração e extermínio, caso de Pierre Seel.<sup>3</sup>

Mesmo após o processo de desnazificação da Europa e uma reconstrução dos códigos penais dos países envolvidos, o Parágrafo 175 continuou em vigor sendo modificado conforme interesses políticos locais por cerca de 20 anos na República Federal da Alemanha.<sup>4</sup> Isso, naturalmente, inibiu a expressão identitária e participação pública e popular dos homossexuais durante um longo período, conseqüentemente, silenciando vítimas homossexuais do Terceiro Reich. “Como resultado, entre 1949 e 1969, a República Federal condenou 59.000 cidadãos por se envolverem em “indecência entre homens”, como aponta W. Jake Newsome.<sup>5</sup> Na França e na Áustria, por exemplo, homossexuais permaneceram criminalizados pelas leis adotadas ainda

---

<sup>1</sup> SEEL, Pierre. **Eu, Pierre Seel, deportado homossexual.** / Pierre Seel; Jean Le Bitoux. Trad. Tiago Elídio. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2012.

<sup>2</sup> WHISNANT, Clayton J. **Queer identities and politics in Germany: A History, 1880-1945.** New York: Harrington Park Press, 2016. p. 19. Uso esta nota de rodapé para esclarecer que todas as traduções de textos em língua estrangeira que aparecerem nesta dissertação são de minha responsabilidade.

<sup>3</sup> SETTERINGTON, Ken. **Marcados pelo triângulo rosa.** Trad. Sandra Pina. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2017. p. 43.

<sup>4</sup> NEWSOME, W. Jake. **Homosexuals after the Holocaust: sexual citizenship and the politics of memory in Germany and the United States (1945-2008).** Dissertation of PhD in Philosophy. New York: University at Buffalo. p. 219.

<sup>5</sup> Idem.

no regime hitlerista. O que demonstra com clareza que a permanência de determinadas práticas de desumanização e marginalização social foi estimulada em países que estavam, supostamente, enfrentando seus distintos processos de transição entre governos reféns e colaboracionistas de um dos maiores estados de exceção da história moderna para um novo mundo de democracia.<sup>6</sup>

O texto de Pierre Seel, portanto, se caracteriza como uma grande contribuição à chamada literatura de testemunho.<sup>7</sup> Percorre sua história pregressa, trata sobre seu evento-limite, suas consequências futuras e, sobretudo, denuncia um processo de descaso e ineficiência de um Estado e de uma sociedade perante um grupo particular de vítimas. Em sua origem, o testemunho se configura enquanto causa política, sendo ainda “instrumento de construção de uma memória contra o esquecimento e de um “trabalho de memória” com relação aos traumas sociais”.<sup>8</sup> Esse “gênero literário” se faz presente desde a Antiguidade Clássica, da cultura greco-romana, quando seus contemporâneos utilizavam desse artifício da autoescrita performática como meio de ultrapassar uma cisão extrema, como o exílio, o luto, a depressão, etc.<sup>9</sup> Contudo, ganhou maior dimensão e destaque acadêmico após o fim do século XX, reconhecido por muitos como “século da catástrofe”.

Seel, enquanto primeiro e único cidadão francês até os dias de hoje a reivindicar visibilidade à sua deportação e outros infortúnios sofridos por conta de sua homossexualidade, propõe através de seu ressentimento legítimo,<sup>10</sup> uma causa jurídico-política em sua obra: quer ser reconhecido oficialmente enquanto vítima do nazismo, sobrevivente do regime nacional-socialista. Não somente busca reparações, mas, sobretudo, utiliza de sua obra como manifesto de observação e repúdio à homofobia; ressalta, nas páginas de sua autobiografia testemunhal, que outras vítimas como ele devem sair do anonimato, compartilhar com a sociedade suas histórias de horror e, por fim, estabelecer uma memória para as novas gerações de uma tragédia gradativamente esquecida e, conseqüentemente, negligenciada.

Segundo explica o autor, a ideia de escrever suas memórias surgiu em abril de 1982, mediante uma fala homofóbica pública feita pelo bispo da Igreja Católica de Estrasburgo, Léon-

---

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 372-373.

<sup>8</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Tempo e Argumento**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-30, jan./jun, 2010. p. 12.

<sup>9</sup> RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense, 1995. p. 271-272.

<sup>10</sup> GRIN, Monica. Reflexões sobre o direito ao ressentimento. In: **XXVII Simpósio Nacional de História, ANPUH: conhecimento histórico e diálogo social**. Natal, 2013. p. 9-10.

Arthur Elchinger (mais para frente tratarei sobre isso).<sup>11</sup> Tomado por imensa cólera, Seel saiu do anonimato e publicou resumidamente seu relato testemunhal na revista homossexual *Gai Pied* de Jean Le Bitoux.<sup>12</sup> Após exaustivos processos de auto reconhecimento identitário, e de ter contato com a narrativa de memórias do austríaco Josef Kohout, escrita por Hans Neumann (conhecido pelo pseudônimo Heiz Heger), *The Men with the Pink Triangle*,<sup>13</sup> ainda no final dos anos 1970, Seel rompeu com o seu silêncio que comprometeu sua saúde<sup>14</sup> por mais de 50 anos.

A história de vida de Pierre Seel teve uma ressonância social considerável, inspirando o filme *Un amour à tairé* (2005) e a peça de teatro *Os Homens do Triângulo Rosa*, ambas produções artísticas concebidas na França. Seel também participou do documentário *Paragraph 175* (2000) como entrevistado e seu nome se tornou nome de rua em Toulouse e Paris, e de um memorial em Mulhouse, sua cidade natal. Seel faleceu em 2005, aos 82 anos de idade, e ficou marcado na história como um dos mais importantes ativistas pelos direitos homossexuais e pelo reconhecimento à deportação e encarceramento por homossexualidade durante a ditadura nazista.<sup>15</sup>

A autobiografia de Seel contou com a contribuição de seu amigo e companheiro de luta sócio-política, o também homossexual francês Jean Le Bitoux, jornalista, ativista político pró

---

<sup>11</sup> SEEL, Pierre. Op. cit., p. 137.

<sup>12</sup> SILVA, Karen Pereira da. **Triângulos rosa: a diversidade memorial dos prisioneiros homossexuais do Holocausto**. 2018. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre. p. 19. Jean Le Bitoux foi um jornalista e importante ativista francês que levantou debates sobre a homossexualidade em sua revista *Gai Pied* com tiragens mensais, circulando entre abril de 1979 até outubro de 1992. Fomentando discussões com intelectuais acerca da homossexualidade, como Michel Foucault e Jean-Paul Sartre, também escreveu e publicou diversos livros sobre o tema, atuou ferrenhamente enquanto viabilizador da memória do Holocausto das vítimas homossexuais, fundou e chefiou o Memorial à Deportação Homossexual em 1989. Ainda nos anos 1980, Le Bitoux, HIV positivo, ingressou na associação AIDES, tendo igualmente militado no ativismo para dar visibilidade e reivindicar direitos à população soropositiva. Le Bitoux faleceu em abril de 2010, aos 61 anos, na cidade de Paris. Ver: <[https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2010/04/27/jean-le-bitoux\\_1343324\\_3382.html](https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2010/04/27/jean-le-bitoux_1343324_3382.html)>. Acesso em: 10. Mai. 2020.

<sup>13</sup> Na edição inglesa de 1994 do livro *The Men with the Pink Triangle* (do original em alemão *Die Männer mit dem rosa Winkel* de 1972) é informado aos leitores que devido à continuação da perseguição aos homossexuais na Europa pós nazismo e, consequentemente, pós Segunda Guerra Mundial, o sobrevivente homossexual austríaco Josef Kohout confessou suas memórias ao escritor alemão Hans Neumann que, de comum acordo, escolheu-se publicar a obra sob o pseudônimo de Heinz Heger. Segundo Karen Pereira da Silva, Kohout ficou satisfeito pelo resultado final da obra, apesar de certas imprecisões com datas (Ibidem, p. 17-18). Foi no dia 27 de maio de 1981, na livraria *Les Ombres blanches* em Toulouse, que Seel decidiu quebrar seu silêncio pela primeira vez ao tomar conhecimento da obra de Heinz Heger sobre o relato de Kohout que acabara de ser traduzido e publicado na França (Op. cit., p. 133). Dali em diante, Pierre Seel falava sobre suas experiências abertamente, gradativamente se tornando um ativista da causa homossexual, publicando seu relato em revistas direcionadas ao público gay até chegar o momento singular de sua escrita autobiográfica e, finalmente, publicação em 1994.

<sup>14</sup> Karen Pereira da Silva ressalta de maneira breve as consequências desse silêncio imposto por Estado, sociedade, família e o próprio Pierre Seel: “[...] Após o fim da guerra, disposto a esquecer o passado, casou-se com uma mulher e teve três filhos, mas não conseguiu superar os traumas: tornou-se alcoólatra e chegou a ser morador de rua por um período de sua vida” (Op. cit., p. 20).

<sup>15</sup> Idem.

causas homossexuais e dono de uma importante revista para os homens gays da França durante o final dos anos 1970 e o início dos anos 1990. Le Bitoux ajudou Seel a escrever a obra, sendo seu co-autor. Cumprindo o papel de colaborador intelectual, pesquisou nos jornais da época e nos trabalhos acadêmicos o que já estava sendo tratado sobre a temática da perseguição, deportação, encarceramento e extermínio dos homossexuais pelos nazistas. Utilizando obras importantes sobre esse tema, como as dos intelectuais Frank Rector (*The Nazi Extermination of Homosexuals*, 1981), Jean Boisson (*Le triangle rose: La déportation des homosexuels 1933-1945*, 1988), Guy Hocquenghem (*Race d'Ep! Un siècle d'images de l'homosexualité*, 1979), Rita Thalmann (*La mise au pas: Idéologie et stratégie sécuritaire dans la France occupée*, 1991), e também trabalhando com a imprensa como seu próprio jornal o *Gai Pied* e o famoso e popular *Le Monde*, Le Bitoux buscou por dar um verniz mais acadêmico ao relato memorialístico testemunhal de Seel.

É importante dizer que o desenvolvimento e a publicação da obra surgiram em meio ao contexto da organizada movimentação social e política homossexual contra o preconceito endurecido pela epidemia da AIDS. Desde os anos 1980, década anterior à sua obra, grupos ativistas como o ACT UP e, posteriormente, na década de 1990, o *Queer Nation*, ambas entidades nova-iorquinas, fizeram frente à luta contra o preconceito da AIDS.<sup>16</sup> O movimento norte-americano foi tão bem sucedido que inspirou os homossexuais franceses a importarem o ACT UP para a capital Paris, migrando toda uma estrutura particular de luta para o outro lado do oceano atlântico no ano de 1989.<sup>17</sup>

Outras expressões igualmente significativas desse novo movimento também proliferaram na França, como a Frente Homossexual de Ação Revolucionária (*Front homosexuel d'action révolutionnaire – FHAR*) fundada em 1971. Segundo Jean Le Bitoux, um dos fundadores do FHAR, o objetivo do grupo era lutar “contra as normas da vida cotidiana e a submissão à ordem social e sexual”.<sup>18</sup> Certamente, esses movimentos de luta e seus eventos influenciaram toda a comunidade LGBT ao redor do mundo, concedendo-lhes nova consciência

---

<sup>16</sup> DELUCA, Kevin Michael. Unruly arguments: the body rhetoric of Earth First!, Act Up, and Queer Nation. *Argumentation and Advocacy*, v. 36, n. 1, 1999. p. 16-17.

<sup>17</sup> MARCHETTI, Dominique. Les condition de réussite d'une mobilization médiatique et ses limites: l'exemple d'Act Up-Paris. Presses Universitaires de France. In: DARRAS, Eric (dir.). *La politique ailleurs*, 1998. p. 278.

<sup>18</sup> ELÍDIO, Tiago. *A perseguição nazista aos homossexuais: o testemunho de um dos esquecidos da memória*. 2010. 95 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. p. 69.

sobre seus corpos, sexualidades, gêneros e papéis político-sociais, enfim, a demarcação da volta à luta pelos Direitos Humanos LGBTs.<sup>19</sup>

Logo no início da epidemia, na década de 1980, a AIDS foi associada por veículos de imprensa e entidades médicas ao câncer, sendo chamada regularmente como “câncer gay” e “peste gay”, o que conseqüentemente estigmatizou os homossexuais perante ao imaginário social e intensificou os ataques a esses indivíduos.<sup>20</sup> A AIDS, enquanto metáfora da doença misteriosa, marca as vítimas diretas e também as vítimas indiretas – aqueles que não foram sequer infectados – com uma “etiqueta que é um sinal de maldição” se solidificando nesse pressuposto do recrudescimento da exclusão social, representando, assim, uma ameaça à moralidade.<sup>21</sup> Temida de forma crônica, não somente pela doença em si, mas por seus supostos vetores fundamentais: os homossexuais.

Inserido na minha pesquisa, busco ressaltar que essa nova doença e todas as lutas que surgem da mesma vão ao encontro à construção identitária dos homossexuais, como Pierre Seel e, conseqüentemente, na trajetória de sua escrita. Conscientizar-se quanto ao presente abriu caminho para uma revisão também do passado. O assunto da AIDS não surge na obra de Seel de maneira clara, porém, ela faz parte de seu contexto estrutural de luta identitária, reivindicando visibilidade e propondo a busca incessante pela naturalização e normalização do sujeito homossexual. Esse é um dos elementos externos estruturantes do pensar e da ação política homossexual do período.

Por sua vez, Rudolf Brazda, meu segundo sujeito de análise na construção deste trabalho, emerge de um outro contexto completamente diferente daquele que Pierre Seel estava situado. Brazda veio a público pela primeira vez em 2008, após tomar conhecimento da inauguração do memorial em homenagem às vítimas homossexuais do nazismo no parque Tiergarten, em Berlim, construído a poucos metros de distância do memorial que lembra a estimativa de 6 milhões de judeus exterminados no Holocausto. Em 2011, Brazda afirmou em entrevista ter tido conhecimento do evento e que incentivado, pediu a uma de suas sobrinhas que morava em Berlim para que avisasse que havia ainda um triângulo rosa vivo. Tal notícia

---

<sup>19</sup> GORISCH, Patrícia Cristina V. de S. **O reconhecimento dos direitos LGBT como direitos humanos**. Universidade Católica de Santos, 102 f. São Paulo, 2013. p. 14.

<sup>20</sup> PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O impacto da AIDS, a afirmação da “cultura gay” e a emergência do debate em torno do “masculino” – fim da homossexualidade?. In: RIOS, Luís Felipe (org.). **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**. Rio de Janeiro: ABIA, 2004. p. 54.

<sup>21</sup> SONTAG, Susan. **Doença como metáfora: Aids e suas metáforas**. Trad. Paulo Henriques Britto e Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 5.

causou *frisson* na comunidade *queer* da Europa, pois, “ninguém pensava que existissem “triângulos rosas” vivos”.<sup>22</sup>

Durante os anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, Brazda encontrou um companheiro e com ele dividiu uma longa vida. Duradouro esse período, Brazda não expôs o seu passado como homossexual em campo de concentração, não só porque havia riscos evidentes de preconceito social e até mesmo criminal na França,<sup>23</sup> mas porque seu companheiro não queria que ele se expusesse dessa forma. Seu companheiro, Edi, faleceu em 2003 aos 73 anos. Alguns anos depois, Brazda resolveu falar, e uma pessoa foi fundamental para que o silêncio de décadas fosse rompido: Jean-Luc Schwab.

O encontro entre os dois ocorreu de forma fortuita. No dia 29 de junho de 2008, Schwab lia o jornal francês alsaciano *L'Alsace* quando se deparou com uma entrevista de Brazda, à época recém completado 95 anos de idade. Caracterizado como “alemão [...] gay e mártir dos nazistas” vivia em Mulhouse, Alsácia, mesma cidade natal de Pierre Seel. Brazda era convidado de honra da Parada do Orgulho Gay de Berlim. Por conta disso, seu nome e sua trajetória estavam sendo expostos ao grande público pela primeira vez.

Schwab, homossexual, jornalista e ativista político da causa homossexual, estava à frente da *Fondation pour la Mémoire de la Déportation* (Fundação pela Memória da Deportação) dos sobreviventes do Holocausto – como representante regional dessa associação – e tinha forte interesse pela trajetória dos homossexuais durante o Terceiro Reich, notáveis vítimas, mas, também, frequentemente ocultas das narrativas oficiais e mais conhecidas dessa catástrofe. Com a aparição de Rudolf Brazda, “[...] surgia de repente a oportunidade de encontrar uma rara testemunha. Além disso, uma testemunha cuja experiência ainda não havia sido contada...”<sup>24</sup>

Assim, Schwab buscou por Brazda, formalizou contato, e em pouco tempo desenvolveram uma relação de confiança mútua – o percurso da biografia de Brazda começara. Depoimentos foram colhidos tanto de Brazda quanto de seus parentes, amigos, colegas, enfim, pessoas que dividiam as memórias da perseguição nazista com ele.<sup>25</sup> Mas para a formalização

---

22

Disponível

em:

<[https://istoe.com.br/133808\\_O+ULTIMO+SOBREVIVENTE+GAY+DE+UM+CAMPO+NAZISTA/](https://istoe.com.br/133808_O+ULTIMO+SOBREVIVENTE+GAY+DE+UM+CAMPO+NAZISTA/)>.

Acessado em: 27. Mai. 2020.

<sup>23</sup> Rudolf Brazda não retornou ao território alemão para fixar residência depois da guerra. Assim, fixando residência permanente na cidade natal de Pierre Seel, Mulhouse, Alsácia, França. Algum tempo depois, tomou conhecimento da vida de Pierre Seel e da experiência semelhante que ele havia passado sob custódia do Terceiro Reich. Mas mesmo assim permaneceu em silêncio durante décadas (SILVA, Karen Pereira da. Op. cit., p. 21).

<sup>24</sup> SCHWAB, Jean-Luc. **Triângulo rosa**: um homossexual no campo de concentração nazista. / Jean-Luc Schwab, Rudolf Brazda. Trad. Angela Cristina Salgueiro Marques. São Paulo: Mescla, 2011. p. 11.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 5.



de uma obra dessa complexidade somente os testemunhos orais não eram suficientes, acreditava Schwab. O jornalista, então, fez uma verdadeira peregrinação pelos arquivos, museus e locais de memória espalhados pela Europa, com o intuito de tornar a futura biografia mais próxima de um trabalho acadêmico, metodologicamente falando.<sup>26</sup>

Nos agradecimentos do livro, ele cita os arquivos nos quais pesquisou, entre eles o Memorial de Buchenwald (Alemanha) e os Arquivos de Pilsen no depósito de Klášter-Nepomuk (República Tcheca), cita os nomes dos responsáveis por esses locais e sua respectiva preservação documental, e, ao longo da biografia, vez ou outra, faz referências diretas dos lugares dos quais tirou os documentos quando trabalha com os mesmos. Exemplo disso são os capítulos em que ele trata dos processos judiciais que Brazda enfrentou por parte do Terceiro Reich ao ser incriminado pela lei anti-homossexuais do Parágrafo 175.

Sobre a temporalidade da publicação original da biografia, em língua francesa, com o título *Itinéraire d'un triangle rose* realizada em 2010, Karen Pereira da Silva escreveu:

Por ter publicado suas memórias num período de maior abertura e tolerância, Brazda não precisou de pseudônimos nem sofreu ameaças [...] Foi convidado especial de diversas paradas gays pela Europa e esteve presente como convidado de honra em uma das cerimônias anuais de lembrança às vítimas do campo de concentração de Buchenwald. Também prestou suas homenagens em 2010 para Pierre Seel, na ocasião da inauguração do memorial em homenagem a ele em Mulhouse, França.<sup>27</sup>

Com seu falecimento em 2011, aos 98 anos de idade, Rudolf Brazda ficou popularmente conhecido como “o último triângulo rosa”. Dadas as questões que foram levantadas até o presente momento, julgo necessário fazer uma reflexão sobre os documentos autobiográfico e biográfico publicados nessas distintas temporalidades, 1994 e 2010. A partir disso, verificar como se constitui, por trás dessas escritas do “eu” (também conhecidas como escritas de si ou grafias de vida), uma movimentação no campo social, político, cultural e jurídico que constrói um novo olhar sobre o passado traumático, trazendo uma original percepção e reinterpretação acerca da memória da tragédia nazista e, assim, entendermos as ações que findam e operacionalizam no ambiente sócio-político as identidades de vítimas legítimas desses dois homens homossexuais.

As noções de trauma e memória se articulam de maneira teórico-metodológica para a constituição deste trabalho. Afinal, tratar de memória é lidar com os processos políticos de

---

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> SILVA, Karen Pereira da. Op. cit., p. 22.

articulação dos grupos sociais. É no âmbito social, político e jurídico que esses homens arquivam uma luta ao lado dos seus “próximos”, como conceitua Paul Ricœur.<sup>28</sup> São os ativistas da causa homossexual dos séculos XX e XXI, respectivamente, que dão condições de comunicabilidade e existência plena no âmbito público para que pudéssemos ter acesso aos seus testemunhos em relação à homofobia institucionalizada e radicalizada pelos nazistas na Alemanha e em outros territórios ocupados e anexados, como a França.

O que me trouxe até esse tema de pesquisa é um aglomerado de situações. Durante toda minha graduação me mantive centrado nos estudos relacionados às mulheres lésbicas e travestis durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Com o professor Mateus Gamba Torres realizei dois projetos de iniciação científica e uma monografia na mesma temporalidade e trabalhando com sujeitos LGBTI+. Defendi meu trabalho de conclusão de curso em dezembro de 2018, em fevereiro de 2019, ao lado do meu orientador de mestrado, o professor Bruno Leal Pastor de Carvalho, nosso pré-projeto estava estabelecido. Eu tinha saltado da ditadura militar no Brasil para o mundo europeu do pós-guerra, ainda profundamente conectado aos sujeitos que eram como eu, pessoas com as quais eu tinha ampla identificação: os homossexuais. Acredito que me encontrei. Mesmo que tenha sido uma reviravolta brusca na minha trajetória acadêmica até aquele ponto, me fez crescer e me despertou uma curiosidade sobre um tema que eu desconhecia praticamente tudo.

Durante as primeiras conversas com meu atual orientador, expressei a vontade de trabalhar com a homossexualidade na temporalidade do nazismo. Apresentei uma ideia inicial sobre representação cinematográfica da qual o Bruno julgou ultrapassada, e a partir de nosso diálogo, desembocamos nas categorias de trauma e memória dos homossexuais na Europa cujo tempo da catástrofe já tinha ficado para trás. Coincidentemente, naquele momento de discussão, eu estava lendo uma dissertação de mestrado sobre Pierre Seel e tinha dentro do meu armário a biografia de Rudolf Brazda. Rapidamente as coisas se encaixaram e pude pular tranquilamente o carnaval daquele ano, pois o pré-projeto já estava finalizado no nosso terceiro ou quarto encontro.

Após prestar a seleção de mestrado e ser aprovado, em agosto de 2019, começaram as aulas e adentrei progressivamente na minha fonte e nas leituras bibliográficas que até ali tínhamos conseguido alcançar. Mas ao longo do processo, naturalmente como deve ser, meus entendimentos sobre o tema, as obras-fontes e os sujeitos foram mudando repetidas vezes.

---

<sup>28</sup> RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. p. 142.

Depois da banca de defesa do projeto, já em 2020 no mundo pandêmico, outra reviravolta aconteceu no trabalho. Muito atenciosamente Kátia Lerner e Benito Bisso Schmidt me encaminharam outras propostas, outras formas de visualizar e compreender minha pesquisa. Acatei o máximo que pude e tentei fazer o meu melhor no pior contexto da minha vida. Este é um trabalho marcado pelas dificuldades da pandemia, e isso precisa ser levado em consideração.

Contudo, há uma história pregressa que gostaria de compartilhar. Este registro tem associação direta com os caminhos que percorri dentro deste trabalho científico. Nas férias de janeiro de 2020, antes do mundo adentrar no caos da Covid-19, eu e dois amigos, Pedro Zeus Lustosa e João Pedro Moreira, passamos dias de imensas felicidades, bebedeiras, passeios aos museus, parques, praias, rodas de sambas e salas de cinema da cidade do Rio de Janeiro. Em um desses dias memoráveis, em um cinema de rua no bairro de Copacabana, assistimos a mais recente readaptação hollywoodiana de *Little Women* (Adoráveis Mulheres, 2019).

Próximo ao final do filme, há um diálogo interessantíssimo entre algumas das personagens principais, três das irmãs March. Jo (Saoirse Ronan) era uma jovem corajosa, impetuosa, dedicada e preocupada com o sustento de sua família, nutria o sonho de ser uma grande escritora em uma época que somente o casamento bem arranjado lhe conferiria estabilidade econômica e um inquestionável status social de respeito, assim, garantindo uma vida de privilégios. Ao falar sobre seu novo romance com suas irmãs, diz: “É sobre a nossa pequena vida, mas quem vai se interessar por uma história de lutas e alegrias domésticas? Não tem nenhuma importância real”. Em resposta, sua irmã mais nova, Amy (Florence Pugh), diz: “Talvez não vejamos essas coisas como importantes porque as pessoas não escrevem sobre elas”.

Logicamente, essa narrativa se dirige às mulheres e busca por estimular uma questão de auto estima aos seus desejos e ambições no mundo. Mas como toda obra de arte pode ser alargada aos outros e o cinema funciona a partir do espectador que o interpreta de maneira singular, tornando o filme produto que condiciona e é ao mesmo tempo condicionado, contemplei essa cena e seu diálogo de forma transformadora. Percebi, naquele momento, que eu era o tipo de gente que se interessa e muito por questões da vida privada, das pequenas coisas que nos fazem especiais e únicos. Os livros de autobiografia, biografia, memórias, diários, demais escritas de si sobre pessoas da nossa sociedade que são tão banais e que poderiam passar despercebidas se não fossem os movimentos do mundo macro que nos cercam... de fato, para mim, é tremendamente fascinante.

*Little Women* me mostrou a relevância que a vida de sujeitos do espaço cotidiano e de foro privado possuem sobre o meu imaginário e ideário de importância. Enquanto estudioso da História, esses indivíduos e seus registros me encantam e me chamam com maior atenção. Ao descobrir os sujeitos que se tornariam meus companheiros íntimos de jornada durante esses últimos anos de mestrado acadêmico, uma chave rodou na minha cabeça me abrindo a porta para um universo de descobertas e possibilidades que somente a generosidade de quem acha relevante expor sua vida é capaz de fazer.

Pierre Seel e Rudolf Brazda, segundo minha perspectiva, são os atores reais, os personagens da vida que souberam levar seus papéis e seus destinos a um lugar que os roteiristas macabros do nazismo não conseguiram impor. Esses homens quebraram as barreiras do silêncio, atravessaram estruturas violentas conjuradas pelo preconceito homofóbico, dedicaram um tempo de suas vidas na revisitação do passado, deram seus testemunhos e trabalharam sobre eles para exprimirem uma noção particular sobre a homossexualidade destituída de humanidade sob os comandos do Terceiro Reich.

Esta é uma dissertação que analisa sujeitos em seus processos de autoanálise, auto-representação e seus esforços para iluminarem dores pessoais que dizem respeito a um aglomerado de pessoas silenciadas permanentemente pela morte, quando não, pelo preconceito institucionalizado. Entender alguém também é entender uma parte do mundo, suas complexidades e suas inconveniências.

Para executar tal tarefa, dividi o texto em três capítulos. O primeiro, trato sobre o reconhecimento do lugar da catástrofe, da experiência traumática e memorial que persiste de forma irreduzível nas vidas de Pierre Seel e Rudolf Brazda. Possibilito o entendimento sobre esses sujeitos com maior profundidade, analisando alguns aspectos base que formam seus perfis identitários, e que possuem pontos de aproximações e de afastamentos, ora comungando as duas existências, ora distanciando-as. Assim, exponho o percurso da homofobia na Europa do século XX, mais especificamente falando na Alemanha, epicentro criador e exportador da catástrofe aos homens homossexuais sob égide nazista. Também apresento um panorama das suas obras, suas relações e caminhos de publicação, assim como as trajetórias de suas editoras. Por fim, discuto dois relevantes tópicos de imersão desta pesquisa: o primeiro, o entendimento da memória e da historiografia das vítimas do Holocausto que foi feito desde os primeiros estudos até os dias de hoje, afinal, esse movimento resvala irremediavelmente na memória e historiografia dos triângulos rosa; o segundo, a constituição das narrativas homossexuais sobre o passado de violência nazista e a memória coletiva que ancora esses referidos registros.

No segundo capítulo, adentro à construção social da vítima homossexual, suas condições de comunicabilidade sobre o passado, as estratégias de materialização traumática e as buscas por legitimidade no meio social e estatal. Procuo entender como o processo de trauma migra do campo da intimidade, referente ao indivíduo, e adentra à coletividade, assim como as importâncias do ato de fala, de escuta e da rede de sociabilidade instituída pelos homossexuais dos anos 1980-1990. Enfim, compreender a particularização da operacionalização dos testemunhos de Pierre Seel e, posterior, já no futuro dos anos 2010, de Rudolf Brazda. Sem deixar de tocar em um ponto crucial para o alcance que os triângulos rosa se propuseram, disputando legitimidade através dos seus testemunhos, colocando em prova noções de subjetividade, regime de verdade e trauma. O que me leva às particulares estratégias adotadas por ambos os sujeitos em suas obras, os recursos materiais e subjetivos das quais eles se beneficiam e distintamente os usufruem.

No terceiro e último capítulo, desenvolvo uma discussão sobre o processo de sujeição individual de Pierre Seel e Rudolf Brazda, como eles articulam as suas experiências pessoais ao coletivo da homossexualidade, se reconhecem e fazem reconhecer através das suas grafias de vida. Não obstante a isso, exponho os desenvolvimentos das articulações sócio-políticas dos homossexuais, das restaurações e ressignificações de sua história pregressa de repressão, perseguição, morte e, igualmente, sobrevivência e resistência à homofobia do tempo presente. A partir dessa demanda, as questões relativas à crise da AIDS, a evocação do Holocausto como representação do descaso e marginalização estatal, a historiografia e as polêmicas sobre os triângulos rosa desde o imediato do pós-guerra até a atualidade e, não menos importante, as movimentações homossexuais em prol da garantia de suas entradas e permanências nos espaços de memória acerca dos esforços nazistas pela destruição da homossexualidade no mundo europeu centro-ocidental me parecem indispensáveis para a concretização desta dissertação.

# Capítulo 1. Catástrofe, trauma e memória dos homossexuais no regime nazista: a exposição de dois sujeitos, trajetórias e narrativas

## 1.1. Os personagens da dissertação: da vida pregressa ao evento-limite

O francês Pierre Seel viveu boa parte de sua vida na região da Alsácia, sendo testemunha direta da longa disputa entre Alemanha e França por esse território. O tcheco Rudolf Brazda, por sua vez, cresceu em território prussiano, educado dentro da cultura e da língua alemã. Dois sujeitos contemporâneos, partindo de lugares distintos da Europa centro-ocidental, que jamais se conheceram diretamente, mas que têm em comum algo central para a construção de suas identidades e para a narrativa da perseguição nazista: ambos foram homossexuais presos pelas forças policiais de Hitler, caídos por conta do Parágrafo 175 do Código Penal Alemão e, por fim, internados em campos de concentração do Terceiro Reich.

Pierre Seel nasceu em 16 de agosto de 1923 e cresceu em um lar tradicionalmente católico de base conservadora e ultranacionalista. Seel foi o último filho de cinco irmãos, na residência familiar de Fillate, em Haguenau.<sup>29</sup> O catolicismo exerceu papel primordial em sua vida. Como ele mesmo aponta, sua mãe, Emma Jeanne, conheceu seu pai, cujo nome não sabemos, por intermédio de um padre local. “Ela se abriu ao seu confessor, que soube apresentar-lhe um partido conveniente. Foi um grande casamento, bem-sucedido, segundo todas as testemunhas”.<sup>30</sup> Receosa quanto a se aventurar em encontros aleatórios, Emma resolveu depositar suas esperanças na indicação do pároco, tendo em vista a história de sua irmã mais velha, que depois de se envolver com um rapaz não-católico foi rejeitada pelos pais e precisou fugir para Paris. O matrimônio “misto” era considerado por muitos católicos como uma vergonha familiar, ou ainda, uma impossibilidade.<sup>31</sup>

A família de Pierre Seel possuía prestígio social e fazia parte da burguesia da cidade de Mulhouse. Eram donos de uma importante confeitaria, um dos centros mais sofisticados de sociabilidade dessa comunidade à época. Tanto o negócio quanto a casa da família estavam localizados no número 46 da *Rue du Sauvage*. “No salão de chá, competindo com duas grandes lojas vizinhas, a burguesia vinha apreciar os bolos, os sorvetes, e as demais guloseimas”.<sup>32</sup> A importância da confeitaria os tornava figuras conhecidas. O patriarca da família Seel adquirira

---

<sup>29</sup> SEEL, Pierre. Op. cit., p. 22.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 20.

o estabelecimento de seu antigo patrão, em 1913, através de prestações mensais.<sup>33</sup> A mãe de Seel se juntou ao negócio com o marido logo após o casamento, trabalhando no caixa. A família morava no andar de cima da loja.<sup>34</sup>

Casa, igreja e escola eram os circuitos de sociabilidade da qual Seel partilhava. Na escola católica em que se educou, Seel era um bom aluno e tinha bom comportamento. Suas notas em religião importavam e alegravam imensamente seus pais. “[...] De manhã, eu me levantava mais cedo que os meus colegas de classe, e, antes das aulas, assistia à missa, o que me dava direito a uma bonificação no resultado escolar”.<sup>35</sup> Isso não o livrou, no entanto, de sofrer com *bullying* de seus colegas. Há um perceptível silêncio quanto a esse primeiro sofrimento, a primeira violência motivada pela homofobia, sendo pouco explorado pelo autor em sua autobiografia. Mas Seel afirma que o processo de violência intimidadora que sofreu no colégio o tornou, de forma precoce, repulsivo à “violência masculina”.<sup>36</sup>

Nesse ambiente, é interessante olharmos as ideias e visões de mundo presentes em seu círculo mais íntimo: a família. Desde o início da obra, Seel faz questão de frisar a importância que a religião católica apostólica romana exerceu em sua vida por conta de sua família. Seus pais seguiam todos os preceitos da religião, participavam ativamente da vida paroquial, exerciam boas e íntimas relações com as figuras de poder da igreja local e, em casa, as rezas nos momentos das refeições e antes de dormirem eram imprescindíveis. “Nos dias de festa católica, o arcebispo e um missionário compartilhavam com prazer nossa refeição”.<sup>37</sup> Ao descrever a relação de sua família com a igreja e suas figuras de autoridade, ele diz: “Eu adorava todo esse cerimonial”. A vida religiosa era algo completamente normal e essencial. Mesmo com as inquietações que não tardaram a surgir acerca da sua homossexualidade, o compromisso com a fé era inerente à sua identidade.

O ultranacionalismo francês também era outro importante aspecto base para sua formação cultural. Recém-casados e cuidando de seu negócio, os pais de Seel vivenciaram momentos difíceis. Seu pai foi convocado para lutar na Primeira Guerra Mundial ao lado dos alemães, e a mãe, encontrando-se sozinha, precisou tocar o serviço na confeitaria e assumiu integralmente a criação dos dois primeiros filhos do casal.

---

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>37</sup> Idem.

De fato, meus pais haviam escondido patriotas. Para *nós* [grifo meu], a fé e a adesão à pátria livre e católica eram a mesma coisa. Na infância, eu lembro que nos contavam frequentemente algumas histórias da guerra de 14-18 que podiam proporcionar aos mais jovens o sentido de orgulho de ser francês e católico, frente ao protestantismo germânico. Como a história da bandeira francesa que a minha família havia escondido no sótão e desenterrava, nos dias de desespero, para cantar *La Marseillaise* ao redor dela, à meia voz, enquanto no andar de cima o inimigo pisoteava o chão.<sup>38</sup>

É curioso notar que embora use a terceira pessoa do plural, Seel não era nascido na época da Primeira Guerra Mundial. Essa narrativa, porém, não é exatamente uma adulteração do passado. Trata-se aqui de um fenômeno que Michael Pollak denomina de “acontecimentos vividos por tabela”. Segundo Pollak, um indivíduo pode ter a memória de um fato, de um tempo, de um sentimento ou de um personagem mesmo sem os ter vivido. São memórias e sentimentos herdados de outras pessoas.<sup>39</sup> No caso de Seel, essas pessoas são os seus familiares. É por meio deles que Seel se coloca como participante de um tempo que não viveu. Mesmo sem ter vivenciado os eventos que narra, ele se posiciona nesse tempo, e isso é possível porque seu núcleo familiar transmitiu-lhe, através da oralidade, representações, significados e sentidos acerca dessas memórias.

Essa prática ajuda Seel a se inserir dentro de seu núcleo familiar, a ajustar-se às memórias e visões de mundo de seus parentes mais próximos. Em outras palavras, confere reconhecimento, aproximações, sentimentos de coligações e pertencimento. Imaginar-se como fragmento de algo que ocorreu com sua família é uma busca incansável por testemunhar em conjunto. Consciente ou não, Seel narra uma história patriótica familiar com o intuito de se distanciar dos alemães, de construir barreiras culturais, sociais e identitárias que visam dividir “os nossos” dos “deles”, “nós” e “os outros”.

A rígida lógica patriarcal na qual a família estava imersa também é um ponto abordado por Seel na obra. O autor lembra que “tanto ao meio-dia quanto à noite, somente o meu pai falava e perguntava. Nós fazíamos silêncio. Não era uma proibição, mas o sinal tangível de um grande respeito coletivo. Além disso, nunca ouvi minha mãe contradizê-lo em público. Portanto, ele nunca elevava o tom de voz”.<sup>40</sup>

O patriarcado é um exercício de poder político, social e cultural que o pai, logo, na postura de “chefia” dessa família, exercia sobre sua companheira e seus filhos. O status da

---

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Trad. Monique Augras. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 201.

<sup>40</sup> SEEL, Pierre. Op. cit., p. 24-25.



coerção, gerador de silêncio compulsório dentro de casa, é igual para todos. Assim, o patriarcado se manifesta como forma familiar de exercitar autoridade absoluta sobre os seus, colocando o homem-líder acima de todos os outros. Como explica Carole Pateman, “a argumentação patriarcal tradicional incorpora todas as relações de poder ao regime paterno”.<sup>41</sup>

Sendo o patriarcalismo um exercício que os homens inventaram e aperfeiçoaram com o tempo para dominarem as mulheres e seus filhos, não é de se surpreender o “respeito” generalizado pela figura paterna que o restante da família Seel desempenha diante do seu patriarca. O silêncio quase que absoluto dentro dessa casa é a marca desse fenômeno secular de dominação dos homens para com seus subordinados, originado no contrato social em que se elegeu o sujeito masculino como portador do direito universal sobre a família e, conseqüentemente, sobre a sociedade.<sup>42</sup>

Por conseguinte, percebemos na obra como foi dolorosa essa descoberta da homossexualidade para Pierre Seel. Revisitando suas lembranças infanto-juvenis, quando ainda era criança/adolescente, Seel nos diz que já havia princípios de sua atração sexual por homens. Ao ver jovens correndo e brincando nus na praia, notou seus corpos de uma maneira distinta, sem que nenhum de seus irmãos pudesse perceber.<sup>43</sup> Ele diz:

Tudo isso não me indicava que eu já gostava de homens? Quando percebi que eu era homossexual? Sem dúvida depois que ocorreram esses e outros incidentes que já esqueci. Jovem, tomei consciência de que essa diferença iria criar uma distância irremediável entre mim e meus próximos. Tinha então uns quinze anos e a questão de saber como lidar com isso, com vir a sê-lo, era áspera. Demorei muito a aceita-la e admiti-la.<sup>44</sup>

A impossibilidade dessa aceitação se acentua tanto na sua constituição familiar, marcada por uma educação repressora, quanto na sua crença íntima em Deus e naquilo que era considerado pela sua religião antinatural e, fundamentalmente, pecaminoso. A culpa cristã o aprisionou nessa obsessão com o pecado. Sua homossexualidade foi percebida como um atentado contra Deus. Em sua autobiografia, ele afirma ter procurado um padre para confessar sobre sua sexualidade e seus desejos íntimos por outros homens. Nesse momento, há uma verdadeira devassa em sua consciência. O padre cumpre papel de interrogador e questiona de maneira violenta seus atos e seus pensamentos. Ao confessar uma masturbação, o padre nega

---

<sup>41</sup> PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 44.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>43</sup> SEEL, Pierre. *Op. cit.*, p. 27.

<sup>44</sup> *Idem*.

veementemente a absolvição do pecado, o que leva Seel a paranoias durante noites inteiras. Ele tem pesadelos com o inferno e com o teor vergonhoso desse tipo de pecado.<sup>45</sup> “[...] Ele explorava a intimidade da minha consciência com o voyeurismo de uma câmera impudica [...] Quando o assédio parava, tinha a convicção de que eu era um monstro”.<sup>46</sup>

A culpa cristã é uma chave de entendimento que pode explicar a homofobia que Seel internalizou contra si mesmo. O processo de auto aceitação da sexualidade e seus recuos é uma marca do estrago que a culpa cristã produziu na mente de Pierre Seel. Segundo Urania Tourinho Perez, sob a ótica da Psicanálise, a culpa enquanto categoria irremovível da condição humana existe desde nossa origem e emerge por inúmeros fatores.<sup>47</sup> Entretanto, no caso de Pierre Seel, essa categoria se apresenta por um caminho específico: sua religião imbricada em sua criação e, fundamentalmente, sua crença fiel e genuína na mesma. Criado sob essa inflexível educação repressora do corpo, da negação de desejos, do tabu acerca de afetos, do sexo, da sexualidade e afins, entram em cena os locais e os ritos próprios para esse cerceamento da identidade afetiva e sexual: as missas, as preces, as confissões, os sacramentos.

A moralidade cristã e os “bons costumes” fazem parte do pilar base da família de Seel. O autor assinala diversas vezes em seu texto sua submissão à religião. Para Seel, adentrar um dogma era vivê-lo plenamente. Urania Tourinho Perez, acerca das origens da culpa, disserta:

Pecado original, desobediência à Deus, crime fraticida, morte de Abel por Caim, assassinato do pai da horda, há sempre na origem um ato culpabilizante. Se, no início, foi um ato, esse ato gerou a culpa e a culpa presentifica-se em nossa memória. A culpa é sempre uma culpa recordada. Culpa que decorre de uma lei sob a qual somos regidos e que se inscreve em sua dimensão simbólica; culpas reais que nos acometem por nossas faltas e atos quotidianos.<sup>48</sup>

Vergonha e culpa são as emoções disfóricas geradas a partir desses embates internos, por excelência, carregadas de fardos negativos que os sujeitos se dispõem a sustentar, por vezes, involuntariamente.<sup>49</sup> Dentro de uma educação onde a moralidade cristã se sobrepõe e solapa os indivíduos, é permitido sentir tais impressões. Carla Costa em diálogo com June Price Tagney defende a ideia de que esses sentimentos são despertados nas pessoas por um enquadramento

---

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 27-28.

<sup>47</sup> PEREZ, Urania Tourinho. Por que a culpa? / **Revista Olhar**. UFSCar. Ano 02, n. 4, dezembro 2000. p. 1.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> COSTA, Carla Filomena César Dias da. **As emoções morais: a vergonha, a culpa, e as bases motivacionais do ser humano**. Dissertação de mestrado em Psicologia. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 2008. p. 10.

íntimo e pessoal a esse sistema moral que carrega vergonha e culpa como maneiras de se auto refletir, auto avaliar e, ousar dizer, se auto punir.<sup>50</sup>

Essa experiência recalcada em sua adolescência levou Seel a gradativamente mudar seus conceitos e, conseqüentemente, abandonar sua moralidade provinda da religião cristã-católica. Entre viver sua identidade com toda sua complexidade e se prestar a uma farsa, a ter de mentir para o padre no ato da confissão, Seel optou pelo livre arbítrio e livre exercício de sua sexualidade. Valores são transformados e ressignificados a partir da mudança de perspectiva que Seel possuía de si mesmo:

Sua identidade é construída por ele próprio, [...] podendo se descentrar de seus ambientes, julga-os, não estando mais em uma relação de ser determinado por eles. Assim, o homem se constrói no social, ou melhor, individualiza-se no social, passando a ser marcado pela constituição de algo que lhe é interior, privado e próprio.<sup>51</sup>

Enfim, vivendo sua sexualidade plenamente, aos 17 anos, Seel começou a frequentar com outros amigos e colegas homossexuais a praça *Steinbach*, em Mulhouse, Alsácia, onde normalmente homens gays se encontravam para exercerem “livremente”, mesmo com medo e determinadas concessões, suas sexualidades. Nesse ponto, voltamos ao assunto que abre o primeiro capítulo de seu livro, “uma família burguesa como as outras”: o roubo do seu relógio.<sup>52</sup> Lesado nessa praça por um outro rapaz, Seel recorreu à delegacia local para reportar o roubo do relógio,<sup>53</sup> presente que sua tia, irmã mais velha de sua mãe, havia dado na ocasião de sua primeira comunhão. O objeto representava muito mais do que seu valor de mercado, era símbolo da liberdade que Seel tanto invejava e que sua tia tinha adquirido ao fugir para Paris. Na delegacia, foi tratado de modo cortês, porém, a situação mudou completamente quando “o oficial de polícia percebendo o significado do lugar e da hora tardia, ficou cada vez mais desconfiado”.<sup>54</sup> Ali, Pierre Seel, se encontrou encurralado:

Eu enrubesci, mas quis estabelecer a verdade do incidente. O delito era o roubo, não a minha sexualidade. Ele me fez assinar a declaração e a arquivou. Porém, no momento de me levantar para sair, ele me fez sentar novamente. Depois, começou de repente a me tratar de maneira mais informal. Ficaria eu contente se meu pai, com a sua íntegra reputação na cidade, descobrisse onde

---

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. Escrita autobiográfica e construção subjetiva. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, n. 1, 2003. p. 42.

<sup>52</sup> SEEL, Pierre. Op. cit., p. 19.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 30.

seu filho de dezessete anos vagabundeava ao invés de estar em casa? Eu não desejava criar nenhuma sombra de dúvida sobre a boa reputação da minha família. Comecei então a chorar. Lágrimas de vergonha ou de aflição por ter sido pego, já não sei mais. Em todo caso, eu percebi tarde demais a ingenuidade da minha ação. O oficial de polícia, depois de me humilhar e me amedrontar, terminou mais tranquilizador: dessa vez, nada desse assunto comprometedor seria divulgado; bastava que eu não frequentasse mais aquele lugar de má fama. Em seguida, ele me liberou. Entrei na delegacia como cidadão roubado, saí de lá como homossexual envergonhado.<sup>55</sup>

A culpa e a vergonha, novamente, voltam a marcar a escrita de Seel. Naquele instante, o oficial de polícia, de maneira ilegal e criminosa, assinalou no boletim de ocorrência a homossexualidade de Pierre Seel. À época, a homossexualidade na França não era tipificada como crime pelo Código Napoleônico. Por conta disso, a ação policial foi ilegítima. Pouco tempo depois, quando os nazistas anexaram e ocuparam a região da Alsácia e Lorena, fizeram buscas nos arquivos policiais de cada cidade dessas respectivas comunas, conseqüentemente, os registrados enquanto homossexuais caíram pelo Parágrafo 175 do Código Penal Alemão. Sobre esse momento-limite, Pierre Seel escreveu:

O incidente não teve, de fato, conseqüências familiares e sociais imediatas. O ladrão nunca foi encontrado, e eu guardei desse episódio uma simples lembrança molesta. Eu ignorava que meu nome acabava de entrar para o arquivo policial dos homossexuais da cidade e que, três anos mais tarde, meus pais tomariam assim conhecimento de minha homossexualidade. E, acima de tudo, como eu imaginaria que eu iria, por causa disso, cair nas garras dos nazistas?<sup>56</sup>

Rudolf Brazda, por outro lado, teve uma vida bem diferente de Pierre Seel. Nasceu em 26 de junho de 1913 na Saxônia, no vilarejo de Brossen, sendo ele o último filho de oito irmãos, três homens e cinco mulheres.<sup>57</sup> Seus pais, respectivamente, Emil Adam Brazda e Anna Erneker, nasceram na Boêmia no final do século XIX, na região de Plzeň (Pilsen). À época, a Boêmia fazia parte do Império Austro-Húngaro e eles eram oficialmente tchecoslovacos. “Seus pais têm como ponto de honra só falar em alemão com os filhos, pois é essencial que eles se integrem em seu país natal”.<sup>58</sup> Ainda que Rudolf tenha sido criado na língua e na cultura germânica, ele era reconhecido pelo Estado alemão como tchecoslovaco.<sup>59</sup> A sua educação formal foi realizada em um curto período de tempo em escola pública. Brazda era um péssimo

---

<sup>55</sup> Idem.

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> SCHWAB, Jean-Luc. Op. cit., p. 19.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 23.

aluno e abandonou os estudos depois de ter repetido um ano letivo, aos 14 anos. A partir desse acontecimento, ele foi inserido à labuta através de uma de suas irmãs que era costureira, tendo “várias oportunidades de ajudá-la em seus trabalhos”.<sup>60</sup>

Emil e Anna se conheceram enquanto ambos emigravam para a Saxônia em busca de melhores condições de trabalho e de vida. “Ambos foram empregados pelo setor da mineração”,<sup>61</sup> Emil exercia a função de pilotar a locomotiva “que puxava os troles de carvão fóssil, e Anna incumbia-se das tarefas domésticas nos prédios administrativos da mina”.<sup>62</sup> Portanto, eles faziam parte da comunidade operária daquele tempo, condição social completamente diferente da vivida pelos pais de Pierre Seel.

Brazda foi afastado do pai quando tinha um ano de idade. Em julho de 1914, Emil, na condição de cidadão austro-húngaro, fora convocado para servir na linha de frente sérvia.<sup>63</sup> Cinco anos depois, o patriarca retornou ao lar, após ficar estagnado pela guerra e pelo serviço militar obrigatório na recém-criada Tchecoslováquia. Em 13 de setembro de 1919, toda a família se reencontrou.<sup>64</sup> Ao chegar em casa, Emil Brazda não reconheceu seu filho caçula, afinal, ele tinha partido para a guerra quando seu filho mais novo era apenas um recém-nascido. Em 6 de maio de 1922, Emil Brazda morreu em um acidente de trabalho na mina de carvão fóssil.<sup>65</sup> Por conviverem tão pouco, Brazda não conseguiu desenvolver uma concreta imagem de seu pai – ficaram só as “raras lembranças da presença do pai, geralmente emocionantes”.<sup>66</sup> A morte de Emil levou Anna, a matriarca dessa família, a assumir inteiramente a criação dos filhos. Eles viveram de maneira bastante humilde, porém, não chegaram ao extremo de passar fome.<sup>67</sup>

Nesse sentido, é clara a ausência do patriarca e, conseqüentemente, do patriarcado na criação de Rudolf, o que talvez pode explicar, mais tarde, a sua tão rápida auto aceitação acerca de sua homossexualidade, e a aceitação de seus irmãos, irmãs e mãe:

Surpreendentemente, a família Brazda aceita de bom grado que o caçula não faça parte dos “normais”. Werner e Rudolf até organizam, na casa da senhora Brazda, um “almoço de núpcias”, para o qual são convidados todos os irmãos e irmãs de Rudolf, assim como alguns amigos.<sup>68</sup>

---

<sup>60</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 19-20.

<sup>64</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 26.

Interessante notar o emprego do termo “normais” para se referir aos heterossexuais. Jean-Luc Schwab, em nota de rodapé, explica: “Utilizo aqui a terminologia herdada do período nazista, que o próprio Rudolf usa atualmente ao falar dos heterossexuais”.<sup>69</sup> Embora essa terminologia seja problemática, violenta em sua base, é uma permanência que se encontra no vocabulário do próprio biografado – não podemos negligenciar a capacidade maléfica da homofobia de estigmatizar e naturalizar a violência que marca pejorativamente os seus alvos. Outro aspecto que chama bastante atenção nessa passagem do casamento entre ele e Werner é a aceitação e a respeitabilidade que Rudolf obteve de sua família. A condição homossexual de Rudolf é encarada com palpável normalidade. Embora a família Brazda professasse a fé cristã-católica, seu lado progressista era maior que os dogmas e a homofobia institucional da Igreja. Porém, para a família de Werner, esse assunto foi tratado de forma distinta. A mãe de Werner, “muito devota, lhe diz um dia: ‘Continue nesse rumo se você deseja viver inteiramente em pecado! Você deverá prestar contas diante do Senhor!’”.<sup>70</sup>

Werner era descrito como: “[...] um charmoso rapaz jovem cuja bela cabeleira loira se agita ao vento”.<sup>71</sup> Ele foi o primeiro grande amor da vida de Rudolf. Ao contrário de Pierre Seel, Brazda viveu relacionamentos homossexuais desde muito cedo. Contudo, ao caminhar pela descoberta de sua homossexualidade, a priori, sentiu certa repulsa de si mesmo. Jean-Luc Schwab escreveu:

[...] Ele tem uma imagem bastante negativa da homossexualidade e das práticas sexuais entre homens. Isso se deve sobretudo ao fato de que a crise econômica do final dos anos 1920 obrigava às vezes os operários a se prostituir. Estações, banheiros públicos... Rudolf tem ainda a noção simplista e falsa de que a companhia masculina pode ser comprada por pouco dinheiro por quem se disponha a abrir a carteira.<sup>72</sup>

Portanto, para Brazda, nesse momento de sua vida, ainda na fase da descoberta de sua sexualidade na juventude, a homossexualidade era encarada como um estereótipo negativo do desespero pela sobrevivência. Passado esse instante de negação do desejo, Rudolf exerce íntima, cúmplice e eufórica relação com seus amigos e amigas, todos homossexuais. Constantemente, eles se encontram nas casas uns dos outros, saem em grupos pelas cidades

---

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>72</sup> Idem.

vizinhas, buscando por locais sabidamente frequentados por homossexuais. Embora eles saibam que Berlim tenha se tornado um ponto irresistível de sociabilidade para homossexuais na Europa, eles optam por cidades mais próximas, como Leipzig, visitando regularmente o Café-Restaurante New York.<sup>73</sup> Alguns desses amigos se vestem com roupas femininas para passeios e encontros, e, todos, sem exceção, adotam pseudônimos femininos para se tratarem. Rudolf é Inge; Wener é Uschi.<sup>74</sup>

Mais adiante, por volta de 1936, Rudolf encontrou a vida política. Em Brossen, “entra em contato com o movimento comunista”.<sup>75</sup> Influenciado por seu ambiente familiar e social, Brazda se junta às atividades organizadas na cidade para os mais jovens. Responsável por coordenar excursões, peças de teatro, atividades esportivas e afins, para depois, finalmente, adentrar às Juventudes Comunistas.<sup>76</sup>

O ambiente típico dos trabalhadores das classes baixas do período, como metalúrgicos, costureiros, ferreiros, enfim, os cidadãos que compunham a classe operária, beneficia a aproximação de Rudolf com os comunistas. O próprio Rudolf, em depoimento colhido por Jean-Luc Schwab quando da construção do documento biográfico, se caracterizou para o escritor como sendo um “comunista fanático” no auge de sua juventude.<sup>77</sup>

Ao contrário de Pierre Seel que caiu nas mãos dos nazistas por conta de uma ficha criminal ilegalmente confeccionada na delegacia de sua cidade, Rudolf Brazda é surpreendido por uma batida policial em sua casa em uma manhã de abril de 1937. Por requisição do Ministério Público de Altenburg, a polícia envia dois inspetores para a casa de Brazda após o mesmo ser delatado em interrogatório como um homossexual. Nessa ação policial, são apreendidos em seu cômodo algumas cartas e poemas manuscritos. Na delegacia, ao prestar depoimento coercitivamente:

[...] os policiais explicam-lhe que seu nome e o de Werner foram citados em um caso de homossexualidade que envolve um de seus conhecidos. Rudolf então compreende que a “caça às bruxas” acaba de começar. Em sua primeira declaração escrita, tomada no recinto policial, ele confirma seu estado civil, descreve suas funções no hotel e esclarece que é ariano e não mais segue a religião católica romana.<sup>78</sup>

---

<sup>73</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 40.

Pensar o declínio tão rápido da sociabilidade e “livre” exercício da homossexualidade na Alemanha, principalmente, na capital Berlim, só pode ser explicada pela ascensão brusca e políticas implementadas de maneira violenta pelos nazistas.

## 1.2. Homofobia na Alemanha e Europa do século XX

Após a chegada dos nazistas ao poder em 1933, o Estado alemão progressivamente adotou duras políticas contra os homossexuais, visto como contraventores e imorais, até que se atingisse um nível sistêmico de perseguição. Como, por exemplo, a partir de 1930, a inclusão de homossexuais nos programas de eugenia. Em um primeiro momento, os nazistas tentaram a “reabilitação” dos homossexuais, isto é, a reversão da homossexualidade através de “experiências” médicas com terapia hormonal. Depois, a estratégia mudou. Alguns homossexuais foram obrigados a perpetrarem atos sexuais com mulheres sob supervisão direta do Reich alemão. Ao fracasso dessas iniciativas, optou-se pela castração da comunidade homossexual masculina.<sup>79</sup> De maneira gradual, outros decretos e leis foram implementados graças aos esforços da polícia criminal (Kripo) e da polícia secreta do Estado (Gestapo); esse último, o órgão que mais tarde se tornaria o símbolo da perseguição aos homossexuais.<sup>80</sup>

As denúncias eram feitas por vizinhos, colegas de trabalho e até mesmo amigos e familiares. Elas levaram muitos homens às salas de interrogatórios, tribunais, prisões comuns e campos de concentração e extermínio. Sobre a estimativa que se tem, atualmente, dos números de encarcerados e deportados por homossexualidade, Régis Schlagdenhauffen escreveu:

Os números geralmente dados para as vítimas homossexuais do nazismo devem ser tomados com cautela. De acordo com a pesquisa atual, parece que pelo menos 100.000 homens passaram pelo sistema de justiça criminal nazista. Metade deles foi condenado à prisão. Entre 5.000 e 10.000 foram enviados para campos de concentração por causa de sua homossexualidade, fazendo dos homens com triângulos rosa o arquétipo da perseguição dos homossexuais pelos nazistas.<sup>81</sup>

A relação que a sociedade alemã exercia com a homossexualidade era conflituosa. Alguns setores aceitavam mais do que os outros. Stefan Micheler defende a ideia de que a

---

<sup>79</sup> BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 83.

<sup>80</sup> SCHLAGDENHAUFFEN, Régis. (ed.). **Queer in Europe during the Second World War**. Strasbourg: Council of Europe, August 2018. p. 21.

<sup>81</sup> Idem.



década de 1920 não era tão “dourada, liberal ou tolerante como se supõe”.<sup>82</sup> De um lado, grupos ativistas pró causa homossexual cresciam, se aglutinavam, se organizavam social e politicamente através de entidades como o Comitê Científico-Humanitário (*Wissenschaftlich-humanitäres Komitee*) e a Liga Mundial para a Reforma Sexual (*Weltliga für Sexualreform*). Esses grupos também tinham jornais, folhetins e editoras. Não só uma vida noturna estava florescendo, mas uma discussão mais profunda a nível intelectual e político se formalizava pelo ativismo homossexual. Em contrapartida, do outro lado dessa corrente, figuras, entidades e veículos de imprensa conservadores, alguns aliados a partidos políticos ultranacionalistas de cunho cristão, como o Partido do Centro Alemão (*Deutsche Zentrumspartei*) e o Partido Popular Nacional Alemão (*Deutschnationale Volkspartei*), fora o recém-criado Partido Nazista (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* – NSDAP), lutavam pela marginalização da comunidade homossexual alemã.<sup>83</sup>

Apesar da crise econômica e política que a Alemanha e a Europa enfrentavam após a Primeira Guerra Mundial, os homossexuais vivenciavam uma atmosfera de maior aceitação e de parcial livre exercício de suas vidas em ambientes públicos, tais como danceterias, bares, clubes, cinemas, teatros, cafeterias, isto é, lugares próprios para pessoas *queer*. “Em todo o continente, graças aos avanços nos transportes, o turismo homossexual continuou a aumentar do Mediterrâneo para o Báltico, através do Atlântico e do Mar do Norte”.<sup>84</sup> Berlim era considerada uma das capitais europeias mais atrativas à época para pessoas da comunidade *queer* por conta de suas vastas e excitantes opções de entretenimento, propiciando atmosfera para vivência plena e efetiva de suas identidades de gênero e orientações sexuais.<sup>85</sup>

Um dos casos mais famosos que temos conhecimento desses homossexuais que foram para Berlim é o do escritor britânico Christopher Isherwood. Ele mudou-se da Inglaterra, seu país de origem, para Berlim, nos anos 1920. Anos mais tarde, no final da década de 1970, escreveu *Christopher and His Kind*, relatando sua vida durante o período da República de Weimar naquela capital.<sup>86</sup> “Era a própria Berlim que ele estava com fome de conhecer; a Berlim que Wystan havia prometido a ele. Para Christopher, Berlim significava meninos”.<sup>87</sup> Christopher ansiava em Berlim uma vida de livre exercício da sua identidade sexual, diferente daquela de privações e receios que vivia em Londres. Porém, a obra que lhe deu reconhecimento

---

<sup>82</sup> WHISNANT, Clayton. Op. cit., p. 166-167.

<sup>83</sup> Idem.

<sup>84</sup> SCHLAGDENHAUFFEN, Régis. Op. cit., p. 7.

<sup>85</sup> SETTERINGTON, Ken. Op. cit., p. 13.

<sup>86</sup> GORDON, Mel. **Voluptuous panic: the erotic world of Weimar Berlin**. Los Angeles: Feral House, 2006. p. 55.

<sup>87</sup> ISHERWOOD, Christopher. **Christopher and His Kind**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2015. p. 2.

foi *Goodbye to Berlin*, publicada em 1939, onde ele trata dos encontros que teve no período da ascensão nazista e de como aquele tempo supostamente próspero para os homossexuais se tornou cada vez mais obscuro com o novo regime que acabara de ascender ao poder.<sup>88</sup>

*Goodbye to Berlin* rendeu adaptações tanto no teatro quanto no cinema. A peça *I am a Camera* estreou na Broadway em 1951, enquanto *Cabaret* se imortalizou em Hollywood com Liza Minelli em seu papel de protagonista em 1972, ambientado no Kit Kat Club – importante centro de entretenimento e sociabilidade homossexual, imortalizado por Isherwood em suas páginas – durante a ascensão do nazismo.<sup>89</sup> Christopher Isherwood abandonou Berlim em 1933 vislumbrando o crescente tom de violência que rapidamente atingiu os inimigos do novo Reich. Isherwood partiu para sua nova vida nos Estados Unidos, lugar em que mais tarde se naturalizaria norte-americano. Na Califórnia, ele fixou residência, deu vida a novas histórias e personagens, e ali ficou até o final dos seus dias com seu companheiro Don Bachardy.<sup>90</sup>

Assim como Isherwood, muitos outros homossexuais fugiram da Alemanha à época da ascensão nazista. Richard Plant, que naquele momento era apenas um jovem universitário da classe média de Frankfurt, abandonou a Alemanha em 27 de fevereiro de 1933. Coincidentemente, no mesmo dia da queima do Reichstag. Primeiro, ele buscou refúgio na Suíça, depois foi para os Estados Unidos onde se estabeleceria definitivamente.<sup>91</sup> Interpelado pela *Gay Academic Union* (GAU), um grupo formado por acadêmicos homossexuais em abril de 1973 diretamente inspirados pelos eventos de Stonewall, e fortemente influenciado pelo interesse que surgia sobre as origens do movimento de libertação homossexual, Plant começou as pesquisas para desenvolver sua obra autobiográfica e histórica acerca da perseguição aos homossexuais na Alemanha nazista. Após retornar ao seu país de origem e de visitar espaços de memória e acervos em busca de documentos que o auxiliassem, publicou em 1986 o texto que lhe tornou conhecido mundialmente, *The Pink Triangle: The Nazi War Against Homosexuals*. Um dos primeiros livros a dar foco sobre a perseguição de uma comunidade rejeitada pré-nazismo, durante e pós-desnazificação da Europa.

Figuras homossexuais do período pré-nazista se destacaram por conta de suas atuações sociais e políticas, intrinsecamente ligados aos esforços de revogarem o Parágrafo 175. Talvez,

---

<sup>88</sup> GAMA, Tatiana. A Berlim de Christopher Isherwood – Weimar e suas personagens. In: **XI Jornada de Estudos Históricos Manuel Salgado**, 2016, Rio de Janeiro. Anais da XI Jornada de Estudos Históricos Manuel Salgado, 2016. v. 2.

<sup>89</sup> Disponível em: <<https://maquinadeescrever.org/2016/02/08/berlim-e-as-outras-historias-de-christopher-isherwood/>>. Acesso em: 17. Jul. 2020.

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> PLANT, Richard. **The pink triangle: the nazi war against homosexuals**. New York: Henry Holt and Company, 1986. p. 1.

o personagem mais relevante dessa história seja o médico Magnus Hirschfeld. De uma família abastada de origem judia, homossexual discretíssimo acerca de sua vida íntima, ele era um socialdemocrata, formado em medicina com especialização em sexologia, integrou e encabeçou a linha de frente dos primórdios do movimento homossexual na Europa.<sup>92</sup> Alguns acadêmicos, como Ralf Dose e Régis Schlagdenhauffen, trabalham com a ideia de que o movimento homossexual pela luta de direitos e visibilidade, normalização de corpos, mentes e práticas de pessoas homossexuais, ou seja, o início do movimento pelos direitos humanos à comunidade homossexual tenha se originado em 1897,<sup>93</sup> ainda no século XIX, com a fundação do Comitê Científico-Humanitário, orientado por Hirschfeld e outros ativistas. A pesquisa sobre a sexualidade humana e a defesa dos direitos dos homossexuais eram o trabalho da vida desse cientista. A luta para a extinção do Parágrafo 175 era uma causa pessoal.<sup>94</sup>

Em 1918, um filme em preto e branco e ainda parte do cinema mudo foi produzido em Berlim, intitulado “Diferente dos Outros” (*Anders als die Andern*). O roteiro fora escrito por Richard Oswald e Magnus Hirschfeld. Lançado em maio do ano seguinte, ele trazia a pauta da normalização da homossexualidade em um drama sensível e abertamente político. É considerado o primeiro filme gay da história do cinema. O filme trata sobre a vida de um violinista que mantém uma relação secreta com um de seus alunos, se subordinando às chantagens de um garoto de programa. Essa situação da chantagem expõe o medo social dos homossexuais perante a perseguição legal do Parágrafo 175. Dentro dessa ficção, o personagem principal se encontra em desonra social e sem enxergar saídas de sua situação, recorre ao suicídio. A obra se tornou sucesso de bilheteria e em pouco tempo um escândalo público.<sup>95</sup>

A homofobia e o antissemitismo foram sentidos nesse episódio. Richard Oswald, Magnus Hirschfeld e Kurt Sivers (um dos atores) foram hostilizados por radicais da ultradireita alemã. Foram registrados tumultos durante as exibições do filme. Após pressões da sociedade civil, em comunhão com a imprensa conservadora e nacionalista de ultradireita, o drama educacional de Oswald e Hirschfeld foi censurado, banido e suas cópias foram destruídas pelas autoridades da República de Weimar em agosto de 1920.<sup>96</sup>

---

<sup>92</sup> DOSE, Ralf. **Magnus Hirschfeld**: the origins of the gay liberation movement. Trans. Edward H. Willis. New York: Monthly Review Press, 2014. p. 7.

<sup>93</sup> Ibidem. p. 12; SCHLAGDENHAUFFEN, Régis. Op. cit., p. 8.

<sup>94</sup> SETTERINGTON, Ken. Op. cit., p. 21.

<sup>95</sup> Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/como-o-cinema-alem%C3%A3o-via-a-homossexualidade-100-anos-atr%C3%A1s/a-49404245>>. Acesso em: 17. Jul. 2020.

<sup>96</sup> Idem.

Hirschfeld acreditava que a ciência traria reflexão e consciência profunda sobre a normalização de corpos, gêneros e sexualidades à sociedade, tanto que o slogan do comitê era seu slogan pessoal: “Justiça através da ciência”.<sup>97</sup> Entre suas contribuições, a conceituação da “intermediação sexual” ou, popularmente chamada à época como “doutrina do terceiro sexo”, buscou por normalizar e naturalizar as sexualidades e as identidades de gênero diversas, colocando esses sujeitos nos ambientes sociais e políticos, construindo uma narrativa que legitimasse a natureza e a normalidade dessas vidas e experiências no mundo. Assim, “tornou fluída a fronteira entre homem e mulher em uma época que ainda se fazia distinções enormes e inflexíveis entre os sexos e seus respectivos atributos “naturais”.<sup>98</sup>

Interessante pensar nas forças de normalização dos corpos, sexos, mentes e gêneros que operam no século XIX em posições e direções contrárias. De um lado, a busca por normalizar e naturalizar a condição homossexual e transexual enquanto existências humanas autênticas; e do outro lado, um movimento completamente contrário, que buscava normalizar única e exclusivamente a heterossexualidade e o corpo biologicamente binário como função “normal” da vida humana:

Discursos produzidos sobre a sexualidade e sobre os gêneros, no âmbito da Medicina, da Psiquiatria, da Psicologia, entre outros campos do saber, e que proliferam ainda hoje na sociedade, buscam, de certa forma, esquadrihar os sujeitos e normalizar as atitudes e práticas de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, que são “classificados/as” como doentes, anormais e desviantes. [...] A partir do século XIX, por intermédio da Psiquiatria, a Medicina apresenta sua função social em uma sociedade de normalização. O poder da Medicina emerge em diversos contextos: na família, nas escolas, nos tribunais; avança também, sobre a sexualidade, sobre a educação, etc. Nesse sentido, “a norma se torna o critério de divisão dos indivíduos. Dado o fato de estar sendo constituída uma sociedade da norma, a medicina como a ciência acima de tudo do normal e do patológico, será a ciência rainha”.<sup>99</sup>

Segundo Michel Foucault, o “poder da lei” misturando-se com a ciência, enquanto discurso médico-legal dotado de autoridade sobre o corpo humano, criou a sociedade da norma. Dessa maneira, distinguindo os seres humanos nas categorias “normais” e “anormais”. Essas definições, por excelência, são diversas e pouco flexíveis. A sociedade depois do advento da “ciência acima de tudo do normal e do patológico”, chamada por Foucault como “ciência

---

<sup>97</sup> DOSE, Ralf. Op. cit., p. 42.

<sup>98</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>99</sup> FOUCAULT, Michel apud LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 24, n. 3. p. 764, 2016.

rainha”, deixa de ser articulada somente pelo código da lei, por um sistema civil-criminal, mas, essencialmente, passa a ser articulada pelo poder geral da norma.<sup>100</sup> Dentro desse escopo da normalização daqueles que vivem em sociedade, outros sistemas se fazem pertinentes para a manutenção dessa estrutura, como a vigilância e o controle. É a partir desses dispositivos que a hierarquização pode ser conferida. Como pontua Foucault, a possibilidade de fiscalizar e aprovar através de “[...] uma qualificação, o estabelecimento de limites e de diagnósticos”<sup>101</sup> os indivíduos.

Assim, o sexo biológico, tal qual a condição do gênero, são construções fictícias realizadas para atender a um discurso social de um tempo histórico e do seu ambiente cultural, segundo Judith Butler.<sup>102</sup> Portanto, a partir do século XIX, o Ocidente se constituiu nessa lógica de normalização que definiu o que é um “corpo normal” e um “corpo anormal”, se arrastando até nós com suas concepções.<sup>103</sup> Prova disso são as mudanças muito tardias dentro da Medicina após décadas de luta por emancipação da comunidade LGBTI+. Somente em 1990 a homossexualidade deixou de ser considerada doença mental pela Organização Mundial da Saúde (OMS),<sup>104</sup> enquanto que a transexualidade só o foi em 2018.<sup>105</sup>

Acerca do Parágrafo 175, tendo em vista que a lei à época da República de Weimar era pouco aplicada, e aqueles raros indivíduos que caíam pela mesma eram advertidos sobre suas condutas “imorais” e, então, liberados após pagarem multa, tornou propício o ambiente sócio-político para que Hirschfeld intensificasse a luta para a extinção dessa lei do Código Penal Alemão. Em comunhão com outros ativistas da causa, recolheram mais de 5 mil assinaturas ainda em 1897 pelo Comitê Científico-Humanitário, incluindo pessoas de grande importância e visibilidade do período como o cientista Albert Einstein, os escritores Thomas Mann, Hermann Hesse, Rainer Maria Rilke e o filósofo Martin Buber.<sup>106</sup> Obviamente, a petição não obteve o êxito esperado e o Parágrafo 175 continuou em vigor.

---

<sup>100</sup> FOUCAULT, Michel. A extensão social da norma. In: FOUCAULT, Michel. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. p. 395.

<sup>101</sup> Idem.

<sup>102</sup> BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 12ª ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

<sup>103</sup> GONÇALVES, Mateus Henrique Siqueira. **“Palhaço pinta o rosto para viver, e o travesti também”**: uma análise sobre a representação das travestis no eixo Rio de Janeiro-São Paulo (1980-1988). 2018. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. p. 19-20.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>105</sup> Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/83343-oms-retira-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde,lhes%20foi%20atribu%C3%ADdo%20no%20nascimento>>. Acesso em: 19. Jul. 2020.

<sup>106</sup> SETTERINGTON, Ken. Op. cit., p. 21.

Em julho de 1919, Hirschfeld fundou o Instituto para a Ciência Sexual (*Institut für Sexualwissenschaft*) no centro de Berlim, de frente para o parque Tiergarten. Em pouco tempo, seu projeto se tornou internacionalmente famoso, a estrutura e os serviços prestados atraíram pesquisadores e personalidades da Alemanha e de outras partes do mundo, como Walter Benjamin, Christopher Isherwood, Peter Martin Lampel, Ludwig Renn, Ernst Bloch, entre muitos outros.<sup>107</sup> A fundação tinha uma vasta biblioteca sobre sexualidade – contava com 12.000 publicações e 35.000 fotografias acerca da vivência homossexual –,<sup>108</sup> impulsionavam pesquisas científicas, prestavam atendimentos psicológicos, lecionavam palestras e, entre seus serviços, realizavam *tours* educativos para a conscientização social através de um museu do sexo que tinha sido criado na instituição. A popularidade de Hirschfeld chegou ao ápice a nível internacional quando organizou o “Primeiro Congresso para a Reforma Sexual” em Berlim, em 1921. Realizado com tamanho sucesso, estendeu-se nos anos seguintes a países como Dinamarca (Copenhague, 1928), Inglaterra (Londres, 1929), Áustria (Viena, 1930) e Tchecoslováquia (Brno, 1932).<sup>109</sup>

Em 1931, sob seu comando e dentro de sua instituição, foi realizada, com grande êxito, a primeira cirurgia de redesignação sexual do mundo. Suas contribuições à medicina, à sexologia, atraíram outras lideranças que também tinham relação com a sexologia, psiquiatria e ativismo sexual.<sup>110</sup> A fama e o reconhecimento não impediram que Hirschfeld sofresse perseguições e ataques violentos durante os anos que se seguiram. Apesar de ter rejeitado o judaísmo e a língua hebraica, se isolado voluntariamente de sua comunidade étnica-religiosa, o antissemitismo dos fascistas e da ultradireita-nacionalista imprensa alemã o difamaram através de periódicos, livros e materiais institucionais, como os que foram expostos no Museu da Higiene Alemã sob o regime nazista, onde sua face era evidenciada em imagens alusivas à inferiorização do povo judeu. Mesmo após anos depois de sua morte, sua estética continuou sendo perpetrada pela propaganda nazista como “o exemplar do homem judeu”.<sup>111</sup>

A partir de 1933, muitos países vivenciaram um recrudescimento acerca da violência à comunidade homossexual. Escândalos que envolviam homossexuais ou a suspeita da homossexualidade dos sujeitos envolvidos em crimes, atentados e afins foram utilizados como justificativas políticas para o aumento legalizado da homofobia e, conseqüentemente, da

---

<sup>107</sup> DOSE, Ralf. Op. cit., p. 57.

<sup>108</sup> BORRILLO, Daniel. Op. cit., p. 84.

<sup>109</sup> SETTERINGTON, Ken. Op. cit., p. 23.

<sup>110</sup> MANCINI, Elena. **Magnus Hirschfeld and the quest for sexual freedom: a history of the first international sexual freedom movement.** New York: Palgrave Macmillian, 2010. p. X.

<sup>111</sup> DOSE, Ralf. Op. cit., p. 34-35.

perseguição institucionalizada à comunidade. “Os “invertidos”, como eram chamados, simbolizavam a traição e justificavam a necessidade urgente de uma reviravolta moral”.<sup>112</sup> Na Alemanha, preso em flagrante e acusado de ter incendiado o Reichstag em fevereiro de 1933, o jovem de origem holandesa Marinus van der Lubbe, rapidamente teve sua suposta homossexualidade e ideologia comunista exploradas por políticos conservadores, fascistas ou simpatizantes do Partido Nazista, e pela imprensa da ultradireita alemã. Ele e outros quatro cidadãos foram a julgamento. Porém, somente Marinus van der Lubbe foi condenado à morte por alta traição.<sup>113</sup> Na Itália fascista, em 1938, os homossexuais, alguns exilados da Alemanha e da Áustria, foram aprisionados em uma ilha no Mar Adriático, na prisão Isole Tremiti. Na União Soviética, a homossexualidade enquanto crime foi reintroduzida pelo código penal em 1934, enviando os condenados para um campo de trabalhos forçados na Sibéria por cinco anos, o Gulag.<sup>114</sup>

Implementando a “Campanha por um Reich limpo”, em fevereiro de 1933, os nazistas fecharam a imprensa homossexual e cerca de 15 bares importantes para a sociabilidade da comunidade. No verão, três organizações pelos direitos homossexuais foram dissolvidas pelos próprios membros. Embora o terror contra a comunidade homossexual tenha se iniciado no imediato da ascensão de Hitler ao poder, até aquele momento, os nazistas mantinham a sua violência restrita aos indivíduos e grupos homossexuais compostos por judeus ou esquerdistas.<sup>115</sup>

Até que em 6 de maio de 1933, o Instituto para a Ciência Sexual foi invadido, destruído e todo o seu acervo ardeu em chamas na noite em que os nazistas atearam fogo, em praça pública, nas obras dos intelectuais, acadêmicos e cientistas considerados inimigos do Reich, a maioria deles eram judeus e/ou comunistas.<sup>116</sup> Hirschfeld escapou da prisão e da morte, pois naquele momento se encontrava em turnê pelo exterior, onde já no ano de 1930 esteve nos Estados Unidos a trabalho. Viajou para a América do Norte, Ásia e Oriente Médio, lecionando cerca de 170 palestras. Em Nova York, foi reconhecido como “Einstein do sexo”.<sup>117</sup> Enquanto seu trabalho e sua figura eram prestigiados fora da Europa, seu legado e sua vida corriam risco iminente na Alemanha. Ciente sobre a perseguição e a destruição do seu instituto, Hirschfeld

---

<sup>112</sup> SCHLAGDENHAUFFEN, Régis. Op. cit., p. 7-8.

<sup>113</sup> Idem.

<sup>114</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>115</sup> BEACHY, Robert. **Gay Berlin: birthplace of a modern identity**. New York: Vintage Books, 2015. p. 244.

<sup>116</sup> BORRILLO, Daniel. Op. cit., p. 84.

<sup>117</sup> BEACHY, Robert. Op. cit., p. 242.

retornou para a Europa e fixou residência na França.<sup>118</sup> Sua nacionalidade alemã foi cassada em 1934 e no ano seguinte veio a falecer na cidade de Nice, em decorrência de um ataque cardíaco.<sup>119</sup> No exílio, ele ainda tentou reconstruir seu instituto do zero, mas não teve tempo para isso.<sup>120</sup>

Os escândalos que envolviam a homossexualidade de Ernst Röhm, nazista de alta patente, líder da SA (*Sturmabteilung*), um dos homens mais íntimos do círculo pessoal de Hitler, explodiram ainda no início dos anos 1930. Hitler, até então, ignorava os boatos que circulavam e a propaganda homofóbica que grupos da extrema esquerda e social democracia faziam sobre o Partido Nazista com o intuito de minar sua popularidade perante à sociedade. Porém, progressivamente, Röhm conquistou a indisposição de outros homens de poder dentro do partido, entre eles, Heinrich Himmler, Reinhard Heydrich, Hermann Göring, e após a sua sexualidade se tornar objeto de profunda ojeriza para esses compatriotas, Röhm foi alvo de uma conspiração, na qual documentos falsos o acusavam de tentar dar um golpe dentro do Partido Nazista, destituindo Hitler do comando central do Reich e fortalecendo sua milícia paramilitar em um exército a nível nacional.<sup>121</sup>

Em 1934, no primeiro expurgo encabeçado pelo próprio Hitler, Röhm e outros militares da SA foram assassinados no episódio que ficou conhecido como “Noite das Facas Longas”.<sup>122</sup> No ano seguinte, em 1935, Hitler reformulou o Parágrafo 175 e a perseguição, deportação, encarceramento e extermínio dos homossexuais foram postos em prática de maneira compulsória.<sup>123</sup> Os discursos contra a homossexualidade que vinham desde os anos 1920 por figuras como Heinrich Himmler, chefe da Gestapo, Ministro do Interior e ideólogo da homofobia nazista, recrudesceram e foram transportados às ações físicas mais radicais.

O aparato jurídico e político que os nazistas utilizaram para empreender essa campanha de perseguição e morte frente aos homossexuais começa com um dispositivo de lei encontrado no Código Penal Alemão, o Parágrafo 175. Desde a unificação da Alemanha no século XIX, em 1871, a homossexualidade masculina foi encarada enquanto um crime contra a natureza. Equiparando o ato sexual entre dois homens com a prática da zoofilia, o Código Penal Alemão estipulava a perda dos direitos políticos e pena de prisão.<sup>124</sup>

---

<sup>118</sup> Ibidem, p. 243.

<sup>119</sup> DOSE, Ralf. Op. cit., p. 14.

<sup>120</sup> BEACHY, Robert. Op. cit., p. 243.

<sup>121</sup> SETTERINGTON, Ken. Op. cit., p. 30.

<sup>122</sup> WHISNANT, Clayton. Op. cit., p. 212.

<sup>123</sup> SCHLAGDENHAUFFEN, Régis. Op. cit., p. 7-8.

<sup>124</sup> WHISNANT, Clayton. Op. cit., p. 19.



Por mais de 120 anos, a lei anti-homossexuais continuou vigente e sendo executada no território alemão. A República Federal da Alemanha Ocidental preservou a versão mais rigorosa do Parágrafo 175, aquela reformulada pelos nazistas, por um período de 20 anos. Somente em 1954, uma reforma dentro do Código Penal Alemão Ocidental começou a ser posta em prática. Analisando a questão da homossexualidade, em 1962, o primeiro rascunho desse novo documento importava uma linguagem da medicina forense do início do século XIX e que também fora usada pelos nazistas. Dessa maneira, a comissão composta por políticos e juristas recomendou que a homossexualidade masculina continuasse criminalizada.<sup>125</sup> Afirmava, portanto, que os homens homossexuais atingidos pela lei não sofriam uma “disposição inata” à homossexualidade, e por conta disso, essa condição sexual era remediável, além de enquadrarem a homossexualidade como uma ameaça ao povo, trazendo degeneração e deterioração à moral social.<sup>126</sup>

Tais declarações por parte do Estado geraram repercussão entre sexólogos progressistas, intelectuais e ativistas da nova esquerda que efetuaram mudanças políticas e significativas reformas legais na Alemanha Ocidental. A partir desse movimento de indignação, pressão e reivindicação, em 1969 a Alemanha Ocidental descriminalizou as relações sexuais entre homens com mais de 21 anos. Os movimentos ativistas modernos em prol da causa de libertação homossexual continuaram a pressionar o Estado, fortemente inspirados pelos episódios de Stonewall em Nova York no ano de 1969. Eles conseguiram que a lei fosse novamente afrouxada. Em 1973, a idade geral de consentimento para relações homossexuais foi reduzida para 18 anos.<sup>127</sup>

Do lado Oriental da Alemanha, a homossexualidade continuou sendo criminalizada também. Porém, a partir de 1957, o Estado cessou os processos em relação aos homens homossexuais acima dos 18 anos. De forma pioneira, em 1968, o Parágrafo 175 foi extirpado com a criação de um novo Código Penal.<sup>128</sup>

Em 1987, a suprema corte da Alemanha Oriental decidiu que “as pessoas homossexuais não estão fora da sociedade socialista e têm garantidos os mesmos direitos civis de todos os outros cidadãos”. Como consequência dessa decisão, uma nova lei da Alemanha Oriental promulgada em maio de 1989

---

<sup>125</sup> HERZOG, Dagmar. **Sex after Fascism: Memory and Morality in Twentieth-Century Germany**. New Jersey: Princeton University Press, 2005. p. 129.

<sup>126</sup> BEACHY, Robert. Op. cit., p. 246.

<sup>127</sup> Idem.

<sup>128</sup> Idem.

estabeleceu dezesseis anos como a idade de consentimento para casais homossexuais e heterossexuais.<sup>129</sup>

Somente quatro anos após a reunificação do país, em 1994, o Parágrafo 175 foi completamente excluído do Código Penal Alemão. As relações consentidas, homossexual e heterossexual, passaram para 14 anos.<sup>130</sup>

### 1.3. As obras

Pierre Seel lançou sua autobiografia, com a colaboração de Jean Le Bitoux, em 1994 na França, sob o título de *Moi, Pierre Seel, déporté homosexuel*. Enquanto isso, Rudolf Brazda, veio ao grande público em 2010, através da sua biografia escrita por Jean-Luc Schwab, também na França, intitulada *Itinéraire d'un triangle rose*.

Seel publicou na editora *Calmann-Lévy* de Paris. Essa, por sua vez, possui uma longa tradição editorial na França que remonta ao século XIX, trazendo aos leitores obras clássicas de grandes nomes da literatura, como Alexandre Dumas, Charles Baudelaire, Alphonse de Lamartine, Gustave Flaubert, Victor Hugo, entre muitos outros. Em pouquíssimo tempo, a editora encabeçada por seu fundador, Simon Lévy, em companhia de seu filho mais novo, Michel Lévy, revolucionou o meio editorial de sua época, criando coleções no valor de 1 franco. Assim, tornou livros de qualidade a preços acessíveis, institucionalizando a leitura nos mais diversos âmbitos sociais.<sup>131</sup>

Michel Lévy foi responsável por abrir o leque de publicações da editora, saindo do campo exclusivo das publicações teatrais e de romances para o mundo das ideias, do pensamento, das análises políticas e históricas do seu tempo. A partir desse momento, os grandes *best-sellers* do século XIX tomaram conta da editora. Em 1875, Michel Lévy morreu devido um ataque do coração. Seu irmão, Calmann, assumiu inteiramente a empresa da família, “cuja reputação literária era impecável e um catálogo onde não faltava nenhum grande autor”.<sup>132</sup> Sob nova direção, a editora recebeu o nome tal qual conhecemos hoje: *Calmann-Lévy*.

Em 1891, Calmann faleceu e a direção do negócio familiar passou aos seus três filhos herdeiros, Paul, Georges e Gaston. Sem perder a qualidade e a proposta de inovação, a editora

---

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> Idem.

<sup>131</sup> Disponível em: <<https://calmann-levy.fr/qui-sommes-nous>>. Acesso em: 14. Jan. 2020.

<sup>132</sup> Idem.

continuou publicando clássicos e outros autores/títulos recém-descobertos, como Pierre Loti, Anatole France – esses dois em caráter exclusivos da casa editorial – e Marcel Proust – estreando sua vida literária. Os autores estrangeiros também ganharam destaque sob a direção dos herdeiros de Calmann, como Luigi Pirandello, Maxime Gorki, Henry James e Gabriele d’Annunzio.<sup>133</sup>

A maré de boa sorte para a família Lévy e para os seus negócios é interrompida durante a ocupação nazista na França. Em 1940, aos 65 anos, Gaston Lévy é preso por ser judeu. Seus filhos, por consequência da perseguição, partem para o exílio em Londres. A companhia editorial da família, então, passou a ser comandada pelos nazistas. Sob administração do Reich, a *Calmann-Lévy* se tornou *Éditions Balzac* em 1943. O catálogo de publicações foi reformulado, priorizando obras que agradavam os arianos. Depois da Libertação, a editora voltou a ter seu nome original, *Calmann-Lévy*, e recuperou o “seu dinamismo com a criação de novas coleções”.<sup>134</sup>

Raymond Aron, um dos consultores editoriais no pós-guerra, fundou a coleção *Liberté de l’esprit* em 1947, “promovendo autores cautelosos de várias ideologias e unidos pela firme crença na sociedade civil”.<sup>135</sup> Portanto, há uma reestruturação absoluta dentro da editora. Prova disso é a coleção fundada por Roger Errera, *Diaspora*, “comprometida com o estudo da questão judaica dentro do contexto histórico, político, cultural e religioso”.<sup>136</sup> Autores como Hannah Arendt, Léon Poliakov e Robert Paxton são publicados nessa área.

O compromisso que a editora *Calmann-Lévy* tem com a história do Holocausto e com a narrativa judaica da perseguição, deportação e extermínio, pode ser conferido desde 2005 pelo apoio que a casa editorial presta ao *Mémorial de la Shoah* (Memorial do Holocausto), publicando diversos textos científicos, entre artigos e ensaios, que exploram a temática da maior catástrofe do século passado.<sup>137</sup> Assim, alargam-se as visões e possibilidades de compreensão do Holocausto. Não necessariamente os intelectuais são aqueles que se beneficiam dessas ações de fomento à conscientização e educação. A literatura, desde as peças teatrais, passando pelos romances e as poesias, até as discussões intelectuais sobre política, filosofia, sociologia e história deve ser para todos os nichos sociais. Assim, a *Calmann-Lévy*, ocupa na França uma longa caminhada de atividade editorial, passando os seus 185 anos.

---

<sup>133</sup> Idem.

<sup>134</sup> Idem.

<sup>135</sup> Idem.

<sup>136</sup> Idem.

<sup>137</sup> Idem.

Pierre Seel, dessa forma, publicou sua autobiografia em uma companhia editorial diversa, plural e que tem um passado, assim como ele, de repressão nazista. A publicação de seu livro, segundo Tiago Elídio, é de suma importância para a vida pessoal e coletiva de Pierre Seel, tanto a nível micro – a busca pelo reconhecimento de sua catástrofe – quanto a nível macro – que outros, dentro dessa luta sócio-política, possam ser reconhecidos também.<sup>138</sup>

Ainda segundo Elídio, é somente depois de 1989 que Jean Le Bitoux conseguiu convencer Seel a escrever sua autobiografia. Isso aconteceu após Le Bitoux ter fundado o Memorial da Deportação Homossexual (MDH) com o intuito primário de ajudar Seel a ser reconhecido oficialmente pelo governo francês enquanto vítima de deportação por homossexualidade. Assim, seu testemunho se tornaria marco definitivo dessa luta por direitos, reparações e visibilidade.<sup>139</sup> Em um trecho traduzido por Elídio, em sua dissertação de mestrado, ele pontua a escrita de Jean Le Bitoux:

Por um ano, eu tomei o trem em direção a Toulouse. As lembranças eram dolorosas. As lágrimas corriam. Às vezes, ele se ressentia comigo por isso. Minhas perguntas reavivavam suas feridas. Ele então maldizia nosso projeto. Durante o inverno de 1993, no meu domicílio parisiense, ele leu diante de mim a versão final da obra que teve o aval da editora Calmann-Lévy com o título foucaultiano: Eu, Pierre Seel, deportado homossexual.<sup>140</sup>

Portanto, nasce daí não só uma testemunha do horror nazista guinado à tragédia imposta aos homossexuais no ambiente público, mas um testemunho que foi enquadrado, muito bem pensado e executado com uma rede de apoiadores e de outros ativistas da causa homossexual. Os “próximos”, como sublinha Paul Ricœur, são os auxiliadores desse processo de escrita e publicação da obra de Pierre Seel.<sup>141</sup>

Jean-Luc Schwab, por sua vez, publicou a biografia de Rudolf Brazda por uma editora que possui uma vida mais curta. A *Éditions Florent Massot* de Paris foi fundada em 1994 pelo jovem editor ligado à contracultura Florent Massot. Há mais de 35 anos, segundo o próprio site da casa editorial, os esforços prestados à sociedade são no intuito de “apoiar mudanças [...], abrir brechas e construir pontes para atravessar este mundo em crise”, assim, almejando possibilitar “um espaço de expressão para as novas gerações”.<sup>142</sup> O catálogo da *Éditions Florent Massot* é tão expressivo e diversificado quanto o da *Calmann-Lévy*, trazendo nomes como Dalai

---

<sup>138</sup> ELÍDIO, Tiago. Op. cit., p. 92.

<sup>139</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>140</sup> Idem.

<sup>141</sup> RICŒUR, Paul. Op. cit., p. 142.

<sup>142</sup> Disponível em: <<https://massot.com/la-maison/>>. Acesso em: 14. Jan. 2020.

Lama, Jean Branco, Malory Malmasson, Patrick Burensteinas, Pascal Bacqué, entre tantos outros.<sup>143</sup> Interessante notar que a companhia criada e dirigida por Florent Massot possui uma forte iniciativa com o meio ambiente, ligando as publicações com um caminho de visibilidade mais ecológico, feminista e espiritualista.

Após a publicação da biografia de Brazda na França, em 2010, seu texto chegou ao Brasil pela editora Mescla de São Paulo, no ano de 2011, traduzido por Angela Cristina Salgueiro Marques. Em 2013, os direitos e a publicação do escrito original passaram para a editora francesa *J'ai lu*. Na página virtual da casa editorial, o livro se encontra no catálogo de “testemunho” e “história”.<sup>144</sup> No ano seguinte da chegada da biografia de Brazda, em 2012, Tiago Elídio publicou a tradução da autobiografia de Pierre Seel no Brasil pela editora Cassará do Rio de Janeiro.

Esses dois testemunhos possuem uma relação intrínseca com a perseguição a um grupo particular de indivíduos, atingidos por causa de uma violência muito característica. Porém, eles também são parte de um movimento muito maior. A literatura de testemunho vem à tona na segunda metade do século XX por conta de um outro grupo vitimado pelos nazistas, os judeus. É importante que saibamos os percursos que essas vítimas judias traçaram para depois entendermos o trajeto dos triângulos rosa. Os marcados pela insígnia amarela da Estrela de Davi conseguiram delimitar esse genocídio como parte singular de sua história e experiência no mundo, e como? Por quê?

#### **1.4. Memória e historiografia das vítimas do Holocausto**

No imediato do pós-Segunda Guerra Mundial, o mundo foi posto em face ao extermínio nazista nos KL (*konzentrationslager*) pela imprensa ocidental e pelo movimento testemunhal dos sobreviventes. As imagens e impressões iniciais dos campos de Dachau, Buchenwald e Bergen-Belsen estamparam as primeiras páginas dos jornais de países como Grã-Bretanha, Estados Unidos, Austrália, entre outros. “Uma reportagem australiana descreveu a Alemanha em 1945 como “o país dos campos de concentração”.<sup>145</sup> Progressivamente, o horror nazista começou a ser dissecado.

---

<sup>143</sup> Idem.

<sup>144</sup> Disponível em: <<https://www.jailu.com/itinaire-dun-triangle-rose/9782290029442>>. Acesso em: 14. Jan. 2020.

<sup>145</sup> WACHSMANN, Nikolaus. **KL**: A história dos campos de concentração nazis. Trad. Miguel Mata. Dom Quixote, 2005. p. 20.

Nesse sentido, podemos vislumbrar a relação entre testemunho e história. Após a Libertação, muitos sobreviventes vieram à tona contar suas histórias, seja de maneira individual, sejam inseridos em espaços coletivos. A própria urgência do testemunho aconteceu ainda dentro dos KL. Primo Levi, judeu italiano *partisan*, publicou pela primeira vez na Itália em 1947 *Se questo è un uomo* (É isto um homem?). No prefácio de sua obra afirmou que o seu relato tinha sido concebido nos dias do Campo:

A necessidade de contar “aos outros”, de tornar “os outros” participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de liberação interior.<sup>146</sup>

A necessidade por relatar o que havia acontecido é algo que vai manifestar-se em diversos relatos de sobreviventes do Holocausto. Com o propósito de contar à sociedade, muitos prisioneiros mantiveram escritos avulsos e diários clandestinos.<sup>147</sup> Alguns chegaram a sonhar com o ato de transmitir oralmente as vivências dentro dos KL, muitas vezes em pesadelos, pois não eram capazes de se fazerem ouvir ou falar.<sup>148</sup> Isso reflete diretamente o desespero de ser descreditado socialmente. Em “Os afogados e os sobreviventes”, Primo Levi relembra um episódio descrito no testemunho do judeu Simon Wiesenthal em *Gli assassini sono tra noi* sobre a fala de um nazista dentro do campo de concentração:

Seja qual for o fim desta guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos; ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhe dará crédito. Talvez haja suspeitas, discussões, investigações de historiadores, mas não haverá certezas, porque destruiremos as provas junto com vocês. E ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança: dirão que são exageros da propaganda aliada e acreditarão em nós, que negaremos tudo, e não em vocês. Nós é que ditaremos a história dos *Lager*.<sup>149</sup>

De forma inalienável, os campos de concentração e extermínio são parte fundamental da memória que se teve sobre aquilo que mais tarde chamaríamos de Holocausto. Sobre os KL e seus desdobramentos, Nikolaus Wachsmann escreveu:

---

<sup>146</sup> LEVI, Primo. **É isto um homem?** / Primo Levi: Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 8.

<sup>147</sup> WACHSMANN, Nikolaus. Op. cit., p. 20.

<sup>148</sup> LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Trad. Luiz Sérgio Henriques. 3ª ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. p. 7.

<sup>149</sup> Idem.

Podemos estimar que entre 1933 e 1945, 2,3 milhões de homens, mulheres e crianças foram arrastados para os campos de concentração SS; a maioria, mais de 1,7 milhões, perdeu a vida. Quase um milhão de mortos foram judeus assassinados em Auschwitz, o único KL que desempenhou um papel central naquilo que os nazis designaram por Solução Final – o extermínio sistemático dos judeus europeus durante a Segunda Guerra Mundial, hoje comumente conhecido por Holocausto. A partir de 1942, quando a SS começou a enviar para o campo comboios com deportados de todo o continente, o KL Auschwitz funcionou como um híbrido invulgar de campo de trabalho e campo de extermínio. Cerca de 200 000 judeus foram selecionados à chegada para trabalho escravo com os demais presos. Os restantes – cerca de 870 000 homens, mulheres e crianças – foram enviados diretamente para a morte nas câmaras de gás, sem serem registrados no campo.<sup>150</sup>

Portanto, os KL entraram definitivamente no imaginário social como símbolos do Reich milenar de Hitler – mas que durou 12 anos. Por consequência da estrutura física, modelo de operação que interligou toda Europa ocupada através da malha ferroviária, dos grandes números de internados e exterminados e, fundamentalmente, dos testemunhos de sobreviventes que estiveram em Auschwitz, na Polônia ocupada, esse campo se tornou a maior alegoria desse genocídio implementado em larga escala e em curto período de tempo. Porém, a construção de Auschwitz enquanto mecanismo do Reich alemão que concentra atenções, fomenta discussões e paira sobre os imaginários sociais do mundo, foi um processo de descoberta lenta, de demarcação acadêmica, social, política e cultural. “Os campos de concentração SS passaram a estar estreitamente identificados com Auschwitz e as suas vítimas judias, obscurecendo outros campos e outras vítimas”.<sup>151</sup>

Embora Auschwitz seja o KL mais conhecido ao se tratar do Holocausto, tornando-se signo ininterrupto dessa catástrofe, ele não pode ser encarado como modelo original. Auschwitz era integrado a um sistema maior e mais complexo que ele próprio, sua atividade é executada rigorosamente a partir de outras experiências que o moldaram, tendo como influência o campo de concentração mais longo da ditadura nazista, Dachau.<sup>152</sup> Dali, foram exportados os métodos de encarceramento, escravidão e tortura.

Sequer as câmaras de gás são criações originais de Auschwitz. “Em 1942, o extermínio sistemático em massa nas câmaras fixas de gás (com monóxido de carbono gerado por motores

---

<sup>150</sup> WACHSMANN, Nikolaus. Op. cit., p. 15-16.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>152</sup> Idem.

a diesel) foi iniciado em Belzec, Sobibor e Treblinka”.<sup>153</sup> Contudo, foi em Auschwitz que o gás Zyklon B (um pesticida a base de ácido cianídrico e nitrogênio que, ao entrar em contato com o ar, se torna altamente venenoso) foi testado e aprovado como forma mais eficaz de matar milhares de prisioneiros ao mesmo tempo. Por conta desse resultado, a substância começou a ser amplamente administrada em outros campos que mantinham as câmaras de gás.

Assim, entra em cena o papel crucial dos testemunhos de sobreviventes. Em sua trilogia do Holocausto, “É isto um homem?” (1947), “A trégua” (1960), “Afogados e sobreviventes” (1984), Primo Levi traça reflexões profundas sobre a humanidade violentamente abusada e destituída completamente de dignidade. Sua narração crua, direta, querendo estar mais próxima possível da percepção do real, é o que chama atenção em suas obras. O evento-limite pelo qual Levi passou tem um lugar específico: Auschwitz. Depois dele, outras testemunhas emergiram do anonimato.

Elie Wiesel, judeu romeno de família ortodoxa, também dividiu os horrores de Auschwitz e Buchenwald com a sociedade através de 57 livros publicados. Por conta do conjunto de sua obra e sua fama internacional como uma testemunha do Holocausto, foi reconhecido pelos seus “esforços por promover os direitos humanos no mundo”, recebendo o Nobel da Paz em 1986.<sup>154</sup> Sua contribuição de maior destaque foi seu escrito inaugural, *La Nuit* (A Noite), publicado pela primeira vez em 1958 pela *Les Éditions de Minuit* de Paris.<sup>155</sup> Com o passar das décadas, inúmeras testemunhas emergiram através dos seus trabalhos relativos às escritas de si, em livros de memórias, ensaios filosóficos, autobiografias, biografias, e outros gêneros literários. Nomes como Jean Améry, Imre Kertész, Eva Schloss, Janina Bauman, Nanette Blitz Konig, Hannah Goslar, Andor Stern, Gad Beck, etc, igualmente alavancaram os testemunhos de judeus do Holocausto.

Porém, houve outra testemunha que não conseguiu sobreviver e, graças aos seus esforços enquanto ainda estava escondida, revelou ao mundo a perseguição aos judeus na Holanda ocupada através de seu diário, Anne Frank. Em 1944, os nazistas encontraram o Anexo Secreto no centro de Amsterdã, naquele esconderijo estavam 8 pessoas: a família Frank (Otto, Edith, Margot e Anne), a família van Pels (Hermann, Auguste e Peter) e o dentista Fritz Pfeffer.

---

<sup>153</sup> Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/gassing-operations#:~:text=Em%201942%2C%20o%20exterm%C3%ADnio%20sistem%C3%A1tico,todos%20campos%20localizados%20na%20Pol%C3%B4nia>>. Acesso em: 13. Fev. 2021.

<sup>154</sup> LERNER, Kátia. **Holocausto, memória e identidade social**: a experiência da Fundação Shoah. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Antropologia Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. p. 55.

<sup>155</sup> Disponível em: <[http://www.leseditionsdeminuit.fr/livre-La\\_Nuit%C2%A0-2518-1-1-0-1.html](http://www.leseditionsdeminuit.fr/livre-La_Nuit%C2%A0-2518-1-1-0-1.html)>. Acesso em: 9. Fev. 2021.



Delatados anonimamente, foram deportados de imediato aos campos de concentração e extermínio. Seu diário e outros escritos, como poemas avulsos, cartas, anotações e rascunhos de outros projetos, foram recolhidos e guardados por uma das funcionárias da empresa de Otto Frank, Miep Gies.<sup>156</sup>

Anne e sua irmã Margot foram deportadas juntas para Auschwitz e depois para Bergen-Belsen. Ambas sucumbiram semanas antes da Libertação e foram enterradas em valas comuns, Anne aos 15 e Margot aos 19 anos de idade. Seus corpos nunca foram identificados. O único sobrevivente do Anexo Secreto foi Otto Frank, pai das meninas. Ao retornar à Amsterdã, Miep Gies entregou-lhe os escritos de Anne.<sup>157</sup> Ele foi o responsável por publicar o diário em 1947. Anos depois, em 1963, “Otto e um grupo de apoiadores conseguiram salvar o prédio número 263 da Prinsengracht, impedindo a sua demolição, comprando o edifício e estabelecendo a Casa de Anne Frank em Amsterdã”.<sup>158</sup> Hoje, a *Anne Frank Huis*, é um dos espaços de memória relativos ao Holocausto mais visitados do mundo, mais de 1 milhão e 190 mil pessoas já visitaram o Anexo Secreto que foi transformado em museu.

Ainda em 1963, Otto Frank também fundou a *Anne Frank Fonds* na Basileia, Suíça, com o objetivo de manter a memória de sua filha ativa e reverberada pelo mundo. Designou a fundação como herdeira universal do legado de Anne Frank. A partir do capital gerado pelas publicações e traduções (para mais de 70 idiomas) do diário, encenações teatrais e produções audiovisuais, os recursos são revertidos em ações sociais e educacionais para que a família Frank e os demais judeus exterminados no Holocausto não sejam esquecidos.<sup>159</sup> Sobre o registro que Anne Frank confeccionou entre 1942 e 1944, Melissa Müller escreveu:

Seu diário [...] é o documento literário mais lido sobre os crimes nazistas e transformou-a numa das figuras mais conhecidas do século XX: a menina Anne Frank. [...] Nos últimos cinquenta anos, Anne Frank foi estilizada como embaixatriz dos discriminados num mundo de violência e falta de liberdade, um símbolo de humanidade, de tolerância, de direitos humanos e democracia, a síntese do otimismo e da vontade de viver. Para milhões de jovens em busca de identidade, ela tornou-se figura de identificação, até mesmo heroína. Ela foi usada e abusada como elo entre criminosos e vítimas, seu diário – leitura obrigatória em muitas escolas do mundo inteiro – foi interpretado como mensagem universal de coragem e esperança.<sup>160</sup>

---

<sup>156</sup> FRANK, Anne. **O diário de Anne Frank**. Trad. Alves Calado. 45ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 12.

<sup>157</sup> Idem.

<sup>158</sup> SCHLOSS, Eva. **Depois de Auschwitz**: o emocionante relato da irmã de Anne Frank que sobreviveu ao horror do Holocausto. Trad. Amanda Moura. São Paulo: Universo dos Livros, 2013. p. 263.

<sup>159</sup> FRANK, Anne. **Obra reunida**. Trad. Cristiano Zwieseles do Amaral. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019. p. 7.

<sup>160</sup> MÜLLER, Melissa. **Anne Frank**: uma biografia. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 9.

Anne Frank, diferente de outras vítimas do Holocausto, teve sua imagem explorada exaustivamente no seio cultural norte-americano, por conseguinte, exportada para todo o mundo Ocidental.<sup>161</sup> O fato de ter sido uma garota passando pelas transformações da adolescência, contando em seu diário não somente um retrato histórico de uma perseguição específica na Europa ocupada pelo nazismo, fez com que pessoas do mundo todo pudessem se identificar com ela. Nas páginas do seu diário havia dilemas próprios da puberdade, da descoberta sexual, dos anseios profissionais, dos desejos íntimos de liberdade e dos estresses diários e desavenças que Anne tinha com os outros integrantes do Anexo Secreto.

Por isso, o seu testemunho é tanto um fragmento documental sobre a perseguição aos judeus que culminou no Holocausto, quanto uma dissertação e um observatório sobre a vida de uma garota comum, que estava a descobrir o mundo e a si mesma dentro da clandestinidade. Como apontam os produtores da adaptação cinematográfica alemã: “Anne não é sobretudo uma vítima do nazismo, mas em primeira linha uma garota vivaz, com esperanças e sentimentos”. O diretor de *Das Tagebuch der Anne Frank* (2016), Hans Steinbichler, completa: “Roubaram de Anne Frank uma vida completamente normal”.<sup>162</sup>

“A vítima mais conhecida de Hitler”,<sup>163</sup> como descreveu Melissa Müller, se tornou, portanto, ícone não somente da nossa história contemporânea, mas da cultura popular. Para além dos espaços educacionais, monumentos, museus e livrarias, podemos reencontrar a figura de Anne Frank e seu testemunho em diversos filmes, séries, novelas, reportagens para televisão, documentários, etc, como em *Freedom Writers* (Escritores da Liberdade, 2007), *American Horror Story: Asylum* (2012-2013), *Flor do Caribe* (2013), entre tantas outras referências audiovisuais internacionais e nacionais.

Em 2019, um documentário intitulado *#AnneFrank: Parallel Stories* (Anne Frank: Histórias Paralelas) entrou no catálogo de streaming online *Netflix*. Com a narração da atriz

---

<sup>161</sup> A peça de teatro *The Diary of Anne Frank* (1955) foi um sucesso de público e crítica, adaptada pelos dramaturgos Frances Goodrich e Albert Hackett foi da Broadway, Nova York, para a Europa no ano seguinte. Recebeu o prêmio Tony de melhor peça e foi indicada a melhor atriz (Susan Strasberg), melhor design cênico, melhor figurino e melhor diretor. Seus adaptadores receberam o Pulitzer de Drama. Seu roteiro serviu à adaptação cinematográfica de mesmo nome igualmente bem-sucedida em 1959 do diretor George Stevens, trazendo Millie Perkins no papel protagonista. No mesmo ano foi indicado ao Festival de Cannes como melhor filme, no ano seguinte ao Globo de Ouro (vencendo a categoria de melhor filme de compreensão internacional) e ao Oscar (das 8 categorias indicadas, levou os prêmios de melhor atriz coadjuvante para Shelley Winters por interpretar Petronella van Daan; melhor direção de arte e melhor fotografia). Ver: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/05/saiba-como-o-diario-de-anne-frank-se-tornou-um-best-seller-sobre-nazismo.shtml>>. Acesso em: 30. Jan. 2022.

<sup>162</sup> Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/o-di%C3%A1rio-de-anne-frank-ganha-primeira-vers%C3%A3o-alem%C3%A3-no-cinema/a-19053610>>. Acesso em: 22. Jul. 2021.

<sup>163</sup> MÜLLER, Melissa. Op. cit., p. 11.

Helen Mirren, dentro do Anexo Secreto, temos a lembrança da vida e do sofrimento de Anne Frank. Entre as leituras do diário, as encenações de uma adolescente que viaja pela Europa visitando os espaços de memória dedicados ao Holocausto, nos é apresentado, também, os relatos de outras cinco mulheres que sobreviveram esse genocídio: Arianna Szorenyl, Helga Weiss, Andra Bucci, Tatiana Bucci e Sarah Lichtsztejn-Montard.<sup>164</sup> Mais de 70 anos depois de sua morte, a menina judia de Frankfurt que imigrou para os Países Baixos com sua família após a ascensão de Hitler ao poder, continua sendo fonte inesgotável de informação sobre essa catástrofe.

Ainda sobre o imediato da Libertação, Nikolaus Wachsmann afirmou:

Os sobreviventes judeus depuseram perante comissões de historiadores dedicadas à comemoração e à investigação, culminando na primeira conferência internacional de sobreviventes do Holocausto, em Paris, em 1947, na qual participaram delegados de 13 países. Os sobreviventes também foram encorajados a testemunhar pelas forças de ocupação, por governos estrangeiros e por ONG, para contribuir para a punição dos criminosos e para preservar a memória dos campos. Alguns destes relatos apareceram posteriormente em jornais ou panfletos.<sup>165</sup>

Apesar dessa onda de testemunhos, o interesse popular pelo tema decaiu ao decorrer dos anos. Para Wachsmann, o crescente desinteresse por essa história aconteceu por dois motivos: o primeiro, a saturação sobre esse assunto, devida à “torrente inicial” dos relatos que se seguiram ao processo de desnazificação da Europa. O segundo, de maneira geral, “a memória pública dos campos estava a ser marginalizada pela reconstrução e pela diplomacia do pós-guerra”.<sup>166</sup> Consequentemente, acabou empurrando as vítimas que testemunhavam aos montes e com veemência a um lugar de isolamento. O que mais tarde, daria a impressão de um imediato pós-guerra marcado pelo imaginário hegemônico do silêncio. Além disso, a cortina de ferro que desceu sob a Europa durante a Guerra Fria fez com que os testemunhos sobre os KL se tornassem inconvenientes:

Dez anos após a libertação, os campos tinham passado para segundo plano – não porque os sobreviventes não conseguissem falar, mas porque a generalidade do público não estava interessada em ouvi-los.<sup>167</sup>

---

<sup>164</sup> Disponível em: <[https://www.imdb.com/title/tt9850370/?ref =nv\\_sr\\_srg 4](https://www.imdb.com/title/tt9850370/?ref =nv_sr_srg 4)>. Acesso em: 9. Fev. 2021.

<sup>165</sup> WACHSMANN, Nikolaus. Op. cit., p. 21.

<sup>166</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>167</sup> Idem.

O mundo voltou a prestar atenção aos testemunhos do Holocausto durante os anos 1960 e 1970. Com o evento jurídico, político e midiático em Israel, em abril de 1961, no julgamento de Eichmann em Jerusalém, a opinião pública retornou atenção ao tema. Capturado na Argentina pelas mãos da inteligência do serviço secreto israelense, Mossad, Eichmann foi julgado e sentenciado à morte. Nesse momento, os testemunhos são massificados a um propósito institucional, colocados à frente das “comissões de inquérito de natureza jurídica ou histórica”.<sup>168</sup> Como aponta Annette Wieviorka:

No julgamento de Eichmann [...] os testemunhos foram solicitados de uma perspectiva judicial, embora tenham sido transmitidos pelo rádio e pela televisão, o que conferiu enorme publicidade ao evento e certa formatação da condução e das formas narrativas. O julgamento marcou a primeira exploração estratégica dos depoimentos do Holocausto na esfera política. Os sobreviventes cujos testemunhos não tinham influência direta sobre os atos dos acusados, e que foram cuidadosamente selecionados para representar várias classes sociais e diásporas judaicas, foram chamados a testemunhar na tentativa de transmitir uma imagem tangível e concreta do Holocausto ao mundo e à geração israelita mais nova, ou, nas palavras do promotor Gideon Hausner, “para sobrepor em um fantasma uma dimensão da realidade”.<sup>169</sup>

Esse evento foi responsável por alocar os testemunhos dos sobreviventes judeus em uma narrativa social, comungada, intrinsecamente coletiva e que tinha relações diretas com a conceituação do Holocausto enquanto uma tragédia específica, isto é, um genocídio que estava voltado exclusivamente aos judeus europeus.<sup>170</sup> A transformação dos testemunhos individuais em uma explicação coletiva de um grupo étnico-religioso sobre sua tragédia fez com que se criasse a “administração da prova”.<sup>171</sup> A promotoria, como nos aponta Kátia Lerner, utilizou dos depoimentos como “recurso moral de condenação”, colocando-os como peças-chave do julgamento de Eichmann. A partir desse momento, há uma reviravolta na percepção social sobre os judeus inseridos no contexto de perseguição e extermínio durante o nazismo. Deixaram de ser só mais um grupo afetado e passaram a ter exponencial protagonismo nessa catástrofe.<sup>172</sup>

Os julgamentos de nazistas como Adolf Eichmann e Klaus Barbie, e dos colaboracionistas franceses Paul Touvier e Maurice Papon, segundo Annette Wieviorka, deram nova voz às vítimas do Holocausto. Criando, assim, uma demanda social para os

---

<sup>168</sup> WIEVIORKA, Annette apud SACRAMENTO, Igor. A era da testemunha: uma história do presente. **Revista Brasileira de História da Mídia**. Vol. 7, n. 1, jan./jun. 2018. p. 127.

<sup>169</sup> Ibidem, p. 128.

<sup>170</sup> LERNER, Kátia. Op. cit., p. 53.

<sup>171</sup> WIEVIORKA, Annette. **The era of the witness**. Trans. Jared Stark. Cornell University Press: Ithaca and London, 2006.

<sup>172</sup> LERNER, Kátia. Op. cit., p. 53-54.

testemunhos.<sup>173</sup> O resultado da volta do interesse sobre o tema deu origem às produções norte-americanas de maior relevância dentro da construção dessa memória audiovisual: a minissérie *Holocaust* (1978) e o filme *Schindler's List* (1993). A primeira, dirigida por Marvin Chomsky e estrelada por Meryl Streep, foi um sucesso nacional e internacional, sendo bem recebida pela crítica especializada, ganhando prêmios como o Emmy, Globo de Ouro e *Directors Guild of America Award*. A segunda, concebida por Steven Spielberg, um ano depois, levou o cineasta a criar a Fundação Shoah.

Com o objetivo de encontrar o maior número de sobreviventes possível, acreditando que cada um deles tinha uma história inédita para contar, pelos empenhos da organização “o testemunho adquiriu dimensões industriais”.<sup>174</sup> Portanto, temos um esforço de enquadramento sobre a memória desses sujeitos. Dentro do projeto da Fundação Shoah, dezenas de países foram envolvidos, implicando no cumprimento de entrevistas gravadas em áudio e vídeo, seguindo as diretrizes dos escritórios regionais em cada localidade.<sup>175</sup> Buscando por montar um mosaico sobre os sobreviventes dessa tragédia, o acervo da fundação coletou:

[...] mais de 50 mil depoimentos em 57 países distintos, em mais de 30 línguas, com equipes, intentos e contextos de trabalho tão diversificados que nos coloca em contato com a perspectiva de que se trata de uma coleção extremamente variada e plural acerca das visões e percepções sobre um “mesmo acontecimento”. É importante ainda enfatizar a heterogeneidade deste “grupo” (e os limites de classificá-lo enquanto tal), pois apresenta variações não apenas nas suas características sócio-culturais (nacionalidade, idioma, classe social, idade, nível de escolaridade, práticas religiosas, posição política, costumes alimentares, e, acima de tudo, visões de mundo) quanto pelos tipos de experiências vividas: campo de extermínio, de trabalho, luta armada, adoção por famílias ou instituições – escolas e orfanatos – cristãs (especificamente no caso das crianças), encarceramento por motivos étnicos, religiosos, políticos, entre outros.<sup>176</sup>

Outro importante cineasta que ajudou a enquadrar e expor essa memória das vítimas judias foi o francês Claude Lanzmann, com o documentário *Shoah* (1985). Em sua autobiografia, Lazmann revela que a ideia do longa-metragem não partiu dele, foi um acontecimento do acaso. Depois da repercussão positiva em Israel de seu primeiro filme, *Pourquoi Israël* (1973), seu amigo Alouf Hareven, à época, diretor de departamento no

---

<sup>173</sup> WIEVIORKA, Annette. Op. cit., p. 87.

<sup>174</sup> SACRAMENTO, Igor. Op. cit., p. 128.

<sup>175</sup> LERNER, Kátia. Op. cit., p. 4-5.

<sup>176</sup> *Ibidem*, p. 148-149.

ministério israelense das Relações Exteriores, o chamou para uma reunião. Então, surgiu a proposta:

“Não existe nenhum filme sobre a *shoah*, nenhum filme que abarque esse acontecimento em sua totalidade e magnitude, nenhum filme que o mostre pela nossa perspectiva, pela perspectiva dos judeus. Não se trata de fazer um filme *sobre a shoah*, e sim um filme que *seja a shoah*. Achamos que só você é capaz de fazê-lo. Pense nisso. Sabemos de todas as dificuldades que enfrentou para levar *Pourquoi Israël* a termo. Se aceitar, vamos ajudar no que pudermos”. De modo que a ideia de *Shoah* não foi minha, eu nem tinha pensado nisso. Mesmo que a *shoah* seja central em *Pourquoi Israël*, eu nunca imaginaria abordar frontalmente um assunto desses.<sup>177</sup>

Esse diálogo, segundo Lanzmann, ocorreu aproximadamente no início de 1973. De volta a Paris, o cineasta refletiu sobre o convite e concluiu que nada sabia sobre a história da Shoah, que seu único conhecimento e aproximação com esse passado se dava pela sua direta ancestralidade. Apenas o número de 6 milhões de assassinados estava fixo em sua cabeça, embora, as vítimas judias ainda fossem “abstratas” para ele. Na manhã seguinte, após uma longa madrugada refletindo sobre os prós e os contras desse projeto, ligou para Hareven e aceitou a proposta.<sup>178</sup> A partir de então, o documentário *Shoah* começou a ser pensado.

Em Jerusalém, Lanzmann passou todo o verão de 1973 se dedicando aos estudos que encaminharam seu novo filme. Dividiu suas atenções nas leituras dos trabalhos historiográficos monumentais e pioneiros de Gerald Reitlinger e Raul Hilberg. Foi dentro do Yad Vashem que Lanzmann encarou a primeira edição americana de *The Destruction of the European Jews* (A destruição dos judeus europeus, 1961), segundo ele, uma leitura de “uma aridez sem concessão”.<sup>179</sup>

Hilberg escreveu mais de mil páginas de um trabalho minucioso que se preocupou em esquadrihar o destino dos judeus sob o domínio nazista desde 1933 até 1945, examinando a Alemanha e os territórios anexados e ocupados. Rigorosa e criticamente, cobriu as etapas da perseguição que levariam à Solução Final, desdobrando a “definição, marcação, segregação, expulsão, guetização, morte” com uma diversidade de notas que revelava os nomes dos responsáveis desse genocídio.<sup>180</sup> Lidando com fontes primárias, e dados até então inexplorados, Raul Hilberg conseguiu transformar sua pesquisa em um célebre trabalho histórico de fôlego

---

<sup>177</sup> LANZMANN, Claude. **A lebre da Patagônia**. Trad. Eduardo Brandão; Dorothee de Bruchard. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 358.

<sup>178</sup> Ibidem, p. 358-359.

<sup>179</sup> Ibidem, p. 359.

<sup>180</sup> Idem.

sobre o Holocausto. Até hoje, o seu modelo narrativo é um referencial para os estudos do Holocausto.<sup>181</sup> Para Lanzmann, a historiografia de Hilberg foi primordial para o seu entendimento pessoal sobre o tema e a execução do seu documentário.

De volta à Europa, Lanzmann continuou seus estudos. Assistiu *Nuit et brouillard* (Noite e Neblina, 1956) de Alain Resnais, leu Primo Levi, Robert Antelme e David Rousset, outros tantos testemunhos e monografias. Fez um movimento de escuta com alguns sobreviventes que conseguiu estabelecer contato, embora não fosse capaz de interrogá-los pois ainda se julgava leigo sobre a temática. Chegou à conclusão de que todos os depoimentos a que teve acesso começavam da mesma forma, perpassando por cenários de prisões, armadilhas, capturas, deportações, e chegavam aos lugares compartilhados, como a fome, a doença, a miséria, os guetos, os KL, etc.<sup>182</sup> Porém, algo lhe incomodava:

Meu filme não podia de forma alguma desconsiderar tudo isso, mas faltava o essencial: as câmaras de gás, a morte nas câmaras de gás, de onde ninguém nunca voltou para contar como era. No dia em que compreendi isso, soube que o tema de meu filme seria a morte em si, a morte e não a sobrevivência, contradição radical já que, em certo sentido, demonstrava a impossibilidade da minha iniciativa, pois os mortos não podem falar pelos mortos.<sup>183</sup>

Ao chegar nessa ideia, Lanzmann buscou pelos documentos sobre os campos de concentração que o levariam aos futuros protagonistas do seu documentário, acionou seus contatos – como o historiador Yehuda Bauer da Universidade Hebraica de Jerusalém, responsável por alguns dos trabalhos pioneiros sobre o Holocausto ainda no início dos anos 1980<sup>184</sup> – e, assim, fez ponte com diversas testemunhas que apresentariam a sua obra. Em 1985, depois de uma década, finalmente, seu documentário foi lançado. Ao todo, o filme possui 9 horas de duração, cerca de 544 minutos. *Shoah* se tornou um documento audiovisual que sintetizou a incapacidade de representar essa catástrofe em sua totalidade. Trazendo inúmeros relatos, tanto de vítimas quanto de algozes, incluindo o depoimento do historiador Raul Hilberg,<sup>185</sup> Lanzmann concretizou seu espaço na história do cinema como o documentarista responsável por questionar o limite ético da representação desse extermínio.

---

<sup>181</sup> GIGLIOTTI, Simone; EARL, Hilary. Introduction. In: GIGLIOTTI, Simone; EARL, Hilary (ed.). **A Companion to the Holocaust**. Hoboken: New Jersey, 2020. p. 1-2.

<sup>182</sup> LANZMANN, Claude. Op. cit., p. 364.

<sup>183</sup> Ibidem, p. 364-365.

<sup>184</sup> Ibidem, p. 366.

<sup>185</sup> Ibidem, p. 371.

Atento às distrações artísticas – e, para ele, desrespeitosas – que o documentário poderia ter, Lanzmann optou por um longa-metragem sem trilha sonora, apenas som ambiente. Assim, coletou os depoimentos em idiomas diversos, com tradutoras que transmitem as perguntas do cineasta aos personagens do filme e, igualmente, as traduzem para os expectadores. Seu documentário não possui uma cronologia linear e isso resulta do esforço longo para que a obra fosse entregue. Por sua definição, “*Shoah* é um filme irrefreável e existem mil caminhos para penetrá-lo”.<sup>186</sup>

Contudo, ainda segundo Lanzmann, *Shoah* é um encontro entre os “retornantes” – como ele chama os que sobreviveram – e aqueles que não conseguiram retornar. O elo que liga essas duas categorias de vítimas, portanto, é o ato de testemunhar. Os que ficam falam por si e por aqueles que não estavam mais presentes no mundo. De maneira central, é a ausência de quem não pôde estar no documentário para testemunhar que materializa a incapacidade de traduzir essa calamidade. *Shoah*, assim como Primo Levi defende em seus escritos, é uma exposição visual sobre os vitimados que não conseguiram voltar pois acabaram tocando os cantos mais fundos do Holocausto – uma metáfora para os exterminados nas câmaras de gás. Lanzmann concluiu com maestria a sua missão.

Do ponto de vista acadêmico, logo no imediato do pós-Segunda Guerra Mundial, surgiram trabalhos “médicos, sociológicos, psicológicos e filosóficos e reflexões literárias e obras de arte”.<sup>187</sup> Segundo Wachsmann, de forma tardia durante os anos 1960 e 1970, “os historiadores começaram a publicar estudos preliminares sobre alguns campos nazis e o complexo dos KL, com base em investigações documentais”.<sup>188</sup> Para ele, os estudos de Martin Broszat e Falk Pingel foram os pontos iniciais de uma vasta preocupação intelectual que surgiria ao passar dos anos. O desenvolvimento do universo concentracionário e a vivência dentro desses espaços começaram, por conseguinte, a fomentar uma grande leva de estudos que se preocupavam com a perspectiva dos algozes e dos sobreviventes.<sup>189</sup>

Em 1975, Lucy Dawidowicz publicou *The War Against the Jews*. Seu trabalho iniciou os debates acerca das motivações exercidas pelo Terceiro Reich, se os atos perpetrados haviam seguido a lógica “intencionalista” ou “funcionalista”. Trouxe a discussão do “Holocausto sob a perspectiva das comunidades afetadas na Europa Oriental e Central e na União Soviética”, questionando o papel do Ocidente frente as atrocidades na Europa ocupada e levantando

---

<sup>186</sup> Ibidem, p. 368.

<sup>187</sup> WACHSMANN, Nikolaus. Op. cit., p. 23.

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> Idem.



questões acerca da resistência judaica.<sup>190</sup> Os historiadores que defendiam a ideia do Estado nazista enquanto máquina de terror e exceção funcionalista, conseguiram demarcar essa noção ainda nos anos 1970. Portanto, é hegemônico esse posicionamento dentro da historiografia na atualidade: a Solução Final da questão judaica é a consequência de um processo laboratorial que os nazistas empreenderam durante 12 anos de regime.

Na década de 1980, “o debate alemão” discutiu as especificidades do regime nazista e suas aproximações com o stalinismo.<sup>191</sup> Ernst Nolte lançou uma polêmica com a tese do Holocausto ter sido mais uma das tantas atrocidades que ocorreram no mundo do século XX, demarcou Hitler e o nazismo como partes de um movimento contrários à destruição da civilização ocidental. De maneira geral, negou as diferenças expressivas entre Auschwitz e outros *pogroms*, como pontua Kátia Lerner.<sup>192</sup>

No artigo, “Passado que não quer passar”, Nolte interpretou o sistema Gulag enquanto “mais original” do que Auschwitz.<sup>193</sup> Acusado de relativizar os crimes nazistas e propor revisionismo dentro da historiografia, Nolte foi duramente criticado. Entre aqueles que foram acusados de revisionismo e negacionismo do Holocausto além de Nolte, estavam Andreas Hillgruber, Michael Stürmer e Robert Faurisson. Por outro lado, na trincheira dos seus opositores acadêmicos, o maior antagonista nessa disputa foi o filósofo Jürgen Habermas. A contestação em torno da narrativa historiográfica e o consenso que os historiadores teriam sobre o nacional-socialismo e o Holocausto foi ganha dentro da academia por Habermas, Hans-Ulrich Wehler, Micha Brumlik, entre outros.<sup>194</sup>

Dentro dessa noção de especificidade da tragédia, “um campo de disputa se formou entre historiadores de diferentes correntes – e, importante assinalar, origens étnicas – quanto à inclusão ou não de outros grupos além dos judeus enquanto vítimas”.<sup>195</sup> Stephen Katz e Yehuda Bauer foram ferrenhos defensores do não alargamento do conceito das vítimas do Holocausto. Para eles, essa calamidade era um evento exclusivamente composto por vítimas judias. Abrir mão do monopólio desse conceito, debilitaria a singularidade desse genocídio.<sup>196</sup>

---

<sup>190</sup> CROWE, David apud LERNER, Kátia. Op. cit., p. 8.

<sup>191</sup> Ibidem, p. 10-11.

<sup>192</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>193</sup> Disponível em: <[<sup>194</sup> Idem.](https://www.deutschlandfunkkultur.de/zum-tod-von-ernst-nolte-ein-philosophischer-historiker.2165.de.html?dram:article_id=363407#:~:text=Im%20Alter%20von%2093%20Jahren,und%20dem%20Gulag%20System%20gesehen.> Acesso: 12. Fev. 2021.</a></p></div><div data-bbox=)

<sup>195</sup> LERNER, Kátia. Op. cit., p. 9.

<sup>196</sup> Idem.

A disputa sobre a memória do Holocausto estava sendo travada dentro do meio acadêmico. Segundo Kátia Lerner, outros historiadores preocupados com outros grupos de perseguidos e exterminados, como Richard Lukas (pesquisador inclinado aos poloneses) e Ian Hancock (ciganos), por exemplo, discordavam sobre o domínio do conceito de Holocausto ser usado exclusivamente para tratar dos judeus vitimados.<sup>197</sup> Não à toa, os trabalhos pioneiros de Günter Grau, Guy Hocquenghem, Olga Wormser-Migot, Jean Boisson, Fischer Tashenbuch, François Bédarida, Albin Michel e diversos outros, que se preocuparam em analisar o massacre nazista pela ótica da homossexualidade, colocando os triângulos rosa como protagonistas de uma parte desse imenso genocídio, receberam pouca atenção nos circuitos acadêmicos de maior relevância durante um longo tempo.

Enquanto os estudos do Holocausto efervesciam, “os museus criados nos campos evoluíram de simples lugares de memória para lugares de conhecimento especializado”.<sup>198</sup> Auschwitz, Dachau e Buchenwald são exemplos desses lugares de memória que foram transformados em centros de pesquisa, abrigando museus, bibliotecas e/ou acervos. As pesquisas empreendidas nos museus foram essenciais para a proliferação da memória do Holocausto em âmbito social e acadêmico. O *United States Holocaust Memorial Museum* (USHMM) de Washington começou uma pesquisa em 1999 com o propósito de publicar uma enciclopédia de referência. Até o presente momento, três volumes foram publicados da série *Encyclopedia of Camps and Ghettos 1933-1945*, o primeiro em 2009 (*Early Camps, Youth Camps, and Concentration Camps and Subcamps under the SS-Business Administration Main Office*), depois em 2012 (*Ghettos In German-Occupied Eastern Europe*) e 2018 (*Camps And Ghettos Under European Regimes Aligned With Nazi Germany*). Ao todo, o USHMM irá publicar sete volumes.<sup>199</sup>

Outro importante espaço de memória e pesquisa que publicou uma enciclopédia renomada foi o Yad Vashem de Jerusalém, Israel. Inaugurado em 1953, o memorial se dedica a lembrar as vítimas judias do Holocausto. *The Yad Vashem Encyclopedia of the Ghettos during the Holocaust* (2010) dialoga próximo do segundo volume da enciclopédia publicado pelo USHMM. A pesquisa do memorial oficial de Israel possui um foco maior na vida judaica pré-guerra, baseando majoritariamente suas afirmações em depoimentos de sobreviventes judeus<sup>200</sup>

---

<sup>197</sup> Idem.

<sup>198</sup> WACHSMANN, Nikolaus. Op. cit., p. 23.

<sup>199</sup> Disponível em: <<https://www.ushmm.org/research/publications/encyclopedia-camps-ghettos>>. Acesso em: 12. Fev. 2021.

<sup>200</sup> VAN PELT, Robert Jan. Nazi Ghettos and Concentration Camps: The Benefits and Pitfalls of an Encyclopedic Approach. *German Studies Review*, vol. 37, n. 1, 2014.

– deixando uma lacuna sobre uma espacialidade e uma temporalidade que o documento do USHMM conseguiu abarcar.

Sobre o pós-Guerra Fria, para Nikolaus Wachsmann, foram as aberturas dos arquivos do leste europeu que propiciaram novo dinamismo aos estudos do Holocausto.<sup>201</sup> Os campos de concentração e extermínio continuaram a ser examinados por outras perspectivas, os estudos foram alargados e aprofundados cada vez mais. A própria pesquisa de Nikolaus Wachsmann, “KL – A História dos Campos de Concentração Nazis” (2015), é um produto do aperfeiçoamento da recente historiografia. Wachsmann interpreta esses espaços como um sistema global que se modificava constantemente, buscando atender os interesses do Reich ao passo que as demandas surgiam. Naturalmente, a estrutura física dessas instituições e as formas de executar os horrores mudavam de maneira rápida. Dominick LaCapra, Mark Roseman, Ian Kershaw, Sarah Helm, Mark Mazower, Daniel Goldhagen, Richard J. Evans e vários outros pesquisadores da nossa contemporaneidade igualmente contribuíram para enriquecer os estudos e as compreensões sobre a figura de Hitler, seus subordinados, o nacional-socialismo, a guerra, o Holocausto e suas vítimas.

A própria criação do Estado de Israel, ainda em 1948, dividiu a comunidade judaica entre israelenses e em diáspora.<sup>202</sup> A separação dessa área física, dentro da Palestina, reservada aos judeus por empenhos políticos, jurídicos e sociais coloca o povo judeu em um lugar próprio no mundo. Porém, esse assentamento não foi e ainda não é uma consolidação pacífica. Os conflitos históricos que Israel trava com o mundo árabe, como a Guerra dos Seis Dias (1967), demonstram a dificuldade dos israelenses em concretizarem aquele espaço enquanto território legítimo.<sup>203</sup> Porém, é a partir desses conflitos e a busca pela construção de uma narrativa social que Israel começou a utilizar o Holocausto de maneira aberta e política, “como fator legitimador para a expansão e manutenção do Estado Israelense”.<sup>204</sup>

Até mesmo a escolha do termo Holocausto para designar o genocídio executado pelo Reich de Hitler é resultado de um longo debate sobre o tema. A palavra, em si, possui uma longa tradição judaico-cristã, sendo encontrada na Torá e no Antigo Testamento da Bíblia. Dentro dessas leituras, “holocausto”, derivada do hebraico *olah*, com o significado de “subir”, refere-se à queima do animal inteiro, cuja fumaça “subia” para Deus”.<sup>205</sup> Segundo o significado

---

<sup>201</sup> WACHSMANN, Nikolaus. Op. cit., p. 23.

<sup>202</sup> LERNER, Kátia. Op. cit., p. 294.

<sup>203</sup> MONTEFIORE, Simon Sebag. **Jerusalém: a biografia**. Trad. Berilo Vargas e George Schlesinger. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 597.

<sup>204</sup> SILVA, Karen Pereira da. Op. cit., p. 10.

<sup>205</sup> MONTEFIORE, Simon Sebag. Op. cit., p. 95.

religioso, holocausto traduz sacrifício. Entretanto, o uso de sua expressão simbolizou “o sentido de “catástrofe” (natural ou provocada pelo homem), “massacre”, “guerra”, “morte de grande quantidade de pessoas”.<sup>206</sup>

Entre 1200 e 1949, há inúmeros registros sobre tragédias onde o termo “H/holocausto” é utilizado. Segundo Kátia Lerner, propagado “em um sentido mais próximo ao que utilizamos hoje, de “perseguição e morte de judeus”:<sup>207</sup>

O esforço de “nomeação” dos episódios ocorridos na Europa começa a ser feito de forma mais sistemática já na década de 40 [...]. Na então Palestina este evento era designado por dois termos hebraicos: “*churban*” e “*shoah*” [...]. “*Churban*” foi uma das primeiras designações surgidas e sua utilização original era relativa às “tragédias” da história do Povo Judeu, como por exemplo a destruição do Primeiro e Segundo Templos e a Revolta de Bar Kochba. Era também usado em sua versão similar iídiche, “*churbn*”. Embora utilizado com frequência, este termo foi paulatinamente sendo rechaçado pelos líderes sionistas trabalhistas devido a suas implicações religiosas e à ideia de continuidade que ele implicava. Evitando a ideia de um “terceiro *churban*” (provável referência à destruição dos templos), inserido em uma sucessão de eventos explicados pelo esquema divino de pecado e retribuição, utilizavam preferencialmente o termo “*shoah*”, enfatizando a ideia de que se tratava de algo completamente novo e incomparável na história dos judeus.<sup>208</sup>

Após 1940, o termo *shoah* começou a ser amplamente utilizado em coletâneas de sobreviventes, conferências e simpósios acadêmicos, tornando-se o conceito mais utilizado na Europa e na narrativa judaica em Israel e em diáspora. O Holocausto, portanto, havia se tornado um conceito que ligava intrinsecamente o genocídio nazista com os judeus no imaginário acadêmico e popular. E *Shoah*, ainda mais específico, colocando a singularidade judaica sobre essa tragédia.

Ao contrário do que acontecia na Europa e no Oriente, onde a representação da guerra e do genocídio eram apresentadas por uma perspectiva particularista, étnica-religiosa, no Ocidente do outro lado do oceano, a percepção dessa tragédia era completamente diferente.<sup>209</sup> Peter Novick, em *The Holocaust in American Life* (2000), afirma que para a sociedade norte-americana o Holocausto não era apreendido como um evento singular. Esse acontecimento, portanto, era encarado como parte integral da guerra mundial que assassinou, ao todo, entre 50 a 60 milhões de pessoas:<sup>210</sup>

---

<sup>206</sup> PETRIE, Jon apud LERNER, Kátia. Op. cit., p. 43.

<sup>207</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>208</sup> Ibidem, p. 45.

<sup>209</sup> Ibidem, p. 47.

<sup>210</sup> Idem.

Neste contexto o termo “H/holocausto” não era muito utilizado e seus significados variam desde “catástrofe nuclear”, passando por “massacres” e “desastres” de diferentes tipos até o assassinato em massa de judeus pelos nazistas.<sup>211</sup>

Os primeiros relatos americanos postulavam os japoneses como os algozes, sequer citando o nazismo ou os judeus. Para a percepção popular norte-americana, os ataques dos *kamikazes* a Pearl Harbor, no Havaí, colocavam os japoneses como “os grandes inimigos e os americanos atacados, as grandes vítimas”.<sup>212</sup> A imprensa norte-americana também foi responsável por delimitar essa noção no imaginário social, descrevendo os prisioneiros dos campos de concentração em termos universalistas, destacando-os em termos políticos, como dissidentes e membros da resistência.<sup>213</sup> Somente após os anos 1960, a perspectiva norte-americana sobre o Holocausto começou a ser transformada, em parte, pelo julgamento de Eichmann (1961) e os conflitos entre judeus e israelenses (salientando-se a Guerra dos Seis Dias, 1967, e a Guerra do Yom Kippur, 1973).<sup>214</sup>

Com as reportagens, documentários, séries de televisão e filmes, o interesse popular pelo Holocausto e a perspectiva judaica sobre esse genocídio cresceu, mudando a forma como o imaginário social norte-americano percebia essa tragédia. Elie Wiesel figurou como testemunha destaque dentro dos anos 1970, sendo colocado do lado de Anne Frank.<sup>215</sup> Depois de se tornar famoso no cenário público do país e receber o Nobel da Paz, foi convidado para integrar a comissão que fundou o *United States Holocaust Memorial Museum* de Washington, inaugurado em 1993.<sup>216</sup>

Devido à discussão apresentada neste tópico, fica claro que o Holocausto já não é mais um banco de dados numérico, com sujeitos abstratos – como pensou Claude Lanzmann ao se deparar com seu nulo conhecimento sobre o tema. Essa calamidade possui rostos, nomes e sobrenomes, identidades, múltiplas expressões culturais, posicionamentos políticos, gêneros, sexualidades, possui cor e sentido étnico-religioso. Após décadas de luta sócio-política, publicações da literatura de testemunho, pressões por parte da comunidade judaica, processos jurídicos, debates e confecções de trabalhos acadêmicos e, principalmente, produções

---

<sup>211</sup> Idem.

<sup>212</sup> Ibidem, p. 48.

<sup>213</sup> Idem.

<sup>214</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>215</sup> Ibidem, p. 55-56.

<sup>216</sup> Ibidem, p. 55.

audiovisuais para televisão e cinema – que difundem ao grande público não acadêmico as discussões dessa tragédia; podemos enxergar um painel amplo, heterogêneo e consolidado desse passado. O Holocausto, enquanto tragédia que arrastou milhares de pessoas judias à morte em guetos, campos de trânsito, concentração, extermínio, hospitais psiquiátricos e prisões comuns, pode ser acessado de inúmeras formas e por distintos meios.

### 1.5. Narrativas homossexuais e a memória coletiva

Pierre Seel e Rudolf Brazda conseguiram concretizar uma discussão e uma visão sobre preconceitos, violências, cerceamentos e negações a partir de suas narrativas sobre um grupo específico de perseguidos e assassinados pelos nazistas. Movidos por uma urgência (exterior e interior as suas pessoas e obras) que apareceu em tempos distintos da contemporaneidade tardia, esses sujeitos buscaram construir um cenário discursivo peculiar sobre um passado de horror e trauma. O exercício do lembrar, portanto, é uma forma de reconstruir o passado em função de uma necessidade particular, sendo “um advento, uma captura do presente”, como pontua Beatriz Sarlo.<sup>217</sup> No caso, essas experiências delimitadas através da literatura de testemunho descrevem ambigualmente os sujeitos em dimensões individuais e coletivas. O relato é sobre o “eu”, mas a operacionalização da experiência só pode ser conferida sobre o “nós”.

A narrativa do passado não se dá por acaso ou por razões neutras, está acompanhada de um sentido e querer singulares. “Lembra-se, narra-se ou remete ao passado por um tipo de relato, de personagens, de relação entre suas ações voluntárias e involuntárias, abertas e secretas, definidas por objetivos ou inconscientes”.<sup>218</sup> A História possui e resguarda essa intencionalidade, compreende os meios pelas quais os sujeitos da vida privada vêm à tona. Muito provável, sem a catástrofe do nazismo, do genocídio e da guerra, esses indivíduos passariam despercebidos pelo campo macro sobre a qual a História exerce preocupação primária. São os seus itinerários que aglutinam o mundo em caos e desventuras que levam os triângulos rosa Pierre Seel e Rudolf Brazda a um lugar específico: as testemunhas homossexuais que os nazistas não conseguiram silenciar.

O passado volta como quadro de costumes em que se valorizam os detalhes, as originalidades, a exceção à regra, as curiosidades que já não se encontram no presente. [...] Esses sujeitos marginais que teriam sido relativamente

---

<sup>217</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 9.

<sup>218</sup> *Ibidem*, p. 12.

ignorados em outros modos de narração do passado, demandam novas exigências de método e tendem à escuta sistemática dos “discursos de memória”: diários, cartas, conselhos, orações”.<sup>219</sup>

Por conseguinte, “a história oral e o testemunho restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada”.<sup>220</sup> A tentativa de restaurar um cisma, no caso a homossexualidade agredida pelas ações do Estado e da sociedade movida pelo nacional-socialismo, só se faz sobre esse esforço da guinada subjetiva.

O conceito explorado por Beatriz Sarlo nos apresenta um deslocamento sobre o olhar acadêmico aos sujeitos e dos seus espaços de atuação. A partir dos historiadores e cientistas sociais “inspirados no etnográfico” temas, objetos e indivíduos que até então eram marginalizados e silenciados por diversos tipos de tabus se tornam atores centrais e são privilegiados em uma nova estrutura de análise.<sup>221</sup> “[...] se acentuou o interesse pelos sujeitos “normais”, quando se reconheceu que não só eles seguiam itinerários sociais traçados, como protagonizavam negociações, transgressões e variantes”.<sup>222</sup>

Ainda segundo Sarlo, “esse reordenamento ideológico e conceitual do passado e seus personagens coincide com a renovação temática e metodológica que a sociologia da cultura e os estudos culturais realizaram sobre o presente”.<sup>223</sup> Ao fim dos anos 1950, Richard Hoggart publica o trabalho *The uses of literacy* expondo à intelectualidade uma nova forma teórica de se lidar com a retratação do passado em âmbitos da vida privada. Alavancado na década seguinte por Jean-Claude Passeron, cuja atuação “reconduz Hoggart aos marcos disciplinares”,<sup>224</sup> fortalecendo uma nova epistemologia dentro das ciências sociais, criando a ideia de que há sim possibilidade de se entender um passado e uma sociedade a partir das experiências privadas dos indivíduos comuns. Assim, “os modos de subjetivação do narrado” constituem nas décadas seguintes às contribuições de Hoggart, 1970 e 1980, a guinada subjetiva.

O ato de se debruçar e a oportunidade de compreender as narrativas de homossexuais como Pierre Seel e Rudolf Brazda se enquadra nessa perspectiva. É a partir das construções de “visões de passado” que esses sujeitos estabelecem em suas obras que podemos questionar os

---

<sup>219</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>220</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>221</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>222</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>223</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>224</sup> Ibidem, p. 17-18.

discursos e os movimentos que operam dentro da academia para a consolidação de uma história dominante sobre uma tragédia, por exemplo.

As interpretações sobre o passado, portanto, são parte de esforços políticos e sociais, além das atividades acadêmicas e institucionais que órgãos do Estado e fundações intelectuais podem empenhar. Constata-se, então, que essas interpretações são disputas na arena político-social entre memória e história. Uma não tende a se curvar a outra facilmente, mas ambas dependem de si para exercerem suas funções. Aquilo que se apresenta nas obras-fontes analisadas ao decorrer deste trabalho, anuncia que ambos os sujeitos e os terceiros que ajudaram a construir seus relatos, indissociavelmente, lidam com a memória abrupta da lembrança traumática da qual não se pode fugir e, ao mesmo tempo, do exercício de costurar memória e história, narrativa e fato.

Dentro dos trabalhos produzidos por Pierre Seel (uma autobiografia) e por Rudolf Brazda (uma biografia), o relato emerge de uma calamidade não resolvida onde os sentimentos e os ressentimentos ainda estão aflorados, contudo, há criticidade sobre o que foi dito, transcrito e publicado. Para que só a “política identitária” não fosse central nesses registros de vida, foi utilizado método de pesquisa, investigação em acervos, museus, demais locais de memória e catalogação de documentos, diálogos com a imprensa e com os trabalhos intelectuais do período.

Ambos partem de um lugar comum que diz respeito ao local de trauma, assim, a memória opera como um recuo de singularidades e sentimentalidades, porém, o produto final dos dois indivíduos que testemunham passa pelas mãos, intencionalidades e pensamentos de terceiros. No caso de Pierre Seel, seu colaborador Jean Le Bitoux, e Rudolf Brazda, seu biógrafo Jean-Luc Schwab. Enquanto Le Bitoux recorre à pesquisa como forma de contextualizar historicamente o que Pierre Seel narra em sua autobiografia, Schwab colhe depoimentos, se aprofunda nos arquivos e museus da Europa para trazer uma biografia intelectual ao grande público. Mas, em suma, ambas as obras almejam reconstruir a identidade homossexual individual e, sobretudo, coletiva, por uma construção de narrativa sobre o passado.

As narrativas homossexuais sobre esse passado traumático não buscam fundamentar uma nova existência e experiência no espaço-tempo de maneira original, afinal, a homofobia é um problema longo que os homossexuais enfrentam cotidianamente, sejam em contextos de democracias ou Estados de exceção. Esses recursos de testemunhar, portanto, procuram por resignificar uma identidade que previamente existia, deslocando o testemunho do lugar pessoal



para um lugar de manifestação pública.<sup>225</sup> Dessa maneira, exercendo a capacidade de trazer à tona um sofrimento que era negligenciado antes, durante e após o advento da perseguição sistêmica e do genocídio em massa.

A novidade, nesse contexto, não é a violência da homofobia, mas as ferramentas e os meios que levaram sua execução. Além disso, a negação ao direito à fala pública e à escuta, à escrita testemunhal, isto é, a marginalização compulsória de pessoas para um canto de ostracismo social marcado pelo silenciamento e invisibilidade é, por excelência, uma perpetração rígida da violência homofóbica. Os nazistas não inventaram esse preconceito, o aperfeiçoaram sob o seu domínio. E corrigir essa ruptura criada pelo poderio do Terceiro Reich é uma questão intrínseca à ação testemunhal dessas vítimas. Mesmo que seja tardia, o enquadramento e a exposição dos testemunhos foram efetivados não somente para um ativismo sócio-político, mas para uma demarcação de memória às futuras gerações.

O cerne dessa subjetividade dos sobreviventes é a sua própria condição sexual. Portanto, a sexualidade encarada enquanto “imoral”, “degenerada” e “contraventora” é transformada por um regime genocida em uma característica racial digna de ser aniquilada. Adolf Hitler, muito antes de estar próximo à escalada que lhe conferiu lugar de *Führer*, cultivava profunda aversão à homossexualidade.<sup>226</sup> Isso não é a marca única de um indivíduo, mas relativo a toda uma formação social. A reação pública, por exemplo, do primeiro expurgo dentro do partido nazista é majoritariamente positiva. Sobre esse episódio, Ian Kershaw, escreveu: “em vez de ficar chocada com os fuzilamentos sem processo, a maioria das pessoas – aceitando também as versões oficiais do golpe planejado – aclamou as ações rápidas e resolutas de seu Líder”.<sup>227</sup>

Preconizando a homofobia publicamente, Hitler ordenou ao novo chefe do Estado-Maior, Viktor Lutze, a erradicação da homossexualidade dentro dos quadros institucionais do partido.<sup>228</sup> A “restauração da ordem” passava por uma espécie de higienização social, cultural, política e militar dentro da Alemanha e seus territórios anexados e ocupados. A homossexualidade não tinha lugar, exceto quando se tratava de escândalo, escárnio e motivo de condenação à morte ou aos espaços destinados aos indesejados – os guetos, KL e prisões comuns.

Todos esses lugares de ostracismo, punição, deportação e aniquilação têm em comum a experiência, e o testemunho os descrevem através da narrativa. “A linguagem liberta o aspecto

---

<sup>225</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>226</sup> KERSHAW, Ian. **Hitler**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 57.

<sup>227</sup> *Ibidem*, p. 347.

<sup>228</sup> *Idem*.

mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no *comum*”.<sup>229</sup> Entretanto, essa experiência é desde o seu princípio uma circunstância compartilhada. Os que testemunham sobre o Holocausto, de maneira geral, não o fazem integralmente por si só. Primo Levi, por exemplo, fala por motivos distintos e acima das suas necessidades egoicas. Beatriz Sarlo descreveu resumidamente os seus motivos:

[...] se Levi fala é por duas razões. A primeira, extratextual, psicológica, ética e compartilhada com quase todos os que saem do *Lager*: simplesmente é impossível não falar. A segunda tem a ver com o objeto do testemunho: a verdade do campo de concentração é a morte em massa, sistemática, e dela só falam os que conseguiram escapar e a esse destino; o sujeito que fala não escolhe a si mesmo, mas foi escolhido por condições também extratextuais. Os que não foram assassinados não podem falar plenamente do campo de concentração; falam então *porque* outros morreram, e em *seu* lugar. Não conheceram a função última do campo, cuja lógica, portanto, não se operou por completo neles. Não há pureza na vítima que tem condições de dizer “fui vítima”. Não há plenitude nesse sujeito.<sup>230</sup>

Elie Wiesel, compartilhando dos sentimentos de Primo Levi e de tantos outros sobreviventes, afirmou: “se algum outro pudesse ter escrito minhas histórias, eu não as teria escrito”.<sup>231</sup> A posição de destaque de protagonista da tragédia não é uma escolha, mas uma fatalidade, feita primeiramente pela coerção da violência, segundo, pela condição de vítima que chegou à sobrevivência. Pierre Seel, muito atento a essas questões, dedica sua autobiografia ao seu “amigo” Jo, hediondamente assassinado em 1941, devorado por pastores alemães dentro do campo de Schirmeck-Vorbrück, na França ocupada. Como um filme que é exibido corriqueiramente, na frente dos seus olhos, aquela imagem de dor absoluta persistiu em seu consciente pelo resto de sua vida.

Haviam trazido um jovem para o centro do nosso quadrado, escoltado por dois SS. Horrorizado, reconheci Jo, meu querido amigo de dezoito anos. Não o havia visto antes no campo. Havia chegado antes ou depois de mim? Só havíamos nos visto alguns dias antes da minha convocação à Gestapo. Congelei de terror. Eu havia rezado para que ele tivesse escapado das batidas policiais, das listas, das humilhações. E ele estava ali, diante dos meus olhos impotentes que estavam se embaçando de lágrimas. Ele não havia, como eu, carregado cartas perigosas, colocado cartazes ou assinado atas. E, no entanto, havia sido pego, e iria morrer. [...] Em seguida os alto-falantes difundiram uma barulhenta música clássica enquanto os SS o despiam. Depois, enfiaram violentamente um balde de lata na sua cabeça. Soltaram na sua direção os

---

<sup>229</sup> SARLO, Beatriz. Op. cit., p. 24-25.

<sup>230</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>231</sup> FELMAN, Shoshana. Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar. In: NETROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). **Catástrofe e representação**: ensaios. São Paulo: Escuta, 2000. p. 15.

ferozes cães de guarda do campo, pastores-alemães que, primeiro, morderam seu abdômen e suas coxas, antes de devorá-lo diante dos nossos olhos. Seus gritos de dor foram ampliados e distorcidos pelo balde onde estava presa a sua cabeça. Firme e cambaleante, com os olhos estarecidos diante de tanto horror, com lágrimas escorrendo no meu rosto, eu rezava ardentemente para que ele perdesse rapidamente a consciência. Desde então, ainda me acontece frequentemente de acordar à noite aos berros. Há mais de cinquenta anos, essa cena passa incansavelmente diante dos meus olhos. Eu não me esquecerei jamais desse assassinato brutal do meu amor. Diante dos meus olhos, diante dos nossos olhos, pois centenas de nós fomos testemunhas. Por que todos se calam ainda hoje? Já estão todos mortos? É verdade que estávamos entre os mais jovens do campo, e que muito tempo se passou. Mas eu acredito que alguns preferem se calar para sempre, temendo despertar lembranças atrozes, como esta, entre muitas outras. E quanto a mim, depois de décadas de silêncio, decidi falar, testemunhar, acusar.<sup>232</sup>

Nessa passagem de Pierre Seel podemos enxergar alguns traços narrativos que comungam com as obras de Primo Levi. Há uma exaltação da figura do outro que, impossibilitado pela morte, se faz presente. A lembrança dentro da narrativa dos sobreviventes em relação aos que se foram nesse processo de extermínio é um contrato moral, ético, estabelecido no imediato da catástrofe. Lembrar os outros e suas trajetórias é mais importante, em alguns casos, que lembrar dos acontecimentos que envolvem a si próprio. Em seguida, a constatação da necessidade de testemunhar em conjunto. Chamar os outros (vítimas e expectadores), fazer os outros conscientes, explicar da importância de quebrar o silêncio – independente da idade e dos anos que se passaram desde o evento-limite. Tanto para Primo Levi quanto para Pierre Seel é impossível se manter calado frente às atrocidades que viram acontecer com os outros e igualmente as viveram.

Nos agradecimentos do livro, ele diz: “[...] essa escrita é também um insistente apelo às testemunhas e aos historiadores. Faltam muitas obras sobre esse assunto. Para que eu deixe de ser o único a testemunhar sobre a deportação dos homossexuais pelos nazistas”.<sup>233</sup> Ele sabe que sozinho seu testemunho é enfraquecido, facilmente posto em desconfiança no meio social, por conta disso, assume uma postura de dividir com os outros homossexuais de sua contemporaneidade os esforços de alavancar sua narrativa. É o meio homossexual do período, através da luta sócio-política organizada contra a homofobia e pela reivindicação à visibilidade e às reparações dos homossexuais deportados, que concede estrutura sólida para que Pierre Seel consiga chegar ao ambiente de destaque social que o imortalizou como um rosto homossexual da catástrofe nazista. Em resumo: “quem sobrevive a um campo de concentração sobrevive

---

<sup>232</sup> SEEL, Pierre. Op. cit., p. 57-58.

<sup>233</sup> Ibidem, p. 149.

para testemunhar e assume a primeira pessoa dos que seriam os verdadeiros testemunhos, os mortos”.<sup>234</sup>

O seu clamor também se dirige a indivíduos fora do seu grupo identitário, os historiadores. Aqueles que em geral se encontram distantes dos eventos que estudam, tecem observações a partir de um coletivo de fontes e em debate com outros tantos trabalhos que precedem os seus. Os historiadores são os sujeitos que exercem um ofício sério, com rigor, método e pacto implícito com a “verdade”, se debruçam sobre os temas clássicos e modernos, “conservadores” e “subversivos”, dividem seus esforços com seus pares para que na crítica sejam aperfeiçoadas e aprovadas as suas pesquisas. Diante das catástrofes do século XX, as noções historiográficas e os sentidos que damos às documentações são ressignificados. Segundo Henry Rousso, o conceito de historiador-perito surge nesse contexto:

[...] encarregado de ajudar na redefinição de fronteiras e tornando-se, por esse fato, ator, ainda que menor, de um processo em curso, ou ainda a da testemunha, sobrevivente de uma experiência de violência extrema que fala em nome de seus camaradas desaparecidos e se impõe no espaço público em osmose ou em conflito com os discursos acadêmicos, igualmente impregnados da experiência direta da guerra.<sup>235</sup>

Nos é imposta uma obrigação política e moral de mudança dentro da academia,<sup>236</sup> a reestruturação do ofício historiográfico se faz necessária para acompanhar uma nova demanda de gente e narrativas que se relacionam de maneira original com o passado, com o tempo vivido. O Holocausto nos faz repensar métodos, linguagens e a confecção de documentações a partir daquelas tidas enquanto oficiais. É o “sentimento profundo de que não existe regra que possa ser aplicada de uma forma automática e sistemática, que tudo é uma questão de dosagem, tato e compreensão”<sup>237</sup> que levam os historiadores a lidarem com as gamas heterogêneas e complexas de produções que surgem a partir do Holocausto, fazendo urgente problemáticas novas e inesperadas. A História do Tempo Presente se abre para essa nova estrutura de exame: “O surgimento dos grandes crimes de massa, com a primazia do extermínio dos judeus, desempenhou, sem dúvida nenhuma, um papel central na importância concedida à história recente”.<sup>238</sup>

---

<sup>234</sup> SARLO, Beatriz. Op. cit., p. 35.

<sup>235</sup> ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo**. Trad. Fernando Coelho; Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 219.

<sup>236</sup> Idem.

<sup>237</sup> PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 135.

<sup>238</sup> ROUSSO, Henry. Op. cit., p. 220.

A história como trauma é a personificação da “experiência prosaica do homem moderno [...] repleta de *choques*, de embates com o perigo”.<sup>239</sup> E é sobre a experiência dos choques que os relatos são produzidos para exprimi-la enquanto narrativa comunicável. São os testemunhos, por excelência, que conferem o horror e é na investigação do discurso que se verifica a legitimidade dos acontecimentos. Esses discursos, no caso específico da homossexualidade, partem de um presente distante do evento-limite. Pierre Seel concretiza a sua narrativa testemunhal em 1994, Rudolf Brazda somente em 2010. “O presente da enunciação é o “tempo de base do discurso”, porque é presente o momento de se começar a narrar e esse momento fica inscrito na narração”.<sup>240</sup> Portanto, há uma reconstituição guiada por uma verossimilhança de um passado que se enquadra dentro de um presente e de um modo persuasivo de narrar o que aconteceu. O testemunho não cria o passado do nada, ele se ancora nas lembranças, mas, igualmente, nos documentos – assim como é o caso das duas obras-fontes aqui analisadas. Nesse sentido, fortalece e complementa uma narrativa catastrófica sobre um passado de trauma coletivo.

Beatriz Sarlo diz: “pode-se dizer que a hegemonia do presente sobre o passado no discurso é da ordem da experiência e se apoia, no caso do testemunho, na memória e na subjetividade”.<sup>241</sup> Portanto, estar diante desse passado é uma condição que surge exterior aos que testemunham, não correspondendo unicamente ao direito da escolha. É um aglomerado de “premissas impostas pela atualidade”<sup>242</sup> que conjura esse passado: os julgamentos de nazistas, as comissões de inquérito, os historiadores que contatam as vítimas, as testemunhas que fundam coletivos e associações pelo direito à memória, à verdade e à justiça, as construções dos monumentos, museus e memoriais sobre esse genocídio, e, no caso específico dos homossexuais, o ativismo sócio-político que reivindica essa história pregressa dos sujeitos e dos acontecimentos que lhes ocorreram.

O exercício da coletividade é fundamental nesse percurso da perlaboração íntima do trauma, da reflexão sobre o mesmo, da escrita e do advento desses testemunhos ao grande público, sendo assim, uma “instituição da sociedade”, amparada pela esfera jurídica e com um “laço social de confiança”.<sup>243</sup> “Quando o testemunho narra a morte ou a vexação extrema, esse

---

<sup>239</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NETROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). Op. cit., p. 73.

<sup>240</sup> SARLO, Beatriz. Op. cit., p. 49.

<sup>241</sup> Idem.

<sup>242</sup> Idem.

<sup>243</sup> Ibidem, p. 50.

laço estabelece também uma cena para o luto, fundando assim uma comunidade ali onde ela foi destruída”.<sup>244</sup>

Mesmo que a narrativa seja única e, por conta disso, protagonize uma experiência singular frente a coletividade, o que junta todos os depoimentos é a essência, isto é, o que eles possuem de comum e enquanto aspecto fundamental. Embora naturalmente exista divergências dentro dos discursos, o núcleo do acontecimento é exclusivamente o mesmo: a perseguição, a deportação, o encarceramento, a tortura e o indivíduo que testemunhou a morte de terceiros – em suma, o aglomerado de acontecimentos que chamamos de genocídio e, ainda mais particular levando em consideração um contexto muito próprio, o Holocausto. Apesar das divergências, é o grosso dos eventos narrados pelas testemunhas que possibilita um espaço de identificação e reconhecimento.<sup>245</sup>

Esse espaço de reconhecimento, como aponta Maurice Halbwachs, está intrinsecamente associado “ao primeiro plano da memória”.<sup>246</sup> Os acontecimentos e as experiências são comungados pelos sujeitos, fazendo com que suas realidades possam se identificar e, igualmente, se distanciar. O local partilhado da memória, portanto, os fazem adquirir um senso de coletividade, utilizando dos pontos de contato comum das suas lembranças, amparadas em suas subjetividades (como revoltas pessoais e demais sentimentos particulares) e objetividades (por quais motivos os testemunhos emergem? Como eles se constroem? Por quais meios? Etc). Halbwachs afirma: “dois seres podem se sentir estreitamente ligados um ao outro e ter em comum todos os seus pensamentos”.<sup>247</sup>

Pierre Seel e Rudolf Brazda, dentro dessa noção de memória coletiva, encarnam esses seres que pensam em um mesmo trauma e trabalham em um mesmo propósito. Embora partilhem um largo fragmento de uma realidade comunitária, não dividiram fisicamente seus horrores no mesmo espaço territorial. Enquanto um estava internado em um campo de concentração na França ocupada, o outro estava na Alemanha nazista. Mas a realidade da vivência é evocada por terceiros. É a obra de Josef Kohout que faz os dois se identificarem, encontrarem semelhanças dentro de uma violência particular a que foram submetidos. Distantes por um espaço territorial, mas ao encontrarem a narrativa que faz recordar as suas experiências traumáticas, acende-se o fio condutor entre as obras dos homossexuais vitimados durante o

---

<sup>244</sup> Idem.

<sup>245</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Ed. Vértice, 1990. p. 25.

<sup>246</sup> Ibidem, p. 45.

<sup>247</sup> Idem.

nazismo: nunca estamos sozinhos, a realidade da catástrofe é partilhada, o silenciamento é produto de um Estado e uma sociedade que levaram a homofobia à institucionalização. Para eles, uma realidade de violência universal. Sendo assim, a memória não é somente uma forma privada de recordar o passado, mas, sobretudo, um processo exterior, faz parte da vida social.

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum.<sup>248</sup>

Os quadros sociais propiciam essa sensação de pertencimento a um grupo e geram a capacidade de relembrem e testemunharem juntos. A memória individual é parte basilar da memória coletiva. O indivíduo se sobressai para estar em conformidade com os seus iguais. Por isso a necessidade de se integrar na comunidade homossexual. É a comunidade de gays que sofre a homofobia, que a percebe nas suas mais distintas manifestações públicas ou privadas, que redimensionam o caráter do social nos ambientes de reflexão e confecção das narrativas testemunhais. Trata-se de um processo em constante elaboração e que esboça a possibilidade de ressignificar os eventos do passado.

Jean-Luc Schwab, no epílogo da biografia de Rudolf Brazda, escreve:

Seu testemunho se soma aos de outros, hoje falecidos, que tiveram a coragem de contar suas experiências. O reconhecimento dessa deportação não deve, contudo, ser percebido como uma exigência de mais direitos para uma minoria gay e lésbica que não mais tem medo de se assumir. Na verdade, trata-se de uma questão de igualdade de tratamento, a fim de reparar um esquecimento bastante antigo da história oficial. Essa questão contraria os que ainda hoje querem refutar sua validade, mais por preconceito que por outra coisa. Também o dever da memória continua sendo uma batalha do cotidiano, e Rudolf espera ter contribuído para a construção desse edifício ao contar aqui a sua história. Longe de ser saudosista, seu testemunho é um chamado. Sua mensagem às gerações que tiveram a sorte de não conhecer a guerra: não esquecer aqueles que os precederam e sofreram repressão. Aos homossexuais em geral, ele lembra que, se para boa parte do mundo ocidental as leis não mais impõem um modelo de vida que contrarie sua natureza profunda, as conquistas recentes e a maior tolerância estão longe de ser definitivas e usufruídas universalmente. Assim, deve-se continuar alerta, lutar e avançar.<sup>249</sup>

Aqui, nesse trecho, enxergamos a potencialidade que a narrativa testemunhal procura alcançar. Relata-se, dentro da literatura testemunhal, não somente o “real”, mas uma

---

<sup>248</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>249</sup> SCHWAB, Jean-Luc. Op. cit., p. 176-177.

transformação do sujeito, de cenário, de objetivo. Ultrapassa-se o cárcere do trauma para que o testemunho se instrumentalize como manifesto político contrário à perpetuação de uma agenda de violências aos homossexuais. Lembra-se aos contemporâneos do momento da publicação e leitura do testemunho que é inevitável a continuidade da luta sócio-política por direitos, visibilidade e em prol de libertação efetiva.

A pretensão da obra de “reparar um esquecimento bastante antigo na história oficial”<sup>250</sup> é, em outras palavras, reparar uma negligência proposital de um grupo excluído da história dominante. As obras de Pierre Seel e Rudolf Brazda, portanto, os colocam dentro dessa história. Insurgem como gêneros literários capazes de operacionalizar uma outra memória, uma forma de lembrar da coletividade dos perseguidos e obliterados desse processo longo e exaustivo que, por fim, reconheceu suas vítimas. As narrativas homossexuais possuem esse caráter em suas formações: elas reconstroem e consolidam através do discurso uma identidade que outrora foi fragmentada por um trauma, um momento-limite, seguido de um silenciamento compulsório. E, sobretudo, elas pleiteiam um espaço de legitimidade, a narrativa homossexual que constrói e enquadra uma memória específica se confere no intuito de reconhecimento, reparação e restituição à vida plena.

---

<sup>250</sup> Idem.



## **Capítulo 2. Subjetividade e a questão da legitimidade na narrativa de dois sobreviventes homossexuais do nazismo: construção social da vítima, comunicabilidades e estratégias de materialização do trauma**

### **2.1. Construção social da vítima homossexual e suas condições de comunicabilidade: os casos de Pierre Seel e Rudolf Brazda**

Sabe-se que as memórias das vítimas do Holocausto são fundadas com base em uma experiência de choque radical e absoluta. Elas constituem-se, portanto, dentro de um evento essencialmente traumático. A guerra, o gueto, a deportação, os campos de concentração e extermínio, as câmaras de gás, os fornos crematórios, as valas comuns, os arames farpados eletrificados, o trabalho escravo, as experiências pseudocientíficas, a escassez de comida, a falta de higiene, a violência como tortura e punição – toda essa diversidade de cenários se apresenta na impossibilidade total de sua representação. Para a linguagem cotidiana e para a narração tradicional, a experiência-limite do Holocausto é incapaz de ser assimilada em sua totalidade e traduzida. Em outras palavras, a narração não substitui a experiência – ela é sempre insuficiente. Jeanne Marie Gagnebin ao tratar sobre o trauma, utiliza a concepção freudiana: “o *trauma*, diz Freud [...], por definição, fere, separa, corta ao sujeito o acesso ao simbólico, em particular à linguagem”.<sup>251</sup>

Por outro lado, a memória traumática é uma marca dos sobreviventes, e essa memória, muitas vezes, materializa-se na forma de diferentes expressões de cunho representativo. O “contar” a experiência, ainda que insuficiente para reproduzir o trauma, tem sido usado como recurso dos sobreviventes de genocídios, ditaduras e demais catástrofes. Esse processo é muito claro no caso dos sobreviventes judeus do Holocausto, mas também ocorre com outros grupos perseguidos pelo Terceiro Reich, como os homossexuais, pois eles dividem esses espaços de sofrimento e morte com todas as outras vítimas da máquina de terror nazista. No contexto particular dos homossexuais, a questão do trauma encontra, no presente, um dado próprio: no pós-guerra, eles continuaram propensos a responderem legalmente enquanto criminosos comuns, pois a legislação que tipificava a homossexualidade enquanto crime persistiu na Alemanha. Isso fez com que os homossexuais no país fossem introduzidos em uma espécie de

---

<sup>251</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 51.

silêncio público como “[...] resultado de uma competição desequilibrada e injusta sobre a interpretação correta do passado. A ilusão de silêncio era uma forma de memória em si”.<sup>252</sup>

Para W. Jake Newsome, essa situação político-jurídica acabou criando um “armário metafórico” onde não somente a homossexualidade foi ocultada, mas as memórias acerca desse grupo de gente também.<sup>253</sup> As políticas do presente, portanto, moldaram as memórias do passado.<sup>254</sup> Ainda segundo Newsome, os parâmetros da cidadania sexual na Alemanha Ocidental estavam sendo traçados a partir dos debates que levaram à perpetração da lei do Parágrafo 175, à continuidade do cerceamento das vozes e das memórias homossexuais. Foram proibidas, por exemplo, publicações de teor homossexual e acabaram excluindo os homossexuais dos processos de restituição à vida normal – relativas aos direitos de reparação financeira e à reabilitação judicial.<sup>255</sup> Em 1957, a Suprema Corte da Alemanha Ocidental reafirmou o Parágrafo 175. A Corte entendeu que, uma vez que a lei, em seus aspectos estruturantes, já estava em vigor antes mesmo de Hitler chegar ao poder, a homofobia e suas consequências não poderiam ser encaradas enquanto categorias particulares da ideologia nazista.<sup>256</sup>

Os homossexuais, por consequência, permaneceram isolados dos processos oficiais de testemunhos e reparações, assim, a memória traumática continuou inexplorada por um longo período de tempo. Para Newsome, a negação dessa cidadania plena traduziu-se em uma nova geração de homens homossexuais perseguidos, levados aos tribunais e sentenciados às prisões, colocados sob vigilância, impedidos de se aglutinarem social e politicamente em torno de uma causa.<sup>257</sup>

Na Alemanha Oriental, as autoridades governamentais retrocederam o código da lei para a sua versão original. Embora o número de presos tenha caído no país, a criminalização das práticas homossexuais continuava existindo. Ou seja, nas duas Alemanhas, a violência continuou legalmente sustentada pela legislação.<sup>258</sup>

Na demarcação da memória da catástrofe nazista, os homossexuais foram regularmente excluídos. Para Enzo Traverso, a dicotomia latente entre “memórias fortes” e “memórias

---

<sup>252</sup> NEWSOME, W. Jake. Op. cit., p. 66.

<sup>253</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>254</sup> Idem.

<sup>255</sup> Idem.

<sup>256</sup> HEGER, Heinz. **The Men with the Pink Triangle: the true, life and death story of homosexuals in the Nazi death camps.** Trans. David Fernbach; [introduction by Kalus Müller]. 2<sup>nd</sup> ed. Los Angeles: Alyson Publications, 1994. p. 8.

<sup>257</sup> NEWSOME, W. Jake. Op. cit., p. 67.

<sup>258</sup> Idem.

fracas” quando pensamos em diferentes vítimas de uma tragédia compartilhada se manifesta visivelmente nos espaços reservados à memória: “A escolha final de um memorial do Holocausto (e não de todas as vítimas do nazismo) expõe-se ao risco que ameaça toda e qualquer ‘memória forte’: o de esmagar as memórias mais ‘fracas’”.<sup>259</sup>

A lembrança que prevaleceu no cenário macro dessa calamidade é, por excelência, a judaica. Sabemos que esse resultado não foi dado, é fruto de uma longa e intensa luta sócio-política que a comunidade judaica organizada tanto em Israel quanto no exílio empreendeu dentro dos espaços públicos e privados. A longa e sistemática política de perseguição, combinada com a política de extermínio da Solução Final, tornou possível, no decorrer do pós-guerra, um ambiente propício para que os judeus pudessem testemunhar e reivindicar reparações. A desnazificação da Europa, a contar a própria Alemanha e os demais países anteriormente anexados e/ou ocupados pelos nazistas, seguiu um processo de revisão dos códigos penais que também contribuiu para esse fenômeno. As leis antisemitas que vigoraram antes e durante a guerra foram extintas. Contudo, as leis homofóbicas foram revisitadas e reforçadas. Guy Hocquenghem, sobre o imediato da Libertação, escreveu sobre isso:

O principal obstáculo é, obviamente, a recusa de todas as autoridades em reconhecer a deportação homossexual. E o medo que se desenvolveu nas vítimas (como considerar erro deles?), de esconder geralmente a verdadeira razão da sua deportação, se fosse por causa de sua homossexualidade. Afinal, tal confissão, antes de mais nada, até mesmo nos anos sessenta, só lhes teria causado uma nova condenação penal.<sup>260</sup>

Pierre Seel também tratou sobre a questão em seu texto:

Um fenômeno idêntico ocorreu em certos bairros das grandes cidades, como Saint-Germain-des-Prés, em Paris. Todos os grandes burgueses homossexuais da minha cidade haviam voltado. Pareciam não ter sofrido nada durante a Ocupação. Eles não falavam nada, não faziam nenhuma declaração. Não houve nenhum debate público sobre o que havia ocorrido com os homossexuais. Nada veio socorrer o meu mutismo.<sup>261</sup>

Embora a Alsácia tenha voltado a fazer parte da França, a relação que o governo exercia com a homossexualidade permaneceu hostil: “O governo de Pétain, sob o impulso do almirante Darlan, havia adotado uma lei contra os homossexuais, a primeira depois de cento e cinquenta

---

<sup>259</sup> TRAVERSO, Enzo. **O passado: modos de usar** – História, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012, p. 83.

<sup>260</sup> HOCQUENGHEM, Guy apud SEEL, Pierre. Op. cit., p. 167.

<sup>261</sup> Ibidem, p. 103.

anos, a primeira, de fato, desde o Antigo Regime”.<sup>262</sup> Rapidamente, Pierre Seel compreendeu que o seu silêncio era imposto pelo Estado e para continuar sua vida seria necessário submeter-se a ele. Contudo, fora do espaço público, Seel enfrentava um outro obstáculo: o ambiente familiar. Ao reencontrar sua família, Seel festejou sua libertação e seus 22 anos de vida. Porém, não teve abertura para dividir suas experiências de horror com seu núcleo familiar. Essa repressão demanda uma compreensão diferente:

O pacto de silêncio imposto pelo meu pai depois da volta do campo de Schirmeck, em relação à minha homossexualidade, continuava imperando na minha família: nenhuma confidência da minha parte, nenhuma pergunta da parte deles. Todos nós agíamos como se nada tivesse acontecido. Mas a minha etiqueta de homossexual rondava a minha família. Entre os mais cruéis ou os mais sensíveis à imagem pública, a minha “reintegração” familiar incomodava.<sup>263</sup>

A vergonha de sua homossexualidade foi o pretexto utilizado pelo patriarca dos Seel para fazer com que toda a família se mantivesse em silêncio. Como Seel descreveu, os quatro anos de inferno que viveu sob custódia dos nazistas foram encobertos. Ele havia sobrevivido ao interrogatório encabeçado por tortura e estupro na sede da Gestapo, em Mulhouse; a deportação para o campo de Schirmeck-Vorbrück; o trabalho escravo e as experiências pseudocientíficas nos laboratórios do campo; enviado à guerra para morrer batalhando contra os soviéticos no *front* oriental, precisando matar para ter chances de viver; escapou de um pelotão de fuzilamento soviético e, por muito pouco, não morreu em uma embarcação naufragada de volta à França. Mas todas essas desgraças foram silenciadas pela homofobia familiar. Sentindo-se sozinho e com medo, ele “vivia cercado de um grande silêncio feito de dolorosas tristezas e de invisíveis renúncias”.<sup>264</sup>

Assim, progressivamente Seel negou sua homossexualidade, recusava a vivê-la. Com seu pai, Pierre Seel, nunca se abriu. Somente anos mais tarde, próximo da morte de sua mãe, Emma Jeanne, que já estava muito doente devido a problemas no coração, Seel cedeu as suas súplicas desesperadas e contou toda a sua odisséia:

Em resumo, eu havia lhe contado tudo. Ela havia ouvido tudo. E eu garanto que os meus segredos foram bem guardados. Nossa intimidade, seu tato e sua doçura deram-me essa vontade de entregar-me. Uma barreira havia cedido. Ela foi a exceção do meu pacto de silêncio. Depois, foi necessário esperar

---

<sup>262</sup> Ibidem, p. 103-104.

<sup>263</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>264</sup> Ibidem, p. 106.

trinta anos para falar de novo. À época, só podia contar aquilo para ela. Durante muito tempo, era inimaginável para mim que me abrisse a qualquer outra pessoa. Acreditava ingenuamente que há certas coisas que só se conta para uma mãe. Guardo uma lembrança emocionada desse instante privilegiado que havia se renovado, dessa cumplicidade que depois permitiu que trocássemos frequentemente confidências, esperanças, dores e lembranças.<sup>265</sup>

Rudolf Brazda, por outro lado, conseguiu tomar um caminho diferente. Ao ser libertado pelos soldados norte-americanos em abril de 1945, deixou Buchenwald com o triângulo vermelho (comunista) Fernand, amigo que fizera dentro do sistema concentracionário e um dos indivíduos responsáveis pela sua sobrevivência. Juntos, eles partiram para Mulhouse, Alsácia, onde a família de Fernand residia. Apenas com uma carteira de repatriação carimbada como “estrangeiro” Brazda chegou ao território francês.<sup>266</sup>

Sem pretensões de voltar à Tchecoslováquia ou à Alemanha, Rudolf decidiu fixar residência na Alsácia. Em Mulhouse, Rudolf conseguiu em pouco tempo encontrar um emprego de telhador que, de maneira digna, lhe assegurou boa renda. Sem falar francês, ele passou a frequentar os cursos noturnos por algum tempo, assim como outros refugiados. Porém, a maioria dos outros trabalhadores falava o alsaciano, “um dialeto germânico local que Rudolf assimilava facilmente”.<sup>267</sup> No imediato de sua chegada em Mulhouse, Brazda morou na propriedade da família de Fernand, onde foi bem acolhido. Pagava o aluguel de sua moradia para o irmão de seu amigo, Charles, e mantinha largo contato através de cartas com seus irmãos e sua mãe que moravam na Alemanha. Também mantinha contato com outro sobrevivente, o comunista e seu antigo *Kapo* em Buchenwald, Gustav.<sup>268</sup>

Brazda só reencontrou sua família em 1950. Após estar bem acomodado e adaptado à nova vida na França, ele conseguiu viajar à Alemanha. Sua mãe, à época, morava em uma província pertencente à Alemanha Oriental:

Sua mãe envelheceu um pouco, mas nada mudou em sua expressão. Mãe e filho ainda não se tinham visto depois da guerra. Por um acordo tácito, não tocam no assunto da deportação, nem no que a motivou. Para a senhora Brazda, o importante é que seu filho está vivo.<sup>269</sup>

---

<sup>265</sup> Ibidem, p. 110.

<sup>266</sup> SCHWAB, Jean-Luc. Op. cit., p. 155.

<sup>267</sup> Ibidem, p. 159.

<sup>268</sup> Ibidem, p. 159-160.

<sup>269</sup> Ibidem, p. 161.

O reencontro familiar foi feliz e Rudolf “não acha útil remoer o passado”.<sup>270</sup> Seja para poupar sua mãe e seus irmãos, ou para poupar a si mesmo das lembranças dos horrores vivenciados e testemunhados em Buchenwald, Rudolf voluntariamente manteve silêncio. O silêncio, por sinal, é uma marca significativa dentro dos relatos e das vontades que movem muitos sobreviventes do nazismo. De maneira ambivalente, testemunhar e se silenciar perpassa tanto os homossexuais quanto os judeus. Sobre isso, Michael Pollak escreveu:

Uma análise de conteúdo de cerca de quarenta relatos autobiográficos de mulheres sobreviventes do campo de concentração de Auschwitz-Birkenau, publicados em francês, inglês e alemão, e completados por entrevistas, revela em muitos casos o desejo, simultâneo ao regresso do campo, de testemunhar e esquecer para poder retomar uma vida “normal”.<sup>271</sup>

Nessa perspectiva do ato de emudecer, a experiência do choque é comum para judeus, homossexuais e demais vítimas da tragédia nazista. Entretanto, o trauma é reforçado quando alguns são permitidos a testemunhar, enquanto outros são proibidos de fazê-lo. Os homossexuais vivem uma dupla proibição, e isso é característico da experiência de Pierre Seel. O silenciamento é tanto no âmbito macro quanto no âmbito micro. Universo público e privado interagindo mutuamente para que a memória homossexual sobre a catástrofe fosse ocultada e empurrada ao esquecimento. Sobre essa prática do não enquadramento de uma memória por sujeitos marginalizados, Michael Pollak escreveu:

Uma pesquisa de história oral feita na Alemanha junto aos sobreviventes homossexuais dos campos comprova tragicamente o silêncio coletivo daqueles que, depois da guerra, muitas vezes temeram que a revelação das razões de seu internamento pudesse provocar denúncia, perda de emprego ou revogação de um contrato de locação. Compreende-se por que certas vítimas da máquina de repressão do Estado-SS – os criminosos, as prostitutas, os “associais”, os vagabundos, os ciganos e os homossexuais – tenham sido conscienciosamente evitadas na maioria das “memórias enquadradas” e não tenham praticamente tido voz na historiografia. Pelo fato de a repressão de que são objeto ser aceita há muito tempo, a história oficial evitou também durante muito tempo submeter a intensificação assassina de sua repressão sob o nazismo a uma análise científica.<sup>272</sup>

A recusa pelo reconhecimento dos homossexuais enquanto vítimas legítimas dos processos de desumanização que desembocaram no extermínio protagonizado pelas forças do

---

<sup>270</sup> Idem.

<sup>271</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Trad. Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 12.

<sup>272</sup> Ibidem, p. 13-14.

Reich alemão levou a anos de marginalização da comunidade. Sobre isso, Ken Setterington escreveu: “nos anos pós-guerra, nem mesmo consideravam os prisioneiros homossexuais como vítimas – eles viam os sobreviventes como homens com um passado criminoso”.<sup>273</sup>

Até mesmo os homens jovens homossexuais, crescidos após a guerra, não olhavam as vítimas gays do Holocausto como modelos a serem seguidos. O canadense Peter Brattke lembra-se de ter crescido na Alemanha e de ficar sabendo que um dos funcionários da empresa na qual trabalhava estivera em um campo de concentração porque era homossexual. Peter assegurava-se de não ser visto nem mesmo falado com ele; seu passado fizera do homem um alvo de escárnio e desprezo.<sup>274</sup>

Para os Aliados e futuras autoridades do mundo europeu pós-guerra, os homossexuais continuavam enclausurados em uma tipificação criminosa comum e, não obstante a isso, em uma relação íntima com a violência homofóbica institucionalizada por Estado e sociedade. Pierre Seel, falando sobre a sua liberdade no imediato pós-guerra, escreveu: “a verdadeira Libertação era para os outros”.<sup>275</sup> Décadas após o fim do seu evento-limite, ele usou a escrita para falar de sua experiência, destacando uma necessidade de olharmos mais profundamente para um tipo particular de memória traumática, aquela que tem mais contato com o âmbito social e cultural, ou seja, com o mundo exterior, seus movimentos políticos e sociais e, sobretudo, tardio à sua catástrofe e narrativa.

Embora o encaminhamento da memória possa ser uma atividade individual, no caso da catástrofe coletiva, ele se configura principalmente enquanto um “processo externo, social”.<sup>276</sup> Os indivíduos passam a identificar suas experiências às narrativas comuns, enxergam uma conectividade de sentimentos e sentidos; as violências comungadas são meios de reencontro sobre um passado “cuja recordação é prescrita como um dever cívico”.<sup>277</sup> Enzo Traverso afirma que é nesse momento da reconstrução do passado traumático através dos testemunhos na literatura que esses sujeitos se identificam “cada vez mais como a *vítima*”.<sup>278</sup> Logo, o reconhecimento do lugar de sofrimento também é um local de formulação da subjetividade. Essa movimentação não depende unicamente da decisão jurídico-política de um Estado beligerante envolvido diretamente na catástrofe. Essa postura de reconhecimento parte primeiro dos sujeitos atingidos pela tragédia.

---

<sup>273</sup> SETTERINGTON, Ken. Op. cit., p. 91.

<sup>274</sup> Idem.

<sup>275</sup> SEEL, Pierre. Op. cit., p. 100.

<sup>276</sup> LERNER, Kátia. Op. cit., p. 17.

<sup>277</sup> TRAVERSO, Enzo. Op. cit., p. 17.

<sup>278</sup> Idem.

Entretanto, reparações só podem ser feitas caso o reconhecimento seja oficial. Essa é a luta que move Pierre Seel de maneira inflexível. É através de sua literatura testemunhal que ele acusa uma forma de discriminação à qual foi submetido em grupo: a homofobia. Seu objetivo é discorrer uma narrativa sobre o passado que faça Estado e sociedade enxergarem o sofrimento dos homossexuais durante a ditadura nazista para alcançar o reconhecimento do Estado da sua deportação por homossexualidade. Se o seu sofrimento faz sentido para o seu grupo, parte dos homossexuais da sua geração e da geração seguinte, logo, também precisa fazer sentido para um aglomerado maior e exterior à sua identidade.

[...] expressar a dor e o sofrimento supõe códigos culturais que sancionam as formas de manifestação dos sentimentos. Os sentimentos, ao serem vivenciados e expressos mediante formas instituídas, tornam-se socialmente inteligíveis. Constituem, assim, uma linguagem, uma forma de comunicação.<sup>279</sup>

A referida comunicação da dor só pode ser alcançada através de espaços seguros de comunicabilidade, onde os discursos são transformados em testemunhos inteligíveis. Mas isso demorou a existir na Alemanha e na França do pós-guerra. Quando o sofrimento associado à violência não encontra lugar de reconhecimento, há um caminho contrário de perlaboração do trauma, um desencontro. Por isso, Pierre Seel, na maior parte do seu texto, permanece como um desenraizado – aquele que não tem lugar próprio, que foi arrancado de suas origens, que perdeu suas características primeiras. A interdição jurídica impactava na interdição moral. “O problema que a experiência da violência coloca é o da ausência de inteligibilidade e escuta para o sofrimento que dela advém, lugar que requer, como condição de sua possibilidade, o reconhecimento social dessa violência”.<sup>280</sup>

A memória, por conseguinte, é mecanismo de importância crucial nesse trajeto testemunhal. Em ambas as obras-fontes, a memória atua como mecanismo múltiplo, tanto de reencontro com o passado, quanto de impulso para a narrativa no presente. O trauma pode ser emudecido por ações exteriores, como a recusa de escuta social e a negação da mudança dos códigos da lei, como também por fatores interiores, como a privação do diálogo dentro da família e dos demais espaços de sociabilidade, por exemplo. Contudo, o trauma permanece latente na psique de quem sofreu. E cedo ou tarde, a lembrança da catástrofe procura um meio de se expressar, de ser simbolizada. “[...] afirmar o trauma não significa excluir a simbolização,

---

<sup>279</sup> SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 20, n. 42, jul./dez, 2014. p. 80.

<sup>280</sup> *Ibidem*, p. 81.



mas apenas apontar seus limites. A experiência do trauma, que faz silenciar, não se apaga, mas permanece”, dessa maneira, “[...] mantém-se aberta a possibilidade de romper o silêncio, imposto pelas circunstâncias”.<sup>281</sup>

O trauma, em si, pode ser manifestado de distintas maneiras, como psicológica, física, social e cultural. Todas estão interligadas em menor ou maior grau nas exposições de Pierre Seel e Rudolf Brazda. Entretanto, são as especificidades da identidade e da cultura que os impulsionam em suas narrativas. Segundo Jeffrey C. Alexander:

O trauma cultural ocorre quando os membros de uma coletividade sentem que foram submetidos a um evento horrendo que deixa marcas indeléveis em sua consciência de grupo, marcando suas memórias para sempre e mudando sua identidade futura de maneiras fundamentais e irrevogáveis.<sup>282</sup>

Sendo esse trauma um acontecimento específico dentro de uma coletividade, ele intrinsecamente se relaciona com a identificação dos pares que estão nesses grupos. Fazer parte de uma comunidade é integrar-se aos seus sofrimentos, às suas memórias catastróficas e demandas próprias, alargando o espectro da diferença do “nós” e os “outros”. Em conformidade a essa distinção, ao identificar os sofrimentos alheios do seu grupo, repudia-se os sofrimentos de grupos distantes do seu. O que regularmente ocorre dentro dos genocídios em larga escala que mais de um grupo étnico-religioso, político, social e cultural é amplamente afetado. É nesse contexto justamente em que as coligações de sofrimento dificilmente são produzidas. Tende-se a delimitar sofrimentos a grupos.<sup>283</sup>

O conceito científico-empírico do trauma cultural sugere que “as novas relações significativas e causais entre eventos, estruturas, percepções e ações anteriormente não relacionadas”<sup>284</sup> se desenrolam enquanto engrenagens primordiais de entendimento às experiências traumáticas. Pierre Seel e Rudolf Brazda simbolizam bem essa questão. Aquilo que previamente poderia passar despercebido na leitura desses testemunhos é de real interesse e fundamental importância para esses sujeitos: suas comunicabilidades e circuitos sociais, políticos e culturais são de maior relevância para a elaboração de suas obras.

Mais uma vez o dispositivo da linguagem se mostra fundamental para exprimir noções e significar eventos. É a nossa capacidade comum de nos comunicarmos que nos coloca diante

---

<sup>281</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>282</sup> ALEXANDER, Jeffrey C. Toward a Theory of Cultural Trauma. In: ALEXANDER, Jeffrey C. [et al.]. **Cultural trauma and collective identity**. Berkeley: University of California Press, 2004. p. I.

<sup>283</sup> Idem.

<sup>284</sup> Idem.

de um espaço do reconhecimento da experiência, compreendemos porque dominamos os conjuntos de códigos linguísticos da nossa cultura, o que leva a uma maneira de entendimento “intuitiva”.<sup>285</sup>

O truque é ganhar reflexividade, partir do sentido de algo comumente experimentado com a sensação de estranheza que nos permite pensar sociologicamente. Pois o trauma não é algo que existe naturalmente; é algo construído pela sociedade.<sup>286</sup>

Os traumas sobre os quais Pierre Seel e Rudolf Brazda se debruçam dentro de suas obras são ambigualmente do entendimento individual, psicanalítico, quanto coletivo, social e culturalmente construídos. Kai Erikson possui entendimentos distintos sobre essas duas formas de manifestações traumáticas. Para ele, o trauma individual é aquele que atinge diretamente a psique, sendo um golpe inesperado e efetivado de forma abrupta que torna o indivíduo atingido incapaz de reagir com eficácia. O trauma coletivo, por outro lado, afeta os tecidos básicos da vida social, danificando os laços entre as pessoas e prejudicando o senso de comunidade prevalente.<sup>287</sup> Para nós, é importante focarmos na segunda perspectiva traumática.

Se “dar testemunho é sempre um ato de condenação ao mesmo tempo que comunicação”,<sup>288</sup> logo, entende-se que o testemunho não é uma simples descrição de um trauma ou de um sofrimento psíquico, mas um campo de disputa. Quem testemunha se esforça para dizer o que está além da ocasião que cristalizou uma espécie de cisma. Procura-se por reconstruir uma identidade anterior ao trauma e, ao mesmo tempo, reivindica uma reparação jurídico-política. Esse é o caso de Pierre Seel, que mesmo enfrentando as dificuldades de provar a sua deportação por homossexualidade, não se absteve da luta coletiva.

Iniciando o quinto e último capítulo de sua autobiografia, intitulado “O testemunho doloroso”, ele relata o contexto da mudança de perspectiva sobre sua própria tragédia. Uma semana após François Mitterrand tomar posse como presidente da República francesa, um evento ocorreu na cidade de Toulouse no dia 27 de maio de 1981. Na livraria *Les Ombres blanches*, na *Rue Gambetta*, se encontraram sujeitos que tinham o interesse em saber sobre histórias de deportação por homossexualidade à época do nazismo e sua ocupação. Seel relata

---

<sup>285</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>286</sup> Idem.

<sup>287</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>288</sup> FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard (ed.). **The Empire of Trauma: An Inquiry into the Condition of Victimhood**. Trans. Rachel Gomme. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2009. p. 199.

que não se lembra como soube do encontro, mas estava lá.<sup>289</sup> A datar desse momento, ele tinha 58 anos e sua experiência de horror permanecia um assunto privado, compartilhado somente uma única vez, com sua mãe às vésperas de sua morte.

Ali, na noite do dia 27 de maio, estavam presentes Jean-Pierre Joecker, “diretor e fundador da revista homossexual *Masques*”, e seu fiel companheiro da causa e colaborador no seu trabalho Jean-Marie Combettes. Juntos, esses homens apresentavam a edição francesa do clássico “diário de um deportado homossexual austríaco, também vítima dos nazistas”,<sup>290</sup> *Les Hommes au triangle rose* de Josef Kohout (Heinz Heger). Joecker conduziu as atividades daquela noite, apresentou sua revista, depois o livro e descreveu a deportação de homossexuais alemães, leu algumas passagens do documento e foi nesse momento que Pierre Seel pôde se identificar. Ele descreve: “Encontrei equivalências de situação, a descrição da mesma dor e das mesmas selvagerias. Minha memória endurecida reconstituía-se através de flashes”.<sup>291</sup> Aqui temos um exemplo do fenômeno que Maurice Halbwachs descreve como necessário para migrar memórias individuais às memórias coletivas, a base comum das experiências que oferece os pontos de contato suficientes é o que suporta a memória nossa e a dos outros dentro de um contexto macro.<sup>292</sup>

Pierre Seel relata, ainda, ter tido vontade de gritar naquele instante, demonstrar que ele também tinha sido vítima, mas a exposição pública não aconteceu. Controlando o seu ímpeto, manteve-se quieto até o fim do evento. Quando chegou sua vez de falar privadamente com Joecker, ele expôs ter sido uma vítima homossexual do nazismo: “Senhor, isso que o senhor contou aqui, eu também vivi”.<sup>293</sup> Questionado por Joecker se tinha sido no mesmo campo de Kohout, ele negou. Afirmou ter sido na França, em Schirmeck. “Nós procuramos durante muito tempo, mas nunca encontramos uma testemunha sobrevivente da deportação homossexual da Alsácia!”, respondeu Joecker. Assim, Seel disse que não queria sair do anonimato, mas que poderiam conversar sobre aquilo. Em resposta:

[Jean-Pierre Joecker disse:] – É necessário testemunhar. Anonimamente, se o senhor desejar. Sem problemas. O essencial é dizer. O senhor guarda um segredo muito pesado, que diz respeito a muitos desaparecidos (observação em colchete feita por mim).<sup>294</sup>

---

<sup>289</sup> SEEL, Pierre. Op. cit., p. 133.

<sup>290</sup> Idem.

<sup>291</sup> Ibidem, p. 134.

<sup>292</sup> HALBWACHS, Maurice apud SARTI, Cynthia. Op. cit., p. 81.

<sup>293</sup> SEEL, Pierre. Op. cit., p. 134.

<sup>294</sup> Idem.

Na passagem acima, descrita com detalhes por Seel, o que chama atenção é o apelo ao testemunho por um terceiro. É Jean-Pierre Joecker que assinala e conscientiza Pierre Seel para a importância de dizer o que tinha acontecido, afinal, Seel não guardava um trauma individual, mas coletivo. O cisma que Pierre Seel carregava, de modo geral, também dizia respeito aos outros, aqueles que não conseguiram sobreviver e aqueles que sobreviveram e sumiram no anonimato pós-guerra. Dessa maneira, eles marcaram de se encontrar no dia seguinte no bar *Le Cristal*, no *boulevard de Strasbourg*.<sup>295</sup>

[...] ambos fomos pontuais ao encontro. Pela primeira vez após quase trinta anos, desde que minha mãe havia morrido, eu surpreendi-me por poder falar. Suas perguntas reavivaram a minha memória. Eu falava lentamente, com muito medo de trair as minhas lembranças. Para uma coisa, no entanto, não consegui encontrar palavras: meu estupro pelos nazistas na sede da Gestapo. Dois meses depois, quando Jean-Pierre Joecker voltou para ver-me, trouxe um gravador. A entrevista foi publicada no número especial sobre a peça de teatro *Bent*, inspirada no livro de Heger. [...] A apresentação e a conclusão dessa entrevista anônima foram feitas por ele, e suas palavras estão leais. Ele conseguiu recolher delicadamente o testemunho que eu tinha em mim. E eu guardo um reconhecimento respeitoso por ele, que já faleceu, levado como Jean-Marie Combettes pela Aids.<sup>296</sup>

O testemunho de Pierre Seel vinha à público pela primeira vez em julho de 1981. Contudo, seu nome ainda era oculto e sua exposição resumida. Ao que seu texto indica, assuntos muito dolorosos permaneceram obliterados na sua primeira experiência testemunhal, como seu estupro na sessão de tortura que sofreu na sede da Gestapo em sua cidade natal. A gestão do indizível até aquele momento continuava operando sobre o consciente de Pierre Seel. Há certos pontos de contato com a lembrança traumática que são difíceis de lidar à primeira tentativa. Em seguida, Seel completa:

Esse foi o verdadeiro início de tudo o que veio depois. Percebi que havia um combate a vencer. Testemunhar, era necessário que eu me atrevesse a testemunhar, mesmo que anonimamente. Era eu o único, nesse caso? Também queria saber, encontrar outras testemunhas, pois quem grita sozinho é rapidamente suspeito. E essa suspeita faz muito mal.<sup>297</sup>

---

<sup>295</sup> Idem.

<sup>296</sup> Ibidem, p. 135.

<sup>297</sup> Idem.

Interessante notarmos, na passagem acima, o seu deslocamento de perspectiva e postura diante da sua tragédia. Ao ser questionado por Jean-Pierre Joecker, durante sua primeira conversa em âmbito público sobre sua deportação, Seel se enxergou, pela primeira vez, dentro de uma coletividade e incumbido a ser um ativista da causa. É essa auto percepção que lhe permite, enquanto vítima, ver-se como parte de um grupo social. A sua dimensão social é ampliada e a sua localização no presente o permite revisitar as atrocidades que presenciou e vivenciou, afinal, a memória “responde a questões do presente”.<sup>298</sup> Contudo, era necessário ainda que o anonimato fosse ultrapassado.

O ano de 1982 representou de maneira singular uma grande conquista aos homossexuais franceses. O então presidente François Mitterrand cumpriu uma promessa de campanha firmada com os ativistas da causa homossexual e, em 4 de agosto daquele ano, revogou a lei anti-homossexuais do código penal francês.<sup>299</sup> Lei essa que na década de 1960 foi recrudescida pelo parlamento por equiparar a homossexualidade ao alcoolismo, à tuberculose e à prostituição em sentidos de degeneração: todos uma “praga social”.<sup>300</sup>

Essa mudança no cenário jurídico e político no início dos anos 1980 rapidamente colaborou para que os homossexuais pudessem se expressar de maneira mais livre e efetiva no âmbito público.<sup>301</sup> As barreiras oficiais para a expressão da comunicabilidade haviam caído. As ações e pressões do movimento homossexual foram fundamentais para que o Estado mudasse a lei e a sociedade modificasse suas percepções sobre esses sujeitos.

Portanto, os novos quadros sociais e políticos possibilitaram, como afirma Tiago Elídio, “que os perseguidos homossexuais do regime nazista pudessem testemunhar o que havia acontecido com eles, como fez Pierre Seel”.<sup>302</sup> Não somente isso. Alargaram-se o entendimento e as atividades de toda uma coletividade homossexual ativista em prol de efetiva libertação e a concretização de direitos irrevogáveis: “é verdade que a vida dos homossexuais havia mudado muito fazia alguns anos. Uma febre associativa havia, nesse intervalo, criado festivais de filmes, paradas com os rostos à mostra”.<sup>303</sup> O que demonstra que pautas homossexuais estavam sendo explicitadas há algum tempo: “a banca de jornal da esquina tinha agora uma imprensa homossexual. Duas gerações haviam passado. A primeira, a minha, havia fingido não se

---

<sup>298</sup> LERNER, Kátia. Op. cit., p. 20.

<sup>299</sup> ELÍDIO, Tiago. Op. cit., p. 70.

<sup>300</sup> Ibidem, p. 68.

<sup>301</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>302</sup> Idem.

<sup>303</sup> SEEL, Pierre. Op. cit., p. 135.

lembrar de nada após a Libertação”.<sup>304</sup> São os homossexuais da segunda geração imediata do pós-guerra que se preocupam, ouvem e escrevem sobre os deportados por homossexualidade. São esses sujeitos que se interessam por alavancar publicamente as histórias de vítimas homossexuais como Pierre Seel.

Foi somente com o advento do “novo movimento homossexual”, no final dos anos 1960, mas com maior ênfase durante os anos 1970, que a memória homossexual relativa ao nazismo começou a ser discutida nos espaços públicos. São os ativistas da causa que hoje reconhecemos como movimento LGBTI+ que questionaram esse passado, trazendo em voga um novo debate sobre as existências e as histórias dos indivíduos que os antecederam. Segundo Ken Setterington, foi após a publicação do livro de memórias de Josef Kohout, *The Men with the Pink Triangle* em 1972 (do original em alemão *Die Männer mit dem rosa Winkel*) e depois do sucesso da peça teatral *Bent* (baseada no relato de Kohout) que a opinião pública se voltou para o testemunho dos homossexuais.<sup>305</sup> Para Erik Jensen, a obra de Kohout significou “uma completa mudança de perspectiva dos ativistas da década de 70 em diante com relação à consciência de seu passado traumático”.<sup>306</sup>

Um ano após o evento na livraria, em 1982, Pierre Seel começou a frequentar um grupo homossexual em Toulouse, o *David et Jonathan*. Lá ele falava abertamente sobre suas experiências: “Eu contava-lhes sobre o inferno, o de antes, da deportação e dos nazistas”.<sup>307</sup> Até que um dia, naquele mesmo ano, Seel afirma ter ouvido pelo seu rádio portátil que “o bispo de Estrasburgo havia, de última hora, cancelado todas as reservas de quartos feitas no seu lar católico pelos inscritos em um congresso europeu homossexual, organizado na capital europeia pelo ILGA, a associação internacional homossexual”.<sup>308</sup>

Questionado em uma coletiva de imprensa no dia 8 de abril de 1982 sobre esse cancelamento inesperado, o bispo da Igreja Católica de Estrasburgo, León-Arthur Elchinger respondeu: “eu considero a homossexualidade uma doença. Eu respeito os homossexuais da mesma forma como respeito os doentes. Mas se eles querem transformar sua doença em saúde, eu não concordo”.<sup>309</sup> Para Pierre Seel, “foram discursos como esse que levaram à perseguição e ao assassinato de milhares de inocentes por parte dos nazistas”.<sup>310</sup> E essa ideia da

---

<sup>304</sup> Idem.

<sup>305</sup> SETTERINGTON, Ken. Op. cit., p. 92.

<sup>306</sup> JENSEN, Erik apud SILVA, Karen Pereira da. Op. cit., p. 13.

<sup>307</sup> SEEL, Pierre. Op. cit., p. 136.

<sup>308</sup> Ibidem, p. 136-137.

<sup>309</sup> Ibidem, p. 137.

<sup>310</sup> ELÍDIO, Tiago. Op. cit., p. 16.

homossexualidade enquanto doença e perversão social devia ser combatida. Tomado por cólera, Seel decidiu que havia chegado a hora de quebrar definitivamente o anonimato que lhe restava.

Os homossexuais, doentes? Eu precisava reagir. [...] Era necessário acabar para sempre com tais discursos. E, para isso, testemunhar, dizer tudo, exigir reabilitação do meu passado, desse passado que é também o de muitos outros, esquecidos, [...] Testemunhar para proteger o futuro, testemunhar para acabar com a amnésia dos meus contemporâneos.<sup>311</sup>

Dominique Fernandez escreveu, em 11 de dezembro de 1982, no jornal *Gai Pied*:

Realizados em particular ou em público, esses discursos fazem mal e devem ser denunciados e combatidos em todos os lugares, não importam as circunstâncias. A autoridade moral em que pode prevalecer a fala de um bispo reforça essa gravidade [...] Luto já muitos anos contra essas palavras, essas atitudes vergonhosas, desesperadas, maldosas. Meus textos são desse combate.<sup>312</sup>

Pierre Seel, por sua vez, demorou seis meses para escrever sua carta aberta ao monsenhor Elchinger. Não queria titubear com um impulso “raivoso” e “cego” diante do que lhe causou tamanha revolta, depois de alguns rascunhos, chegou a sua versão final:

Decidi dar o meu total apoio às numerosas vozes de todos aqueles e aquelas que se sentiram ofendidos pela sua declaração de 8 de abril de 1982. Vítima do nazismo, denunciei publicamente, com todas as minhas forças, que tais discursos favoreceram e justificaram o extermínio de milhões de doentes por razões políticas, religiosas, raciais ou de comportamento sexual. Não sou um doente e não padeço de nenhuma doença. Não desejo retornar às enfermarias onde curaram a minha homossexualidade, mais precisamente em um local que não fica longe da capital alsaciana. Foi em 1941. Eu só tinha dezoito anos. Detido, torturado, golpeado, preso, internado fora de toda jurisdição, sem nenhuma defesa, nem processo, nem julgamento. Estou muito cansado essa noite por me lembrar de todas as torturas morais e físicas e os sofrimentos indescritíveis e inexprimíveis que então suportei. Desde então, toda a minha vida foi vivida na terrível dor compartilhada com minha família por causa dessa detenção arbitrária. Sua declaração de 8 de abril de 1982 despertou em mim um amontoado de lembranças atrozes e decidi também, aos cinquenta e nove anos, sair do anonimato. Por toda minha vida e até hoje, eu não conheci o ódio por ninguém. E, no entanto, sofrendo do desamparo profundo no qual nos deixa essa homofobia sempre presente, estremeço pensando em todos os homossexuais desaparecidos e em todos aqueles que, no mundo, infelizmente, ainda são torturados e exterminados como tantas outras minorias.<sup>313</sup>

---

<sup>311</sup> SEEL, Pierre. Op. cit., p. 137.

<sup>312</sup> Ibidem, p. 172.

<sup>313</sup> Ibidem, p. 172-173.

Essa carta é datada de 18 de novembro de 1982, porém, foi publicada pelo *Gai Pied Hebdo* na edição n. 47 em 11 de dezembro daquele ano. Sua carta é um clamor por reconhecimento público e, ao mesmo tempo, a concretização de uma luta sócio-política contra a homofobia. A contar desse acontecimento, Pierre Seel toma o testemunho enquanto uma causa moral definitiva, perlaborar a sua dor como maneira de buscar incansavelmente reparações, tanto a nível jurídico, quanto histórico. Primo Levi e outros judeus sobreviventes do Holocausto *contavam* sobretudo porque queriam educar, tornar seus escritos em obras pedagógicas, Seel e outros homossexuais sobreviventes *contavam* porque queriam *derrubar* algo no presente, a homofobia. A carta aberta de Pierre Seel foi divulgada, em primeiro momento, para seus familiares e, em seguida, encaminhada ao bispo, à mídia popular e à imprensa homossexual. Essa polêmica, por fim, acabou nos tribunais:

Nesse dia, o “acusado Elchinger, Léon Arthur”, foi representado pelo seu advogado. Como o procurador, esse último declarou que todas as suas denúncias eram inaceitáveis. O tribunal decidiu a seu favor: “As declarações reportadas não visaram nenhuma pessoa designada ou identificável pelo nome.” Teriam feito o mesmo se fossem declarações antissemitas? Mas a lei não contempla a homofobia. Os autores da denúncia, que queriam, à época, modificar a lei francesa em relação a esse ponto, chegaram até o Supremo Tribunal. Em vão, pois, no final das contas, foram condenados a 30 mil francos de multa por terem difamado o bispo. E seu último recurso no Tribunal Europeu revelou-se infrutífero. Apesar dos poucos ecos que suscitou a minha carta aberta ao prelado, eu senti-me libertado de um pesado segredo.<sup>314</sup>

Após esse imbróglio, Seel garantiu ter se “libertado de um pesado segredo” mesmo que sua carta pouco tenha repercutido.<sup>315</sup> “Decidi então me lançar em uma série de ações para fazer reconhecer a minha deportação e, através dela, a deportação dos homossexuais pelos nazistas”.<sup>316</sup> Ainda que exausto pelos esforços que empreendeu, seus resultados não tinham sido “tangíveis”. Suas primeiras ações o levaram a ter problemas no casamento e no âmbito trabalhista, porém, houve reconhecimento do seu infortúnio por parte significativa da comunidade ao redor. Nesse instante Seel relembra uma ocasião específica em que procurou o Estado e a moça que lhe atendeu logo parou de anotar sua argumentação depois dele mencionar o motivo da deportação, sua homossexualidade.<sup>317</sup>

---

<sup>314</sup> Ibidem, p. 138.

<sup>315</sup> Idem.

<sup>316</sup> Idem.

<sup>317</sup> Idem.



Pedi-lhe que continuasse a anotar a minha petição. Ela então se levantou bruscamente e chamou a sua superiora. Ela achava que era louco? Um fabricante de farsas? Meu dossiê de deportado não existia mais: a palavra “homossexual” havia sido pronunciada e anulava a própria deportação. O que ela ignorava, na sua ingenuidade, é que foi exatamente isso o que eu vivi.<sup>318</sup>

O próprio monsenhor Elchinger chegou a lhe escrever uma carta, como Seel mesmo ressaltou, “cheia de humanidade”,<sup>319</sup> na esperança de haver reconciliação. Desse momento em diante, ele começou a frequentar assiduamente os grupos ativistas da causa homossexual e testemunhou oralmente em diversas ocasiões – como na rádio da CGT de Toulouse, *Mon País*, onde ganhou destaque absoluto em um programa somente para tratar de seu testemunho. Seel caracterizou o episódio como produzido “com tanta qualidade” que poderia considerar seu “verdadeiro testamento sonoro”.<sup>320</sup> Tomou para si, definitivamente, a causa de fazer visível a deportação por homossexualidade, requisitando legitimidade a si e aos seus iguais.<sup>321</sup> Sua gratidão pelos soviéticos o levou a filiar-se no Partido Comunista. Porém, em pouco tempo de filiação foi “convidado” a se retirar.<sup>322</sup>

Mesmo com os esforços que desempenhou, com as comunicações que exerceu na mídia, com as pessoas da sociedade civil e do universo político institucional, com os grupos sócio-políticos homossexuais, com suas diversas iniciativas de pleitear espaço no campo político e jurídico, Pierre Seel termina seu livro com a angústia latejante de ainda não ter sido oficialmente reconhecido enquanto um homossexual deportado pelos nazistas. Seu último capítulo, “O testemunho doloroso”, não trata da idealização, execução e publicação da obra, como previamente eu esperava encontrar, mas, sim, de sua busca incansável por reparação, direito à memória, verdade e justiça.

O documento oficial que lhe foi entregue pelo Ministério da Justiça é datado de 13 de maio de 1941. Nele, consta a informação da Gestapo de transferir Seel da prisão de Mulhouse para o campo de concentração de Schirmeck-Vorbrück.<sup>323</sup> Para a justiça francesa, somente esse documento não é prova capaz de lhe garantir reconhecimento e, conseqüentemente, reparações legais. Era necessário que houvesse, ao menos, duas testemunhas oculares de sua passagem pelo campo.<sup>324</sup> Aos 70 anos, idade que marca parte da escrita e publicação de sua obra, Pierre

---

<sup>318</sup> Ibidem, p. 139.

<sup>319</sup> Idem.

<sup>320</sup> Ibidem, p. 140.

<sup>321</sup> Ibidem, p. 139.

<sup>322</sup> Ibidem, p. 140.

<sup>323</sup> Ibidem, p. 177.

<sup>324</sup> Ibidem, p. 147.

Seel ainda era um sujeito rompido pelo nazismo que não tinha conseguido provar legalmente o seu direito à reparação efetiva do Estado.

Sua autobiografia, portanto, é um documento que procura instigar a busca da verdade, tanto a nível popular quanto acadêmico. É preciso que a sociedade, de modo geral, se interesse por esse trauma e pela catástrofe a que está associada. Seu testemunho é uma fonte percebida enquanto um observatório sobre a homofobia pré nazismo, durante e pós desnazificação da Europa. Pierre Seel usou o seu registro para nos alertar quanto às incapacidades da justiça, das instituições públicas e democráticas de ampararem legalmente os homossexuais, vítimas políticas e raciais do horror nazista. A homofobia institucional, resquício totalitário do século passado, é o grande empecilho que Seel encontrou no âmbito legal para provar a sua deportação por homossexualidade.

Tiago Elídio, porém, nos aponta como é importante e fundamental a demarcação da memória homossexual frente à perseguição e ao extermínio protagonizado pelos nazistas ancorada nos esforços empreendidos por Pierre Seel e seu testemunho autobiográfico:

A publicação de seu livro foi um passo muito importante nessa luta. Em 1995, um ano depois do lançamento do livro, recebeu, finalmente, sua carteira de deportação. Sua autobiografia, desde então, foi republicada quatro vezes na França. No exterior, foi traduzida nos EUA, na Alemanha, na Espanha e na Rússia. Estima-se que a tiragem dessas edições estrangeiras seja de 20 mil exemplares. Foi feita também uma versão teatral na Alsácia. Além disso, Seel participou constantemente de programas de rádio e TV para falar sobre o tema, e saiu em reportagens da mídia impressa. Foi também um dos que deram seu depoimento no documentário americano “Parágrafo 175”, realizado por Rob Epstein e Jeffrey Friedman, lançado em 2000. Seu livro também inspirou o telefilme francês “Amor em tempos de guerra” (“Um Amour à taire”), de Christian Faure, exibido pela primeira vez em 2005, e o documentário “Amants des hommes” (“Amante dos Homens”, em tradução livre), de Isabelle Darmengeat, lançado em 2006. Portanto, o testemunho de Seel foi decisivo na questão da visibilidade, da memória e do reconhecimento dos homossexuais como vítimas do nazismo.<sup>325</sup>

Esses resultados são frutos da tamanha potência de Pierre Seel com sua luta por justiça, verdade, reconhecimento e reparação. Assim, tornando-se um rosto do terror nazista aos homossexuais. O Estado francês reconheceu em abril de 2001 as perseguições que os homossexuais sofreram durante a Segunda Guerra Mundial, enquanto que o Estado alemão o tinha feito em novembro do ano anterior.<sup>326</sup> Essas ações políticas foram tardias e praticamente

---

<sup>325</sup> ELÍDIO, Tiago. Op. cit., p. 89.

<sup>326</sup> Idem.

simbólicas, tendo em vista que a maioria dos sobreviventes homossexuais que se tinha conhecimento à época das reparações efetivas já estava morta ou muito debilitada de saúde, incapaz de recorrer aos seus direitos, como apontou Karen Pereira da Silva.<sup>327</sup>

Em 2005, Jacques Chirac, ocupando o cargo de presidente da França, lembrou as vítimas homossexuais na cerimônia do Dia Nacional da Lembrança da Deportação.<sup>328</sup> Mesmo ano que marca o falecimento, aos 82 anos, de Pierre Seel. Como ressaltou Tiago Elídio: “[...] depois de muito lutar pelo reconhecimento oficial, pôde, enfim, descansar em paz”.<sup>329</sup> Seel alcançou um lugar de destaque único:

[...] Em fevereiro de 2008, foi inaugurada, na cidade francesa de Toulouse, uma rua que leva seu nome e contém uma placa informativa de que se tratou de um deportado francês por homossexualidade. Além disso, no último dia 15 de maio de 2010, foi inaugurada em Mulhouse a primeira placa francesa em homenagem às vítimas homossexuais. Outra está prevista para ser inaugurada no campo de Struthof durante o outono europeu. Também nesse ano de 2010, foi lançado um filme inspirado na história de Seel, “L’Arbre et la Forêt” (“A Árvore e a Floresta”, em tradução livre), de Olivier Ducastel e Jacques Martineau.<sup>330</sup>

Rudolf Brazda, assim como Pierre Seel, também teve contato com a obra de Josef Kohout logo após a sua publicação. Porém, diferente de Pierre Seel, ele preferiu continuar no anonimato. Sobre esse momento específico da trajetória de Brazda, Schwab escreveu:

Se acreditarmos na máxima de que “para vivermos felizes vivamos escondidos”, temos aí uma das razões por que Rudolf não deu prosseguimento aos contatos informais com um editor alemão, em Frankfurt, em 1979, por ocasião da manifestação “Homolulu”. Na época dessa primeira grande reunião gay da Alemanha, Rudolf comprou o livro de Heinz Heger, outro deportado por homossexualidade. Ele encontrou algumas semelhanças com a sua experiência, mas não sentiu necessidade de contá-la. Tinha ainda na lembrança a frase de Edi, dita quando Rudolf começou a falar pela primeira vez de suas lembranças de Buchenwald. Foi em 1965, quando viajavam pela Alemanha Oriental. O campo havia sido transformado em memorial pelas autoridades alemão-orientais, que o elegeram como local importantíssimo da luta contra o fascismo e, por extensão, o capitalismo. Rudolf contou a um incrédulo Edi sobre o que havia visto e sofrido na época do campo. “Que importa isso agora? Estamos juntos e só isso que importa...” disse-lhe Edi para consolá-lo. Sim, eles estavam felizes juntos, portanto era inútil mexer com o passado e suas dolorosas memórias.<sup>331</sup>

---

<sup>327</sup> SILVA, Karen Pereira da. Op. cit., p. 11.

<sup>328</sup> ELÍDIO, Tiago. Op. cit., p. 90.

<sup>329</sup> Idem.

<sup>330</sup> Idem.

<sup>331</sup> SCHWAB, Jean-Luc. Op. cit., p. 169.

As condições de vida e as experiências individuais da homossexualidade, no pós-guerra, certamente influenciaram diretamente as condutas de Pierre Seel e Rudolf Brazda. Enquanto Brazda vivia plenamente uma relação conjugal com outro homem, Seel ressentido de sua homossexualidade obrigou-se a casar com uma mulher e a construir uma família tradicional com ela. O trauma era uma ferida latente para Pierre Seel, para Rudolf Brazda, nem tanto. Embora a questão do trauma seja presente em ambas as narrativas, ela se manifesta em sentidos e contextos distintos para esses sujeitos. Portanto, as condições de comunicabilidades de Pierre Seel, assim como de Rudolf Brazda, só se concretizaram nos “próximos”, como conceitua Paul Ricœur:

[...] meus próximos são aqueles que me aprovam por existir e cuja existência aprovo na reciprocidade e na igualdade da estima. A aprovação mútua exprime a partilha da afirmação que cada um faz de seus poderes e de seus não-poderes, o que chamo de atestação em *Si mesmo como um outro*. O que espero dos meus próximos, é que aprovelem o que atesto: que posso falar, agir, narrar, imputar a mim mesmo a responsabilidade de minhas ações.<sup>332</sup>

Por conta dos sujeitos ligados ao ativismo homossexual do período ao qual Pierre Seel conseguiu se integrar há uma rede de comunicabilidade segura. Os próximos fornecem ambiente propício para que o traumatizado possa perlaborar o trauma no ato de falar e de escrever. Os próximos são aqueles que possuem empatia e articulam uma causa sócio-política para alavancar os traumatizados que, sozinhos, não possuem condições de se comunicarem com o Estado e a sociedade. Eles, portanto, conectam as narrativas às oportunidades de fala, escuta e visibilidade pública. A comunicabilidade em foco é uma rede de sustentação ligada diretamente com o ativismo gay dos anos 1980-1990, no caso de Pierre Seel. Para Rudolf Brazda, essa rede de apoio só aconteceu tardiamente já na década de 2000.

Rudolf Brazda, ao contrário de Pierre Seel, optou por viver em silêncio e recebeu apoio afetivo para fazê-lo. Somente depois dos seus 95 anos de idade, Brazda foi descoberto pelas mídias, conseqüentemente, rompendo seu anonimato de décadas. Em um artigo do jornal francês *L'Alsace*, de 29 de junho de 2008, Jean-Luc Schwab soube da existência do “alemão [...] gay e mártir dos nazistas” – como caracterizou o periódico.<sup>333</sup> Procurado por Schwab, nasceu uma frutífera amizade e parceria para termos acesso à biografia dessa vida tão fascinante

---

<sup>332</sup> RICŒUR, Paul. Op. cit., p. 142.

<sup>333</sup> SCHWAB, Jean-Luc. Op. cit., p. 11.

e, como Pierre Seel, auxiliadora para alargar o escopo da história de perseguição e extermínio praticada pelos nazistas. Como aponta Jean-Luc Schwab: “[...] surgia de repente a oportunidade de encontrar uma rara testemunha. Além disso, uma testemunha cuja experiência ainda não havia sido contada...”.<sup>334</sup>

Neste ponto, somos confrontados com a diferença entre testemunho e memória. A memória consegue ser operacionalizada pelos testemunhos, no plural, pois, somente uma única experiência e uma única memória, ou seja, um amontoado de lembranças individuais, não correspondem com o quadro identitário que se busca criar a partir da ação testemunhal.<sup>335</sup> Muito provavelmente, por conta dessa consciência, Pierre Seel se empenha nas páginas de sua obra, clamando, abertamente, que outros sobreviventes homossexuais vítimas da deportação e do internamento compulsório nos campos de concentração e extermínio venham à público. Afinal, ele sabe que sozinho não fará consolidação memorial.

É necessário que se tenha um conjunto de testemunhas e que se enquadre essas narrativas para se criar uma memória coletiva sobre um determinado evento, em um determinado espaço-tempo. São os diálogos múltiplos dos sobreviventes, de quem se dispõe a testemunhar, que dão corpo a um movimento cultural muito maior do que significar a própria vida, dar sentido amplo às experiências particulares.<sup>336</sup> A identidade, portanto, está no cerne desta movimentação: o testemunho, em conjunto, consolida uma memória coletiva, uma identidade partilhada. Não obstante, o testemunho é configurado por terceiros, não se faz de maneira própria, sozinho. Até se tornar conhecido no meio público, ele passa pelas mãos de outros sujeitos envolvidos com sua produção. Jean Le Bitoux, para Pierre Seel, e Jean Luc-Schwab, para Rudolf Brazda, cumprem esses papéis dos “próximos” diretos nas vidas dessas duas vítimas homossexuais do nazismo.

Portanto, essa é uma parte essencial do desenrolar de duas vidas – repletas de trajetórias conflituosas, que traçaram caminhos e objetivos distintos no pós-guerra. Enquanto o francês alsaciano no imediato da Libertação quis comunicar sua catástrofe e foi impedido, o alemão-tchecoslovaco escolheu permanecer em silêncio, acabando por testemunhar quase que “por acaso”. Mesmo tardiamente, ambos cumprem uma “missão” de trazer à tona uma discussão séria e cara para boa parte de nós. Pleiteiam nos espaços públicos um lugar de vítimas homossexuais legítimas do horror nazista, suas escritas são ferramentas cruciais e irreversíveis

---

<sup>334</sup> Idem.

<sup>335</sup> WIEVIORKA, Annette. Op. cit., p. XII.

<sup>336</sup> Idem.

dessa luta, de tal maneira que o “armário metafórico” da qual W. Jake Newsome havia falado, finalmente, foi quebrado.

## **2.2. Subjetividade, verdade e trauma: fundamentos dos testemunhos de Pierre Seel e Rudolf Brazda**

Pierre Seel e Rudolf Brazda, encarando seus testemunhos não somente enquanto um gênero discursivo, mas como um regime de crença, fizeram esforços em suas obras para trazerem o convencimento das suas jornadas aos leitores.<sup>337</sup> Assim, eles dão outra significância às suas trajetórias em narrativas próprias de grafias da vida para concretizarem um ato de crer. O testemunho, nesse contexto, é ferramenta indispensável para alcançar um lugar de “verdade”, de exposição do “real” e, ao mesmo tempo, de certeza, isto é, a crença absoluta e particular no que se diz, ou ainda, no que se atesta por verdadeiro. Contudo, para nós, sujeitos distantes da catástrofe e que nos propomos à análise, encaramos o registro do vivido como uma manifestação singular, uma interpretação, um movimento oportuno não de simples exposições dos acontecimentos, mas dos seus processos, das suas relações, dos seus interesses políticos, sociais, coletivos e individuais, enfim, das características que tornam a descrição da vivência enquanto testemunho.

A natureza desses testemunhos, por excelência, reivindica a categoria de *superstes*; aquele que não somente vivenciou a catástrofe, mas a atravessou, tornando-se testemunha viva, sobrevivente.<sup>338</sup> Assim, Pierre Seel e Rudolf Brazda buscam dar forma ao “real”, ao passo que compõem suas narrativas, somente representá-lo seria inviável. Talvez aí se explique, em parte, a necessidade de costurar relato e documento. Assumir um compromisso moral, ético e político com a “verdade”, com a exposição de um fragmento do espaço-tempo vivido requer responsabilidade: “[...] o testemunho [...] é não apenas *superstes*, ou seja, a voz de um sobrevivente, mas também *testis*, enfrentamento, por assim dizer, “jurídico” com o real (sem aspas!) e reivindicação da verdade”.<sup>339</sup> E são os meios pelas quais se proclama essa verdade que nos interessam, pois são esses trajetos que desvendam as estruturas dos relatos de Pierre Seel e Rudolf Brazda.

---

<sup>337</sup> FILINICH, María Isabel. Testemunho e veridicção. **Estudos Semióticos**, vol. 13, n. 2, dezembro de 2017. p. 136.

<sup>338</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). Op. cit., p. 373-374.

<sup>339</sup> *Ibidem*, p. 383.

Essas vítimas, nesse contexto, carregam uma subjetividade que não pode ser integralmente explorada fora à luz das documentações. Até que se apareça totalmente os documentos oficiais (se é que algum dia isso possa acontecer), as vítimas permanecem aglutinadas em um núcleo cuja a fala e a escrita testemunhal concentram o âmbito mais profundo da violência, da repressão, da deportação, do cárcere e demais locais de desumanização que somente quem viveu tem uma propriedade excepcional de exposição. Por isso, esses sujeitos tornam-se peças insubstituíveis para a revisitação, reconstituição e tentativa de elucidação desses horrores.<sup>340</sup>

Em relação aos nazistas, sabemos que muitas das provas dos seus crimes foram aniquiladas pelos próprios ao passo que o regime de Hitler sucumbia à guerra. O que resta, portanto, é o testemunho de quem voltou da calamidade e conseguiu contar o que aconteceu mediado por algumas provas que os nazistas não conseguiram e/ou não tiveram tempo de destruir.

Importante termos a consciência de que as grafias da vida também possuem a capacidade de exprimir uma experiência coletiva, por isso a ideia de interpretação. É o discurso de sujeitos que correspondem a uma categoria de vítimas que posiciona o resto de nós frente a uma espécie de representação social, política, cultural, enfim, que “espelharia uma visão de mundo”.<sup>341</sup> E não obstante a isso, investe-se em códigos próprios dessas narrativas para que os trabalhos sejam prontamente enquadrados. Ambiguamente, podemos enxergar as obras de Pierre Seel e Rudolf Brazda como uma “narrativa de urgência” sobre um passado de caos coletivo, da radical prática da violência, suas permanências e impunidade, de denúncia social, de demarcação por uma memória a nível macro, mas, igualmente, também cumprem um papel particularista, funcionam a nível micro, comunicam questões muito pessoais e relativas especificamente às vivências desses sujeitos enquanto indivíduos únicos.

Pierre Seel e Rudolf Brazda sustentam uma dignidade das suas experiências, pois, a escrita de si, como esclarece Wilton C. L. Silva: “revela uma forma de subjetivação que se manifesta como valorização das experiências vividas, rememoração do passado e o uso do passado”;<sup>342</sup> e sua intrínseca relação com a “verdade” se desmembra no emprego metodológico dos documentos ao decorrer de suas obras. A “narrativa de urgência” coloca-os sob uma diretriz

---

<sup>340</sup> SARLO, Beatriz. Op. cit., p. 61.

<sup>341</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica**. São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 9.

<sup>342</sup> SILVA, Wilton C. L. Espelho de palavras: escrita de si, autoetnografia e ego-história. In: AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *Ibidem*. p. 57.

que seus textos, em primeiro lugar, precisam traduzir, como aponta John Beverley: “uma situação de repressão, pobreza, exploração, marginalização, crime e luta”,<sup>343</sup> e isso só pode ser conferido quando o autor da denúncia, executor do testemunho, “se localiza em espaços onde as estruturas de normalidade social encontram-se em desintegração, sendo originado “de baixo” (“memórias do subsolo”) e na maioria das vezes com fins políticos específicos”.<sup>344</sup> O caso de Pierre Seel é um exemplo disso, cuja movimentação testemunhal é desempenhada em uma época de pressão ativista dos homossexuais por direitos e reparações e ruptura política para com as leis que impediam esses atores sociais de se articularem livremente.

Por conta do cenário de perseguição política, jurídica e social que ainda perdurou pós desnazificação da Europa, como vimos até aqui, os homossexuais na França e na Alemanha continuaram em uma zona de desconfiança e descrédito público por décadas. Criminalizados em suas ações e existências no mundo, ao meu ver, recorre-se a uma necessidade de manter diálogo entre a subjetividade (experiência, registro pessoal da vida micro e macro, exercício de interpretação e apreensão da “verdade” a partir do vivido) e a objetividade (fato, as documentações cujo acesso se fez viável, o demarcado enquanto oficial, o consenso coletivo social e intelectual dos acontecimentos).

A homofobia institucionalizada por Estado e sociedade trabalhou como engrenagem de ocultação dos sujeitos homossexuais, suas narrativas, posturas e ações no âmbito macro e micro da vida em sociedade. E libertar-se desse lugar de ostracismo para Pierre Seel e Rudolf Brazda diz respeito a uma organização do testemunho enquanto causa coletiva, bem comum e prática política. O testemunho migra de uma elaboração íntima e por motivos estritamente pessoais para um lugar de dever comunitário, uma necessidade em torno do bem comum e questão jurídica de um grupo.

Para efetivar o testemunho, dentro das escritas de vida, recorre-se a uma forma narrativa cujo “contrato de veridicção” seja visível e, acima disso, conferível. Sendo o discurso, em sua essência, um lugar de fragilidade onde as suspeitas sobre a mentira, dissimulação, perversão e afins se fazem notáveis, é indispensável que se acabe com as suspeitas iniciais. Ainda mais quando essas suspeitas partem de uma questão moral. Os homossexuais, previamente, são postos em modo de suspeição, pois suas existências atentam contra a moral e os bons costumes da sociedade, contra uma ordem que se acredita ser “natural” e “inata” – são indivíduos que,

---

<sup>343</sup> BEVERLEY, John apud SILVA, Wilton C. L. Ibidem. p. 41.

<sup>344</sup> Idem.



prontamente, estão em desencontro com uma lógica de sociedade baseada em relações “tradicionais”.

Descortina-se, assim, a subjetividade como engrenagem primordial dos testemunhos homossexuais desses indivíduos. O testemunho clama por um caráter estético específico, sua eficiência no ato de servir como denúncia social e, principalmente, assegurar o seu valor de dizer a verdade.<sup>345</sup> Para que esse valor fosse, de fato, encarado como crível, os sujeitos que alavancam as obras de Pierre Seel e Rudolf Brazda recorrem diretamente aos documentos oficiais de sua época, os depoimentos dos seus respectivos conhecidos, os pareceres na imprensa europeia e, igualmente, às discussões e produções intelectuais. Mas a ação testemunhal é o que garante maior importância nessas obras para os triângulos rosa Pierre Seel e Rudolf Brazda, pois é a partir do testemunho que se reivindica um novo arranjo identitário.<sup>346</sup> Ambos, portanto, buscam com seus relatos provar algo não só ao Estado, mas a si e aos outros, como eles, que passaram por experiências semelhantes, e cuja vocalização depende da constituição de um grupo perseguido. Dessa maneira, reconfigura-se a identidade fragmentada através da elaboração da experiência da catástrofe, pensar e escrever sobre isso é um movimento político frente à reestruturação que se busca conquistar de uma vida que outrora foi rompida.

É a mudança do “eu” no presente da escrita testemunhal que possui maior impacto em Pierre Seel e Rudolf Brazda. Confrontando as suas memórias do passado com seus interesses do presente vemos uma reviravolta na percepção que tinham de si mesmos. Os processos de resolução internas quanto à questão da sexualidade tida pela sociedade como perversão social, moral, doença psiquiátrica e demais formas de sujeição da homossexualidade a um campo de desumanização, emergem para os expectadores das suas desventuras de forma latente. Os seus registros naturalizam a homossexualidade ao passo que se problematiza a violência à qual foram submetidos os homossexuais sob domínio dos nazistas. A subjetividade conversa com a objetividade da denúncia que eles se prontificam a fazer sobre um Estado que perseguiu e exterminou indivíduos considerados indesejados. Para Michel Foucault:

Não há Estado mais disciplinar, claro, do que o regime nazista; tampouco há Estado onde as regulamentações biológicas sejam adotadas de uma maneira mais densa e mais insistente. Poder disciplinar, biopoder: tudo isso percorreu, sustentou a muque a sociedade nazista (assunção do biológico, da procriação, da hereditariedade; assunção também da doença, dos acidentes). Não há sociedade a um só tempo mais disciplinar e mais previdenciária do que a que

---

<sup>345</sup> FILINICH, María Isabel. Op. cit., p. 136.

<sup>346</sup> TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, a tentação do bem**: indagações sobre o século XX. Trad. Joana Angélica D. Melo. São Paulo: Arx, 2002. p. 151.

foi implantada, ou em todo caso projetada, pelos nazistas. O controle das eventualidades próprias dos processos biológicos era um dos objetivos imediatos do regime.<sup>347</sup>

Seus testemunhos enquadram não somente seus problemas e itinerários a nível micro, mas um mundo de reviravoltas e processos caóticos a nível macro. Compreendemos, por exemplo, a partir de suas obras a situação da homossexualidade em uma parte centro-ocidental da Europa pré nazismo, durante e pós desnazificação, bem como os endurecimentos das leis anti-homossexuais após extinções de práticas antisemitas que foram legalizadas durante a ocupação. Daí a explicação do “elo entre a história que se fez e a história que vos fez”.<sup>348</sup> Os eventos que marcam os testemunhos, que se constroem diante de nós ao passo da leitura, são os episódios que fundam as percepções dos indivíduos, colaborando diretamente com um reconhecimento íntimo e comunitário da experiência e do vivido, pois essas são transformadas nas obras como o relevante, o indispensável, o que não se pode ocultar e/ou dissimular frente à trajetória que compete o campo do coletivo e do individual.

Pierre Seel, em primeiro momento, traz um retrato da Alsácia e da vivência homossexual pré-ocupação nazista, a vida clandestina dos homossexuais a todo vapor, mesmo com medo da repressão social. Depois, vemos um cenário de terror absoluto com a chegada da Gestapo, uma mudança brusca nas formas que se constituíam as relações e as práticas homossexuais em sua cidade natal. Mas, ainda assim, a subjetividade de Pierre Seel em muitos momentos parece se sobressair à objetividade dos fatos e dos acontecimentos históricos. Rudolf Brazda, por sua vez, conseguiu alavancar um discurso próximo ao de Pierre Seel, contudo, de proporções mais objetivas. Mesmo que tenha uma subjetividade pulsante em sua construção narrativa, Jean Luc-Schwab, o biógrafo responsável pela idealização e execução do trabalho, protagoniza um esforço para trazer a validação definitiva do que se diz através da pesquisa em acervo e museus, dos diálogos traçados com intelectuais e autoridades que lidam com essa temática, da leitura e escuta atenta ao material que colheu por si próprio, da sua exposição aos leitores e, fundamentalmente, do seu exercício interpretativo.

O que nos leva a uma ideia de que suas obras não são egoicas, no sentido de que não falam de si de maneira exclusiva e excludente, elas tratam do mundo da violência homofóbica arquitetado pelos nazistas e, posteriormente, da impunidade reforçada pelas autoridades da nova Europa pós-reestruturação física e psicossocial. Embora os livros tenham práticas discursivas

---

<sup>347</sup> FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 309.

<sup>348</sup> NORA, Pierre apud SILVA, Wilton C. L. Op. cit., p. 53.

que tratam de assuntos íntimos, profundamente particulares, até então secretos, eles nos direcionam a uma problemática muito maior: o que é a França do tempo tardio à guerra em relação aos homens homossexuais? O que a Europa depois da desnazificação representa para os triângulos rosa? Essas são perguntas-problemas que os próprios indivíduos e seus colaboradores tecem e buscam por responder.

Portanto, na tentativa de fugir do “limbo interpretativo” sobre o passado, as documentações são mapeadas, usadas e expostas para que a desconfiança *in natura* seja dissolvida.<sup>349</sup> Isso escancara uma atividade maior que a própria resolução pessoal através do testemunho: Pierre Seel e Rudolf Brazda, seja em primeira ou última categoria, buscam pleitear um espaço legítimo de vítimas da catástrofe nazista. Para isso, ambos usufruem de outros dispositivos de verificação para que seus registros íntimos sejam instrumentalizados para um uso coletivo. Enfim, isso pressupõe dar rostos e nomes próprios a uma tragédia cuja suas vítimas, em sua maioria, permaneceram anônimas, incomunicáveis e inacessíveis durante um longo período de tempo. “Imaginar” o passado não dá credibilidade, é necessário que se prove o que se atesta por fato, por conseguinte, enquadra-se o testemunho às provas. O que paira sobre os leitores desta dissertação é a compreensão que as consolidações literárias de vida, dos seus testemunhos escritos, são portais que possibilitam a resposta da minha pergunta-problema. Fora dos movimentos políticos, sociais e intelectuais, dos registros das vivências, das grafias definitivas dessas vidas, a questão-problema deste trabalho seria inviável.

### 2.3. Estratégias discursivas: recursos materiais e subjetivos das obras

“A história sem a biografia seria algo como um repouso sem relaxamento, uma comida sem gosto, quase como uma história de amor sem amor”, escrevia Victor Albjerg em 1947”.<sup>350</sup> Para Alberto Dines, responsável pela biografia do intelectual austríaco Stefan Zweig, a biografia é essencialmente transgressora, “[...] mais do que gênero literário, a biografia é um desacato. Insubordinação contra a morte, fixação na vida, exercício de suscitação, ressuscitação dos finados e esquecidos”.<sup>351</sup> O que dialoga com os apontamentos do historiador François Dosse: “escrever a vida segue sendo uma esfera inacessível e, sem dúvida, segue impulsionando

---

<sup>349</sup> SARLO, Beatriz. Op. cit., p. 67-68.

<sup>350</sup> ALBJERG, Victor apud LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 227.

<sup>351</sup> DINES, Alberto. **Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig**. 4ª ed., ampl. Rio de Janeiro: Rocco, 2012. p. 11.

o desejo de narrar, de compreender”.<sup>352</sup> Alexandre de Sá Avelar e Benito Bisso Schmidt caracterizaram a biografia como “o lugar de investimentos não apenas intelectuais, mas afetivos, políticos e memoriais. É o lugar de organização da dialética do eu e do outro”.<sup>353</sup>

Entendo, assim, tanto a biografia como a autobiografia enquanto fios condutores capazes de exercitarem uma vontade de se fazer atual a história de um passado inacabado e que ainda está, em algum nível, acessível. Engrenagens capazes de delimitar a experiência pessoal enquanto parte significativa e significativa do coletivo, dissertando sobre a colisão de dois mundos que são, por excelência, coadjuvantes e não antagonistas. As escritas próprias do “eu” são como o ofício da arqueologia, “faz-se com camadas, missão interminável”.<sup>354</sup> Sendo assim, insubmissas, insubornáveis e insuficientes.<sup>355</sup> Porém, não menos fascinantes, sedutoras e irresistíveis.

A grafia de vida (seja autobiografia, biografia, diários, cartas, livros de memórias, etc) é de extrema relevância pois trata da reflexão, problematização e interpretação da experiência de um mundo individual e pessoal inserida no contexto da coletividade, um posicionamento autocentrado para falar sobre um sujeito que está em processo e em plena atividade no âmbito macro. Ou seja, mundo privado e público a coexistir e a trocar suas influências dentro da narração. É através de um retrato particular de um sujeito que podemos ter acesso a diferentes aspectos da vida social, política e cultural que afeta a todos de maneira única e distinta. Assim, entendemos como o sujeito que profere o discurso apreendeu e foi tocado por assuntos e situações que envolvem um aglomerado de gente.

Para Philippe Lejeune, “a biografia e a autobiografia são textos *referenciais*: [...] eles se propõem a fornecer informações a respeito de uma “realidade” externa ao texto e a se submeter portanto a uma prova de *verificação*”.<sup>356</sup> A atividade proposta é espelhar o real, não somente se aproximar dele. “Seu objetivo não é simples verossimilhança, mas a semelhança com o verdadeiro”.<sup>357</sup> A hierarquia das relações de identidade e semelhança que postulam, em primeiro lugar, suas separações enquanto textos capazes de exprimir vida íntima em espaço

---

<sup>352</sup> DOSSE, François. **El arte de la biografía**: entre historia y ficción. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2007. p. 15.

<sup>353</sup> AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. Apresentação: o que pode a biografia hoje?. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 11.

<sup>354</sup> DINES, Alberto. Op. cit., p. 24.

<sup>355</sup> Idem.

<sup>356</sup> LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: De Rousseau à Internet. Jovita Maria Gerheim Noronha (org.). Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha; Maria Inês Coimbra Guedes. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 43.

<sup>357</sup> Idem.

coletivo.<sup>358</sup> A autobiografia está alicerçada pela identidade enquanto ponto de partida real; a biografia, possui a semelhança como ponto norteador.

Os trabalhos de Pierre Seel e Rudolf Brazda produzem um passado focado em suas distintas personalidades, seus percursos de amadurecimentos pessoais e suas desventuras a nível macro. Personas próprias e reais cuja as ações, os pensamentos e as sentimentalidades possuem centralidade permanente durante toda a narrativa, partindo de si para falar do mundo que as cercou, que as moldou, dos cenários que lhes foram impostos e das pessoas que cruzaram os seus itinerários e, fundamentalmente, demarcaram suas histórias. Ambos os sujeitos deram corpo a grafias de vida que operam além do simples registro narrativo de uma passagem autocentrada no mundo, Pierre Seel em sua autobiografia e Rudolf Brazda em sua biografia as colocam aos serviços do testemunho.

Pierre Seel construiu sua narrativa em prosa, conduzindo o “eu” na primeira pessoa do singular, expondo um texto inteligível e acessível, descrevendo histórias que perpassam por toda sua vida e, projetam-se, teleologicamente, para o seu evento-limite. A autobiografia foi organizada em prefácio, cinco capítulos, agradecimentos, referências (onde localizam-se as contribuições de Jean Le Bitoux, interligando o testemunho de Pierre Seel com uma percepção imediata de uma época alicerçada na imprensa e na discussão intelectual) e uma mínima parte para documentos e mapas (encontram-se dois documentos relativos aos contatos de Seel com a prisão e a deportação e, posterior, dois mapas; o primeiro sobre o itinerário de Pierre Seel entre 1942-1945 na Europa ocupada pelos nazistas e no *front* oriental de batalha, o segundo, a Alsácia dos campos de concentração, expondo os principais, secundários e a prisão da Gestapo em Haguenau).

O primeiro capítulo dedica-se única e exclusivamente aos seus familiares e aos arranjos identitários, políticos, culturais e sociais que o formou enquanto cidadão alsaciano e pertencente a uma lógica de mundo cristã-católica, demarcando desde o princípio a sua homossexualidade enquanto assunto de maior, profundo e real interesse. É a partir da problemática da homossexualidade enquanto aspecto de preocupação primária que o autor-narrador-personagem localiza o seu corpo e a sua mente – dentro da narrativa anterior ao evento-limite, durante e após. Percorre-se, então, uma escalada para a compreensão da homossexualidade como condição normal e natural da vida humana, ainda que sofra violências e passe por vigilâncias sociais antes de um dispositivo do Estado legislar definitivamente sobre ela.

---

<sup>358</sup> Ibidem, p. 46.

Os quatro capítulos seguintes do livro adentram progressivamente à sua história em relação ao nazismo, sua experiência como torturado, deportado e internado em campo de concentração na França ocupada. Dando continuidade às mudanças do seu “eu” posterior a sua volta para casa depois de sobreviver aos conflitos no *front* oriental, seu envelhecimento convivendo com o silêncio compulsório, seus deslocamentos em busca de uma vida heteronormativa no intuito de fugir da sua sexualidade, até chegar ao seu momento de êxtase, sua autolibertação e a concretização do seu testemunho na Europa tardia à guerra, ao nazismo. Por conseguinte, busca formalizar uma história cronológica, onde as tensões e os acasos da sua jornada são conferidos de maneira exaustivamente pensada, rascunhada, revista e finalizada. Tiago Elídio apontou que a autobiografia de Pierre Seel

[...] é construída de maneira linear, em um tom jornalístico forte, e às vezes com alguns clichês. No entanto, é necessário considerar que o autor não era um escritor e contou, de fato, com a ajuda de um jornalista. Porém, isso não diminui o valor de sua obra, pois ela não deixa de trazer muitas imagens fortes e metáforas interessantes, que provocam forte impacto no momento da leitura. Além disso, como vimos, sua autobiografia se enquadra em todos os aspectos comumente encontrados nas escritas de si, como a questão da mudança interior, do “eu” em conflito, do desnudamento, entre outros pontos. Literatura, portanto, vai além da questão estética. É também uma ilustração de determinada época e ajuda a compreender melhor os processos históricos e as mudanças de comportamento. Ademais, permite o contato com as experiências vividas por outros. Permite, dessa forma, a transmissão.<sup>359</sup>

Contudo, ainda nos deparamos com algumas ocasiões durante seu registro onde as recordações falham, as cenas veem acompanhadas de “não me lembro”, “não sei como aconteceu ao certo”, e formas de esquivas do gênero. O que dá a impressão de veracidade, “valor de aspecto”,<sup>360</sup> ao passo que o texto está parcialmente ancorado em uma mínima documentação e os maiores alcances dos diálogos nas notas de rodapé foram feitas com intersecções da imprensa homossexual do período e de algumas obras de intelectuais que tratavam da temática no imediato da escrita do livro. Logo, os momentos de imprecisão igualmente funcionam como um detalhe do testemunho, possuem função. Toda memória tem uma lacuna que não pode ser preenchida e quem o profere precisa lidar com isso.

O seu texto é uma grafia basicamente sobre si mesmo em relação ao mundo macro que produziu o evento-limite, guiado do início ao fim em primeira pessoa onde a pessoa gramatical “eu” é compatível com o autor, sujeito narrador e personagem principal, aglutinando as três

---

<sup>359</sup> ELÍDIO, Tiago. Op. cit., p. 91-92.

<sup>360</sup> LEJEUNE, Philippe. Op. cit., p. 47.

qualidades na mesma identidade, o que confere segundo as ponderações de Philippe Lejeune uma autobiografia clássica, ou seja, uma narração autodiegética.<sup>361</sup> A história social e política do seu tempo passado e do seu tempo presente no ato de concepção da obra se encontra na gênese da sua personalidade e da caminhada à qual foi submetido e convencido a fazer pelas circunstâncias do mundo exterior.

O “eu” da testemunha é a primeira ideia que aparece no texto de Pierre Seel, logo no título de seu livro “Eu, Pierre Seel, deportado homossexual” (tradução fiel ao título original em francês). Imediatamente é exibida a assinatura de quem profere o “eu”, Pierre Seel. A apresentação clara de quem fala com o leitor revela a identidade da primeira pessoa responsável pelo relato, quem verdadeiramente produziu o testemunho, o sujeito que atravessou a experiência de horror e aceitou por dividi-la ao mundo público; seu nome e sobrenome como recusa imediata à clandestinidade e o seu campo principal de atuação/sofrimento: a deportação por homossexualidade, categoria importantíssima e inegociável de enunciação. Segundo Philippe Lejeune, todos “os problemas da autobiografia” decorrem desse ato de autonegarse, é o nome próprio que carrega uma complexa estrutura de validação e de contrato com quem lê:

Nos textos impressos, a enunciação fica inteiramente a cargo de uma pessoa que costuma colocar seu *nome* na capa do livro e na folha de rosto, acima ou abaixo do título. É nesse nome que se resume toda a existência do que chamamos de *autor*: única marca no texto de uma realidade extratextual indubitável, remetendo a uma pessoa real, que solicita, dessa forma, que lhe seja, em última instância, atribuída a responsabilidade da enunciação de todo o texto escrito. Em muitos casos, a presença do autor no texto se reduz unicamente a esse nome. Mas o lugar concedido a esse nome é capital: ele está ligado, por uma convenção social, ao compromisso de responsabilidade de uma *pessoa real*, ou seja, de uma pessoa cuja existência é atestada pelo registro em cartório e verificável. É certo que o leitor não irá verificar e é possível que não saiba quem é aquela pessoa. Mas sua existência não será posta em dúvida: exceções e abusos de confiança não fazem senão confirmar a credibilidade atribuída a esse tipo de contrato social.<sup>362</sup>

Pierre Seel, particularmente, poderia construir seu relato e conjurar um pseudônimo a fim de manter o resto de sua identidade pessoal preservada, levando em consideração sua vida privada e de seus familiares e, principalmente, o tempo específico de escrita e publicação de sua obra, primeira metade dos anos 1990. Seria uma escolha íntima, notadamente pessoal, compreensível, mas não é o caso. Como vimos até aqui, ele está inserido em um contexto

---

<sup>361</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>362</sup> Ibidem, p. 27.

marcado por pressões e disputas sócio-políticas dos grupos ativistas em prol da causa homossexual, da luta por uma efetiva libertação, reparações, reformulações nos códigos da lei, conquistas por direitos e a reivindicação pela demarcação de uma memória homossexual frente ao horror nazista. O que demonstra uma concreta efervescência no cenário político e social do seu espaço-tempo, mas, acima de tudo, uma incerteza quanto aos resultados desses movimentos.

Portanto, a ocultação e ou dissimulação do nome na figura do “eu” próprio invalidaria o motivo da sua ação de elaboração e escrita do testemunho autobiográfico: alcançar o reconhecimento e a reparação definitiva e oficial enquanto vítima legítima da catástrofe nazista e, não obstante a isso, recrutar outros sobreviventes como ele à luz do dia. Segundo Philippe Lejeune: “[...] quem enuncia o discurso deve permitir sua identificação, no próprio discurso, de algum outro modo que por signos materiais tais como carimbo do correio, o grafismo ou as singularidades ortográficas”.<sup>363</sup> Como temos acesso a um registro de vida viabilizado pela publicação editorial, os signos materiais de maior dimensão diretamente expostos são dois documentos muito particulares que envolvem a existência do sujeito que profere o discurso testemunhal através da escrita e a validação da mesma, isto é, os meios palpáveis pelas quais se conferem a verdade e a condição do real daquilo que se atesta.

O primeiro é um documento emitido pela Gestapo endereçado ao escritório do órgão em Mulhouse, Alsácia, onde lê-se a ordem para a “transferência de detentos de segurança sem processo” da instituição penal daquela região para o “campo de segurança de Vorbruck na terça-feira, 13 de maio de 1941”.<sup>364</sup> Somente o nome de Pierre Seel consta no documento que temos em mãos (na grafia alemã onde Pierre passou a ser Peter), embora claramente diga que há outros nomes na lista. Em legenda, supostamente produzida pelo tradutor da obra no Brasil, Tiago Elídio, nos é informado que os nomes dos outros detentos foram sumariamente retirados pelo próprio Ministério da Justiça francês, instituição responsável por entregar o documento à Pierre Seel. Interessante notar que ao fim da ordem da Gestapo há um aviso: “Outros 6 serão notificados por telefone na segunda-feira, 12 de maio de 1941, para estarem prontos para o mesmo período”.<sup>365</sup> Podemos supor que essas outras 6 pessoas não se encontravam na situação de prisão arbitrária e tortura sob interrogatório à qual Pierre Seel foi submetido, porém, muito provavelmente estavam enquadradas na ilegalidade de serem transportadas a um campo de concentração sem a devida tramitação e conclusão de um processo legal.

---

<sup>363</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>364</sup> SEEL, Pierre. Op. cit., p. 177.

<sup>365</sup> Idem.



O segundo documento, apresentado na página seguinte, é referente à saída de Pierre Seel do campo de Schirmeck-Vorbrück datado de 6 de novembro de 1941, devidamente autorizada pelo chefe do campo em exercício, Karl Buck.<sup>366</sup> O assunto tratado é a “liberação de detentos de segurança”. O processo foi autorizado no dia anterior, 5 de novembro daquele ano. Novamente, o conteúdo da ordem se refere a um grupo de internados que deveriam ser postos em liberdade, mas só vemos o nome, a data e o local de nascimento de Pierre Seel.<sup>367</sup>

Essas exposições documentais não poderiam ser efetivadas caso se recorresse ao anonimato de quem produz o testemunho, tampouco fariam sentido para esse propósito. Logo, dialogar visualmente com a narrativa e documentação para alcançar lugar de verdade é indispensável. É necessário que o leitor tenha a seguridade do que lê, evidente, mas, aqueles que ocupam os cargos no Estado possam ter acesso a uma grafia de vida cuja sua obra ultrapassa o sentido de trivial comunicação literária. O texto é, entre algumas condições, reivindicação política. É também parte de seu manifesto frente ao Estado, uma espécie de petição por reconhecimento elevado a nível público, colocando a argumentação muito além da esfera privada. Esses documentos oficiais, portanto, podem ser interpretados como os signos materiais que identificam o autor e pleiteiam abertamente a sua condição de vítima de maneira irrevogável dentro da sua narrativa, pois, eles se tornam ferramentas essenciais e estruturantes ao seu registro de vida.

Na capa do livro vemos o nome do autor-narrador-personagem em letras grandes, logo no início, acompanhado de contracapa e paratexto nas orelhas que igualmente traduzem em uma versão compacta o que o livro propõe dizer. Em uma das orelhas há uma foto em preto e branco de Pierre Seel e um resumo sobre sua tragédia, expondo sua data e local de nascimento e morte. Um trecho de uma reportagem escrita por Nicole Lapierre, publicada no jornal francês *Le Monde* em 25 de fevereiro de 1994, sobre a impressão da autobiografia de Pierre Seel é exposto na contracapa, onde lê-se:

A deportação dos homossexuais é uma tragédia ignorada por causa da indiferença da história oficial e do silêncio dos raros sobreviventes. Pierre Seel, um dentre eles, guardou seu segredo durante mais de quarente anos. Hoje, ele revela, com dignidade e simplicidade pungentes, o relato de uma existência devastada por um sofrimento enterrado sob o opróbrio e a vergonha.

---

<sup>366</sup> Ibidem, p. 178.

<sup>367</sup> Idem.

Interpreto, portanto, esses encaminhamentos junto ao discurso/testemunho escrito como a afirmação da autenticidade e veracidade do texto autobiográfico, pois a estrutura de formação e formatação da obra dialogam intrinsecamente com a identidade do nome de quem encarna a tríade autor-narrador-personagem e, sobretudo, com um esforço intelectual de outras pessoas envolvidas no projeto de publicação (como o próprio Jean Le Bitoux). Não se pode ler os trabalhos de capa, contracapa, orelhas, prefácio e notas de rodapé, por exemplo, separados do que diz o conteúdo no miolo do livro. Honram, assim, a assinatura do sujeito que se destaca durante sua narração e reafirmam a sua importância e o ato de comunicar verdade nos códigos que se apresentam antes mesmo do aparecimento da autobiografia para o leitor.

Essas ações, de modo prático e persuasivo, dissolvem as dúvidas quanto à real identidade do autor e, igualmente, à credibilidade do que se narra: “sabe-se muito bem o quanto cada um de nós preza seu próprio nome”.<sup>368</sup> Não somente isso, mas sua própria verdade carregada indissociavelmente ao seu nome e sobrenome. Em resumo: a identidade de quem profere o discurso pode ser checada, conferida diretamente nos arquivos, acervos e demais espaços destinados à preservação da memória, através dos indivíduos implicados nos cuidados com os registros ou até mesmo com os associados diretos em torno desse projeto específico de publicação autobiográfica, mas para poupar trabalho, escolheu-se por exibir parte das provas dentro da obra. Como argumentei acima, não parece apenas escolha estética, mas estrutural, confere um grau maior de confiabilidade ao testemunho de um sujeito que por conta da sua sexualidade já se encontrava em zona de suspeição primária. Não se trata de qualquer neopositivismo, mas de uma dimensão fundamental do acesso à memória, que tão bem caracteriza a busca por reparação e reconhecimento na Europa, mas também nos países latino-americanos após a redemocratização, nos anos 1980, quando os arquivos passaram a cumprir um papel cidadão crucial.

Sobre as notas explicativas do seu texto, na edição em língua portuguesa do Brasil a que tive acesso, elas só podem ser conferidas ao final do seu relato. A experiência está visível no corpo maior do seu registro, no miolo da obra, enquanto as fontes, os diálogos com a imprensa e com a intelectualidade do período, só são vistas por quem atentamente segue as notas ao fim do testemunho. Essa organização demonstra um distanciamento, ao menos visualmente, da descrição do seu itinerário com aquilo que supostamente possui o poder de conferir legitimidade integral à sua narrativa. Quem, por ventura, vier a ler sua obra e se der por satisfeito com a íntegra do seu texto não necessariamente precisa recorrer às notas de rodapé ao final do livro.

---

<sup>368</sup> LEJEUNE, Philippe. Op. cit., p. 31.

As análises e as hipóteses, misturadas com o desenrolar de uma vida dentro da sua literatura, não obrigatoriamente precisam ser conferidas com os esforços executados por Jean Le Bitoux, pois, em última instância, se encontram em um menor corpo, nas “referências”.

Por isso, pode se considerar a autobiografia de Pierre Seel constituída em proporções mais significativas voltadas à subjetividade do indivíduo que expõe o seu testemunho, ao menos para a interpretação do leitor médio. Lógico que para ele é importante que seu registro seja tocado pela teoria, demais locuções feitas por terceiros que se debruçaram sobre a temática, os fatos registrados pela imprensa no imediato dos acontecimentos e os demais modos de verificação (como a exposição dos seus documentos pessoais conferidos por autoridades do Reich alemão), contudo, sua experiência pessoal é o que lhe move profundamente e, assim, deve ser inserida na obra em seu corpo principal, deixando as intermediações de Jean Le Bitoux nas notas finais, no quadro de “referências”. Abre-se, então, a brecha à interpretação: sua matéria-prima é seu testemunho de vida e sua denúncia sócio-política enquanto vítima do nazismo, por conseguinte, sua experiência traduzida a uma grafia autocentrada é rememoração, reconstituição, crítica e elucidação do passado traumático e do presente da confecção do livro, autoanálise e, em último momento, tratada, analisada, corroborada e verificada pelos outros.

No caso da biografia de Rudolf Brazda há uma ocultação do seu “eu” próprio no título, entretanto, o seu infortúnio pessoal dá lugar a um coletivo de perseguidos através da figura de sofrimento que engloba um grupo específico de gente, “Triângulo rosa: um homossexual no campo de concentração nazista” (o título original em francês também encobre o nome de Rudolf Brazda, *Itinéraire d'un triangle rose*). O sujeito específico que porta o triângulo rosa, sobre quem de fato a história se debruça, problematiza e expõe um universo de homofobia vivida em conjunto, só aparece enquanto assinatura acima na diagramação depois do nome do seu biógrafo.

Jean-Luc Schwab também escreve uma narrativa em prosa, cronológica, diversas vezes fazendo suas considerações pessoais e apontando seu lugar de pesquisador enquanto narra a vida de um terceiro. Seu biografado, seu personagem protagonista, Rudolf Brazda, de quem o testemunho ainda não tinha alcançado um local de maior visibilidade, discussão, possibilidade de entendimento popular e contribuição acadêmica e memorial sobre os homens homossexuais disputando a categoria de vítimas particulares do nazismo. Schwab produz, portanto, uma biografia clássica, heterodiegética,<sup>369</sup> onde a pessoa gramatical se encontra na terceira pessoa do singular, ocupando o lugar de “ele”, sendo assim, autor-narrador e personagem principal se

---

<sup>369</sup> Ibidem, p. 21.

distanciam, estipulando uma circunstância específica de observação, fascinação, interpretação e compreensão sobre o outro, seus deslocamentos e sua constituição enquanto indivíduo.

O exercício da semelhança é uma forma de autenticar a história do outro, pois, Schwab o faz ao lado de quem é biografado, escreve e expõe o desenvolvimento de seu texto para seu sujeito de análise no intuito de dividir a construção do material e obter seu aval desde a idealização até a execução e apresentação final do trabalho. Procurando efetivar uma narrativa testemunhal crível, de fôlego, Jean-Luc Schwab nos dá informações precisas sobre os lugares, as pessoas responsáveis pelos acervos e as localizações onde ele teve acesso aos documentos que, então, puderam proporcionar sua escrita. Schwab empreendeu investigações em diversos lugares, como os Arquivos Municipais de Meuselwitz, os do Estado da Turíngia em Altenburg, Memorial de Buchenwald, Serviço Internacional de Pesquisas de Bad Arolsen, todos concentrados na Alemanha. Fora os seus contatos e diálogos traçados com sujeitos vitimados ou ligados diretamente às associações de sobreviventes, como o Conselho dos Antigos Detentos, Associação Francesa Buchenwald Dora e Kommandos e a Fundação pela Memória da Deportação.<sup>370</sup>

Os acontecimentos da perseguição do regime nazista frente aos homossexuais, ao menos aqueles eventos que Schwab conseguiu identificar através das fontes oficiais do Estado em relação ao seu sujeito de análise, se localizam majoritariamente nos Arquivos de Pilsen com seu depósito de Klášter-Nepomuk na República Tcheca.

Nas caixas de papelão que ocupam centenas de metros de prateleiras, foram encontradas duas pastas de cartão cor-de-rosa. Eles contêm os documentos da investigação feita contra Rudolf e seus coacusados. A análise detida desses documentos dá não só uma ideia do clima de suspeita e repressão que reinava na época em um território conquistado [...], mas revela também a severidade das penas aplicadas em razão de atos recrimináveis. O que vem a seguir, inclusive os diálogos, baseia-se nos arquivos oficiais. Só foram omitidos ou modificados certos sobrenomes para respeitar o anonimato das pessoas envolvidas.<sup>371</sup>

Esse cuidado com os sujeitos expostos nas documentações implica uma questão moral e ética que Jean-Luc Schwab escolhe exercer. Colocando-se no presente, nos lembrando que toda história se faz no agora e sob crítica em retrospecto com o passado, Schwab detalha os espaços de memória e de pesquisa que utilizou não por acaso, mas para acentuar aos leitores que o processo metodológico de pesquisa e de escrita são tão importantes quanto o resultado

---

<sup>370</sup> SCHWAB, Jean-Luc. Op. cit., p. 5-6.

<sup>371</sup> Ibidem, p. 63-64.

final do seu trabalho. Posicionando-se abertamente, ciente que o arquivo por si só não faz história, exercitando um esforço em interpretar sujeitos e o seu passado, levando em consideração os juízos de valores do período, a atuação de determinados grupos sociais, avaliando e problematizando conjunturas distintas e muito próprias.<sup>372</sup>

Em suma, Jean-Luc Schwab busca nas páginas da biografia de Rudolf Brazda se aproximar do trabalho historiográfico ao relatar seus cuidados com as fontes, ao discutir não somente a vida de um indivíduo, mas tratar um contexto e um evento de proporções macro. Evidente que uma determinada documentação sobre um tema específico em uma época distinta não é digerível por completo, assim, é necessário que o pesquisador faça recortes, saiba trilhar caminhos precisos em meio a tantas pilhas de fontes. Em um momento da pesquisa, portanto, acaba reconhecendo e optando por documentos que são urgentes e mais úteis aos seus questionamentos. São as perguntas que movem os documentos, e são a partir dessas que as formas de tratamento das fontes se fazem notar. Assim, torna-se possível contar a história de toda uma sociedade através da vivência de um dos milhares de perseguidos, torturados, deportados e sobreviventes do horror nazista. Basta olhar para esse momento histórico por um outro ângulo, no caso, a perspectiva da homossexualidade.

A obra é muito bem organizada, começando com prefácio, apresentação e introdução, seguido dos capítulos fragmentados em seis partes. A primeira, assim como na obra de Pierre Seel, se dedica exclusivamente a tratar da constituição familiar de Rudolf Brazda, o seu nascimento, crescimento e amadurecimento enquanto homem homossexual. Novamente, a homossexualidade é o ponto de centralidade da narrativa para exprimir outras questões, entre elas, uma de indispensável preocupação: a ascensão nazista, o início do medo social e a perseguição efetiva aos homossexuais.

A segunda e a terceira parte são relativas à repressão nazista em si sobre Rudolf Brazda, dando maior foco às ações da Kripo e do sistema prisional, de quais formas e por quais meios os agentes do Estado perpetraram institucionalmente a homofobia contra um grupo de gente. Esses são os capítulos de maior trabalho com as documentações oficiais obtidas por Jean-Luc Schwab, como os relatórios dos processos na justiça criminal enfrentados por Brazda. Ao contrário de Pierre Seel, que foi sumariamente preso, interrogado sob tortura e enviado às pressas para o campo de concentração de Schirmeck-Vorbrück no amanhecer do dia 13 de maio de 1941,<sup>373</sup> com apenas 18 anos de idade, quando foi deportado isolado de qualquer

---

<sup>372</sup> FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Trad. Fátima Murad. 1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 14.

<sup>373</sup> SEEL, Pierre. Op. cit., p. 43.

comunicação ou ajuda de advogados por conta dos artifícios utilizados pela Gestapo, Rudolf Brazda enfrentou dois processos legais referentes ao Parágrafo 175. Foi tratado como estrangeiro, expulso e exilado da Alemanha para a Tchecoslováquia, somente depois desse ínterim acabou sendo deportado para um campo de concentração por reincidência da sua infração à lei.

A partir de uma diretriz expedida por Himmler, em 12 de julho de 1940, os homossexuais acusados de “seduzirem mais de um parceiro” são prontamente enviados aos campos de concentração, independentemente se as condenações estavam próximas de serem cumpridas nas prisões comuns ou não, como é o caso particular de Rudolf Brazda.<sup>374</sup> Próximo ao fim de sua pena, Rudolf sob custódia da Kripo foi transferido de uma prisão a outra, até que finalmente acabou deportado para o campo de concentração de Buchenwald, na Alemanha nazista, em 8 de agosto de 1942.<sup>375</sup> Rudolf Brazda tinha 29 anos de idade quando foi internado compulsoriamente no sistema concentracionário.

A quarta parte da biografia trata da experiência homossexual dentro do campo de concentração. Somos apresentados a um panorama detalhado dessa vivência, seus obstáculos e os sofrimentos próprios de um grupo marginalizado e particularmente inferiorizado dentro de um aglomerado de prisioneiros por diversos motivos. A trajetória individual de Rudolf Brazda, seus movimentos e alcances para a busca de sua sobrevivência, sua interpretação íntima enquanto sujeito que viveu e viu os horrores descritos minuciosamente. A quinta parte traz os capítulos referentes à Libertação e a volta para o mundo europeu em desnazificação, as ações e as decisões que o levaram para a França e o distanciaram definitivamente da Alemanha enquanto país de residência fixa. A sexta e a última parte tratam dos anos imediatos pós-Libertação. O encontro com aquele que se tornaria seu companheiro de vida, Edi, e as reflexões e apontamentos sobre a condição da homossexualidade no presente da escrita da obra, 2010. Depois, segue-se para encerrar a biografia um epílogo, um quadro de referências bibliográficas e um glossário sobre os termos em alemão apresentados ao longo do texto.

Os paratextos da obra são muito sucintos. A primeira orelha traz uma das passagens sobre uma tribulação sofrida por Brazda no campo de concentração; na segunda, vemos uma foto colorida onde Schwab e Brazda dividem o retrato, lado a lado, sorrindo para a câmera, abaixo, duas breves descrições sobre eles. Na contracapa, há uma passagem interessantíssima no último parágrafo, onde lê-se: “[...] esta obra revela em detalhe, pela primeira vez, as

---

<sup>374</sup> SCHWAB, Jean-Luc. Op. cit., p. 102.

<sup>375</sup> Idem.

investigações policiais que visaram inúmeros homossexuais no Estado nazista. Também aborda, com tato e sem tabu, a questão da sexualidade num campo de concentração”. Promete ao leitor o encontro com uma narrativa séria, trazendo o enunciado de uma estratégia de verificação que pode ser conferida ao decorrer da leitura, sem deixar de fazer provocações sensacionalistas.

Pensando do lado de fora da experiência, com um afastamento físico do acontecido, mas com uma ligação de trabalho, sentimental e identitária, Schwab toma as rédeas de uma história dolorosa de um terceiro, cheia de terrores, desvios à sobrevivência e certo otimismo quanto à vida que se abre após o evento-limite, para provar que é possível transmitir testemunho, formalizar denúncia social, chamar à reflexão, ao ativismo e contribuir com rigor à instrumentalização de uma memória e de uma história há muito tempo ignoradas, marginalizadas.

No meio da obra, entre as partes 2 e 3, são expostas 8 páginas de digitalizações em alta resolução, impressas coloridas, contendo os documentos oficiais, cartas pessoais e fotografias íntimas relativas à vivência e ao testemunho de Rudolf Brazda. Entre as documentações mais interessantes encontra-se o cartão de prisioneiro de Brazda contendo suas informações pessoais detalhadas, incluindo sua rotulação enquanto triângulo rosa (homossexual), infrator da lei do parágrafo 175 (causa legal de sua deportação), seu número de matrícula em Buchenwald (7952), sua descrição física, endereço residencial e afins; a carteira de identidade provisória emitida na França no imediato de sua Libertação (onde lê-se sua condição de civil internado no campo de concentração de Buchenwald); carta de repatriação conferida por autoridades francesas datada de 7 de maio de 1945; e, não menos importante, uma página do seu segundo processo movido pelo tribunal de Eger, relativo ao veredito do dia 5 de setembro de 1941 favorável à sua condenação (podemos ver alguns nomes e informações ocultadas por tarjas pretas ao decorrer do documento).

Outra diferença marcante entre a obra de Schwab/Brazda e Seel/Le Bitoux são os usos das notas de rodapé. No texto conferido por Jean-Luc Schwab, optou-se por deixar as notas de rodapé no corpo principal, logo abaixo da dissertação central, não distanciando visualmente do leitor informação/discurso e estratégia de verificação. É como se ambas ponderações tivessem o mesmo peso, uma complementa a outra no imediato da leitura. O circuito de comunicação exercido com o leitor não é interrompido, colocando-nos obrigatoriamente em contato com as explicações mais pontuais da obra. Assim, a experiência é tanto de rememoração quanto de

análise crítica, problematização pessoal do biógrafo. Sobre as convenções e pressupostos próprios da biografia, Norman Denzin diz:

1) textos biográficos devem ser escritos tendo-se ‘outros’ textos biográficos em mente; 2) dar importância às influências de gênero e classe; 3) estabelecer origens familiares como ‘o ponto zero’ da história da pessoa em foco; 4) o autor deve interpretar a história da pessoa; 5) demarcar momentos da vida em questão a fim de atingirem uma ‘coerência’; e 6) pessoas são reais e possuem vidas reais que podem ser ‘mapeadas’ e significadas.<sup>376</sup>

Schwab segue esses critérios. Na “bibliografia resumida” ele aponta o uso direto para contextualização e entendimento duas obras em alemão “sobre o parágrafo 175, as perseguições nazistas à homossexualidade e também certos aspectos da vida dos homossexuais no campo de concentração”.<sup>377</sup> A primeira, o clássico historiográfico de Günter Grau *Homosexualität in der NS-Zeit* (Homossexualidade na era nazista) publicado pela Fischer Taschenbuch em 2004; a segunda, uma pesquisa feita pelo historiador Wolfgang Röhl, do Memorial de Buchenwald, *Homosexuelle Häftlinge im Konzentrationslager Buchenwald 1937-1945* (Prisioneiros homossexuais no campo de concentração de Buchenwald 1937-1945), publicado pela Fundação de Memoriais de Buchenwald e Mittelbau-Dora em 1991. Segue-se outros textos que elucidaram a questão específica do campo de concentração de Buchenwald para Schwab e, por último, dois testemunhos de deportados para campos de concentração: *L’écriture ou la vie* de Jorge Semprún (Gallimard, 1994) e o *Les hommes au triangle rose – Journal d’un déporté homosexuel 1939-1945* (Persona, 1981) de Heinz Heger.

Embora a autobiografia de Pierre Seel não conste nesse espaço dedicado à bibliografia, sabemos que Schwab teve acesso ao livro e o usou diretamente no texto sobre Rudolf Brazda. Duas vezes, ao menos, o biógrafo cita Pierre Seel e interliga as duas histórias dos triângulos rosa levando em conta o seu contexto de exposição narrativa. Ele aparenta, assim, um entendimento sobre a importância do relato de Brazda estar tanto interligado com outras narrativas homossexuais que o antecederam e igualmente denunciam o nazismo enquanto causa do seu particular evento-limite para a respectiva comunidade, quanto a sua necessidade de diálogo direto com elas. Não à toa Jean-Luc Schwab descreve o furto do relógio de Pierre Seel ao falar sobre a praça que Rudolf Brazda frequentava no pós-guerra para encontros íntimos de

---

<sup>376</sup> DENZIN, Norman apud SILVA, Wilton C. L. Espelho de palavras: escrita de si, autoetnografia e ego-história. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). Op. cit., p. 41.

<sup>377</sup> SCHWAB, Jean-Luc. Op. cit., p. 179.



homossexuais, em suas palavras, na “busca de “amizades masculinas”.<sup>378</sup> Schwab nos revela, portanto, que a praça *Steinbach* na cidade de Mulhouse, Alsácia, continuou sendo um importante espaço de sociabilidade e relacionamento afetivo-sexual entre homens mesmo depois da guerra, da desnazificação e da continuidade da lei homofóbica inspirada pelo Parágrafo 175, só extinta em 1981.<sup>379</sup>

Igualmente notável é a descrição detalhada sobre o dispositivo de lei que criminalizava as práticas homossexuais masculinas e como esse foi usado e aperfeiçoado através dos anos pelos nazistas para concretizar uma espécie de “limpeza” guiada pelas diretrizes da política eugenista dentro dos territórios anexados e ocupados pelo Terceiro Reich. Segundo Jean-Luc Schwab:

[...] Em discurso feito em 18 de fevereiro de 1937, o *Reichsführer SS* Himmler declara, ao falar sobre a homossexualidade e o suposto número de homossexuais na população, que, “se continuarmos assim, nosso povo corre o risco de ser aniquilado por essa praga”. Os homossexuais são considerados indivíduos não reprodutores e, assim, como podem assegurar a perenidade da raça? Por esse discurso, a condenação da homossexualidade não parece mais responder a uma exigência moral, mas sim à necessidade de preservar a raça. Começa então o cadastramento dos homossexuais na Central do Reich para reprimir a homossexualidade e o aborto em Berlim. De acordo com as estimativas da época, em torno de cem mil pessoas foram fichadas na Central. Os arquivos judiciais revelam que isso também ocorreu com Rudolf e seus amigos, depois de presos.<sup>380</sup>

A homossexualidade deixou de ser percebida enquanto somente perversão moral e passou a ser encarada, de fato, como ameaça à nação alemã em sentido biológico. A praga social se desloca para o campo da praga racial. Schwab diz: “os efeitos do endurecimento do parágrafo 175 não demoram a aparecer: as perseguições se multiplicam para encontrar homossexuais conhecidos ou presumidos”.<sup>381</sup> Foi posto em prática, então, aquilo que Schwab chama de “efeito dominó”. Os nazistas prenderam suspeitos e os interrogaram, regularmente, sob o uso da violência física e psicológica de maneira a extorquir nomes para as próximas prisões e interrogatórios, fazendo com que os suspeitos entregassem uns aos outros, facilitando, assim, a perseguição sistemática aos homossexuais.

Analisando as documentações que competem à perseguição instaurada no âmbito legal pela polícia criminal do Estado nazista, a Kripo, em relação à Rudolf Brazda, Schwab faz

---

<sup>378</sup> Ibidem, p. 160.

<sup>379</sup> Idem.

<sup>380</sup> Ibidem, p. 31-32.

<sup>381</sup> Ibidem, p. 39.

algumas especulações quanto à conduta dos agentes que, segundo ele, buscavam o menor detalhe para comprometer Rudolf. Os nazistas usam até mesmo de uma carta pessoal que Brazda escreveu para sua mãe no imediato de sua prisão. A carta foi apreendida, jamais chegou ao seu destino final e, prontamente, foi utilizada contra Rudolf para acelerar o seu processo na promotoria de Altenburg. A investigação avançou rapidamente e os nazistas prosseguiram ávidos atrás de provas mais claras que pudessem definitivamente acusar a homossexualidade de Rudolf Brazda.<sup>382</sup>

Depois de um humilhante processo movido o mais rápido possível pelas forças criminais e judiciais do Terceiro Reich, Rudolf acabou confessando seu crime diante das provas levantadas (cartas íntimas, depoimentos de pessoas que conviviam com ele à época, etc). Assim, torna-se oficialmente um homossexual, enquadrado e condenado pelo Parágrafo 175. O biógrafo diz que os arquivos judiciais conservados na Turíngia o auxiliaram na narração “com precisão” desses acontecimentos. Particularmente, o que indigna o biógrafo além da severidade da pena e suas justificativas oficiais é a rapidez do processo. Schwab diz: “não se passou nem um mês entre as buscas na casa de Rudolf, em 8 de abril, e sua condenação, em 14 de maio de 1937”.<sup>383</sup> Importante ressaltar: Rudolf Brazda não tinha antecedentes criminais, jamais teve quaisquer problemas com a justiça antes da sua prisão por homossexualidade.

Sobre os paratextos da obra, me chama atenção o seu prefácio que nos esclarece o objetivo e a importância da biografia. Marie-José Chombart de Lauwe, à época, Presidente da Fundação pela Memória da Deportação, escreveu sobre a importância de ler a história de Rudolf Brazda:

[...] propõe uma abordagem esclarecedora do fenômeno dos campos de concentração e convida a uma reflexão crítica sobre a sociedade contemporânea, a qual se inscreve na pedagogia da memória almejada pela Fundação pela Memória da Deportação. [...] A perseguição aos homossexuais pelo regime nacional-socialista é uma chave de acesso à análise crítica do presente e das normas comportamentais que o caracterizam. Ela não é, nem de longe, a única, e aqui pensamos naturalmente em todos os tipos de “rejeição” cultural, “racial” ou “física”.<sup>384</sup>

Isso nos põe diante da problemática do preconceito e da nova onda de neofascismo que cresce não somente na Europa, mas ao redor do mundo. A crise dos refugiados expõe a xenofobia, o racismo, assim como a violência contra pessoas LGBTs por todo o globo escancara

---

<sup>382</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>383</sup> Ibidem, p. 48.

<sup>384</sup> CHOMBART DE LAUWE, Marie-José. Prefácio. In: SCHWAB, Jean-Luc. Ibidem, p. 10.

a problemática da homolesbotransfobia. São práticas de discriminação, perseguição e extermínio que não cessaram depois do Holocausto. Para Marie-José Chombart de Lauwe, essa é a fundamental importância do testemunho de Rudolf Brazda: tratar de uma radical violência que ainda hoje assola o presente e os sujeitos que, se estivessem no passado, também estariam sob a esteira da política de vigilância, internação e execução.

O rigoroso trabalho biográfico que Jean-Luc Schwab nos entrega deve ser lido sempre com essa questão em mente. Ele é uma ocasião para lembrar também que a banalidade do mal, que esteve no âmago da criminalidade nazista, não significa que o mal seja banal, mas que o banal pode ser a fonte do mal em qualquer sociedade civilizada. Se a imersão nessa história singular e atípica permitir que se vá fundo nessa conscientização, esta obra terá cumprido seu papel.<sup>385</sup>

De maneira simplificada, Chombart de Lauwe nos diz que é necessário que um documento como esse nos sirva os meios de criticarmos o presente.<sup>386</sup> Lembrar para não esquecer, comunicar para aprender, ler para criar consciência. A partir disso, Marie-José Chombart de Lauwe cultiva as esperanças em buscar formas de reverter as violências do presente através do fomento desses testemunhos ambigualmente dolorosos e transformadores sobre figuras homossexuais sobreviventes do nazismo.

Márcio Seligmann-Silva, no prefácio da tradução brasileira da autobiografia de Pierre Seel, também nos coloca de frente ao problema da homofobia como ponto crucial desse testemunho. “Pierre Seel: um sobrevivente da dor e do silêncio” é um curto texto introdutório sobre um sujeito rompido pela homofobia elevada à máxima potência. Caracterizado por Seligmann-Silva como um “sem lugar”, indivíduo que incansavelmente busca um posto para si. Exilado do mundo por conta da homofobia, de sua família, da sua terra, nacionalidade e crença religiosa, perdido querendo se encontrar e se resolver dentro da sua narrativa, extrapolando os acontecimentos e as apreensões íntimas sobre o evento-limite.

Na primeira orelha do livro, diz: “Nesse relato de uma vida desfeita, lemos a confissão pungente de um homem que queria, simplesmente, que a justiça fosse feita”. Talvez essa seja a alavanca que difere o seu testemunho de outros tantos da mesma tragédia. Seel discorre sobre uma sociedade mais de 50 anos depois do nazismo, da guerra, do Holocausto. É o silenciamento e os motivos que levam a esse tipo de clausura que tornam o testemunho de Seel único e original.

---

<sup>385</sup> Idem.

<sup>386</sup> Ibidem, p. 9.

A narrativa toma um novo rumo quando Seel conta que, uma semana após a ascensão do governo Mitterand, que finalmente descriminalizou a homossexualidade na França, ele encontrou ouvidos abertos para seu testemunho. Sua narrativa deságua programaticamente nesse momento fundamental de encontro com o testemunho. Foi esse encontro que o fez finalmente abandonar a sua carapaça de “bom burguês”, assumir publicamente a sua homossexualidade e lutar pelos seus direitos de vítima do nazismo.<sup>387</sup>

Sendo o testemunho não somente de origem pessoal, como aponta Seligmann-Silva, mas igualmente “um fato coletivo e político”,<sup>388</sup> ele insurge como palco material de resistência, fazendo da leitura dessa obra o local de fala e de protagonismo de Pierre Seel. Muito mais que vítima, Seel é um sobrevivente ávido por viver que nos expõe a vista panorâmica do seu despertar e da sua ascensão enquanto um ativista da causa homossexual por direitos, visibilidade e reparações. Sendo o responsável por alargar as discussões sobre o evento-limite dos homossexuais diante dos nazistas, ele conquista um espaço singular na atmosfera pública. A partir da sua repercussão, mira definitivamente o holofote às outras obras, aos outros sujeitos, como é o caso de Rudolf Brazda.

Os registros autobiográfico e biográfico conferidos por Pierre Seel e Rudolf Brazda nos dão uma ideia do período, suas especificidades e as formas como as estruturas construídas em um regime ditatorial mudam os corpos e as mentes daqueles que são coercitivamente levados ao cerne de suas atrocidades. Além da evocação do passado de horror, nos entregam uma amostra sobre seus distintos momentos de escrita, cada um no seu presente singular a enfrentar suas problemáticas díspares. O primeiro, enquanto figura pioneira, despindo suas questões íntimas no imediato de um tempo onde a luta por emancipação estava no auge dos seus conflitos e pressões, radicalizada por uma tragédia enquanto pano de fundo ocultada da sua narração muito próxima aos homossexuais daquele momento histórico: a articulação por respeito, dignidade, visibilidade e acessos aos tratamentos médicos especializados frente à pandemia da AIDS. O segundo, colhendo os frutos de décadas das ações homossexuais organizadas, se beneficiando de uma estabilidade social, cultural e política, maior abertura e compreensão da existência LGBTI+, para vir à público sem tantas ressalvas, receios pessoais e ligações diretas com os movimentos ativistas.

---

<sup>387</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. Prefácio. Pierre Seel: um sobrevivente da dor e do silêncio. In: SEEL, Pierre. Op. cit., p. 15.

<sup>388</sup> Ibidem, p. 16.

Tal qual o ‘A’ refere-se às “circunstancias externas do seu país, do seu povo, da sua época etc”, o ‘X’ “representa a sua contribuição pessoal, a obra do seu livre arbítrio”.<sup>389</sup> Ser um sujeito imerso dentro do mundo macro não impede que se levante e se reconstrua uma outra noção de existência e percepção dos ocorridos, interligando as duas categorias que se beneficiam mutuamente, logo, para romper com uma lógica violenta que foi imposta de maneira radical sobre os indivíduos. A confecção do testemunho é o sinal material e irrevogável desse “livre arbítrio”.

A cronologia é utilizada para tratar de si, da sua evolução enquanto sujeito no mundo, dar inteligibilidade a uma denúncia social que não se compromete apenas com os crimes nazistas, mas com todo o histórico de violências, negações e privações determinadas por comunidade e autoridades locais, núcleo familiar, esfera religiosa, política, laboral e educacional. A vida em um comprimento mais profundo, mais largo, muito além do resultado cronológico e do exercício pessoal de exposição. O homem é um arquipélago de tal forma que é necessário que se conecte as suas ilhas para melhor compreender os seus sistemas de formação, Sabina Loriga diz: “o personagem-homem, que havia muito levava uma existência miserável, é obrigado a ceder lugar ao personagem-partícula”.<sup>390</sup> Cada indivíduo é um universo de complexidades dentro de uma galáxia de conflitos, inconstâncias e reviravoltas.

Os destinos individuais das pessoas comuns envolvidas em eventos históricos catastróficos nos proporcionam melhores condições de compreensão sobre os feitos e os efeitos que se produzem sobre essas personalidades, indicando como as maneiras peculiares de certas movimentações são capazes de modificar as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais de um povo. É somente a partir do relato do “eu” que se acessa o detalhe da intimidade, a vida privada em relação profunda com a vida pública em seu âmbito mais sensível e delicado, sentidos exteriores e interesses pessoais diante ao todo e ao coletivo.

Portanto, não se vive sozinho inserido no mundo, não se constrói identidade alheio à convivência com o outro, às convenções sociais que nos cercam, que nos são prescritas, muito menos se cria memória isolada de uma ação que em termos de resultados precisa ser conferida em grupo: “[...] interessa-nos cada vez mais as memórias individuais, especialmente as traumáticas e aquelas das vítimas, que podem nos fazer melhor compreender esses tantos

---

<sup>389</sup> DE SOUZA, Adriana Barreto; LOPES, Fábio Henrique. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**. Ouro Preto, v. 5, n. 9, 2012. p. 27.

<sup>390</sup> LORIGA, Sabina. Op. cit., p. 244.

passados autoritários e que nos investem de maior mobilização empática”.<sup>391</sup> A história da gente individual ferida por um trauma é, ao mesmo tempo, a história de uma sociedade fragilizada que necessita por justiça e restauração.

---

<sup>391</sup> AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. Op. cit., p. 11.

## **Capítulo 3. Experiências individuais e espaços públicos na Europa pós-desnazificação: articulações sociais e políticas entre agentes da memória, movimentos sociais e instituições**

### **3.1. A existência homossexual: processo de sujeição, identidade política e demarcação do processo de trauma coletivo**

É um sentimento de pertencimento comum que agrupa reivindicações identitárias dos homossexuais nas respectivas temporalidades de pensamentos e atuações dos sujeitos Pierre Seel e Rudolf Brazda. E isso só pode ser conferido dentro de um processo de sujeição específico dos indivíduos e, ainda mais aprofundado, em um seguimento de conotação traumática particular. Segundo a interpretação de Jeffrey C. Alexander, esse fenômeno pode ser associado ao ato de fala e constituindo-se pelos elementos: palestrante, público e situação. O palestrante é a figura encarnada dos grupos de operadores, os responsáveis pela transmissão do trauma. São os agentes coletivos desse processo traumático, os que constroem significados sobre catástrofes na esfera pública. Os palestrantes diretamente pleiteiam um espaço de demarcação em uma ordem social fragmentada e polarizada.<sup>392</sup> A audiência, por sua vez, são as pessoas comuns da sociedade, e que supostamente estão homogeneamente conectadas, mas sociologicamente fragmentadas, isto é, dividem um propósito no lugar da escuta sem necessariamente corroborarem deliberadamente com as indagações propostas, partindo de locais sociais distintos. A situação, por fim, se refere ao ambiente histórico, um recorte do tempo e do espaço cultural, social, político e institucional oportuno cujo o ato de fala pode vir acontecer.<sup>393</sup>

Pierre Seel e Rudolf Brazda integraram as categorias palestrante e audiência ao longo de suas vidas. Contudo, suas obras nos demonstram os caminhos que eles percorreram até migrarem de uma noção para a outra. No início dos anos 1980, ainda no recém empossado governo de François Mitterrand, Pierre Seel integrava o grupo da audiência. Guardava um testemunho sobre sua história de violência da qual ele ainda não havia tido os meios próprios para perlaborar o seu trauma e operacionalizar suas questões. Só depois disso ele se tornou uma voz potente e um braço singular da causa dos homossexuais deportados sob égide nazista.<sup>394</sup>

---

<sup>392</sup> ALEXANDER, Jeffrey C. Op. cit., p. 11.

<sup>393</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>394</sup> SEEL, Pierre. Op. cit., p. 133.

Levou mais de uma década desde sua carta/resposta aberta à imprensa homossexual, à sua família e ao bispo que ofendera a todos os homossexuais enquanto “doentes” para que ele se tornasse uma referência memorial e testemunhal sobre a calamidade da perseguição, deportação, encarceramento e extermínio nazista a nível internacional. Contudo, levou quase meio século desde seu evento-limite até sua publicação autobiográfica testemunhal. E isso só pode ser compreendido através do exame da estrutura social, política e cultural que o cercava. Seel só conseguiu projetar de forma persuasiva suas reivindicações sobre o trauma ao público, à audiência, com os esforços coletivos dos homossexuais das duas gerações seguintes a sua. Para tal, utilizou largamente as particularidades do momento histórico de efervescência do novo ativismo homossexual referente à segunda metade do século XX, “dos recursos simbólicos disponíveis e das restrições e oportunidades oferecidas pelas estruturas institucionais”.<sup>395</sup>

No caso francês, desde a década de 1960, o ativismo homossexual disputava espaço público a nível social e político, questionava autoridades da política institucional até que conseguiu fazer com que o presidente François Mitterrand revogasse a lei que estabelecia a homossexualidade enquanto crime no país duas décadas depois. Já na eleição presidencial em 1981, o ativismo homossexual através de suas organizações formais, como a revista *Gai Pied*, pressionava os candidatos. Sobre esse momento, Tiago Elídio escreveu: “durante o segundo turno das eleições, perguntaram ao então presidente candidato do Partido Socialista, François Mitterrand, se, caso ele fosse eleito, a homossexualidade deixaria de ser um delito. Ele respondeu afirmativamente”.<sup>396</sup> Em 4 de agosto de 1982, Mitterrand revogou a lei anti-homossexuais do código penal francês.<sup>397</sup> A homossexualidade, enfim, deixou de ser ilegal no país desde os esforços empreendidos pelos nazistas em colaboração com o regime de Vichy ainda no imediato da ocupação. Para Tiago Elídio, este foi um momento muito significativo para a causa homossexual: “[...] somente nessa década os gays foram amparados pelo plano jurídico e foi possível o fim da vida dupla, do segredo e da invisibilidade”.<sup>398</sup> Exemplo disso é o ápice da revista *Gai Pied* que passou a ter tiragem de 70 mil exemplares naquele mesmo ano.<sup>399</sup>

Dessa forma, essa série de fatores, como a revogação das leis anti-homossexuais, a emancipação dos movimentos militantes e o sucesso das publicações destinadas aos gays, possibilitou que esse grupo pudesse, enfim, “sair do armário” e deixar de se ocultar. Além disso, essas condições

---

<sup>395</sup> ALEXANDER, Jeffrey C. Op. cit., p. 12.

<sup>396</sup> ELÍDIO, Tiago. Op. cit., p. 70.

<sup>397</sup> Idem.

<sup>398</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>399</sup> Idem.



possibilitaram, por fim, que os perseguidos homossexuais do regime nazista pudessem testemunhar o que havia acontecido com eles, como fez Pierre Seel. Sua autobiografia pode ser vista, portanto, como um duplo testemunho. Primeiramente, pela questão das situações extremas vividas durante seu encarceramento e deportação, a exemplo dos outros testemunhos existentes. Porém, sua narrativa vai além, pois também é um testemunho das dificuldades enfrentadas pelos homossexuais, não somente em relação ao nazismo e ao reconhecimento desse grupo como perseguido, como também de vários outros pontos, em geral, cruciais na vida de um homossexual, como, por exemplo, a dificuldade de diálogo com a família e o preconceito da sociedade.<sup>400</sup>

Essas movimentações, intrinsecamente, estão alicerçadas em primeiro plano sobre uma audiência específica: os próprios homossexuais. São eles que arquitetam e regem uma rede de sustentação e viabilização das suas pautas e causas identitárias. Seel, enquanto audiência do testemunho de Josef Kohout e palestrante do seu próprio testemunho, é convencido e passa a fazer ações no intuito de convencer os seus iguais que os homossexuais fazem parte de uma coletividade fragmentada, rompida e lesada pelos esforços homofóbicos dos nazistas. Enfim, cientes de que fazem parte de um nicho identitário traumatizado por um evento singular, eles compreendem que os outros públicos, da sociedade em geral, também podem fazer parte dessa rede de sustentação e viabilização.<sup>401</sup>

A arena institucional pela qual se fez viável explorar as problemáticas típicas da experimentação do trauma aos homossexuais, nos específicos casos de Pierre Seel e Rudolf Brazda, é a estética. Segundo Jeffrey C. Alexander, é: “na medida em que o trabalho de significado ocorre no reino estético, ele será canalizado por gêneros e narrativas específicas que visam produzir identificação imaginativa e catarse emocional”.<sup>402</sup> Daí a importância intelectual dos exercícios narrativos desses sujeitos. Seel e Brazda exportam para a sua comunidade um patrimônio literário e testemunhal da sujeição homossexual onde o caráter da identidade é uma base fundamental da maior relevância para o entendimento do histórico da homofobia, fornecendo, assim, não somente um retrato de uma época e/ou uma orquestração memorial sobre uma violência distinta para seu respectivo grupo, mas os contornos para uma resistência sócio-política efetiva no tempo presente e no futuro breve que aguarda a todos os homossexuais que ainda virão.

Jeffrey C. Alexander elenca quatro representações críticas enquanto essenciais para a criação de uma narrativa mestra original. A primeira diz respeito à natureza da dor, aos fatos,

---

<sup>400</sup> Idem.

<sup>401</sup> ALEXANDER, Jeffrey C. Op. cit., p. 12.

<sup>402</sup> Ibidem, p. 15.

aos eventos que aconteceram especificamente sobre uma coletividade. A segunda, a natureza da vítima. O que corresponde diretamente com a identidade dos sujeitos afetados. A terceira, a relação da vítima traumatizada com o público mais amplo. A questão em foco aqui é o limite e a capacidade dessa identificação entre palestrante e audiência. A quarta e última é a atribuição de responsabilidade. O apontamento do perpetrador do trauma, o responsável pelo evento-limite, uma problemática simbólica e socialmente construída.<sup>403</sup>

Ao instituírem suas representações publicamente, Pierre Seel e Rudolf Brazda condicionam a natureza da dor, definem a si mesmos enquanto vítimas, convencem sua comunidade de uma tragédia que afeta a todos os seus iguais, embora diferentemente, e apontam os perpetradores ao atribuírem responsabilidades, levando o processo de trauma para outros âmbitos da qual igualmente podem legitimar seus testemunhos. Seel, por exemplo, em seu tempo de atuação ativista antes da escrita de sua autobiografia, levou seu testemunho às arenas institucionais dos meios de comunicação de massa, deu entrevistas nas rádios e na televisão; também procurou o Estado, abriu um processo burocrático para que fosse reconhecido enquanto uma vítima da deportação homossexual durante a ocupação nazista. Investiu todas as suas ações sócio-políticas em apoio irrestrito dos homossexuais envolvidos com a causa durante a década de 1980, até conseguir ser tardio e oficialmente reconhecido como uma vítima legítima da catástrofe nazista.

Brazda caminhou por um rumo diferente. Também conquistou destaque na mídia do seu tempo de atuação, os anos 2010, o que possibilitou um acesso e um encontro ao ativismo organizado dos homossexuais em torno da mídia e das instituições de deportação. Mas ao contrário de Seel, seu testemunho não foi conferido no intuito de ser reconhecido oficialmente enquanto vítima do nazismo, buscando com isso reparações e indenizações, mas para acrescentar seu registro de vida ao banco de dados das notórias vítimas homossexuais que até os dias de hoje podemos elencar poucos nomes.

Ambos tiveram representações anteriores que os ajudaram a sair do anonimato. Kohout, ao revelar sua história ao público tornou-se pioneiro e teve papel decisivo na hora de impulsionar Pierre Seel em sua trajetória de exposição. Contudo, é a junção dos relatos de Kohout, Seel e os esforços da imprensa homossexual e do ativismo dos anos 2010 que fez com que Brazda emergisse à grande audiência. Uma escalada lenta e gradual até a exteriorização macro para ambos os sujeitos.

---

<sup>403</sup> Ibidem, p. 13-15.

A natureza da dor também é autocentrada. Ela sugere uma espécie de identificação excludente e pouco flexível. Assim como os judeus e os ciganos, os homossexuais também fizeram esforços para representar a natureza da dor traumática através das artes e das mídias. Em maio de 1979 a peça de teatro *Bent*, escrita pelo dramaturgo Martin Sherman, estreou em Londres e em janeiro do ano seguinte na Broadway em Nova York. Quatro meses depois seguiu para a Alemanha. Polêmica, pioneira e de um sucesso estrondoso. Rapidamente, o conteúdo da peça foi discutido nos jornais pela mídia popular e alternativa. *Bent* enfoca as vidas e as experiências de terror dos homossexuais Max e Horst sob perseguição, deportação e encarceramento no sistema concentracionário nazista. Uma cena em específico foi duramente criticada pelos jornais do período. Quando Max troca seu triângulo rosa por uma estrela amarela, o símbolo do judaísmo, para evitar “o pior tratamento”.<sup>404</sup> Richard Goldstein, do novaiorquino *Village Voice*, afirmou que a cena em particular carecia de “precisão histórica”. O londrino *Spectator* intitulou a *review* da peça como “Propaganda profana”.<sup>405</sup>

Apesar desses movimentos para deslegitimar a peça de Sherman e sua discussão até então inexplorada, a imprensa homossexual elogiou a montagem e corroborou com a ideia de que os homossexuais masculinos foram as vítimas que “sofreram o pior destino de qualquer um dos grupos perseguidos”.<sup>406</sup> A posição do ativismo homossexual organizado na imprensa da causa não é isolada de um contexto de discussão para a coletividade, de maneira complexa, ela molda o imaginário concomitantemente sua participação enquanto audiência dos eventos que se desdobram e possuem relevância política para a comunidade. Sobre essa movimentação e tomada de consciência, Erik N. Jensen escreveu: “a noção de que os gays foram os que mais sofreram entre as vítimas dos nazistas se encaixou bem com a estratégia política que surgiu nos Estados Unidos no final dos anos 1970”.<sup>407</sup>

Válido lembrar que no período havia uma mínima literatura científica sobre a temática. Muitos dos trabalhos escritos em alemão e francês, sem traduções para o inglês, e *Bent*, de maneira instigante, despertaram interesses acadêmicos, sociais e consciências políticas acerca do assunto para homossexuais ligados à causa e para o público não homossexual de forma geral, o que levou nas décadas seguintes a um aumento expressivo das discussões públicas e intelectuais sobre a trajetória dos triângulos rosa. Uma amostra da sua comprovação enquanto

---

<sup>404</sup> JENSEN, Erik N. The Pink Triangle and Political Consciousness: Gays, Lesbians and the Memory of Nazi Persecution. **Journal of the History of Sexuality**, vol. 11, n. ½, University of Texas Press, 2002. p. 330.

<sup>405</sup> Idem.

<sup>406</sup> Idem.

<sup>407</sup> Ibidem, p. 331.

potência comunicadora de sentidos, ao mesmo tempo, ferramenta de sujeição, isto é, capaz de fornecer identificação com a homofobia vivida no presente, foi o fato de *Bent* ter sido usada publicamente por homossexuais ao tratarem sobre a perseguição policial e política nas grandes cidades, como em Toronto no Canadá e em Nova York nos Estados Unidos.<sup>408</sup> Ainda segundo Erik N. Jensen, “a mensagem de *Bent* continuou a moldar a memória coletiva da comunidade gay americana sobre o sofrimento do passado, muito além da década de 1980”. Isso demonstra que a identidade também pode ser operada pela tragédia, para atender às reivindicações específicas de um determinado grupo social no presente. Susan Sontag diz:

[...] o que importa é exatamente quem é morto e por quem. Para um judeu israelense, uma foto de uma criança estraçalhada no atentado contra a pizzaria Sbarro no centro de Jerusalém é, antes de tudo, uma foto de uma criança judia morta por um militante suicida palestino. Para um palestino, uma foto de uma criança estraçalhada pelo tiro de um tanque em Gaza é, antes de tudo, uma foto de uma criança palestina morta pela máquina de guerra israelense. Para o militante, a identidade é tudo. E todas as fotos esperam sua vez de serem explicadas ou deturpadas por suas legendas.<sup>409</sup>

Se encararmos as grafias de vida desses dois sujeitos homossexuais sobreviventes do nazismo, Pierre Seel e Rudolf Brazda, como se fossem ilustrações complexas e viscerais de um período, imagens da guerra, fotografias literárias, poderíamos constatar que seus exercícios narrativos, exposições explicativas de um tempo, servem às legendas que se dão a sujeitos muito particulares que foram estraçalhados e pouco vistos e comentados e que não necessariamente cabem aos seus iguais no tempo presente, mas, sobretudo, para os homossexuais do futuro, ou, fundamentalmente, para aqueles que mais tarde viriam a integrar a coletividade homossexual em sentido sócio-político, ativista. Pois, de forma irremediável, são esses homossexuais das gerações seguintes que sustentam uma memória de um passado relativamente distante e que diz muito sobre uma homofobia do presente, sustentando, assim, uma história pregressa de violência contínua da qual ainda não conseguimos nos livrar completamente.

De fato, para ambos, a identidade é tudo. Ela carrega uma história de sofrimento e de recusa ao silêncio, ao esquecimento, como quem luta para não morrer uma segunda vez. E quem sente essa dor? Corriqueiramente quem possui uma identificação íntima. Jeffrey C. Alexander afirma: “o trauma não é o resultado de um grupo que sente dor. É o resultado desse desconforto

---

<sup>408</sup> Ibidem, p. 330.

<sup>409</sup> SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 14.

agudo entrando no âmago do senso de identidade da coletividade”.<sup>410</sup> Daí a importância de juntar as categorias que formam o pertencimento comum, que dão essência e corpo aos relatos variados de sobreviventes de uma catástrofe comunitária. Segundo Jeffrey C. Alexander: “os atores coletivos “decidem” representar a dor social como uma ameaça fundamental ao seu senso de quem são, de onde vieram e para onde querem ir”.<sup>411</sup>

Mas quais são as categorias bases que unem os homossexuais enquanto grupo? A descrição da condição homossexual, suas percepções e potencialidades, obstáculos e limites, envolvem intrinsecamente uma análise sobre a sociedade de sua época, sobre como o mundo exterior encarava e tratava a sexualidade diversa e como essas pessoas respondiam a isso, aos processos múltiplos e distintos que podemos chamar de sujeição, de produção do sujeito em seus termos norteadores muito particulares.<sup>412</sup> Didier Eribon afirma:

A mobilização política, a ação política, sempre são batalhas pela representação, pela linguagem e as palavras. São batalhas em torno da percepção do mundo. A questão em jogo ali é saber quem define a percepção e a definição de um grupo e a percepção e a definição do mundo em geral. A mobilização, a ação política, costumam consistir, para um grupo, em tentar fazer valer, impor, a maneira como ele próprio se percebe, escapando, assim, à violência simbólica exercida pela representação dominante.<sup>413</sup>

O que se percebe a partir das contribuições do historiador e filósofo Didier Eribon é uma brecha interpretativa sobre a afirmação e a necessidade de uma representação que está ancorada em um movimento social e em uma luta política. Dentro das grafias de vida de Pierre Seel e Rudolf Brazda, compreendo que elas são discursivamente arquitetadas a partir de uma tripla sujeição homossexual. A primeira, evidente, a que corresponde à descoberta. Como já vimos até aqui, trata-se do percurso longo e exaustivo de entender a si mesmo enquanto sujeito desviante de uma norma, ou ainda, de um padrão previamente imposto social e culturalmente em um mundo de homofobia, onde a identidade homossexual se encontra interpelada corriqueiramente pela identidade heterossexual. Remediada pelas categorias da injúria, culpa e vergonha que andam próximas umas das outras e que só podem ser rompidas em um procedimento de viabilização pública e por meio da luta sócio-política conjunta.<sup>414</sup> Ser homossexual não é sujeição privada, individual, pelo contrário: corresponde ao coletivo, às

---

<sup>410</sup> ALEXANDER, Jeffrey C. Op. cit., p. 10.

<sup>411</sup> Idem.

<sup>412</sup> ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Trad. Procopio Abreu. Ed. José Nazar. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008. p 16.

<sup>413</sup> Ibidem, p. 96.

<sup>414</sup> Ibidem, p. 126.

identificações e às próprias condições da qual a homossexualidade é inserida por terceiros não homossexuais. Didier Eribon afirma que a homossexualidade se monumentaliza em grupo, e assumir-se é um ato de resistência frente à homofobia.

E o gesto deliberado e libertador pelo qual, um belo dia, alguém decide romper com a obrigação do segredo, o ato pelo qual alguém torna pública sua homossexualidade, marca a recusa de se submeter por mais tempo à violência (interiorizada) exercida pela dicotomia intensamente vivida entre o que pode ser dito em público e o que deve ficar confinado na vida privada ou no íntimo.<sup>415</sup>

A autobiografia de Pierre Seel e a biografia de Rudolf Brazda correspondem diretamente a esse desnudamento. O primeiro tem um perfil um pouco mais contido, com alguns pudores; o segundo, levantando questões tabus até para a própria comunidade homossexual, como a afeminação do sujeito gay e a promiscuidade e/ou “prostituição” compulsória como forma de sobrevivência do horror nazista dentro do sistema concentracionário (o que pode vir a ser um problema de convencimento do trauma e do sofrimento homossexual não somente para o seu respectivo grupo, mas para um grupo de pessoas não homossexuais também).

Aqui há uma divisão clara nas narrativas de ambos e um distanciamento profundo entre as experiências individuais dessas pessoas em um contexto de desumanização coletiva. Pierre Seel aproxima o seu testemunho do campo de concentração, no segundo capítulo de sua obra intitulada “Schirmeck-Vorbrück”, ao testemunho de Primo Levi, pelo menos ao que corresponde à desolação de um sujeito despojado de sua condição humana. As descrições do cotidiano do campo, o trabalho escravista e os detalhes minuciosos que deflagram a crise de civilidade e a ausência do pacto social, como a dificuldade de dormir em um ambiente precário e superlotado, a fome, a tortura física e laboratorial, as péssimas condições de higiene, etc. Seel diz: “exausto, apavorado, tentava encontrar alguns olhares, dizer algumas palavras a qualquer um desses fantasmas que se exauriam como eu. Mas ao longo dos dias, desisti”.<sup>416</sup> Contudo, há uma passagem específica que Seel trata sobre a sexualidade no campo que acredito ser interessantíssima para a sua particular construção do que era ser um homossexual dentro do sistema concentracionário.

[...] entre as pausas do trabalho, eu me esforçava para não falar com ninguém e me fechava em uma solidão desesperada pela qual não passava nenhum desejo sexual. A própria ideia de desejo não tinha lugar nenhum nesse espaço.

---

<sup>415</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>416</sup> SEEL, Pierre. Op. cit., p. 47.

Um fantasma não possui nem fantasia, nem sexualidade. Devíamos, portanto, ficar sozinhos no meio de todos. Durante os raros momentos em que podíamos nos olhar em silêncio, vi, além daqueles que compuseram o furgão do dia 13 de maio de 1941, alguns rostos conhecidos. Mas havia sido bem difícil reconhecê-los, pois nossa vestimenta ridícula, nossa cabeça raspada e nossas silhuetas famintas apagavam nossa idade, nossa identidade.<sup>417</sup>

Ao menos em sua narrativa, Seel se distancia sobre a questão da sexualidade dentro do sistema concentracionário. É como se ela não existisse. Quando ele diz: “A própria ideia de desejo não tinha lugar nenhum nesse espaço”, ele não se refere unicamente a sua experiência privada, mas à experiência compartilhada. É um relato diferente do produzido por Rudolf Brazda, que expõe em sua obra um mundo clandestino cuja a sexualidade era plenamente exercida dentro do campo de concentração de Buchenwald.

Os prisioneiros estavam amontoados em um campo que em 1942 ainda não tinha nenhuma mulher. Essa promiscuidade importa, à qual se somava a impossibilidade dos presos de levar uma vida sexual normal, pode explicar as práticas homossexuais entre alguns para os quais elas seriam inconcebíveis em circunstâncias normais de vida. Para os detentos cuja libido não havia sido tolhida pelas rudes condições, o desejo sexual podia ser satisfeito com colegas do mesmo sexo. Para Rudolf, o fato de ser portador do triângulo rosa e ligeiramente afeminado torna-o uma escolha “natural”. Mas isso não se aplica somente ao homossexual que ele é e identificado como tal. Nos dormitórios, não raro um preso desliza de um leito para o outro, homossexual ou não. [...] Os telhados, as dependências, as escadas podem tornar-se um local propício para os contatos sexuais. Desde que essas relações sejam consentidas, poucos prisioneiros se ofendem de verdade. Mas deve-se não chamar a atenção nem ser surpreendido pelos SS. Estes suspeitam de atos homossexuais entre os prisioneiros, mas não os toleram. Eles constituem uma violação do regulamento do campo.<sup>418</sup>

Aqueles que portam triângulos rosa, coercitivamente se colocam às ordens de serviços sexuais para os *Kapos*, porque eram beneficiados, por exemplo, com porções de rações maiores. A grosso modo: esses homens se prostituíam para comer, para conseguirem melhores condições na luta para sobreviver.<sup>419</sup> Não somente isso – há também a possibilidade da troca de barracão, da troca de um posto de trabalho, da proteção individual conferida por um *Kapo*. Contudo, há uma triagem. Nem todos os portadores dos triângulos rosa são escolhidos para essa tarefa, como afirma Jean-Luc Schwab: “os *Kapos* procuram seus favoritos em meio a essa juventude. Tais rapazes são apelidados de *Puppenjunge* (“jovens-boneca”)<sup>420</sup>”.

---

<sup>417</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>418</sup> SCHWAB, Jean-Luc. Op. cit., p. 134.

<sup>419</sup> Ibidem, p. 135.

<sup>420</sup> Idem.

Homossexuais que se tornaram brinquedos sexuais para os homens heterossexuais com determinados níveis de poder e influência dentro da clandestinidade do sistema concentracionário são aqueles jovens, os de “boa aparência” e os afeminados. O relato de Brazda, portanto, expõe uma noção generalizada da misoginia e do machismo presente dentro desse meio, até então, exclusivamente masculino. Aqueles que são vistos como aptos à exploração sexual, a uma espécie de prostituição compulsória, são os homossexuais rotulados enquanto femininos, de feições e trejeitos. Isto é, são as condições de alguns homossexuais, caracterizadas socialmente como “afetações”, que os colocam nesse lugar de abuso. Problemática essa aparentemente ignorada e naturalizada tanto pela vítima, Brazda, quanto pelo seu biógrafo, Jean-Luc Schwab.

Tal situação de exploração sexual só declinou para os homossexuais quando, em 1943, um bordel foi inaugurado em Buchenwald. Para a ocasião, mulheres foram recrutadas em Ravensbrück para exercerem papéis de prostitutas.<sup>421</sup> Embora saibamos que Rudolf Brazda era um homossexual afeminado e atraente, segundo relatos, não podemos fazer as mesmas afirmações sobre Pierre Seel. Aqui, a questão da estética e da afeminação não são pautas trabalhadas pelo autor em sua obra. O sexo na obra de Pierre Seel, de maneira geral, é um tabu e faz parte de uma gestão identitária indizível.

Não penso que essa escolha de Seel tenha a ver com seu tempo de escrita e publicação da sua obra (a primeira metade dos anos 1990), pois o palestrante que lhe reacendeu sua memória e o incutiu uma primeira noção da importância de testemunhar, Josef Kohout, abordou explicitamente essas questões ainda no início dos anos 1970. Parece-me, então, que Seel não viveu a sexualidade ou viu viverem a sexualidade homossexual dentro das instalações de Schirmeck-Vorbrück, diferente do que ocorria nos campos de Buchenwald, Sachsenhausen e Flossenbürg.<sup>422</sup> Ou, se ele tivesse vivido ou visto tais movimentações, escolheu de forma íntima e secreta ocultar esses tópicos da sua obra. Pelas documentações conhecidas que Pierre Seel nos deixou, não podemos afirmar com precisão as questões do referido tópico, de modo que fica a ausência da temática em seu testemunho e restam, apenas, as conjecturas sem meios concretos de serem confirmadas e/ou verificadas.

Outra diferença muito marcante entre as consolidações narrativas dos dois, e de certa maneira impactantes para as sujeições homossexuais de Pierre Seel e Rudolf Brazda, é o convívio social no contexto urbano antes do encontro com as forças de repressão nazistas. A

---

<sup>421</sup> Ibidem, p. 136.

<sup>422</sup> SILVA, Karen Pereira da. Op. cit., p. 30.



cidade grande, histórica e sociologicamente falando, representa para o homossexual um lugar de descobertas prazerosas e de resistências dolorosas. É dentro do desenvolvimento urbano das grandes metrópoles que os homossexuais se permitem viver uma vida pouco clandestina e mais política. O imaginário social da urbanidade também é diversificado, garantindo, assim, uma vida social e cultural efervescente. Didier Eribon afirma: “[...] foi a cidade grande que deu aos modos de vida *gay* a possibilidade de se desenvolverem plenamente”.<sup>423</sup> Evidente, pois, a trajetória urbana requer desconhecimento, sendo um aglomerado de gente que se cruza cotidianamente. Ao contrário da cidade pequena, da vida no campo, no interior, nas vilas e afins, essa massa de gente em sua maioria não se conhece e pouco consegue se reconhecer na multidão, não se nota por completo. Os homossexuais, assim, podem passar despercebidos (em alguns casos) e exercitarem suas vidas em múltiplas identidades: trabalhista, educacional, familiar, religiosa, sexual, etc.

Neste ponto, encontramos outra divergência nítida nas narrativas de Pierre Seel e Rudolf Brazda. Enquanto o primeiro vivia em uma cidade relativamente pequena, cuja a sociedade se conhecia por nome e sobrenome, por ocupação e posição social, o que naturalmente levou Seel ao segredo absoluto sobre sua sexualidade e ao exercício clandestino da mesma, o segundo se relacionava pública e livremente com outros homossexuais, visitava cidades vizinhas e frequentava locais sabidamente destinados aos gays, se beneficiando de um anonimato típico dos grandes centros urbanos. A comuna francesa de Pierre Seel não somente indica a vivência homossexual enquanto atividade que precisava estar no campo do segredo, como a obrigava a estar nesse ambiente oculto das vistas sociais e das ideias de bom comportamento e moralidade alheia.

Já a metrópole alemã na qual Brazda partilhava sua vida mostra um ambiente cuja sexualidade diversa tinha visível territorialidade. O trânsito satisfatoriamente livre da expressão homossexual do grupo de que Brazda participava na sua juventude antes da queda pelo Parágrafo 175 demonstra isso. Contudo, é somente na velhice, em um contexto de diálogo, conexões e relações com sujeitos da cidade grande, que surge a possibilidade de a homossexualidade poder ser elaborada enquanto discurso e usada em sentidos políticos. É quando a homofobia poder ser problematizada a nível público, colocando o debate da deportação por homossexualidade sob égide nazista em plano protagonista, de real interesse e fundamental importância.

---

<sup>423</sup> ERIBON, Didier. Op. cit., p. 34.

Na cidade grande, enquanto alguns optam por viver de maneira mais reservada, dividindo seu tempo entre suas máscaras e personagens sociais exercidos em cada espaço de forma única e integral, outros escolhem viver a partir de uma posição sócio-política onde a homossexualidade não é camuflada. É dentro da cidade grande que se encontram os nichos homossexuais plenamente visíveis, os lugares especificamente destinados a esse público, como os bares, as danceterias, as associações, as imprensas e as editoras homossexuais. Criou-se, portanto, uma verdadeira “cultura *gay*”, como aponta Didier Eribon, onde a comunidade está intrinsecamente associada “ao processo da migração e aos efeitos de liberdade que ela produz, e, portanto, a toda a história da ida para a cidade da construção de um “mundo *gay*” que essa história produziu”.<sup>424</sup> E esse âmbito urbano é um campo fundamental para o exercício de articulação, elaboração, escrita e exposição das trajetórias de vida dos homossexuais Pierre Seel e Rudolf Brazda.

Se, como nisso insiste toda a obra de Foucault [...] uma sociedade se define pelo que nela é dizível e pensável, podemos afirmar que a visibilidade *gay* e lésbica teve por efeito transformar a sociedade em seu conjunto, já que modificou profundamente o que nela pode se dizer, ver e, portanto, pensar. A mobilização homossexual, a saída à luz do dia e a intensificação da vida “subcultural” com toda certeza representam (com o feminismo) um dos mais intensos questionamentos da ordem instituída, sexual e social, mas também “epistemológica”, do mundo contemporâneo.<sup>425</sup>

Mesmo que a homossexualidade seja uma identidade irrealizável completamente, tendo a sua expressão sexual indizível em muitos momentos da vida,<sup>426</sup> Pierre Seel e Rudolf Brazda se empenham para criar um outro sentido de vivência e existência homossexual. Tendo em vista que a identidade do coletivo *gay* é criada, fictícia, atendendo a movimentos e organizações até mesmo exteriores à homossexualidade, essa precisa ser essencialmente moldada e, sobretudo, vigiada pela comunidade homossexual. Os alemães inventaram uma homossexualidade imaginária a partir dos dispositivos clínicos, psicossociais, das argumentações, demais retóricas públicas e dos textos panfletários de sujeitos que se sentiam atraídos por pessoas do mesmo sexo naquele período, ainda em meados do século XIX, no qual formularam o nascimento dessa identidade moderna. Guy Hocquenghem argumenta, através da literatura científica de Havelock Ellis, que o termo homossexual teria sido formalizado por um médico alemão em 1869.<sup>427</sup>

---

<sup>424</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>425</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>426</sup> Ibidem, p. 144.

<sup>427</sup> HOCQUENGHEM, Guy. **O desejo homossexual**. Trad. Daniel Lühmann. Rio de Janeiro: A Bolha, 2020. p. 13.

Porém, Robert Beachy, nos esclarece que ao menos desde 1867 já havia uma atividade sócio-política por parte de indivíduos da sociedade, como o advogado alemão Karl Heirinch Ulrichs, para normalizar a prática sexual de pessoas que se relacionavam com o mesmo sexo.<sup>428</sup>

Ainda segundo Beachy, foram os escritos e as ações públicas, nominais em primeira pessoa, de Karl Ulrichs, que deram as inspirações e motivações para que a geração berlinense de 1897 pudesse organizar o primeiro movimento mundial pelos direitos dos homossexuais.<sup>429</sup> Beachy diz: “o aspecto verdadeiramente notável da corajosa iniciativa de Ulrichs foi a importante contribuição que ele deu para a redefinição – na verdade, a invenção – da sexualidade (e homossexualidade) na Europa do século XIX”.<sup>430</sup> Embora nesse passado, os homossexuais fossem caracterizados como “sodomitas” portadores de “uma perversão intencional e produto da masturbação ou do excesso sexual”,<sup>431</sup> colocados como predadores hipersexuais que tinham se cansado de mulheres, décadas antes, já haviam registros médicos que tinham outras concepções do desejo homossexual.<sup>432</sup>

Ainda na década de 1850, o médico alemão em Berlin, Johann Ludwig Casper, contra argumentou com o consenso que se tinha naquele momento da “sodomia” como perversão. Para ele, alguns “sodomitas” tinham uma atração biológica inata pelo mesmo sexo. Em 1900, essa ideia ganhou ainda mais força dentro da medicina legal europeia. Uma escola progressista de psiquiatria alemã foi inteiramente formada a partir da crença de que a atração pelo mesmo sexo poderia ser congênita, sendo assim, “uma característica integrante de uma pequena minoria sexual”.<sup>433</sup> Ao passo desses entendimentos, formulou-se dentro da comunidade alemã uma nova linguagem de orientação e identidade sexual que, pela interpretação de Robert Beachy, acabou por substituir a arcaica compreensão da sexualidade homoafetiva como uma espécie de perversão e fracasso moral.<sup>434</sup> Beachy afirma que é nesse contexto que os termos inventados como *Urning* (fazendo referência direta ao advogado Ulrichs), ou mesmo “homossexual”, foram introduzidos pela primeira vez no léxico alemão e, posteriormente, expandindo-se aos outros idiomas da Europa.<sup>435</sup> Sobre os esforços pioneiros de Karl Heinrich Ulrichs, Beachy conclui:

---

<sup>428</sup> BEACHY, Robert. Op. cit., p. 3.

<sup>429</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>430</sup> Idem.

<sup>431</sup> Idem.

<sup>432</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>433</sup> Idem.

<sup>434</sup> Idem.

<sup>435</sup> Idem.

O panfleto de propaganda de Ulrichs desempenhou um papel crítico neste desenvolvimento: suas teorias de uma sexualidade e caráter inatos de *Urning*, juntamente com seu ativismo declarado, ajudaram não apenas a influenciar as ciências incipientes da sexualidade, mas também a mobilizar uma comunidade imaginária de homossexuais. Concretamente, Ulrichs liderou uma revolução conceitual que transformou o amor erótico pelo mesmo sexo de uma ideia de atos desviantes em uma orientação sexual desenvolvida com sua própria qualidade e caráter distintos.<sup>436</sup>

Os nazistas, após ascenderem ao poder, progressivamente reformularam e sustentaram rigidamente suas percepções da homossexualidade durante os 12 anos de regime. Apegados às concepções do século XIX, os nazistas fizeram de tudo o que estava ao seu alcance para destruir os avanços na área, os debates e os entendimentos que se tinham sobre o corpo, a mente e a prática homossexual como mais uma categoria inata da vida humana. Eles utilizaram a máquina do Estado e a vigilância sobre a sociedade para retrocederem as compreensões minimamente positivas e normalizadoras da homossexualidade. Assim, passando-as para um lugar de perversão social e ameaça biológica, pois, dessa maneira, estariam encaminhando os homossexuais para uma marginalização que abriria brechas à perseguição compulsória, à deportação, ao encarceramento e ao extermínio. Seel e Brazda fazem ferrenha oposição a esse tipo de assimilação da homossexualidade. Em suas obras, vemos a importância que eles dão à humanização da condição homossexual através de um relato de opressão, repudiando as rotulações preconceituosas do mundo heterossexual sobre suas performances identitárias e suas presenças historicamente fluídas na sociedade.

Independente de algumas diferenças íntimas que eles apresentam no decorrer de seus registros, e que podem afastar as obras momentaneamente, o que as une de forma irredutível é a própria condição complexa e em construção, de entendimento pessoal, da homossexualidade a nível coletivo. Tanto para Pierre Seel, quanto para Rudolf Brazda, a identidade homossexual se manifesta enquanto aspecto fundamente de um auto reconhecimento na figura do outro. Eles possibilitam, então, as histórias de descobertas íntimas, prazeres, restrições, medos e demais violências, constatando relatos de sobrevivência através do contato com outros indivíduos que igualmente agem, pensam, se relacionam, se encaminham e acabam compelidos por agentes exteriores às suas vidas a partir de suas singularidades e subjetividades que orbitam indissociavelmente em torno da homossexualidade e das formas como essa é expressa, conferida ao mundo privado e público. Nas obras de Seel e Brazda, a homossexualidade é

---

<sup>436</sup> Idem.

encarada como categoria central, decisiva, formuladora identitária, independente se essa foi vivida em termos sexuais ou não, conferida na qualidade de pertencimento comum.

As suas obras alavancam o indivíduo gay enquanto um ser orgulhoso da sua identidade e, particularmente, da sua história de resistência frente à morte previamente anunciada e imposta pelos nazistas. Acompanham, portanto, a trajetória presente do coletivo da sua respectiva comunidade. Também lutam por direitos, demarcam territórios e se asseguram de usufruírem os ganhos desse ativismo, dessa viabilização pública, da conquista de um novo lugar de atuação. Mesmo que seja uma escolha individual fazer parte de uma coletividade, isso só pode ser possível graças à criação, manutenção e fortalecimento das redes de sociabilidade da “cultura gay”, como aponta Didier Eribon.<sup>437</sup> O que nos leva a uma revisão da própria categoria identitária. A experimentação do trauma remonta à urgência da “[...] busca pela rememoração do passado coletivo, pois a memória não é apenas social e fluída, mas profundamente conectada ao sentido contemporâneo de si mesmo”.<sup>438</sup>

As exposições discursivas das sexualidades e dos infortúnios que Pierre Seel e Rudolf Brazda foram obrigados a suportar em um contexto de perseguição nos relevam dois cruciais fenômenos importantíssimos para a coletividade homossexual. O primeiro, a fomentação de uma mudança radical quanto ao corpo, a mente e as práticas de homens homossexuais no âmbito público. Eles apresentam à sociedade uma escolha de não mais viverem em anonimato, nas margens sociais. Optam, agora, por conduzir os seus processos no mundo, dando novas versões e perspectivas à vida homossexual e garantindo uma reconstrução de vida anterior da coletividade.<sup>439</sup> “É todo o futuro que se vê mudado”.<sup>440</sup>

O segundo, a concretude do reconhecimento estatal, jurídico, social, acadêmico, midiático e memorial. Suas obras referem-se não somente ao homossexual solto no mundo, mas ao homossexual detido, impedido, deportado a um outro lugar. O nazismo destituiu toda uma referência de pessoa política, de cidadão de um país, daquele que porta direitos e deveres, colocando o homossexual como um apátrida, um desenraizado. A categoria da homossexualidade na qual Seel e Brazda se agarram é, irremediavelmente, transpassada pela experiência de choque e horror nazista. Suas contribuições testemunhais-literárias alcançam um lugar de sofrimento, fundam e corroboram com um posto de vítimas, mas também naturalizam e normalizam suas existências ao reconstruírem um passado traumático enviesado aos seus

---

<sup>437</sup> ERIBON, Didier. Op. cit., p. 134.

<sup>438</sup> ALEXANDER, Jeffrey C. Op. cit., p. 22.

<sup>439</sup> Idem.

<sup>440</sup> ERIBON, Didier. Op. cit., p. 134.

característicos processos de sujeição. Prova disso são as ruas, monumentos, memoriais e museus que relembram os nomes de Pierre Seel, Rudolf Brazda, Josef Kohout, Gad Beck e alguns outros conhecidos e desconhecidos triângulos rosa (muitos ainda só podemos mensurá-los e honrá-los através de números). Assim que as “lições” do trauma são objetivadas permanentemente nesses espaços rigorosamente cuidados e supervisionados por especialistas da área, enfim, estarão suas histórias sacramentadas e estruturadas em “rotinas rituais”.<sup>441</sup>

É o sucesso da orquestração do processo traumático inicializado por Josef Kohout no início da década de 1970, impulsionado, avolumado e fortalecido por Pierre Seel no contexto de ativismo sócio-político intenso na França, em influências, contribuição prática e diálogo com ativistas e movimentos de outros países, como a Alemanha e os Estados Unidos, que garantiram aos triângulos rosa um local de fala, atuação e ocupação irreversível. Os contextos e as circunstâncias particulares da cultura e da sociedade do período francês entre os anos 1980 e 1990 conseguiram ultrapassar grupos reacionários, conservadores, preconceituosos e simpáticos ao nazi-fascismo que criminalizaram e silenciaram os homossexuais por tanto tempo. As narrações foram produzidas e conseguiram, portanto, conquistar, a duras penas, uma parcela satisfatória da sociedade e do Estado, muito além do seu grupo original de operadores.

Mas isso ocorreu em um cenário atípico de nova crise internacional e transcontinental para a homossexualidade, quando os ativistas precisaram reinventar a identidade homossexual e de maneira radical propuseram mudanças sociais e políticas. A princípio, por conta da homofobia policial, política e socialmente latente nas grandes metrópoles, depois, pelo recrudescimento brusco e muito ágil desse preconceito a partir da AIDS.

A doença enquanto epidemia foi responsável direta por impedir que Estado e sociedade fechassem os olhos aos sujeitos homossexuais que faziam barulho no mundo público. O que significa afirmar, também, que o passado de trauma, marginalização, perseguição e extermínio sistemático aos homossexuais na Europa décadas antes foi evocado por necessidades do presente. Jean-Paul Sartre certa vez disse: “o que importa não é o que fazem conosco, mas o que nós mesmos fazemos com aquilo que fazem de nós”.<sup>442</sup> Desse modo, os ativistas e os poucos sobreviventes do Parágrafo 175 que vieram à público definem novas “formas de responsabilidade moral” e redirecionam “o curso da ação política”.<sup>443</sup> Como pontua Jeffrey C. Alexander:

---

<sup>441</sup> ALEXANDER, Jeffrey C. Op. cit., p. 23.

<sup>442</sup> SARTRE, Jean-Paul apud ERIBON, Didier. Op. cit., p. 135.

<sup>443</sup> ALEXANDER, Jeffrey C. Op. cit., p. 27.

A teoria do trauma cultural se aplica, sem preconceito, a toda e qualquer instância em que as sociedades tenham, ou não, construído e vivenciado eventos culturais traumáticos, e aos seus esforços para extrair ou não as lições morais que podem ser ditas, emanadas a partir delas.<sup>444</sup>

O que Seel e Brazda fazem, assim, não é somente contar suas trajetórias, mas ultrapassá-las, reinterpretá-las e transformá-las para uma audiência dos seus iguais e dos seus diferentes. Colocam-se nessa posição de referência, são agora os palestrantes, os rostos de um acontecimento traumático coletivo e identitário. Eles se recusam a continuar no lugar que a heterossexualidade preconceituosa os colocou, onde a injúria, a vergonha e o medo são ferramentas capazes de silenciá-los e, de certa forma, aniquilá-los física e psicologicamente do mundo e da participação social. É nítido, através das suas desinibições literárias, da construção dos seus relatos, um esforço de valorizar a condição da homossexualidade como categoria valiosa da família humana.

### **3.2. Resignificação do triângulo rosa, a questão da AIDS e a evocação do Holocausto: presente e passado de trauma coletivo homossexual**

Entre os anos 1930 e 1940, o ativismo homossexual (assim como toda a vida pública da comunidade) foi solapado gradativamente pelo fascismo, nazismo, demais formas de autoritarismo e conservadorismo em países capitalistas no Ocidente, pela experiência do comunismo soviético no mundo oriental e pela própria guerra. Para Erik N. Jensen haviam três razões fundamentais que impediram a memória coletiva dos homossexuais perseguidos pelos nazistas vir à tona. Primeiro, no imediato ao fim da guerra, consequentemente, fim da ditadura nazista, não havia imprensa homossexual ou uma comunidade organizada capaz de operacionalizar a memória da perseguição seja na Alemanha Ocidental ou nos Estados Unidos. Os grupos que existiam naquele momento eram muito pequenos ou se encontravam na clandestinidade, incapazes de fomentar a nível público uma demarcação de memória coletiva.<sup>445</sup>

Segundo, a ausência de testemunhos, de memórias pessoais das próprias vítimas. A maioria dos sobreviventes homossexuais se encontravam na Alemanha separada pela Guerra Fria, tanto o lado Ocidental quanto o Oriental, a contar também o país vizinho, Áustria, preservavam códigos penais que continuavam a criminalizar a homossexualidade masculina,

---

<sup>444</sup> Idem.

<sup>445</sup> JENSEN, Erik N. Op. cit., p. 321.

deixando esses sujeitos completamente desamparados. A vigilância policial continuou efetiva em seus assédios e prisões contra a comunidade durante todo o período das décadas de 1950 e 1960. Tendo o estigma legal e social atribuídos à homossexualidade, esses sobreviventes permaneceram cautelosos ao que diz respeito ao compartilhamento de suas histórias de violência acerca do nazismo, quanto mais exigirem o reconhecimento público desse infortúnio. Terceiro, a vontade pelo esquecimento completo do período nazista por parte dos homens e mulheres homossexuais.<sup>446</sup>

Contudo, os rumos dessa história de silenciamento e obliteração da memória homossexual começariam a mudar a partir dos anos 1970 e 1980. Com o movimento ativista de libertação e emancipação homossexual a todo vapor na Alemanha Ocidental e nos Estados Unidos, respectivamente, o incômodo acerca das conclusões sobre o passado de homossexuais e, com o aumento crescente da homofobia em seu contexto presente, levou ao questionamento sobre a perseguição à comunidade no período nazista.<sup>447</sup> Foi ainda nos anos 1970 que houve a primeira articulação homossexual organizada pós-Segunda Guerra Mundial. Segundo Jensen, a década ficou marcada pelas criações dos arquivos, projetos de pesquisa e coleções de história oral estabelecidos por ativistas gays e lésbicas na Alemanha Ocidental e nos Estados Unidos.<sup>448</sup> Ao entrarem em contato com um passado até então inexplorado e ignorado majoritariamente por Estado e sociedade, os homossexuais da nova geração e do novo ativismo utilizaram dessa história recém-descoberta para lidar com a homofobia, a opressão e as demais formas de violência contra a comunidade do seu tempo. As “analogias históricas às injustiças contemporâneas, bem como exemplos de estratégias passadas para a emancipação homossexual” foram largamente conferidas.<sup>449</sup>

Em 15 de agosto de 1971 surgiu na Alemanha Ocidental um dos primeiros grupos de ativismo homossexual pós-Segunda Guerra Mundial, o *Homosexuelle Aktion Westberlin* (Grupo de Ação Homossexual da Berlim Ocidental – HAW). Progressivamente, o HAW se tornou uma organização de referência, eventualmente um dos maiores e mais significantes grupos de ativismo homossexual da Alemanha Ocidental. O grupo enxergava as reivindicações homossexuais de gays e lésbicas muito além de pautas identitárias, tendo suas problemáticas

---

<sup>446</sup> Ibidem, p. 322.

<sup>447</sup> Disponível em: <<https://time.com/5295476/gay-pride-pink-triangle-history/>>. Acesso em: 16. Out. 2021.

<sup>448</sup> JENSEN, Erik N. Op. cit., p. 322.

<sup>449</sup> Idem.



perpassadas diretamente por questões relacionadas a um contexto macro, envolvendo assuntos sociais, econômicos e políticos.<sup>450</sup>

Para tanto, logo surgiu a preocupação da visibilidade homossexual a nível público, para que se alcançasse lugar de força e atuação política. Nos esforços de tornar a homossexualidade uma condição humana como qualquer outra, a nível de normalidade e naturalidade, os membros do HAW buscaram fomentar na sociedade um sentido de orgulho à saída do armário. Acreditava-se que quanto mais membros da comunidade se assumissem publicamente acabariam por suprimir estigmatizações sociais, como as aversões sobre o corpo e as práticas homoafetivas, desfazendo a crença social de que gays e lésbicas eram criminosos ou doentes mentais.<sup>451</sup> A partir daí, membros do subcomitê feminista do HAW afirmaram a necessidade política da adoção de um “símbolo gay” oficial para promover publicamente a emancipação da comunidade.<sup>452</sup>

Podemos interpretar que essa discussão sobre uma adoção oficial em sentidos políticos por uma insígnia que publicamente revelasse a homossexualidade no mundo macro de forma naturalizada e normalizada é, em primeiro lugar, uma espécie de conscientização individual sobre a importância da autoaceitação da homossexualidade que parte das discussões postas enquanto grupo. Segundo as considerações de Didier Eribon, a aceitação plena só é conferida quando o sujeito homossexual se enxerga como parte do coletivo, de uma comunidade.<sup>453</sup> Assim, servindo de “ponto de apoio a uma resistência eficaz à injúria e ao processo de estigma dos homossexuais na sociedade”.<sup>454</sup>

Diferente das reivindicações dos grupos homossexuais durante as décadas anteriores, 1950 e 1960, que pautavam o direito de privacidade às relações homoafetivas, os ativistas da causa em 1970 queriam que a homossexualidade fosse normalizada publicamente, colocando as manifestações da sexualidade e da identidade homossexual enquanto algo que deveria ser livre e abertamente exercido socialmente.<sup>455</sup> Começou, portanto, uma revolução de costumes, um novo processo de sujeição identitária que conferia um peso maior à visibilidade que a comunidade deveria ter. Discutiui-se por um tempo qual símbolo poderia ter potencial suficiente para evocar publicamente a condição homossexual de maneira inconfundível e irrevogável. Segundo Newsome, a letra grega Lambda e o inciso riscado do Parágrafo 175 foram

---

<sup>450</sup> NEWSOME, W. Jake. Op. cit., p. 118.

<sup>451</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>452</sup> Idem.

<sup>453</sup> ERIBON, Didier. Op. cit., p. 94.

<sup>454</sup> Idem.

<sup>455</sup> NEWSOME, W. Jake. Op. cit., p. 119-120.

considerados, mas, prontamente descartados. O primeiro, porque fazia referência aos grupos norte-americanos, porém, rejeitado por ser considerado abstrato demais e não se referir explicitamente à homossexualidade ou à opressão homofóbica. O segundo, rejeitado pois fazia alusão direta a uma única lei.<sup>456</sup>

Josef Kohout, com sua obra memorial publicada em 1972 sob pseudônimo, *The Men with the Pink Triangle*, foi responsável direto pela curiosidade popular e ativista acerca do passado específico dos homossexuais nos campos de concentração e extermínio. “Os dados dessas vítimas começaram a ser citados em 1977, depois que uma análise estatística do sociólogo Rudiger Lautmann, da Universidade de Bremen, afirmou que até 60% dos gays enviados aos campos de concentração podem ter morrido”.<sup>457</sup> A obra de Heinz Heger/Josef Kohout escancara uma memória individual que forneceu, segundo Jensen, “a estrutura para uma memória coletiva maior”.<sup>458</sup> A partir de então, todas as questões provindas do uso do triângulo rosa no passado, sua apropriação e ressignificação no presente são intrinsecamente associadas à repercussão do testemunho de Kohout.

Movido pela obra de Kohout, o subcomitê feminista convocou uma reunião no outono de 1972 para debaterem e votarem sobre a adoção do triângulo rosa como símbolo oficial de luta do grupo, contudo, a pauta não passou. Alguns homossexuais ainda sentiam receio de se assumirem publicamente com um símbolo que pudesse torná-los alvos de violências e outras formas de discriminação. Porém, no ano seguinte, em outubro de 1973, novamente a pauta foi alavancada; colocaram como justificativa um outro grupo alemão, o *RotZSchwul* da cidade de Frankfurt, que estava começando a utilizar o triângulo rosa de maneira não oficial. Assim, através de votação, a HAW aprovou o uso oficial do triângulo rosa para identificar os ativistas da causa.<sup>459</sup> Michael Holy interpretou essa adoção do triângulo rosa como signo público do novo ativismo homossexual enquanto uma busca direta por uma “identidade de vítima”, “uma estratégia para conscientizar a comunidade sobre a opressão, e até mesmo provocá-la, afim de incitar essa comunidade à ação política”.<sup>460</sup>

Fundamental notarmos que dentro de um grupo ativista há divergências e indivíduos que se sentem seguros o suficiente para se oporem uns aos outros. Os homossexuais não são uma massa socada de gente que reage de forma homogênea às pautas da causa, pelo contrário,

---

<sup>456</sup> Ibidem, p. 120.

<sup>457</sup> Disponível em: <<https://time.com/5295476/gay-pride-pink-triangle-history/>>. Acesso em: 16. Out. 2021.

<sup>458</sup> JENSEN, Erik N. Op. cit., p. 325.

<sup>459</sup> NEWSOME, W. Jake. Op. cit., p. 121.

<sup>460</sup> HOLY, Michael apud JENSEN, Erik N. Op. cit., p. 325-326.

pensam regularmente de forma heterogênea. Apresenta-se, portanto, a relevância da autonomia e da liberdade individual. O triângulo rosa só foi adotado depois de longos debates e essa ação expõe uma transformação de sujeitos a partir da convivência e do diálogo com terceiros da mesma causa. Para Didier Eribon, um processo como esse só pode ser conferido a partir da “existência por vontades individuais se estas forem sustentadas pela consciência de que se trata de um empreendimento coletivo de recriação de si como um conjunto de indivíduos livres e autônomos”.<sup>461</sup>

O HAW tornou-se, portanto, o primeiro grupo ativista homossexual a ressignificar oficialmente o triângulo rosa, tirando-o unicamente do lugar de genocídio nazista e o transferindo para o campo dos direitos humanos homossexuais. Ao passo que tratavam sobre uma nova problemática da homofobia em seu contexto de atuação presente, os ativistas do HAW também exploraram e apresentaram o triângulo rosa à nível social como insígnia caracterizadora dos homens homossexuais enquanto outras vítimas da perseguição nazista.<sup>462</sup>

Depois da decisão do HAW, outros grupos da causa espalhados pela Alemanha Ocidental começaram a utilizar o símbolo em suas manifestações. Tais protestos com a exposição do triângulo rosa puderam ser vistos em Munique, Nuremberg, Stuttgart, Frankfurt, Marbug e Bielefeld.<sup>463</sup> Para Newsome, os movimentos por direitos homossexuais na Alemanha Ocidental e nos Estados Unidos indicaram verdadeiramente o seu caráter transnacional. Ativistas compartilharam informações regionais, dividiram culturas, estratégias políticas e utilizaram da história da tragédia coletiva anterior à AIDS para fortalecerem suas organizações. Newsome afirma que: “dez meses após a adoção do triângulo rosa pelo HAW, ativistas gays em Nova York, Miami e São Francisco trajaram o símbolo em suas manifestações”.<sup>464</sup> No final dos anos 1980, o triângulo rosa já era o símbolo reconhecido internacionalmente pelos direitos humanos e civis de homossexuais.

A organização e os esforços da imprensa homossexual e ativista do período também foram fundamentais para que a memória dos homossexuais perseguidos sob o nazismo fosse tratada publicamente na Alemanha Ocidental. Denunciando práticas abusivas no presente como o contexto de homofobia estatal protagonizado durante a metade da década de 1970 pelo governo Bonn e sua política de natureza fascista, essa imprensa fez associações diretas entre a

---

<sup>461</sup> DIDIER, Eribon. Op. cit., p. 95.

<sup>462</sup> JENSEN, Erik N. Op. cit., p. 326.

<sup>463</sup> Idem.

<sup>464</sup> Disponível em: <<https://nursingclio.org/2017/04/20/pink-triangle-legacies-holocaust-memory-and-international-gay-rights-activism/>>. Acesso em: 19. Out. 2021.

homofobia exercida na era nazista e no seu presente<sup>465</sup> em caráter de continuidade e permanência. Há uma explícita evocação do passado com o propósito de fazer política identitária. Segundo Erik N. Jensen:

Os ativistas gays buscaram aumentar a vigilância da comunidade, destacando os paralelos entre o passado nazista e as formas contemporâneas de repressão estatal. Em fevereiro de 1980, o jornal gay *Rosa Flieder* anunciou: “O triângulo rosa... não é apenas uma lembrança do extermínio de gays no passado. Há opressão e discriminação contra os gays ainda nos dias de hoje. Deve ser estabelecido com precisão se esta opressão gay está mais uma vez marchando na direção de um estado policial geral”. O artigo levantou o espectro de um aparato parecido com a Gestapo emergindo das crescentes violações das liberdades individuais pelo governo.<sup>466</sup>

Nos Estados Unidos, ainda na primeira metade dos anos 1970, também foram noticiados pela imprensa homossexual o passado dessa comunidade nos campos de concentração nazista, de tal maneira que a memória da perseguição igualmente foi utilizada pelos ativistas norte-americanos enquanto causa de identificação e mobilização política.<sup>467</sup> Com a crescente movimentação desses ativistas pelos direitos da comunidade homossexual, a reação homofóbica e conservadora contra-atacou. As analogias com o passado nazista se proliferavam cada vez mais com o intuito claro de alcançar maior apoio político dentro e fora da comunidade.<sup>468</sup> Talvez o caso mais significativo desse uso político do passado foi em uma fala pública no Dia da Liberdade Gay no ano de 1978, quando Harvey Milk, político assumidamente homossexual da cidade de São Francisco, proferiu um discurso contrário à Iniciativa Briggs no Estado da Califórnia, que teria impedido homens gays e mulheres lésbicas de trabalharem como educadores nas escolas públicas do Estado.<sup>469</sup> Milk declarou:

Não vamos ficar sentados em silêncio como 300.000 de nossos irmãos e irmãs gays fizeram na Alemanha nazista. Não vamos permitir que nossos direitos sejam retirados e então marcharmos com as cabeças curvadas para as câmaras de gás.<sup>470</sup>

A referência metafórica empregada Harvey Milk abriu um precedente que passaria a ser usado largamente pelos ativistas da luta contra à AIDS e à homofobia nos Estados Unidos

---

<sup>465</sup> JENSEN, Erik N. Op. cit., p. 326-327.

<sup>466</sup> Ibidem, p. 327.

<sup>467</sup> Ibidem, p. 328.

<sup>468</sup> Ibidem, p. 329.

<sup>469</sup> Ibidem, p. 329-330.

<sup>470</sup> Ibidem, p. 330.

durante toda a década de 1980. Ao ilustrar os altos riscos políticos envolvidos no referendo proposto, Milk acabou mesclando a perseguição nazista aos judeus que envolveu, sabidamente, gaseamento sistemático dessa comunidade étnica-religiosa, com a de homossexuais durante o mesmo período. Embora saibamos de alguns episódios de assassinatos sistematicamente perpetrados contra homossexuais dentro dos campos de concentração, como o ocorrido em Sachsenhausen durante julho e agosto de 1942, onde foram assassinados 89 triângulos rosa, em geral, homossexuais morriam nos campos devido às condições “naturais” das instalações, seja por conta da fome, doenças, trabalho escravo e/ou torturas físicas, mas não regularmente nas câmaras de gás.<sup>471</sup> Ainda segundo Jensen, é nesse momento que se criou, publicamente, uma tendência crescente na comunidade gay norte-americana de usar o Holocausto judaico como um modelo de exemplificação e compreensão da perseguição nazista aos homossexuais.<sup>472</sup>

Para Didier Eribon, “a cidade terá sido também o lugar da doença. Foi, pelo menos nos países ocidentais, o “nicho ecológico” da epidemia da Aids”.<sup>473</sup> A doença, por si só, parece ter capacidade de estigmatizar. Passados dez anos desde as reflexões de seu livro sobre o câncer, Susan Sontag voltou a discutir a doença à nível social no ensaio *Aids e suas metáforas* (1989). Dessa vez, encaminhando intelectualmente uma outra calamidade biológica que, segundo ela, possuía maior capacidade de “estigmatizar, de gerar identidades deterioradas”,<sup>474</sup> sendo o seu tabu mais perigoso, profundo e agressivo daquele próprio do câncer. Sontag se referia à síndrome da imunodeficiência adquirida, AIDS. Para ela: “Toda sociedade, ao que parece, precisa identificar uma determinada doença com o próprio mal, uma doença que torne culpadas as suas “vítimas”; porém é difícil obcecar-se por mais de uma”.<sup>475</sup> Com o aparecimento da AIDS, o câncer perdeu seu status moderno da doença socialmente mais temida.<sup>476</sup>

Enquanto o câncer se manifesta de dentro para fora, quando as células sofrem mutações e espalham-se pelo corpo levando à enfermidade, a AIDS ocorre de fora para dentro. O elemento externo que invade o corpo é o seu vírus, HIV, mas por quais meios? Pelo sangue contaminado, através de uma ferida ou transfusão, pelos fluídos e secreções corporais, como o sêmen, o leite materno, ou, até mesmo, por objetos perfurantes infectados, como agulhas e alicates de unha. Contudo, no imediato da descoberta dessa nova doença, acreditava-se

---

<sup>471</sup> Idem.

<sup>472</sup> Idem.

<sup>473</sup> ERIBON, Didier. Op. cit., p. 57.

<sup>474</sup> SONTAG, Susan. *Aids e suas metáforas*. Trad. Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 20.

<sup>475</sup> Idem.

<sup>476</sup> Idem.

socialmente que a AIDS só poderia ser passada pelo sexo desprotegido, desregrado, promíscuo. Rapidamente, pelo perfil de suas primeiras vítimas no mundo ocidental (os homens homossexuais cisgêneros), se pensou que a AIDS fosse própria da sexualidade “antinatural” masculina. Desse modo, no imediato da epidemia, os veículos de imprensa ligados aos achismos e “opiniões” médicas, aos pronunciamentos dos conservadores e religiosos, confeccionaram os discursos homofóbicos alicerçados no pânico da AIDS e propagaram as mais variadas metáforas de desumanização e demolição da identidade de homens gays. João Silvério Trevisan disserta sobre esse momento:

[...] no horror ao contágio pelo vírus da aids, que fez eclodir o puritanismo moral. No contexto do estigma que se criou, “contrair aids equivale precisamente a descobrir [...] que se faz parte de um determinado *grupo de risco*, uma comunidade de párias”. Ou seja, a ideia de punição ligada ao sexo é aqui bastante relevante, sobretudo porque de início, no Ocidente, a doença física da aids ficou diretamente associada à “doença moral” da homossexualidade, no entender de tantos conservadores contemporâneos. Considerado desregrado, perigoso e anormal, o “comportamento que produz a aids é encarado como [...] irresponsabilidade, delinquência – o doente é viciado em substâncias ilegais, ou sua sexualidade é considerada divergente”. Em resumo, salvo prova em contrário, o doente de aids era culpado de sua doença. Se diante da fatalidade do câncer as pessoas sadias sentiam pena, em relação à aids elas tendiam a sentir raiva, a partir de um julgamento moral que a via como *doença do corpo* resultante de uma *alma conspurcada*. Criou-se então certa mitologia que, infelizmente, tendeu a se cristalizar em forma de arquétipo coletivo: *a aids é obscena*. A partir daí, a doença ficou sujeita às mais diversas formas de manipulação. Ela pôde se tornar o bode expiatório de determinadas fobias – o pânico à morte, por exemplo – em associação à homofobia, tal como os judeus e negros foram ou têm sido pretexto para exorcizar outras fobias coletivas, associadas à guerra e ao desemprego. Quando da peste de 1347, na Europa, ocorreram paralelamente massacres sem precedentes de judeus, logo interrompidos quando a peste desapareceu. Mas a aids foi também utilizada para reforçar sistemas políticos ou morais – como o núcleo familiar-monogâmico – ameaçados nas sociedades consideradas permissivas.<sup>477</sup>

Portanto, a AIDS logo do seu aparecimento enquanto epidemia transformou seus acometidos em depravados sexuais, indivíduos abjetos da sociedade. A vítima é o perpetrador. Pelos esforços da mídia e dos discursos da medicina legal, fomentou-se no imaginário social a AIDS ainda nos anos 1980 como o “câncer gay”.

Rumores de um “câncer gay” começaram a se espalhar no começo dos anos 1980. A primeira notícia do *New York Times* veio em 3 de julho de 1981:

---

<sup>477</sup> TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed, rev., atual. e amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. p. 400.

CÂNCER RARO DETECTADO EM 41 HOMOSSEXUAIS. O câncer, “rapidamente fatal”, era chamado de sarcoma de Kaposi. Pouco se sabia sobre sua causa, o que explica em parte por que a confusão linguística que caracterizava a progressão da doença aparecia naquele primeiro artigo. Mas o artigo, e a linguagem, também se baseavam fortemente em estereótipos acerca de homens gays. Sugeriu um elo com a promiscuidade que seria duradouro: as vítimas eram “homossexuais que tiveram relações sexuais múltiplas e frequentes com diferentes parceiros, algo como dez relações sexuais por noite até quatro vezes por semana”.<sup>478</sup>

O que se propagou mundo a fora era que a homossexualidade masculina representava em si uma espécie de patógeno cuja AIDS refletia sua condição final. Foi a linguagem preconceituosa exercida por autoridades médicas, jornalistas a frente de seus artigos, editoriais e mídias de televisão e rádio, que colocaram essa recém descoberta doença em um novo patamar de vergonha da qual à época refletia-se pouco conhecimento sobre a mesma.<sup>479</sup>

A Aids, com frequência, significou o *coming out* forçado daqueles que até aqui tinham preferido calar a homossexualidade, recebendo, como consequência, a hostilidade dos vizinhos, dos colegas, da família. Para muitas das pessoas atingidas, não era apenas a soropositividade ou a Aids que eram difíceis de “dizer”, mas também, é claro, a homossexualidade, embora a vergonha de ser homossexual fosse reforçada pela vergonha de ser doente e doente de uma doença que reforçava a vergonha de ser homossexual.<sup>480</sup>

Ser um homem gay, por conseguinte, também se tornou motivo de escândalo e desprezo social, exclusão e exoneração nos locais de trabalho e estudo, segregação em âmbitos públicos e privados. Logicamente, essas atividades recrudesceram radicalmente o preconceito que já existia em torno de uma comunidade historicamente perseguida. Contudo, a AIDS também representa, de maneira irrevogável, a presença homossexual no mundo macro, político, onde não se pode negar ou fingir sua inexistência:

As pesquisas sociológicas de opinião mostraram que, se certos “militantes” (mas não todos, longe disso) tardaram a tomar consciência da gravidade da doença no início dos anos oitenta, foram, apesar de tudo, os homossexuais mais afirmados e os mais inscritos na “cultura *gay*” e, portanto, os que moravam nas cidades grandes, que logo reagiram à epidemia, adotaram as medidas de prevenção (tão logo foram recomendadas pelos médicos) e fundaram as associações... Os atores da luta contra a Aids foram, no início, com alguns militantes dos anos setenta, *gays* oriundos da subcultura urbana.<sup>481</sup>

---

<sup>478</sup> MOSER, Benjamin. **Sontag**: vida e obra. Trad. José Geraldo Couto. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 397.

<sup>479</sup> Idem.

<sup>480</sup> ERIBON, Didier. Op. cit., p. 58.

<sup>481</sup> Idem.

Pode-se constatar, então, que a cidade também é o epicentro da atividade revolucionária homossexual. O palco público da vida social e política que os homossexuais reivindicaram de maneira radical e organizada. Ao menos desde 1987, em Nova York, nos Estados Unidos, o ACT UP (*AIDS Coalition to Unleash Power*) atuou enquanto um grupo político de base que trabalhou incansavelmente para por fim à AIDS enquanto epidemia. Através de ações diretas, pressionaram Estado e sociedade para ampararem com políticas públicas a comunidade homossexual, majoritariamente, a mais afetada pela doença no período. Com embates enérgicos, conseguiram acelerar pesquisas de medicações antirretrovirais, pleitear menores preços dos tratamentos, chamar atenção social e midiática sobre o tema, além de conseguirem ampliar a assistência na saúde pública do país e formalizar alianças políticas com o parlamento norte-americano.<sup>482</sup>

Posterior às atividades do ACT UP, membros insatisfeitos e dissidentes da organização criaram na década de 1990 o *Queer Nation*. Diferente do ACT UP que agia a partir de reuniões e do consenso coletivo da maioria, o *Queer Nation* se apresentava enquanto organização descentralizada e não hierárquica. Com o objetivo de dar maior visibilidade à existência e à diferença de pessoas LGBTI+ inseridas em contexto de heteronormatividade, lutando contra a homolesbotransfobia crescente na cidade, sentida de forma física nas ruas e simbólica através das mídias e das artes, a entidade se apropriou do termo *queer* socialmente utilizado para desqualificar pessoas de sexualidade e gêneros diversos. A organização propõe, portanto, um reexame sobre o caráter da sujeição do corpo, da mente e das práticas LGBTI+. Suas ações se concretizavam na construção de “uma identidade coletiva baseada em diferenças ao invés de semelhanças. O *Queer Nation*, ao reconceituar a noção de identidade, transcende a natureza essencializadora e totalizadora das políticas identitárias”.<sup>483</sup> Seus membros propõem uma discussão teórica dentro da comunidade, uma nova delimitação da identidade política para pessoas LGBTI+, distanciando o anterior movimento de libertação de homens gays e mulheres lésbicas do recém criado movimento *queer*.<sup>484</sup>

O movimento rendeu frutos fora dos Estados Unidos. Na capital francesa, em 1989, uma ramificação do ACT UP foi criada seguindo os modelos de atuação e organização dos ativistas

---

<sup>482</sup> DELUCA, Kevin Michael. Op. cit., p. 16-17.

<sup>483</sup> SLAGLE, Anthony. In defense of Queer Nation: from identity politics to a politics of difference. **Western Journal of Communication**. v. 59, n. 2, 1995. p. 85.

<sup>484</sup> *Ibidem*, p. 86.



norte-americanos.<sup>485</sup> À frente da associação estavam Didier Lestrade, Pascal Loubet e Luc Coulavin. A entidade atuou desde a sua criação até o ano de 1996 pela conscientização direta da questão da AIDS enquanto um problema nacional. O ACT UP-Paris entendia a luta contra a AIDS como um tópico partilhado por múltiplos setores sociais, tais como os imigrantes, os presidiários, as prostitutas, os dependentes químicos e demais pessoas em situação de rua. Assim, encaminhou suas atividades para além da identidade homossexual. A organização foi diretamente responsável pelo alerta da conscientização de como a doença era disseminada, lutando pela garantia dos direitos de minorias políticas e pressionando o governo para o desenvolvimento e o acesso aos tratamentos do HIV/AIDS no país.<sup>486</sup>

Desse modo, o ACT UP Nova York e Paris representam grupos ativistas que desempenharam suas ações com um resultado exemplar ao tratar sobre a AIDS no imediato da sua epidemia, de maneira explícita e decisiva, modificando percepções sociais, políticas e culturais, tendo avanços em âmbitos institucionais e notadamente fortalecendo seus meios, levando ambas entidades a uma vida de resistência sócio-política até os dias atuais.<sup>487</sup> Mesmo que historicamente a reação à AIDS e o adoecimento em si tenha sido intrinsecamente associado à homossexualidade masculina e demais dissidências sexuais e expressões de gênero da comunidade, “o vírus do HIV nunca teve pátria e tampouco respeitou as fronteiras”.<sup>488</sup>

Ao passo que a curiosidade dos ativistas era aguçada e as pautas eram encaminhadas pelo movimento, homofóbicos, moralistas e conservadores trabalhavam para estagnar a luta por direitos, visibilidade, acesso e, principalmente, dignidade da comunidade. Em 18 de março de 1986, foi publicado no periódico *New York Times* um artigo extremamente preconceituoso escrito pelo conservador William F. Buckley Jr., editor à época da revista *National Review*, onde, além de afirmar que a AIDS não é uma calamidade exclusiva da homossexualidade, enfatizou que: “ainda é um fato e percepção popular que a AIDS é a maldição especial do homossexual, transmitido por sexo anal entre machos”,<sup>489</sup> defendendo abertamente a identificação física dos portadores de HIV/AIDS através de tatuagens na parte superior do

---

<sup>485</sup> MARCHETTI, Dominique. Op. cit., p. 278.

<sup>486</sup> Disponível em: <<https://www.multitudes.net/Pratique-de-la-guerre-symbolique/>>. Acesso em: 14. Out. 2021.

<sup>487</sup> Disponível em: <<https://actupny.org/>>; <<https://www.actupparis.org/>>. Acesso em: 14. Out. 2021.

<sup>488</sup> CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio; RODRIGUES, Alexsandro. Do caos re-emerge a força: AIDS e a mobilização LGBT. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 294.

<sup>489</sup> Disponível em: <<https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/books/00/07/16/specials/buckley-aids.html?mcubz=1>>. Acesso em: 16. Out. 2021.

antebraço “para proteger os usuários de seringas compartilhadas, e nas nádegas, para evitar a vitimização de outros homossexuais”.<sup>490</sup>

Tais declarações foram recebidas pela comunidade homossexual de maneira revoltante e propulsora. No ano seguinte, o ativista da causa e artista homossexual Avram Finkelstein junto a outros ativistas, como Brian Howard, Charles Kreloff, Jorge Soccarás, Oliver Johnston e Chris Lione, criaram o pôster que se tornaria icônico nos protestos contra a AIDS e a homofobia. O fundo preto, o triângulo rosa com a ponta para cima ao centro e abaixo os dizeres: *silence = death* (silêncio é igual a morte). A imagem representava diretamente um novo projeto que surgiu no contexto da calamidade da AIDS, o *Silence = Death Project* foi concebido no intuito de combater o silêncio político e compulsório que pairava sobre a questão da homofobia e da disseminação do HIV/AIDS enquanto epidemia nos Estados Unidos. Após a formação do ACT UP New York, os direitos do pôster e de imagem foram cedidos ao grupo ativista. Assim, tornaram a arte de Finkelstein e seus companheiros não somente como a principal identidade visual do ACT UP enquanto entidade sócio-política de ativismo, mas, do movimento de luta contra a AIDS e contra a homofobia contemporânea em si.<sup>491</sup>

Tamanho é força da representação do triângulo rosa na cultura de movimentação sócio-política homossexual dos nossos tempos que em várias partes do mundo, seja em protestos avulsos sobre questões particulares ou em paradas do Orgulho LGBTI+, a imagem do triângulo rosa é notadamente reconhecida. A revista *Time* chama atenção para os protestos que aconteceram na Europa quando foi reportada a notícia que homens homossexuais estavam sendo enviados a campos de concentração na região da Chechênia por conta de suas orientações sexuais: “[...] do lado de fora da embaixada russa em Londres em abril de 2017, os manifestantes espalharam triângulos rosa com mensagens escritas “parem os campos de extermínio”.<sup>492</sup> O triângulo rosa, com a ponta para cima ou para baixo, definitivamente, tornou-se o símbolo inconfundível e irrevogável do ativismo homossexual, seja para combater a homofobia ou a AIDS.

Ainda no imediato das ações do ACT UP e das reações moralistas e autoritárias de conservadores e homofóbicos, as associações entre a AIDS, o Holocausto e o nazismo logo proliferaram. Alguns membros do movimento nova-iorquino e, fundamentalmente, parisiense, arquitetaram metáforas que equiparavam o descaso com as vítimas do Holocausto e da AIDS.

---

<sup>490</sup> Idem.

<sup>491</sup> Disponível em: <<https://www.villagevoice.com/2017/06/20/how-six-nyc-activists-changed-history-with-silence-death/>>. Acesso em: 16. Out. 2021.

<sup>492</sup> Op. cit.

Larry Kramer, dramaturgo e um dos fundadores do ACT UP New York, escreveu um livro com intuito de politizar a questão da AIDS como “genocídio por negligência”. Ideia essa que mais tarde, já nas atividades de rua do ACT UP, seria amplamente utilizada com outras retóricas complementares, como: “O governo dos Estados Unidos tem sangue em suas mãos”.<sup>493</sup>

Em *Reports from the Holocaust: The making of an AIDS activist* (1989), Kramer argumentou que um holocausto não necessariamente precisava de um Hitler para ser concretizado e que tais formas de extermínio em massa ocorrem justamente por inação proposital.<sup>494</sup> Não poupando críticas ao então presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, e outras autoridades do governo que respondiam à saúde, Kramer os igualou ao próprio Hitler e seus médicos nazistas, “realizando seus experimentos assassinos nos campos – não por causa de intenções semelhantes, mas por causa de resultados semelhantes”.<sup>495</sup> Vítimas diretas da AIDS que eram famosas também se utilizaram dessas comparações, como, por exemplo, o escritor Hervé Guibert que comparou seu corpo devastado pela AIDS como um corpo semelhante ao de um internado em Auschwitz.<sup>496</sup> Nesse sentido, as imagens do Holocausto foram evocadas automaticamente para sensibilizar a sociedade. Contudo, os retratos visuais que elucidam:

[...] a suposta universalidade do sofrimento humano acabaram apagando as dimensões políticas e sociais da epidemia e produzindo imagens tão abstratas e tão distantes às vicissitudes da vida humana diária que elas paradoxalmente impediam toda possibilidade de empatia com seus sujeitos. Em suma, comparar a AIDS com o Holocausto parecia aceitável na medida em que construía uma certa imagem dos sofredores da AIDS como politicamente passivos, essencialmente outros, e que logo morreriam; não o fez quando ressaltou as realidades da exclusão social.<sup>497</sup>

De fato, ambos os lados políticos no Ocidente, esquerda e direita, na América ou na Europa, utilizaram a AIDS e o Holocausto enquanto metáforas na mesma época, evidente, de modos diferentes e para alcançar objetivos distintos. Contudo, a recepção sobre isso não foi majoritariamente positiva. David Caron escreveu um artigo onde discutiu as pertinências e os

---

<sup>493</sup> EPSTEIN, Steven. Specificities: AIDS activism and the retreat from the ‘genocide’ frame. **Social Identities: Journal for the Study of Race, Nation and Culture**, vol. 3, n. 3, 1997. p. 421.

<sup>494</sup> Idem.

<sup>495</sup> KRAMER, Larry. **Reports from the Holocaust: The Making of an AIDS Activist**. New York: St Martins, 1989. p. 270.

<sup>496</sup> CARON, David. *Tactful Encounters: AIDS, the Holocaust, and the Problematics of Bearing Witness*. **Yale French Studies**, n. 118/119, Yale University Press, 2010. p. 155-156.

<sup>497</sup> Ibidem, p. 156-157.

usos políticos das metáforas que aproximavam vítimas judaicas do Holocausto e vítimas homossexuais da AIDS em um nível muito particular de descaso governamental.

Na visão humanista dominante, comparar a AIDS ao Holocausto ainda é visto como degradante e excessivo e como um afastamento das normas coletivas de aceitabilidade que regulam o discurso político – em suma, como uma alegoria da própria extrema direita. Mas talvez mais do que uma ofensa aos judeus e uma apropriação desavergonhada, a comparação é amplamente considerada uma politização inaceitável de assuntos privados, como sexualidade, doença e morte.<sup>498</sup>

Na França em 1986, Jean-Marie Le Pen e seus aliados do partido nacionalista de extrema-direita, Frente Nacional, ligaram o Holocausto à AIDS e politizaram o discurso sobre a epidemia dentro da Assembleia Nacional pós eleições. Com slogans como “*Sida, bonjour l’holocauste*” (“AIDS, bom dia ao holocausto”), o partido alarmava a sociedade francesa com um suposto genocídio iminente e demandava medidas autoritárias (típicas de um Estado de exceção), “como a expulsão de estrangeiros e a construção de “sidatórios” para separar os pacientes de AIDS do resto da população”.<sup>499</sup>

Caron argumenta que, de imediato, as reações no mundo político foram de repulsa aos discursos da Frente Nacional. Outros partidos, como os da ala democrata, tomaram aquilo como uma lição do que não fazer frente à AIDS e ao assunto do Holocausto. Ele afirma: “em uma república como a França, a doença (e, neste caso, a sexualidade) deve permanecer um assunto privado”.<sup>500</sup> Anos mais tarde, o ACT UP-Paris utilizou a metáfora do Holocausto para lidar com a questão da AIDS, também encontrando resistências e demais reações negativas por parte da imprensa e do *establishment* político.<sup>501</sup> Ainda segundo Caron:

O uso da metáfora do Holocausto pelo ACT UP tem sido, na verdade, principalmente indireto. A organização convocou o que chamou de “Nuremberg da AIDS”, ou seja, um julgamento político destinado a determinar as responsabilidades dos funcionários do governo na disseminação da epidemia e na morte de seres humanos. Mas, ao contrário do que seus críticos afirmaram, a retórica do ACT UP tem sido bastante contida. Ao mesmo tempo que pediam a acusação do presidente François Mitterrand, do primeiro-ministro Laurent Fabius e outros, também se anteciparam às críticas e tiveram o cuidado de problematizar sua metáfora: “certamente não são nazistas, nem mesmo criminosos no sentido estrito do termo; certamente as

---

<sup>498</sup> CARON, David. AIDS/Holocaust: Metaphor and French Universalism. *L’Esprit Créateur*, vol. 45, n. 3, fall 2005. Johns Hopkins University Press, p. 63.

<sup>499</sup> *Ibidem*, p. 67-68.

<sup>500</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>501</sup> *Idem*.

vítimas da AIDS não podem ser comparadas a judeus, homossexuais, ciganos e oponentes políticos que foram sistematicamente massacrados pelos nazistas. Está fora de questão insultar e banalizar sua memória”. E eles imediatamente explicaram o verdadeiro propósito da comparação com Nuremberg: “Mas pedimos que um Nuremberg da AIDS signifique que tal julgamento poderia ter tanto impacto sobre a consciência da dimensão política desta epidemia quanto o julgamento de Nuremberg teve sobre a consciência da verdadeira natureza do nazismo”. Para o ACT UP, o papel da metáfora é racionalizar, compreender, educar: “definir com clareza quais são, em uma sociedade democrática, as responsabilidades dos governantes”.<sup>502</sup>

Embora a metáfora seja utilizada com uma boa intenção pelos ativistas homossexuais do ACT UP-Paris, o grupo não foi poupado de críticas agressivas e descabidas. Alguns intelectuais ligaram toda politização em torno da epidemia da AIDS como potencialmente fascista em sua concepção, enquanto que outros atacaram homossexuais e fascistas como se fossem opostos de uma mesma moeda.<sup>503</sup> O que de fato me parece assustador é que o ataque tenha ocorrido em um momento de fragilidade da comunidade de homossexuais, em seu contexto de crise profunda por conta da AIDS.

Enquanto o ACT UP-Paris buscava chamar atenção sobre uma negligência governamental em relação a um grupo minoritário que morria à luz do dia, a Frente Nacional empregou discursos preconceituosos, propondo práticas fascistas e totalitárias para atacar inimigos declarados, como os homossexuais e os estrangeiros. Parece-me que a comparação do Holocausto com a AIDS é, no mínimo, irresponsável, correndo o risco de banalizar uma tragédia a duras custas pleiteada pela comunidade judaica enquanto parte singular de sua história étnica-religiosa, contudo, não se pode usar de uma retórica malsucedida para expressar ódios há muito cultivados contra uma comunidade, uma minoria política, que todos sabemos ser historicamente perseguida e não poupada. A civilização ocidental, de forma geral, precisa sentir vergonha da homofobia como aparenta sentir do antissemitismo.

Tais utilizações por grupos ativistas em prol da causa dos homossexuais e contra a AIDS demonstram que o Holocausto, no mundo Ocidental, conseguiu alcançar um lugar de desumanização tão profunda e certa que foi apropriado para indicar outras formas de desumanização mais recentes. O que aproxima as duas crises humanitárias, portanto, são as denúncias das inaptidões e dos descasos por parte das autoridades de lidarem seriamente com grupos marginalizados, deixando-os a mercê da violência urbana, midiática, social, política, cultural e, não menos agressiva, simbólica.

---

<sup>502</sup> Idem.

<sup>503</sup> Ibidem, p. 69.

De certo, a cidade também representa um ambiente de violência coletiva, repressão social e vigilância policial sobre marginalizados a partir de condições, diretrizes e políticas morais. Didier Eribon afirmou: “ao longo da história, homossexualidade e polícia de costumes vêm formando um estranho casal, do qual infelizmente se pode pensar que está longe de se divorciar, ainda que tenha evoluído com o tempo e se modernizado amplamente”.<sup>504</sup> Instrumentaliza-se, então, o caráter da resistência dolorosa que afeta a todos os indivíduos de gênero e sexualidade diversas, considerados por um padrão normativo e heterossexista enquanto sujeitos desviantes. O preconceito, de forma irremediável, também funda a identidade homossexual. A injúria, a exclusão e o transtorno nos atingem antes mesmo de entendermos o nosso próprio corpo, gênero, desejo.

Retomando a temporalidade de ação de Pierre Seel e Susan Sontag, é relevante notar seus anos de trabalho intelectual sobre tópicos intrinsecamente ligados aos homossexuais, e como esses assuntos discrepantes vigoraram ao mesmo tempo para a comunidade, sendo deliberadamente distanciados por esses dois autores. *Aids e suas metáforas*, tanto o original em inglês quanto a tradução brasileira, data de 1989. Seel foi convencido por Jean Le Bitoux a escrever sua autobiografia depois de 1989, levando a primeira metade dos anos 1990 para a concepção e a publicação da obra na França em 1994.

Sontag, mulher lésbica, estava a se dedicar à escrita da questão da AIDS em torno de uma problemática que surge no seio da comunidade homossexual masculina no seu contexto presente; enquanto Seel, homem homossexual, se dedicou única e exclusivamente ao assunto da sua deportação por homossexualidade, voltando ao passado. Sontag escrevia sobre a atual calamidade que sufocava os homossexuais, Seel se dedicou à tragédia coletiva anterior: a perseguição, o cárcere, a deportação, a tortura e o extermínio dos homossexuais sob comando nazista. Mesmo sozinho, sem outro sujeito como ele na condição de vítima e testemunha, ele conseguiu uma rede de apoio que o integrou e o sustentou dentro do ativismo sócio-político homossexual.

Para não dizer que Pierre Seel passa deliberadamente ignorando o assunto da AIDS em sua obra, ele a cita uma única vez ao tratar sobre dois homossexuais que o ajudaram a tornar público seu testemunho pela primeira vez. Ao recordá-los, afirma que guarda Jean-Pierre Joecker de maneira afetuosa em sua memória, tendo por ele “um reconhecimento respeitoso”. Contudo, na época da escrita definitiva do seu testemunho, ele já havia falecido “levado como

---

<sup>504</sup> ERIBON, Didier. Op. cit., p. 57.

Jean-Marie Combettes pela Aids”.<sup>505</sup> Podemos interpretar, a nível de comunidade homossexual do seu tempo uma espécie de separação, de ocultação e de escolha dos temas de relevância presentes em sua escrita.

Ele relata de modo geral, sem fazer muitas especificações, um ambiente de pressão e reviravoltas políticas em relação à descriminalização da homossexualidade na França, de intensa luta em âmbito sócio-político, cita alguns nomes e sobrenomes de sujeitos que o ajudaram a se integrar nessa rede de ativismo homossexual à época profundamente afetada e envolvida pela epidemia. Seu próprio braço direito no projeto de sua autobiografia, Jean Le Bitoux, foi um portador do vírus da AIDS (tendo seu diagnóstico descoberto no início da década de 1980).

Jean Le Bitoux era um ativista radical da causa homossexual. Em Paris, ainda no início dos anos 1970, fundou o grupo da *Front Homosexuel D'action Révolutionnaire* (Frente de Ação Revolucionária Homossexual – FHAR). Em 1979 criou a revista *Gai Pied* (nome concebido por Michel Foucault, amigo íntimo e companheiro de luta), primeiro periódico abertamente homossexual da França, colocando as questões da homossexualidade em lugar de protagonismo. Através da sua imprensa, abriu canal de comunicação entre homens gays e serviços na sessão de correspondências e classificados; dialogou com intelectuais do período como Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, William Burroughs, Marcel Proust, Guy Hocquenghem, Marguerite Duras, entre muitos outros. Trouxe críticas culturais, políticas e sociais voltadas exclusivamente à comunidade, o que garantiu ao conteúdo editorial um alto nível de prestígio, sendo amplamente reconhecido enquanto projeto politizado de qualidade. Com um sucesso notável, a publicação passou de mensal para semanal. Em 1982 a revista atingiu 30.000 exemplares. Apesar do tamanho êxito, Le Bitoux acabou por ressentir-se e, em 1983, abandonou o projeto. Para ele, a *Gai Pied* havia perdido seu propósito social devido aos “abusos comerciais e publicitários”.<sup>506</sup>

O semanário possuiu tanta relevância que foi, inclusive, utilizado pelo sociólogo Michael Pollak na obra *Les Homosexuels et le sida – Sociologie d'une épidémie*, publicado no ano de 1988. A primeira parte de seu livro expõe os resultados das pesquisas anuais realizadas entre os verões de 1985, 1986 e 1987 junto a um grupo de leitores assíduos da revista *Gai Pied*. No verão de 1985, o periódico contou com 999 respostas e, no verão seguinte, 2.650

---

<sup>505</sup> SEEL, Pierre. Op. cit., p. 135.

<sup>506</sup> Le Monde. Op. cit.

respostas.<sup>507</sup> Segundo Pollak, ao comparar seu experimento com pesquisas realizadas em outra publicação, como a *Rapport Gai*, verifica-se “o papel importante na vida homossexual francesa dos meios de comunicação e das revistas, sobretudo da *Gai Pied Hedbo*”.<sup>508</sup>

Jean Le Bitoux também escreveu artigos, ensaios e livros importantíssimos para o movimento homossexual francês, como o *Citoyen de seconde zone* (Hachette Littérature, 2003). Ele se dedicou também profundamente à questão da AIDS. Nos anos 1980, fundou e participou das associações, assim como das manifestações e paradas do orgulho, encaminhou projetos para prevenção da infecção, conscientização e diminuição do preconceito contra os portadores da doença; foi excepcionalmente ativo no que diz respeito à mobilização por visibilidade, direitos e acessos aos tratamentos não somente de homossexuais, mas, igualmente, daqueles que portavam HIV/AIDS. Daniel Defert, companheiro de Michel Foucault, ativista homossexual e fundador, em 1984, da associação *Aides* (que também contava com a presença de Le Bitoux), em abril de 2010 deu uma entrevista ao *Libération*, quando questionado sobre a atuação de Jean Le Bitoux na vida social e política, afirmou:

[...] Ele tinha uma certa concepção de sua luta que era diferente da maioria da comunidade gay na época. Não foi, para ele, uma luta de identidade. A vida gay é uma das formas de vida social, está envolvida em muitas outras lutas. Foi assim que se apresentou nas eleições legislativas de 1978, o que nunca havia acontecido. Em seguida, ele criou o Grupo Homossexual-Político e de Libertação Diária (GLH-PQ), um movimento de bairro muito original, que existiu em várias cidades da França. Isso é o que me impressiona em sua história: ele trabalhou para a visibilidade gay. Ele disse que tínhamos que inventar o conteúdo de uma vida gay e nisso ele estava em sintonia com Michel Foucault.<sup>509</sup>

Em 1989 empreendeu sua última luta sócio-política, dessa vez, a favor dos homossexuais deportados, fundando o *Mémorial de la Déportation Homosexuelle* (Memorial da Deportação por Homossexualidade – MDH). Redirecionou o seu trabalho à memória dos homens gays vitimados pelos nazistas, alavancando a autobiografia testemunhal de Pierre Seel (Calmann-Lévy, 1994) e publicando o livro *Les Oubliés de la Mémoire* (Hachette Littérature, 2002). Daniel Defert caracterizou Le Bitoux como um “ativista da visibilidade, mas também da memória”.<sup>510</sup> Sobre os seus esforços, é notável o encontro de Jean Le Bitoux e Pierre Seel:

---

<sup>507</sup> POLLAK, Michael. **Os homossexuais e a AIDS: sociologia de uma epidemia**. Trad. Paula Rosas. São Paulo: Estação Liberdade, 1990. p. 20.

<sup>508</sup> Ibidem. p. 14.

<sup>509</sup> Disponível em: <[https://www.liberation.fr/societe/2010/04/30/jean-le-bitoux-militant-de-la-memoire-gay\\_623516/](https://www.liberation.fr/societe/2010/04/30/jean-le-bitoux-militant-de-la-memoire-gay_623516/)>. Acesso em: 12. Out. 2021.

<sup>510</sup> Idem.



Em sua luta pelo reconhecimento das deportações de homossexuais, ele se comprometeu a partir das lembranças de Pierre Seel que havia sido deportado. [...] Isso correspondia, para ele, a esta questão essencial: dar vida à memória das lutas, das resistências e das humilhações dos homossexuais.<sup>511</sup>

Por todas as questões levantadas até aqui, fica claro que Jean Le Bitoux dedicou ferrenhamente sua vida a dois assuntos muito delicados e de grande importância à comunidade homossexual e seu ativismo: a AIDS e a deportação homossexual sob o nazismo. Contudo, Pierre Seel, passa em branco todas essas questões referentes à AIDS em sua obra. Seu único assunto de preocupação é a sua deportação por homossexualidade, a sua vida rompida pela homofobia desde a sua infância e adolescência, porém, afetada de maneira maior e irreversível pelo nazismo e suas políticas de perseguição e genocídio contra os triângulos rosa. Interessante notar que Pierre Seel mesmo próximo de outros homossexuais que, diferente dele, portavam HIV/AIDS, no seu contexto de maior crise para a comunidade desde à Segunda Guerra Mundial, dedica-se única e exclusivamente a tratar sobre uma tragédia homossexual ocorrida 50 anos antes do seu momento de atuação ativista e, intrinsecamente, distanciando sua persona do então tópico em efervescência atual para a sua comunidade, a AIDS.

Não é surpreendente a fala pública, em abril de 1982, do bispo de Estrasburgo, Léon-Arthur Elchinger, sobre os homossexuais serem encarados por ele como “doentes”,<sup>512</sup> afinal, o contexto de articulação da homofobia é alimentado pelo medo e desconhecimento da AIDS, conseqüentemente, oferecendo novas munições para o ataque moral e patologizante contra a comunidade homossexual. E não obstante a isso, a homossexualidade ainda era enquadrada oficialmente pelos instrumentos médicos a partir do código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças (CID) enquanto um desvio mental e transtorno sexual,<sup>513</sup> estando presente no documento da Organização Mundial da Saúde (OMS) até maio de 1990.<sup>514</sup>

Pierre Seel, porém, não utiliza da luta contra AIDS para rebater o bispo, pelo contrário, evoca o seu passado enquanto deportado e prisioneiro dos campos de concentração, sobrevivente da tortura física, pseudocientífica, verbal e psicológica imposta pelos nazistas, negado de qualquer justiça ou reparação, reivindicando lugar de vítima legítima do Terceiro Reich. Forçar o bispo, a sociedade e o Estado a lidarem com a memória do nazismo, colocando-os de frente à compreensão dos homossexuais enquanto vítimas políticas e raciais da ditadura

---

<sup>511</sup> Idem.

<sup>512</sup> SEEL, Pierre. Op. cit., p. 137.

<sup>513</sup> CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio; RODRIGUES, Alexsandro. Op. cit., p. 281.

<sup>514</sup> Ibidem, p. 282.

de Hitler, parece possuir melhor capacidade de dimensionar o caráter da humanidade de homens gays que foi profundamente lesada, fragmentada e interrompida.

Talvez, por todos esses conflitos em torno da questão da AIDS ligada ao Holocausto, Pierre Seel tenha preferido secretamente não abordar em absoluto esse tópico em sua obra. O que nos resta, sem os registros pessoais de Seel sobre essas questões e levando em consideração o contexto de sua época anterior à escrita autobiográfica testemunhal, é traçar hipóteses, imaginar seus motivos de silêncio, esquivas e ausências sobre o assunto polêmico da AIDS, sua respectiva militância e os demais embates que a sucederam.

Tratar sobre a homofobia em termos da AIDS, naquele momento, poderia não surtir o equivalente efeito de comunicação e comoção. Portanto, a questão da AIDS devido a todas as problemáticas aqui expostas, situa-se como assunto tabu, ou, como “não assunto” dentro da obra de Pierre Seel. Tocar sobre essa questão e as demais locuções que dela advém, teriam como efeito prático forçar uma mudança de conduta nos rumos, no ativismo e no objetivo que Pierre Seel procura alcançar com seus esforços em testemunhar através de sua autobiografia.

Centrar discussões em sua obra acerca da AIDS, ou sobre qualquer assunto fora do seu escopo original de atuação, por mínimas que fossem suas análises e observações, acarretaria obrigatoriamente “uma reavaliação da existência passada, e mais particularmente do lugar ocupado pela sexualidade. Essa tendência auto reflexiva provocada pelo fato de falar da AIDS é o primeiro sinal de uma crise de identidade”.<sup>515</sup>

Seel, aparentemente, não estava disposto a lidar com isso. Creio que por duas razões. A minha primeira hipótese é que o tema da AIDS, em maior ou menor grau de interpretação, dificultaria a comunicabilidade do seu relato pessoal enquanto homossexual deportado pelo nazismo. Colocaria Pierre Seel diante de uma vivência a qual não lhe dizia respeito diretamente, não era seu local de atuação, sofrimento e fala, assim, seu texto precisaria trabalhar automaticamente com os relatos autobiográficos de outras testemunhas ligadas à AIDS a partir da doença e/ou do ativismo acarretado por ela. Isso, por si só, poderia ser capaz de enfraquecer o seu testemunho. Levaria o seu trabalho para um outro campo, além da sua própria experiência, dessa maneira, descaracterizando sua grafia de vida e propósito da mesma.

Segundo, para evitar o duplo estigma que a homossexualidade enfrentava naquele momento. Sua obra estava interessada em demarcar a sujeição homossexual a partir da violência homofóbica nazista. Por excelência, o nazismo foi colecionador de inúmeros inimigos públicos por motivos diversos, sendo a categoria da raça, talvez, a sua maior chave de

---

<sup>515</sup> POLLAK, Michael. Op. cit., p. 15.

elaboração e execução. Colocar a si mesmo e outros indivíduos como ele em âmbito de desumanização nazista, os reconduzem a um espaço próprio de sobreviventes da máquina de genocídio encabeçada por Hitler.

Constata-se, assim, uma diferença evidente entre a violência encaminhada por um regime de exceção cujas atuações preconceituosas afetaram a muitos indiscriminadamente e, do outro lado, a violência produzida a partir de uma doença da qual os homossexuais “supostamente” eram merecedores. Seel era uma vítima direta do nazismo, não da AIDS, e sua postura dentro da sua autobiografia é reivindicar esse espaço específico, por isso sua luta contra a homofobia insere-se no contexto de reavaliação da identidade homossexual e dos locais de desumanização para os quais foram designados, sobretudo, da busca pelo seu histórico de violência e resistência, a partir das suas memórias do nazismo e da guerra.

O caso específico de Pierre Seel é muito intrigante. Além de não conversar com seu público leitor sobre uma tragédia homossexual que diretamente afetou sua comunidade no seu contexto de atuação ativista, ele também não faz associações da tragédia homossexual sob o nazismo com o Holocausto judaico. Em momento algum de seu testemunho lemos metáforas ou insinuações que colocam homossexuais e judeus como vítimas equiparadas da mesma catástrofe, pelo contrário, somente nas notas de rodapé ao final de sua grafia de vida que há uma ligação entre as duas calamidades, contudo, feita por um terceiro e à parte do seu registro. Michel Tournier, ao tratar sobre a lei anti-homossexuais do governo de Pétain, escreveu na *Gai Pied* em fevereiro de 1981, na edição de número 23:

Essa lei foi votada por Vichy, sob influência alemã, junto com as leis antissemitas. Para os nazistas, judeus e homossexuais eram farinha do mesmo saco. Na Libertação, a direita francesa não desejava outra coisa a não ser conservar essa lei dupla. Mas a presença do exército americano tornava impossível a manutenção de leis antissemitas. Era preciso renunciá-las [...]. O nazismo se definia essencialmente pelo ódio ao judeu e ao homossexual. [...]. No entanto, sempre se fala do holocausto dos judeus, e nunca se fala no dos homossexuais. É curiosa essa espécie de censura de uma parte das vítimas dos campos de concentração. Houve oitocentas mil pessoas massacradas pelo fato de serem homossexuais.<sup>516</sup>

Restam as suposições dos motivos que Pierre Seel não interpreta em seu testemunho direto as aproximações que homossexuais e judeus tiveram durante o processo de genocídio nazista. Muito provavelmente porque em sua temporalidade de escrita autobiográfica, outros homossexuais, de modo mais radical dentro dos seus grupos ativistas, sejam na Europa ou na

---

<sup>516</sup> SEEL, Pierre. Op. cit., p. 169-170.

América, já tinham feito essas ligações antes e foram rapidamente repreendidos e repudiados por indivíduos da imprensa e da política institucional.

Pierre Seel, portanto, poderia ter a noção clara que se fizesse tais conexões em sua narrativa, sobre judeus e homossexuais, sobre distintos holocaustos (entendo o uso da palavra por Michel Tournier enquanto sinônimo de genocídio, assassinato produzido em larga escala) ocorridos ao mesmo tempo pelos mesmos perpetradores, correria o risco de cair em descrédito enquanto sobrevivente do nazismo e autor de seu testemunho, recaindo suas colocações em campo de deturpação e, conseqüentemente, sendo descartadas. Afinal, acabaria por equiparar questões que são, por si só, tremendamente complexas e particulares para ambos os grupos minoritários. Assim como os homossexuais, judeus também possuem uma história de perseguição antiga e dolorosa, contudo, as maneiras como isso ocorreu ao longo da história são completamente diferentes, possuindo singularidades que não podem ser igualadas e/ou banalizadas.

Assim, provavelmente se explica a esquivia de Pierre Seel ao uso do termo Holocausto, pois esse estaria associado intrinsecamente ao termo *Shoah*, ambos ligados especificamente aos judeus. Pleitear esse espaço poderia soar como uma forma pretensiosa e descabida de incluir a sua minoria política dentro de uma tragédia que há muito vinha sendo tratada de forma particularista não só pela comunidade judaica, mas por um determinado consenso dentro da intelectualidade, da imprensa, da mídia e das artes, como o cinema. Embora não seja difícil, até os dias de hoje, encontrarmos artigos, discursos, ensaios, editoriais, reportagens, e afins, que coloquem os homossexuais e outras vítimas dos nazistas como “sobreviventes do Holocausto”, o que acaba confundindo muitos de nós (inclusive eu mesmo, durante a primeira metade do mestrado).

Rudolf Brazda, por outro lado, não cita essas questões em sua obra por um distanciamento naturalmente temporal com a calamidade da AIDS. O seu contexto é nitidamente de uma maior tranquilidade e aceitação não somente ao indivíduo homossexual na sociedade europeia ocidental, mas ao movimento em si. Em 2010, questões como essa já estavam encaminhadas, mas não superadas. O seu testemunho, contudo, não. Ainda conseguia ser original, chocante e, de certa forma, sensibilizador. A comunidade necessitava do mesmo para fazer coro a um passado longínquo e ainda pouco explorado pelas próprias vítimas homossexuais do nazismo em âmbito público. Embora os dois sujeitos em suas obras tenham ocultado o histórico da AIDS e as movimentações que dela advém toda uma pauta, uma nova forma de fazer e reivindicar tópicos identitários em espaços sociais e políticos, creio que seja

importantíssimo e imprescindível que saibamos dessa trajetória, afinal, ao menos um deles, Pierre Seel, experimenta o seu tempo de rememoração do passado e atividade sócio-política inserido na década do *boom* da AIDS e suas questões próprias. Mesmo que não tratem sobre isso, esse assunto diretamente influencia toda uma geração ativista de homossexuais das décadas de 1980 e 1990.

### **3.3. A historiografia e o debate intelectual sobre a perseguição aos homossexuais durante o regime nazista: do pós-guerra aos dias de hoje**

Ainda nos anos 1930, socialistas e comunistas fizeram a ligação entre a homossexualidade e o fascismo no intuito de explorar essa suposta conexão para fins políticos. Tal concepção se mostrou perniciosa para homens gays e lésbicas no período do pós-guerra, pois colocava de forma mentirosa a identidade homossexual enquanto uma espécie de espinha dorsal do movimento nazista.<sup>517</sup> Depois da guerra, trabalhos no campo intelectual da história e no mundo cinematográfico europeu reforçaram esse falso ideário social. Exemplos disso são os trabalhos de Samuel Igra, em 1945, com o livro *Germany's National Vice* e William Shirer, em 1960, com a publicação *The Rise and Fall of the Third Reich*. Uma série de filmes italianos igualmente reforçaram a conexão entre nacional-socialismo e atração sexual pelo mesmo sexo, incluindo *The Damned* (1969) de Luchino Visconti, *The Conformist* (1971) de Bernardo Bertolucci e *Salo, or the 120 Days of Sodom* (1975) de Pier Paolo Pasolini.<sup>518</sup> Mesmo que há um bom tempo os estudiosos e intelectuais sérios tenham desfeito essa associação falaciosa entre homossexualidade e fascismo, o mito persistiu até, pelo menos, os anos 2000.<sup>519</sup>

Segundo Jonathan Ned Katz, homens homossexuais e mulheres lésbicas adotaram o triângulo rosa em 1970, em parte, para refutar “o mito perverso e influente criado pelos antifascistas de que os nazistas eram, de alguma forma básica, homossexuais”.<sup>520</sup> As questões políticas, sociais, intelectuais e culturais do tempo de ativismo no período tardio do pós-Segunda Guerra Mundial eram de extrema importância para a organização da nova comunidade homossexual. Ao menos, desde os anos 1970, gays e lésbicas, tanto na Alemanha Ocidental quanto nos Estados Unidos, começaram um verdadeiro trabalho de esforço comunitário no

---

<sup>517</sup> JENSEN, Erik N. Op. cit., p. 323.

<sup>518</sup> Idem.

<sup>519</sup> Idem.

<sup>520</sup> KATZ, Jonathan Ned. Signs of the Times: The Making of Liberation Logos. **The Advocate**, October 10, 1989. p. 49.

estabelecimento de arquivos, projetos de pesquisas e coleções de história oral.<sup>521</sup> Catalogar o processo de sujeição da homossexualidade e todo o seu histórico de luta, resistência, perseguição e genocídio significava diretamente retomar um capítulo da vida homossexual há muito solapado pela guerra e pelo fascismo, da qual somente a homofobia poderia se beneficiar desse silêncio e dessa invisibilidade.

Erik N. Jensen afirma que no período imediato do pós-guerra foram poucos os sujeitos que se dispuseram a escrever sobre a perseguição nazista aos homossexuais e os trabalhos que surgiram tiveram insignificante impacto para a consciência da comunidade ou do público em geral.<sup>522</sup> Apenas no final dos anos 1960 surgiram trabalhos que focaram exclusivamente na natureza e extensão da perseguição nazistas aos homossexuais, como o artigo em alemão de Wolfgang Harthausen, publicado em 1967, *Der Massenmord an Homosexuellen im Dritten Reich* (O assassinato em massa de homossexuais no Terceiro Reich) no livro *Das große Tabu: Zeugnisse und Dokumente zum Problem der Homosexualität* (O grande tabu: testemunhos e documentos sobre o problema da homossexualidade), sob edição de Willhart Schlegel, e a obra de Harry Wilde publicada em 1969, *Das Schicksal der Verfolgten: Die Verfolgung der Homosexuellen im 'Dritten Reich' und ihre Stellung in der heutigen Gesellschaft* (O destino do ostracismo: a perseguição aos homossexuais no 'Terceiro Reich' e sua posição na sociedade atual).<sup>523</sup> Tanto Harthausen quanto Wilde foram responsáveis por inaugurar de maneira central a temática enquanto assunto sério dentro da intelectualidade alemã que necessitava de atenção e debate.

Nos Estados Unidos do início da década de 1970, John Lauritsen e David Thorstad publicaram um dos primeiros livros que esclareciam, ainda na efervescência do movimento homossexual que se articulava com maior força na cidade de Nova York, toda uma vida pregressa de luta da comunidade que se iniciava, pelo menos, desde a segunda metade do século XIX na Alemanha. Logo no início da obra, intitulada *The early homosexual rights movement (1864-1935)*, os autores destacam que as revoltas ocorridas em junho de 1969, no bar Stonewall Inn, em Nova York, não representam o início do movimento de libertação homossexual, como se pensou e se afirmou naquele imediato e durante os anos seguintes. Pelo contrário, essas revoltas deram início a uma nova onda do movimento. 1969, portanto, demarca o renascimento

---

<sup>521</sup> JENSEN, Erik N. Op. cit., p. 322.

<sup>522</sup> Ibidem, p. 323.

<sup>523</sup> Ibidem, p. 324.

e a comemoração (mesmo que inconsciente e/ou coincidentemente), de uma luta organizada de pelo menos 100 anos por emancipação homossexual.<sup>524</sup>

E essa confusão provém de inúmeras razões. Duas me parecem fundamentais. A primeira, é resultado eficaz da supressão feita por regimes fascistas e ditatoriais europeus sobre o corpo, a mente, as práticas e o legado de pessoas homossexuais e das demais expressões de diversidade sexual e gênero. John Lauritsen e David Thorstad afirmam: “[...] a história da primeira onda de libertação gay foi quase totalmente suprimida e, graças aos esforços do estalinismo e do nazismo, muitos traços dela foram apagados”.<sup>525</sup> A segunda tem a ver com Stonewall, que rapidamente mobilizou toda uma nova estrutura de ativismo sócio-político nas Américas e, posteriormente, influenciou outros grupos homossexuais além do Atlântico no mundo ocidental. Segundo Renan Quinalha, Stonewall se tornou o “mito fundador” do movimento LGBTQ+ global também pelo seu imperialismo cultural norte-americano, importando para outros lugares uma forma de reorganizar indivíduos em torno de uma causa única. Após essas rebeliões, as paradas do orgulho foram inauguradas, fortalecidas e até hoje desfilam em diversas partes do planeta.<sup>526</sup> Stonewall retirou o estigma da vergonha do ser e existir enquanto homossexual em público, inventou uma forma de ativismo mais rígido, orgulhoso, rompendo com uma imagem falsa da qual muitos eram obrigados a viver socialmente, se colocando como sujeitos aceitáveis e respeitáveis aos heterossexuais.<sup>527</sup>

Ainda que os assuntos sobre a comunidade homossexual, sua luta e sua história pregressa de resistência, tragédia e sobrevivência tenham ficado ocultos por muito tempo e ocupado apenas espaços específicos dentro da intelectualidade, não conseguindo lugar de apogeu ou de viabilização pública consistente, os trabalhos continuaram tímidos até o surgimento da literatura de testemunho homossexual durante as décadas de 1980 e 1990.<sup>528</sup> Como aponta William J. Spurlin, a publicação desses testemunhos foi encarada como valiosa documentação histórica que “demonstrara as experiências vividas e as realidades das perseguições”, mesmo que continuasse marginalizada perante aos principais estudos sobre o

---

<sup>524</sup> LAURITSEN, John; THORSTAD, David. **The early homosexual rights movement (1864-1935)**. New York: Times Change Press, 1974. p. 5.

<sup>525</sup> Idem.

<sup>526</sup> QUINALHA, Renan. O mito fundador de stonewall: onde quase tudo começou.... In: IGNACIO, Taynah; DUARTE, Andressa Mourão; FERREIRA, Guilherme Gomes; BURIGO, Joanna; GARCIA, Tamires de Oliveira; BUENO, Winnie (org.). **Tem Saída? Perspectivas LGBTQ+ sobre o Brasil**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020. p. 46.

<sup>527</sup> Ibidem, p. 45.

<sup>528</sup> SPURLIN, William J. Queering Holocaust Studies: New frameworks for understanding Nazi homophobia and the politics of sexuality under National Socialism. In: GIGLIOTTI, Simone; EARL, Hilary (ed.). **A Companion to the Holocaust**. Wiley: Wiley Blackwell, 2020. p. 75.

Holocausto.<sup>529</sup> A partir dos esforços de homossexuais sobreviventes da perseguição nazista como Josef Kohout, Pierre Seel e Gad Beck, as pesquisas relativas aos triângulos rosa tiveram um novo fôlego.

Na primeira metade dos anos 1990, Güter Grau e Claudia Schoppmann se destacaram na Europa por se debruçarem respectivamente sobre as trajetórias dos homens gays e mulheres lésbicas sob o terror do nacional-socialismo. *Hidden Holocaust?* foi escrito e editado por Günter Grau em colaboração de Claudia Schoppmann, sendo o primeiro esforço historiográfico de maior relevância e, igualmente, um compilado documental inédito sobre a perseguição do Terceiro Reich aos homens homossexuais, tendo sua pesquisa ocorrida entre 1985 e 1991. Logo no prefácio temos a informação de que o material publicado não é completo, pois, como já sabemos, um número considerável de documentos sobre as políticas anti-homossexuais foi destruído, seja pelos “efeitos de guerra”, seja pela ação deliberada de membros da SS e da polícia durante as últimas semanas do conflito mundial. Grau se dirige particularmente aos documentos que competiam às sessões especiais criadas para lidarem com a questão homossexual, como o departamento especial da Gestapo fundado em 1934 e a Central de Polícia Criminal do Reich (*Reichskriminalpolizeiamt – RKPA*) em 1936.<sup>530</sup>

O volume em foco reúne fragmentos de registros do Ministério da Justiça do Reich, do departamento do Reichsführer da SS, da Inspeção Médica do Exército e de diversas administrações regionais, tribunais e quartéis-generais. Ele é complementado com textos da lei, decretos, despachos, discursos oficiais, atas e correspondências militares e de civis – todos relativos às políticas anti-homossexuais conduzida pelo Terceiro Reich. Grau esclarece que o conjunto de documentação escolhida diz respeito a uma forma específica de repressão, “ou que esclarece significativamente os interesses de determinadas elites dirigentes (como as SS, a polícia ou partes da juventude e comandos do exército). A coleção como um todo documenta a perseguição aos homossexuais”.<sup>531</sup> A documentação torna pública a cronologia dos eventos que competem à comunidade perseguida, “desde os preparativos até a adoção de medidas mais intensas e radicais durante os anos de guerra”.<sup>532</sup>

Os autores optaram por excluir do livro as documentações que serviram para “propósitos esmagadoramente apologéticos”, como o *Röhm Putsch* (Golpe de Röhm) de 1934, os *Cloister*

---

<sup>529</sup> Idem.

<sup>530</sup> GRAU, Günter. **Hidden Holocaust?** Gay and Lesbian Persecution in Germany 1933-45. Günter Grau and Claudia Schoppmann (ed.). Chicago: Fitzroy Dearborn, 1995. p. XXIV.

<sup>531</sup> Ibidem, p. XXIV-XXV.

<sup>532</sup> Idem.



*Trials*’, de 1936 a 1939, e o caso do comandante-chefe do exército, General Werner Freiherr von Frisch, de 1938. Igualmente escolheram não publicar os materiais que já haviam sido expostos ao público em outras obras, como o discurso de Himmler sobre a homossexualidade em Bad Tölz, em 1937, e o projeto de lei sobre o tratamento de “alienígenas sociais”.<sup>533</sup>

Interessante notar que esse trabalho traz a visão que predomina até os dias de hoje nos estudos da homossexualidade sob o nazismo. Eles evidenciam como os nazistas fizeram associações descabidas entre a homossexualidade e o judaísmo, colocando ambas categorias no âmbito racial e não social. Exemplo disso é uma matéria publicada em agosto de 1930 no jornal oficial do NSDAP, o *Völkischer Beobachter*. Ao rotular “todos os impulsos impetuosos da alma judaica” condicionadas à homossexualidade, a lei deveria identificá-los como “aberrações”, cuja penalidade deveria ser o enforcamento e a deportação.<sup>534</sup> Tais associações foram exaustivamente feitas em pronunciamentos oficiais do Reich, disseminando no imaginário social a homossexualidade e o judaísmo como condições intrinsecamente inter-relacionadas.

Embora na Itália houvesse uma argumentação que pretendia alavancar o massacre nazista contra os homossexuais enquanto uma espécie de Holocausto, autodenominado pelo jornalista e ativista do movimento homossexual Massimo Consoli como “*Homocaust*”, Günter Grau não compactua com essa interpretação em sua obra.<sup>535</sup> Alguns ativistas e intelectuais acreditavam que as políticas nazistas de erradicação da homossexualidade pudessem se equiparar aos esforços de extermínio contra os judeus. Estimou-se, em algum momento antes dos anos 1990, que o número de homossexuais mortos variava entre centenas de milhares a um milhão e meio. Cifra que de maneira incerta persistiu nas primeiras discussões sérias alavancadas por intelectuais como Wolfgang Harthausen em *Der Massenmord na Homosexuellen im Dritten Reich* de 1967 e Jean Boisson em *Le triangle rose: La déportation des homosexuels (1933-1945)* de 1988.<sup>536</sup>

Contudo, ainda segundo Günter Grau, “um simples relance nas estatísticas de crimes para este período (e elas foram mantidas com “meticulosidade prussiana”) é o suficiente para mostrar que tais noções não resistem ao escrutínio crítico”.<sup>537</sup> Em 12 anos de Terceiro Reich, o número de homens condenados por homossexualidade nos tribunais foi cerca de 50 mil, e pelas análises das documentações internas das lideranças nazistas que Günter Grau teve acesso,

---

<sup>533</sup> Ibidem, p. XXV.

<sup>534</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>535</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>536</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>537</sup> Idem.

chegou-se ao número de 5.000 homens homossexuais deportados aos campos de concentração.<sup>538</sup>

Porém, esses números ao longo dos anos passaram por contestações. Robert Beachy, em sua pesquisa de 2014, estimou entre 5.000 e 15.000.<sup>539</sup> Em 2018, Régis Schlagdenhauffen chegou entre 5.000 e 10.000.<sup>540</sup> Cifra essa que vai ao encontro com o trabalho feito por Rüdiger Lautmann ainda no final dos anos 1990, embora ele seja pessimista quanto ao real alcance desses números. Segundo Lautmann, jamais chegaremos ao número exato de homossexuais internados nos campos de concentração, pois a documentação que se refere a eles não é confiável.<sup>541</sup> Ainda que Lautmann trabalhe com o número em torno de 10.000, isso pode variar segundo ele, sendo baixo na casa dos 5.000 ou até superior aos 15.000.<sup>542</sup>

Para Grau, há de se separar o discurso e a prática. As especulações sobre uma suposta “solução final” para o problema da homossexualidade se baseiam na retórica que o ideólogo da homofobia nazista, Heinrich Himmler, fez durante os anos de implementação do regime e, posterior, da própria guerra. Mesmo que a retórica, a representação e o ato de fala pública levaram a crer que o nazismo se preocupava exaustivamente com a erradicação da homossexualidade de forma geral e literal, a prática dessas ações se mostrou falha. O que incomodava o nacional-socialismo era uma expressão específica da homossexualidade, aquela vivida em âmbito público, socialmente ativa, orgulhosa de si, carregada em trejeitos e demais formas de comportamento comumente repudiados da norma heteronormativa.

Grau acentua que Himmler corriqueiramente ao falar da homossexualidade se referia a casos singulares, individualizando sujeitos, o que abriu um espaço interpretativo que a homossexualidade poderia ser poupada caso não fosse sexualmente exercida, ou seja, que o mundo público não soubesse da atividade de tal sexualidade.<sup>543</sup> Sobre a Gestapo, órgão responsável por efetivar ao lado da Kripo a perseguição aos homossexuais, Grau afirma: “O ponto crucial era provar com cuidado que o suspeito havia se envolvido em atividades homossexuais, e não apenas que tinha inclinações homossexuais”.<sup>544</sup> Embora essa fosse uma diretriz interna, sabemos que ao longo do tempo alguns desafetos políticos, inimigos diversos

---

<sup>538</sup> Idem.

<sup>539</sup> BEACHY, Robert. Op. cit., p. 245.

<sup>540</sup> SCHLAGDENHAUFFEN, Régis. Op. cit., p. 21.

<sup>541</sup> SPURLIN, William J. Op. cit., p. 92.

<sup>542</sup> LAUTMANN, Rüdiger. The Pink Triangle: Homosexuals as ‘Enemies of the State’. In: BERENBAUM, Michael; PECK, Abraham J (ed.). **The Holocaust and History: The Known, the Unknown, the Disputed, and the Reexamined**. Bloomington: Indiana University Press, 1998. p. 347-348.

<sup>543</sup> GRAU, Günter. Op. cit., p. 6.

<sup>544</sup> Idem.

do Estado em categorias sociais e raciais, foram acusados e incriminados como homossexuais pela forma aleatória, completamente imprevisível, que as penas eram decretadas, porém, quase sempre com condenações duras e de consequências terríveis.

Ainda segundo as análises de Günter Grau, “todos os decretos, diretivas, ordens e proibições também mostram que o conceito de extermínio não descreve adequadamente a prática nazista neste domínio”.<sup>545</sup> As estratégias de perseguição, isolamento, punição e impedimentos oferecem uma interpretação distinta. O objetivo central do nazismo era o enfraquecimento e a dissolução da vida homossexual em termos de prática, isto é, “fazê-los se abster de sexo em geral”.<sup>546</sup> A tentativa de reabilitá-los, reeducá-los e reintegrá-los à comunidade nacional foi amplamente promovida. Para alcançar tais resultados, os nazistas acreditavam em reeducação pelo trabalho nos campos de concentração e, igualmente, em reeducação por tratamentos pseudocientíficos, como administração de hormônios ou, até mesmo, psicoterapia. Günter Grau afirmou: “[...] mesmo os homossexuais “predispostos”, para os quais os nazistas não tinham esperança de melhora, ainda podiam ser explorados como mão de obra para a “comunidade nacional” – desde que primeiro fossem castrados”.<sup>547</sup> A eliminação do desejo homossexual se tornou uma verdadeira obsessão nazista ao passo que se frustraram por não conseguirem reverter a condição da homossexualidade. Dessa maneira, podemos especular que esse desejo era a causa da “praga” que colocaria em risco a perpetuação da raça aariana e, por conta disso, a homossexualidade masculina teria se tornado um problema de caráter nacional.

Os efeitos a longo prazo das políticas racistas que ceifaram as oportunidades de vida livre e saudável de homens homossexuais e mulheres lésbicas na Alemanha nazista e demais locais da Europa sob ocupação não foram, à época, estudados por Grau e Schoppmann. Naquele momento de pesquisa e publicação dos seus textos, os depoimentos de homens homossexuais começavam a proliferar e a temática ainda ascendia lentamente dentro dos círculos acadêmicos e intelectuais. Porém, os autores afirmam com veemência que todos os homossexuais, independentemente se foram aos tribunais ou deportados aos campos de trabalho forçado, ou aqueles que ainda conseguiram se esconder socialmente mantendo casamentos falsos, etc, são vítimas de uma política racial e de uma sociedade heterossexual cuja segurança e integridade

---

<sup>545</sup> *Ibidem*, p. 6-7.

<sup>546</sup> *Idem*.

<sup>547</sup> *Ibidem*, p. 7.

da comunidade sempre esteve em risco.<sup>548</sup> A política de repressão sobre os corpos, as mentes e as práticas dos homossexuais foi satisfatoriamente para os preconceituosos bem-sucedida.

O tema da sexualidade na Europa carecia de uma nova interpretação, uma pesquisa que fosse além dos dados já conhecidos e discutidos, que se propusesse a interpretar a sexualidade enquanto uma real categoria de predominância na vida política, cultural e social do mundo europeu. Dessa maneira, surge Dagmar Herzog com dois trabalhos que se tornaram referenciais nesse campo de estudos. Em 2005, Herzog publica o livro *Sex after Fascism: Memory and Morality in Twentieth-Century Germany*. Para ele, é indispensável o estudo da sexualidade no contexto alemão, tendo em vista que toda uma lógica de repressão e ideário de masculinidade foram pautados nas ambições e repulsas sexuais. Negligenciar a história da sexualidade corresponde, diretamente, com o apagamento do conteúdo ou da própria força do antisemitismo que gradativamente foi estimulado durante a República de Weimar e nos primeiros anos do Terceiro Reich, por exemplo.<sup>549</sup> A temática do sexo é importante para o entendimento dos fenômenos que circundam grupos tradicionalmente conservadores e, igualmente, aqueles que se beneficiaram dos afrouxamentos de costumes, das mudanças bruscas de atitudes, das demais formas de liberalização do sexo e da expressão sexual.<sup>550</sup>

Herzog explica que seu livro foi originalmente concebido como um estudo da geração de 1968 da Alemanha Ocidental, buscando compreender como o nazismo e seu referido legado foram interpretados durante a década de 1960, em particular, pelo movimento estudantil da Nova Esquerda. Os inúmeros argumentos que o Terceiro Reich teria sido um regime baseado em uma forma agressiva de repressão sexual foi, para Herzog, estarrecedor. Lutar, portanto, no mundo alemão do pós-guerra para a liberalização dos costumes sexuais e da própria identidade sexual era um imperativo antifascista. Muitos eram os indivíduos ligados à Nova Esquerda, que acreditavam que a repressão sexual e a política andavam juntas e que essa seria responsável por produzir formas de racismo e fascismo, assim, propunham publicamente a emancipação sexual para alcançarem justiça social e política.<sup>551</sup> Analisando os discursos desses jovens durante a década de 1960, Herzog conclui que o imaginário da esquerda do período fornecia justificativas morais quanto à necessidade do desmantelamento da cultura do conservadorismo sexual. Ele

---

<sup>548</sup> Idem.

<sup>549</sup> HERZOG, Dagmar. Op. cit., p. 1.

<sup>550</sup> Idem.

<sup>551</sup> Ibidem, p. 2.

diz: “liberar a sexualidade, acreditava-se, ajudaria a limpar a Alemanha dos efeitos posteriores do nazismo”.<sup>552</sup>

Embora existisse uma crítica ferrenha na atual Alemanha reunificada às rebeliões juvenis de caráter sexual, Herzog argumenta que foi a partir de tais movimentações que a Nova Esquerda reconfigurou relações familiares, sexuais e relativas ao próprio gênero, assim como todos os códigos de interação social na Alemanha Ocidental. Integrantes da Nova Esquerda disputaram o campo sócio-político com autoridades conservadoras, políticos ligados à religião no lado ocidental da Alemanha que estiveram no poder por quase duas décadas e, ainda assim, “conseguiram reorientar a discussão moral e o debate em toda a sociedade para questões globais como injustiça social, exploração econômica e guerra”.<sup>553</sup>

Mas é o incômodo com as interpretações contraditórias sobre a mesma temática que levou Herzog a ampliar seu escopo de estudo. Através de suas pesquisas, ele constatou que na Alemanha Ocidental do imediato pós-guerra havia um grupo que buscava na contenção da sexualidade e na restauração do casamento, da família tradicional, um meio de superar o nazismo. Abria-se, então, o entendimento de que as concepções da Nova Esquerda não estavam completamente corretas, tendo em vista que “a cultura do conservadorismo sexual do pós-guerra não era (como acreditava a Nova Esquerda) uma continuação diluída de um fascismo sexualmente repressivo, mas, sim, ela própria se desenvolveu pelo menos em uma reação parcial contra o nazismo”.<sup>554</sup>

Por conta desse quebra-cabeça, Herzog refez seu foco e seu livro se tornou uma reflexão sobre as questões continuadas e descontinuadas na história alemã do século XX sob a perspectiva dos conflitos sociais, políticos e culturais pautados nos enquadramentos de moralidade e liberalização em relação ao exercício da sexualidade. Atentamente, ele percorreu os caminhos da Nova Esquerda em relação ao passado nazista e sua memória e, intrinsecamente, notou a urgência de analisar os dois lados da Alemanha dividida pela Guerra Fria. A sua preocupação se alargou para um exame detalhado da cultura sexual nas duas primeiras décadas do pós-guerra, tanto nas zonas ocidentais ocupada militarmente por estrangeiros do bloco capitalista quanto na República Democrática Alemã sob domínio soviético.<sup>555</sup> Herzog afirmou:

---

<sup>552</sup> Idem.

<sup>553</sup> Idem.

<sup>554</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>555</sup> Idem.

Parecia que a história da sexualidade na Alemanha e outros aspectos da história alemã se articulavam constantemente – embora sempre de maneiras diferentes – e, portanto, não podiam ser contadas separadamente. Também ficou claro que a geração de 1968 não foi a primeira a acreditar que a política sexual e outros tipos de política estavam intrinsecamente conectadas. Sexo era um tema crucial para a política mesmo antes do início do Terceiro Reich. Estava intimamente ligado ao antissemitismo.<sup>556</sup>

Ainda nos esforços de compreender a sexualidade no mundo europeu, Dagmar Herzog publicou em 2011 uma obra monumental sobre essa temática investigando não somente o caso alemão, mas a Europa do século XX como um todo. Ele traz ao público um minucioso mapeamento da tumultuosa questão da sexualidade no mundo europeu, fazendo conexões com o passado da Inglaterra vitoriana em declínio, o uso do corpo e da sexualidade em contexto de prostituição no início do século, analisando as intervenções dos Estados beligerantes, fascistas e ditatoriais sobre o desejo e a identidade sexual, perpassando por categorias muito particulares e sensíveis como as culturas europeias pós-Guerra Fria e as rebeliões dos sujeitos sexuais minoritários, discutindo HIV/AIDS, o colapso e a queda do comunismo soviético e até mesmo a ascensão do islamismo sobre as fronteiras sexuais da Europa.<sup>557</sup>

Herzog nos apresenta o século XX como o “século do sexo”, espaço temporal onde houve uma crescente e brusca liberalização dos costumes e atitudes sexuais. Sua obra articula assuntos como o surgimento de medicações e métodos avançados contraceptivos, o avanço e a vigilância dos direitos e grupos de luta homossexuais frente aos Estados organizados em prol do preconceito sexual, a permissividade do sexo e do prazer no Ocidente em detrimento aos ensinamentos dogmáticos da Igreja e de sociedades pautadas em uma ideia do sexo sagrado e unicamente conferido à reprodução da espécie, etc. Contudo, Herzog acredita que tratar sobre essas questões de maneira simplificada ou apenas demonstrá-las em uma narrativa de progresso gradual, sem obstáculos, apagaria a complexidade que as políticas sexuais do século XX na Europa passaram para se concretizarem. Para ele, há três pontos fundamentais cujo seu trabalho exerce preocupação primária.

O primeiro, as reações recorrentes contra a liberalização da sexualidade. A repressão e o conservadorismo sexual resultam de inúmeros grupos sociais, setores políticos, religiosos e/ou institucionais, muitas vezes conferidos sob diretrizes do Estado, como nos casos da Espanha, Portugal e Itália fascista, Alemanha nazista, Áustria anexada e ocupada, União

---

<sup>556</sup> Idem.

<sup>557</sup> HERZOG, Dagmar. **Sexuality in Europe: A Twentieth-Century History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. I.

Soviética stalinista.<sup>558</sup> Tais reações contrárias à liberalização dos corpos, mentes e práticas homossexuais coligam conservadores e reacionários até mesmo rivais, sendo pauta ativa nos meios populares, ortodoxos e/ou neofundamentalistas dentro de vertentes cristãs, judaicas e islâmicas.

O segundo, uma reflexão sobre o que verdadeiramente seria uma sociedade sexualmente livre. As formas como lidaram com a crescente comercialização da sexualidade ao decorrer do século passado e os impactos que advém desse tipo de comércio no presente. Ele diz: “aqui, a reconstrução de conflitos passados sobre a sexualidade pode ser extremamente útil para revigorar nossa imaginação, ao mesmo tempo que nos torna mais modestos em nossas suposições sobre o que é “natural” ou “melhor”.<sup>559</sup> Herzog discute, também, as políticas e atividades sexuais em relação aos afetos que se constroem a partir delas, como o amor. No terceiro e último ponto, ele propõe abordar as ambivalências relativas ao caráter do exercício sexual. Para ele, “sexo nem sempre deixa as pessoas felizes”.<sup>560</sup> Enfim, seu texto analisa e trabalha com problemáticas infelizmente corriqueiras quando se trata sobre o sexo, contudo, para além das formas de estupro, abuso, exploração, mágoas e assédios, focando no sexo consensual que igualmente pode ser local de diversos sentimentos conflitantes e angustiantes.<sup>561</sup>

Em resumo, através de sua obra, Herzog aponta como o século XX na Europa escancarou o sexo enquanto categoria de extrema relevância para a vida individual dos sujeitos. De maneira central, o sexo descortinou inconformidades e debates políticos, sociais, culturais, levou à radicalização de regimes autoritários e implementações de políticas de castração e esterilização, por exemplo. A sexualidade e a raça possuem laços fortalecidos ao decorrer do tempo contemporâneo europeu, exercendo importância como marcador e organizador político e social. A obra de Pierre Seel, pensada, escrita e publicada ainda no século XX, expõe bem essa categoria da homossexualidade enquanto uma agressão moral à sociedade, caracterizando a sexualidade diversa como ameaça à perpetuação física e biológica dos indivíduos e, até que ponto, o Reich alemão (em colaboração com os países anexados e ocupados) recrudescer o preconceito e utilizou dos aparatos legais que estavam ao alcance das autoridades do Estado para vigiar, punir e aniquilar os tidos como diferentes e indesejados.

O incômodo latente sobre as negligências históricas em relação ao tema dos homossexuais vitimados pelo nazismo levou William J. Spurlin a publicar um artigo em 2020

---

<sup>558</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>559</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>560</sup> *Idem*.

<sup>561</sup> *Idem*.

no livro *A Companion to the Holocaust*. Intitulado *Queering Holocaust Studies: New Frameworks for Understanding Nazi Homophobia and the Politics of Sexuality under National Socialism*, que traz questionamentos acerca da extensão do massacre que os nazistas efetivaram contra homens homossexuais a partir de suas máquinas burocráticas-estatais. Utilizando intelectuais e suas obras de referências como Stefan Micheler, Günter Grau, Dagmar Herzog, Geoffrey Giles, Wolfgang Röhl, George Mosse, entre outros, Spurlin interpreta que a homofobia não era um preconceito corriqueiro, ou uma simples aversão dentro dos círculos nazistas, mas, sim, fazia parte de uma complexa estrutura sobre a qual a política racial do regime foi pautada, pois o que se pretendia alcançar com a eliminação física da homossexualidade masculina era a perpetuação saudável do *Völk* alemão (em sentidos biológicos e morais).<sup>562</sup>

Essa percepção do Terceiro Reich de que nos fala Spurlin estava ancorada em fatores econômicos, políticos e científicos do período e com influências anteriores. A derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, o seu enfraquecimento devido à grave depressão econômica a nível internacional, auxiliou, como aponta Spurlin, “a produção de discursos sobre eugenia e higiene racial que se desenvolveram a partir do racismo científico do final dos séculos XVIII e XIX por meio de disciplinas como a antropologia, frenologia e fisionomia”.<sup>563</sup> Portanto, foram as contribuições da medicina legal em comunhão com a psiquiatria no início do século XX que conferiram os discursos de degeneração, sendo amplamente usados enquanto diagnóstico para os indivíduos rotulados à margem das normas aceitas de “respeitabilidade social”.<sup>564</sup> Dessa maneira, o regime nazista se apropriou tanto de discursos jurídicos quanto clínicos para empreenderem uma perseguição compulsória, sustentando o argumento que os homossexuais representavam nula contribuição à reprodução da raça ariana e de maneira nenhuma contribuía para o bem-estar nacional.<sup>565</sup> Spurlin afirma:

Na literatura médica que remonta ao final do século XIX, as imagens de judeus e homossexuais masculinos costumam ser paralelas; ambos foram retratados, como observa George Mosse, como propensos à histeria e feminilizados por meio de características descritivas como tom de voz e movimentos corporais mais apropriados às mulheres do que aos homens. Assim, a inscrição social de homens judeus e homossexuais não foi apenas racializada e medicalizada, mas também gerada por gênero e negada a agência masculina. Para homossexuais nórdicos brancos, a homossexualidade representou uma marca visível de não-germanidade, e para homossexuais de

---

<sup>562</sup> SPURLIN, William J. Op. cit., p. 82.

<sup>563</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>564</sup> Idem.

<sup>565</sup> Idem.



grupos raciais já marcados como estranhos sociais, sua sexualidade foi marcada como mais um indicador de inferioridade racial.<sup>566</sup>

Embora os judeus e os homossexuais fossem interpretados pelo Reich enquanto ameaças biológicas, raciais, à população desejada do regime, esses grupos não competiam pelos mesmos lugares no terreno social e/ou político dentro do imaginário nacional-socialista.<sup>567</sup> Spurlin diz: “as punições por homossexualidade, ao contrário das perseguições contra os judeus, nem sempre foram aplicadas de forma consistente”.<sup>568</sup> Exemplo disso são as estratégias de reversão/cura da homossexualidade a partir de experimentos químicos, pseudocientíficos e, em último caso antes da castração, sociais (como a obrigação do estupro corretivo de homens gays para com mulheres). Em resumo, a alguns grupos de homossexuais foram oferecidas as oportunidades de reeducação das suas sexualidades, das mais distintas e não menos desumanas formas, como se essa pudesse ser reformada, reestruturada, alternativa que não foi concedida aos judeus.<sup>569</sup>

Nesse sentido, Spurlin corrobora com a observação de Günter Grau que se os homossexuais pudessem provar que não viviam ativamente suas vidas sexuais, sem contraprova da Gestapo, esses até poderiam escapar das acusações, logo, das condenações, o mesmo não aconteceu aos judeus. Mesmo que os judeus não observassem as regras da religião ou tivessem se afastado completamente de sua cultura étnica-religiosa, ainda assim, eram vistos enquanto alvos. Ainda segundo Spurlin: “essas inconsistências mostram que, ao contrário da perseguição aos judeus, as perseguições nazistas contra os homossexuais não eram tão sistemáticas”.<sup>570</sup> Para Geoffrey Giles, não há uma equivalência entre os dois grupos perseguidos no que diz respeito ao alcance da campanha de perseguição aliada ao esforço de extermínio em massa, nada que se possa comparar, por exemplo, à Solução Final da Questão Judaica.<sup>571</sup>

Embora o Escritório Central do Reich para o Combate à Homossexualidade e ao Aborto tenha sido fundado em 1936 sob comando de Heinrich Himmler com o intuito de “quantificar, indexar e comparar dados relevantes para rastrear os suspeitos e condenados por homossexualidade com dados pessoais obtidos de seus parceiros sexuais”,<sup>572</sup> suas operações aparentemente não seguiram critérios tão rigorosos na prática. Ao meu ver, essa dificuldade de

---

<sup>566</sup> Idem.

<sup>567</sup> Idem.

<sup>568</sup> Idem.

<sup>569</sup> Idem.

<sup>570</sup> Idem.

<sup>571</sup> GILES, Geoffrey apud SPURLIN, William J. Idem.

<sup>572</sup> Ibidem, p. 82.

analisar os reais alcances do Escritório Central do Reich ocorre por duas razões. A primeira, a própria ausência de documentação integral. Grande parte da documentação que se encontrava sob domínio do órgão em específico foi destruída pelos próprios nazistas, ao passo que a guerra avançava e a derrota do regime se anunciava. A segunda, como aponta William J. Spurlin, as divergências nas interpretações que os historiadores possuem sobre a efetiva capacidade da instituição de executar suas tarefas em sentido de precisão e consistência a partir dos documentos que restaram.<sup>573</sup>

A interpretação de Stefan Micheler é que o Gabinete do Reich exigia a catalogação de figuras muito particulares da sociedade com o intuito de verificarem se havia registro do delito da homossexualidade, “como membros do partido e organizações afiliadas, soldados da Wehrmacht, judeus, membros do clero e aqueles que ocupavam cargos sociais importantes antes da ascensão nazista ao poder em 1933”.<sup>574</sup> Contudo, Geoffrey Giles afirma que “a implementação de políticas contra homossexuais não foi consistentemente nem infalivelmente rigorosa”.<sup>575</sup> Documentos sugerem que as ações da polícia criminal (Kripo), da polícia secreta do Estado (Gestapo) e dos tribunais eram conferidas de maneira aleatória aos homossexuais perseguidos. Andreas Sternweiler demonstra que “os juízes muitas vezes agiam por conta própria com base em suas interpretações de moralidade e “povo alemão saudável”.<sup>576</sup> Não há uma consistência nas aplicações da lei, elas divergem ao longo do tempo. Alguns homossexuais passaram por um exaustivo processo criminal enquanto outros foram simplesmente presos, interrogados sob tortura e deportados aos campos de concentração sem que processo nenhum corresse, fora de toda jurisdição e condição legal de defesa.

Mesmo que os homossexuais não tenham sido perseguidos, deportados e exterminados com tamanho afinco, organização, precisão e a partir de exaustivas elaborações de estratégias da alta cúpula do Reich, William J. Spurlin afirma que não devemos obscurecer as realidades históricas e materiais que envolvem o terror homofóbico protagonizado pelos nazistas.<sup>577</sup> Afinal, houve uma violência extremada que levou, pelo menos, em 12 anos de regime, cerca de 100.000 homens aos tribunais criminais do Reich, compreendendo os anos de 1933 a 1945. Entre 46.000 e 50.000, condenados às prisões comuns, quando não, aos campos de concentração e extermínio.

---

<sup>573</sup> Idem.

<sup>574</sup> MICHELER, Stefan apud SPURLIN, William J. Ibidem, p. 82.

<sup>575</sup> GEOFFREY, Giles J. apud SPURLIN, William J. Idem.

<sup>576</sup> STERNWEILER, Andreas apud SPURLIN, William J. Ibidem, p. 83.

<sup>577</sup> Ibidem, p. 85.

O debate mais recente sobre a questão da homossexualidade, ou, de forma mais geral, do corpo *queer* em relação ao nazismo, corrobora com a ideia da existência da homofobia enquanto um viés político, ideológico, histórico, cultural e socialmente condicionado antes, durante e depois do regime implementado por Adolf Hitler. O terreno fértil da homofobia favoreceu a perpetuação da perseguição e do silenciamento da comunidade homossexual fomentada pelos grupos conservadores e reacionários independente do lado político-ideológico que esses se encontravam no mundo pós-Guerra Fria, fortalecendo as desigualdades e as impunidades, impedindo que vítimas homossexuais do nazismo conseguissem ter acesso às políticas de reparações e indenizações, colocando-os em um campo de ostracismo, invisibilidade e medo quanto às sanções judiciais e represálias trabalhistas, sociais e afins.

Por um lado, momentaneamente os nazistas conseguiram solapar um largo histórico de luta da comunidade contra a criminalização e patologização da condição homossexual que vinha sendo pautado e reivindicado nos âmbitos sócio-políticos, culturais e médico-psiquiátricos desde a segunda metade do século XIX na Alemanha. Isso pode ser verificado pela própria obliteração da memória de Magnus Hirschfeld, judeu e homossexual. Seu trabalho pioneiro e seu grande legado só foram revividos no mundo ocidental na segunda metade do século XX com a emergência das lutas de libertação da homossexualidade iniciadas com maior visibilidade nos Estados Unidos.

Por outro lado, as permanências e os recrudescimentos dos preconceituosos discursos sociais, midiáticos e médico-legais que caracterizavam publicamente a sexualidade diversa enquanto um distúrbio mental, comportamental e de caráter socialmente degenerativo contribuíram fortemente para que a comunidade permanecesse isolada em um gueto metafórico. Exemplos disso são os documentos e a literatura médica-psiquiátrica do período, como as resoluções da *American Psychiatric Association* de 1952 (tendo modificações em 1980 e 2013) e da Organização Mundial da Saúde até 1990 em relação à homossexualidade e 2018 sobre a transexualidade, ambas instituições colocando a condição da sexualidade e gênero diversos enquanto um transtorno mental e comportamental.<sup>578</sup>

Mesmo que houvesse uma discussão sobre a retirada da homossexualidade dos manuais de diagnósticos referentes aos problemas psiquiátricos, o surgimento da epidemia de HIV/AIDS operou em amplo sentido para a continuação da marginalização dos sujeitos de gênero e sexualidade diversas. Cindy Patton, Susan Sontag, David Caron, Didier Eribon, entre tantos outros intelectuais, demonstraram através de seus trabalhos como a doença foi usada contra os

---

<sup>578</sup> SPURLIN, William J. Op. cit., p. 88.

homossexuais, reacendendo noções retrógradas como vício, virtude e moralidade aos conceitos de raça, gênero, classe e identidade como categorias inerentes ao corpo homossexual.<sup>579</sup>

Em relação ao Holocausto, William J. Spurlin impulsiona a ideia que devemos analisar o genocídio nazista pelo viés da política sexual, afinal, o nacional-socialismo usou do conservadorismo e da repressão sexual para perseguir os inimigos raciais do Estado, impedir sua proliferação, sua presença física e atividade social. Isso demonstra como a preocupação não somente da sexualidade, mas do exercício do sexo em si e da identidade que dela advém era uma razão de controle absoluto que o regime não se propunha a negociar. Porém, há de superar preconceitos atuais para lidar com a temática da sexualidade e, mais específico, da homossexualidade, quando tratamos sobre a tragédia nazista.

Spurlin afirma: “Deve-se reconhecer que por muito tempo, e até muito recentemente, a homossexualidade foi considerada uma área inadequada para a pesquisa do Holocausto”.<sup>580</sup> Embora alguns de nós, pesquisadores, trabalhamos com essa questão e alavancamos as suas particularidades com seriedade, rigor, método e disputamos espaço de credibilidade, sabemos que o assunto ainda é um tabu em nível macro. É necessário que se supere aversões, conservadorismos e reacionarismos históricos e pessoais para que se encare os estudos de gênero e sexualidade como categorias de real importância e relevância para boa parte de nós, sujeitos LGBTI+, afinal, se a História se preocupa com a atuação humana no tempo, a disciplina também precisa se preocupar conosco. Voltarmos às indagações que dizem respeito ao corpo, ao gênero, ao sexo, à identidade sexual propriamente dita, nos leva ao preenchimento de lacunas e ausências históricas.

Como conclui Spurlin em sua introdução: “[...] uma compreensão de outras vítimas aprofundará nossos entendimentos do Holocausto e do fascismo nazista, visto que ideologias raciais também informaram a perseguição de gays e lésbicas”.<sup>581</sup> Enquanto indivíduos pertencentes a grupos ainda politicamente minoritários, devemos continuar na vigilância dos nossos direitos, das memórias que conseguimos catalogar e preservar, dos trabalhos acadêmicos que até aqui foram concebidos, dar continuidade aos que vieram antes de nós, pois, na menor crise ou sinal de mudança brusca, as nossas identidades e legados são os primeiros a serem atacados, colocados em prova.

---

<sup>579</sup> Idem; PATTON, Cindy. **Inventing AIDS**. New York: Routledge, 1990. p. 25; SONTAG, Susan. Op. cit.; CARON, David. Op. cit.; ERIBON, Didier. Op. cit.

<sup>580</sup> SPURLIN, William J. Op. cit., p. 76.

<sup>581</sup> Idem.

### 3.4. Movimentações homossexuais e a inserção dos triângulos rosa nos espaços de memória

Nos anos 1970, as organizações homossexuais na Alemanha Ocidental empreenderam atividades diretas no espaço público a fim de disputarem a memória da perseguição nazista. Mais tarde, na Alemanha Oriental, a mesma estratégia foi adotada.<sup>582</sup> Em suma, os ativistas participavam das comemorações referentes às libertações dos campos de concentração e colocavam coroas de flores em memória aos homossexuais perseguidos e mortos. Em 1975, no campo de concentração de Dachau, a primeira homenagem pública do ativismo homossexual foi feita. Em 1983, em Buchenwald, o mesmo ocorreu por representantes das organizações homossexuais da Alemanha Oriental. Em 1985, mulheres lésbicas tentaram colocar uma coroa de flores no quadragésimo aniversário da libertação de Ravensbrück, mas a ação foi impedida pela polícia.<sup>583</sup> A resistência para com a memória dos homossexuais enquanto vítimas legítimas do terror nazista era perceptível.

Contudo, em maio de 1985, o presidente Richard von Weizsäcker, em discurso público, reconheceu os homossexuais enquanto vítimas da perseguição nazista. A partir de então, houve um progressivo entendimento oficial positivo à essa questão para a causa. Erik N. Jensen diz: “nos anos que se seguiram ao discurso de Weizsäcker, vários antigos campos em solo da Alemanha Ocidental inauguraram memoriais às vítimas homossexuais”.<sup>584</sup> A contar os exemplos de Neuengamme em 1985, Dachau em 1987 e Sachsenhausen em 1992. Como aponta Jensen, tais movimentações não foram feitas de graça e muito menos sem resistências. No caso específico de Dachau, a própria administração do campo fez oposição contínua à homenagem.<sup>585</sup> A Áustria, por outro lado, foi pioneira na celebração memorial dessas vítimas ainda em 1984. Em Mauthausen, uma organização homossexual foi autorizada instalar no campo uma placa com o triângulo rosa onde lê-se: “*Totgeschalegen – Totgeschweigen*” (Espancados até a morte – Silenciados até a morte).<sup>586</sup>

Essas ações expressam, em particular para a comunidade homossexual, um sentido e uma função próprios. Em primeiro lugar, um sentido comemorativo, e, acima disso, uma função política. É preciso que se celebre uma memória mesmo que trágica para que tenha um efeito de

---

<sup>582</sup> JENSEN, Erik N. Op. cit., p. 336.

<sup>583</sup> Idem.

<sup>584</sup> Idem.

<sup>585</sup> Ibidem, p. 337.

<sup>586</sup> Ibidem, p. 336.

identificação e conscientização de comunidade. Jensen afirma que a escultura de um anjo com a cabeça parcialmente decepada, erguida em um bairro gay de Frankfurt am Main no ano de 1994, revela uma estratégia consciente de luta da comunidade, uma reivindicação da memória coletiva no espaço público. O monumento se encontra voltado em direção ao tribunal onde consequências judiciais terríveis foram conferidas aos homossexuais nos anos seguintes do pós-guerra, tal qual na época do nazismo. Jensen conclui: “[...] a decisão de localizar o memorial no centro gay de Frankfurt sugeriu que seus iniciadores desejavam direcionar a mensagem do memorial para dentro, para a própria comunidade gay”.<sup>587</sup> A iniciativa da construção do monumento, portanto, busca reforçar a percepção de uma violência homofóbica no presente que é tão perigosa quanto a do passado, e que necessariamente precisa de vigilância por parte da comunidade, não podendo correr o risco de cair nos “perigos da apatia política”.<sup>588</sup>

Os anos 1990 ficaram marcados irremediavelmente enquanto um tempo de organização, debate e construção dos monumentos em prol da lembrança dos homossexuais enquanto vítimas legítimas do nazismo. Envolto de forma imersiva nessas discussões, homens gays e mulheres lésbicas protagonizaram tensões internas na comunidade. Lésbicas se queixavam publicamente sobre um suposto apagamento de suas memórias enquanto grupo especificamente perseguido e, segundo elas, homens gays eram os responsáveis por essas ações de obliteração. Mesmo depois dos integrantes dos grupos que formavam os comitês responsáveis pelos debates das construções dos memoriais terem modificados seus nomes, ampliado seus quadros colaborativos e reformulados seus objetivos, ativistas lésbicas continuavam expressando seus descontentamentos.<sup>589</sup>

Tamanha insatisfação por parte das lésbicas, gerou, por exemplo, na ocasião específica do anjo de Frankfurt, em 1990, uma mudança no sentido de memória original da instalação. Os ativistas homossexuais retiraram a celebração exclusiva aos homens gays e abarcaram as mulheres lésbicas na inscrição do memorial, entretanto, a cerimônia pública expressou condolências apenas aos homens. Tal atitude levou duas mulheres a escreverem uma carta em reposta como forma de protesto ao acontecimento, publicada no jornal *Frankfurter Rundschau*: “Estamos tristes e extremamente indignadas que os discursos não lembraram a situação das mulheres homossexuais e a forma específica de sua perseguição sob o Nacional-Socialismo com uma única palavra. O evento é escandaloso”.<sup>590</sup>

---

<sup>587</sup> Ibidem, p. 337.

<sup>588</sup> Idem.

<sup>589</sup> Ibidem, p. 338.

<sup>590</sup> Idem.

Outro monumento que também provocou tensões entre gays e lésbicas foi o memorial proposto em Berlim. Em 1996, as lésbicas foram incluídas no projeto e o nome passou de “Iniciativa para um memorial aos homens gays” para “Iniciativa HomoMonumento”.<sup>591</sup> O que revela um verdadeiro esforço por parte dos fundadores desses projetos de memória coletiva no intuito de apaziguarem demandas particulares da comunidade de homens gays e mulheres lésbicas que disputavam espaços de inclusão, por um lado, e demandas por precisão histórica, por outro, apresentando “uma consideração diferenciada por grupos de vítimas”.<sup>592</sup>

Contudo, no caso europeu, é interessante notar que o empenho na tentativa de garantir um memorial às vítimas homossexuais recebeu maior impulso em 3 de maio de 2001, quando veio à público, por parte dos iniciadores um documento assinado por inúmeras figuras relevantes do período, como Paul Spiegel, líder da comunidade judaica da Alemanha, e Lea Rosh, uma das iniciadoras do memorial central às vítimas judias do regime nazista.<sup>593</sup> O debate sobre esses memoriais tinha ganhado, enfim, um amplo apoio público e institucional por outras organizações e figuras que compunham o cenário macro das reivindicações memoriais sobre não somente a perseguição nazista, mas a própria *Shoah*, o Holocausto. O suporte político não partia unicamente da comunidade interessada nessas construções, mas tinha conquistado um lugar maior e além dos esforços da coletividade homossexual.

Nos Estados Unidos, por sua vez, os empenhos dos ativistas homossexuais em pleitearem espaço nas celebrações, nos monumentos, memoriais e museus relativos à memória do Holocausto foram largamente barrados nos anos 1970.<sup>594</sup> Até que na década seguinte, membros do *Gay and Lesbian Alliance* pressionaram o então presidente Carter a incluir todos os homossexuais (homens e mulheres) no painel consultivo do *United States Holocaust Memorial Museum* e, igualmente, “a garantir que parte da missão educacional do museu incluísse “genocídio anti-gay”.<sup>595</sup> Os ativistas saíram desse conflito de interesses vitoriosos. O museu, em resposta aos esforços da comunidade, decidiu dedicar parte de sua exposição permanente à perseguição nazista aos homossexuais.<sup>596</sup>

Interessante perceber a capacidade de influência que os movimentos ativistas da comunidade homossexual alemã e norte-americana exerceram uns sobre os outros, partilhando catástrofes para organizar uma luta contra a homofobia no presente. Os anos 1970, como aponta

---

<sup>591</sup> Idem.

<sup>592</sup> Idem.

<sup>593</sup> Ibidem, p. 337.

<sup>594</sup> Ibidem, p. 338.

<sup>595</sup> Ibidem, p. 339.

<sup>596</sup> Idem.

Didier Eribon, deram uma carga revolucionária à condição da homossexualidade, e isso está intrinsecamente associado a uma radicalização dos sentidos de orgulho público que os homossexuais começaram a fomentar no período contra a opressão social, policial e política. A ideia de “ascese homossexual”, *self-fashioning*, de Michel Foucault aparece na conscientização de uma coletividade que se sente pressionada em continuar construindo sua identidade a partir das estruturas que lhes são oferecidas.<sup>597</sup> Exemplo disso é a interpretação que Erik N. Jensen faz das movimentações atípicas que os homossexuais norte-americanos e alemães fizeram naquele contexto de perturbações sócio-políticas para a comunidade:

Como o exame anterior da memória coletiva da comunidade gay sobre a perseguição nazista mostrou, nas últimas três décadas as iniciativas de ativistas, pesquisadores e escritores na Alemanha Ocidental e nos Estados Unidos se influenciaram mutuamente. Filmes, peças, estudos históricos e estratégias comemorativas produzidas em um país muitas vezes encontraram um público receptivo no outro. Esse compartilhamento refletiu e contribuiu para a qualidade transnacional da memória coletiva da comunidade gay e lésbica, em que o cenário nacional de um evento histórico assumiu importância secundária em relação ao fato central de envolver homens e mulheres gays. Na Alemanha Ocidental, gays e lésbicas em muitas das principais cidades celebram há muito o dia anual da Christopher Street em reconhecimento a um evento histórico especificamente americano, os motins de Stonewall em 1969 na cidade de Nova York. Os gays alemães pegaram emprestado um aspecto proeminente de sua memória da história americana, assim como os gays americanos adotaram sua memória da perseguição nazista de homossexuais da história alemã.<sup>598</sup>

Porém, Jensen também nos esclarece que há diferenças significativas nas memórias coletivas entre as duas comunidades. Diferente da Alemanha, nos Estados Unidos foram feitas maiores associações ao genocídio homossexual e ao Holocausto judaico, pois, a sociedade norte-americana tinha mais referências aos judeus enquanto grupo prioritariamente perseguido pelos nazistas do que os demais. De um lado, os intelectuais judeus norte-americanos estudando e divulgando o Holocausto durante as décadas de 1970 e 1980, do outro lado, os homossexuais de origem judaica que se beneficiavam desse prisma familiar para tratar sobre os triângulos rosa.<sup>599</sup> Martin Sherman e Rick Landman, ambos homossexuais de origem judaica, defenderam essas aproximações e apontaram que a sociedade, de forma geral, negligenciava aspectos importantes da história judaica, assim como faziam com a história homossexual.<sup>600</sup> Suas

---

<sup>597</sup> ERIBON, Didier. Op. cit., p. 144.

<sup>598</sup> JENSEN, Erik N. Op. cit., p. 339.

<sup>599</sup> Ibidem, p. 339-340.

<sup>600</sup> Ibidem, p. 340.



sensibilidades e preocupações com os dois temas se mesclavam e, de certa maneira, tornavam-se um só.

Ainda que escritores, intelectuais, ativistas e artistas ligados às origens étnica-religiosas do judaísmo e igualmente à homossexualidade fomentassem na sociedade norte-americana as associações referentes às noções comuns de estereótipos, guetização e perseguição que ambas as comunidades enfrentaram por imposição nazista,<sup>601</sup> alguns setores sociais faziam uma força contrária para não mesclarem as duas categorias de vítimas. A própria decisão de incluir os triângulos rosa no *United States Holocaust Memorial Museum* foi contestada durante as duas décadas seguintes. A ameaça de boicote à instituição por parte de dois grupos de rabinos ortodoxos em 1997 é um claro exemplo disso.<sup>602</sup> A oposição foi feita não somente por associações judaicas ortodoxas, mas uma própria parcela da comunidade judaica de gays e lésbicas também se revelaram contrárias às “comparações indiscriminadas da comunidade gay com o Holocausto”.<sup>603</sup> Contudo, o fato é que a sessão específica aos homossexuais perseguidos e aniquilados pelos nazistas continua viva e em plena atividade nos espaços institucionais do museu até os dias de hoje.

Outros museus e demais locais de memória também se dedicaram a contar a história dos triângulos rosa. Em 2000, o campo de concentração de Sachsenhausen e o Museu Gay de Berlim organizaram uma vasta exposição sobre a perseguição nazista aos homossexuais. Sobre isso, Jensen diz: “o capítulo final de um dos dois livros da exposição examina a persistência de uma subcultura homossexual em Berlim durante os anos nazistas e inclui listas de bares, piscinas e parques públicos onde os homens se encontravam”.<sup>604</sup> Isso demonstra que apesar do regime de terror instaurado para reprimir a homossexualidade, ainda assim, os sujeitos homossexuais conseguiram burlar as restrições impostas e mantiveram uma clandestina vida social e cultural na capital alemã.

Para Ken Settrington, foi essencial a articulação sócio-política dos ativistas da causa homossexual para essa orquestração da memória nos espaços públicos:

Nos anos 1980, a crescente pressão dos ativistas, uma maior consciência da situação dos homossexuais durante o período nazista e uma atitude mais tolerante com relação à comunidade gay em geral resultaram nos primeiros memoriais às vítimas homossexuais. Em 1984, um monumento oficial foi inaugurado no antigo campo de concentração de Mauthausen, Áustria. Uma

---

<sup>601</sup> Idem.

<sup>602</sup> Ibidem, p. 341.

<sup>603</sup> Ibidem, p. 342.

<sup>604</sup> Ibidem, p. 348.

placa no formato de um triângulo rosa foi colocada nos muros da prisão com a inscrição: “Condenados à morte. Condenados ao silêncio. Pelas vítimas homossexuais do nacional-socialismo”. Em Dachau, em 1985, outra placa no formato de triângulo rosa foi exibida no antigo campo de concentração. Anteriormente, uma escultura memorial, feita de triângulos de diferentes cores, havia sido criada no campo, mas excluía o rosa. Em 1990, em Buchenwald, uma placa apareceu declarando: “Em memória dos homossexuais que sofreram aqui. Houve 650 prisioneiros *Rosa Winkel* (Triângulos Rosa) no campo de concentração Buchenwald entre 1937 e 1945. Muitos deles perderam a vida”. A comunidade gay em Amsterdã persistiu em suas demandas por reconhecimento do sofrimento dos homossexuais durante a guerra. Em 1987, dezessete anos após as prisões no Monumento Nacional, o Homomonument foi criado. Perto da casa de Anne Frank, o monumento tem a finalidade de “inspirar e apoiar gays em sua luta contra negação, opressão e discriminação”. É um dos maiores monumentos do mundo homenageando homens e mulheres gays. Em 1989, em Berlim, na parte da cidade que abrigava muitos dos bares e boates gays, incluindo a famosa boate Eldorado (que é novamente uma agitada boate gay), uma placa de granito rosa no formato de um triângulo foi colocada na entrada da estação de metrô de Nollendorfpplatz, com a declaração: “Mortos e esquecidos, as vítimas homossexuais do nacional-socialismo”. Em Sydney (Austrália), em São Francisco e no Alasca (Estados Unidos), em Roma e Trieste (Itália), em Montevidéu (Uruguai) e mais recentemente em Barcelona (Espanha), monumentos foram erguidos para lembrar os homossexuais que foram vítimas do regime nazista. Eles fazem as pessoas pensarem no passado e encorajam maior compreensão da diversidade sexual e da dignidade de homens e mulheres gays.<sup>605</sup>

Muito tardiamente, em Berlim no ano de 2008, foi inaugurado o Memorial aos Homossexuais Perseguidos pelo Nazismo, a poucos metros de distância do enorme memorial que lembra os 6 milhões de judeus mortos na Europa ocupada. Ambos localizados no centro da cidade. O primeiro, um bloco de concreto, onde um filme com dois homens e duas mulheres se beijando é exibido de maneira intercalada. Enquanto o segundo, fileiras quilométricas de lápides centralizadas em caminhos tortuosos, sendo um dos maiores monumentos públicos em referência ao Holocausto no mundo. O vídeo simboliza que em um momento distinto da história alemã aqueles jovens homossexuais poderiam ter sido perseguidos e assassinados pelo Estado. Uma placa próxima anuncia:

Por causa de sua história, a Alemanha tem uma responsabilidade especial de se opor ativamente à violação dos direitos humanos de homens gays e lésbicas. Em muitas partes do mundo, pessoas continuam a ser perseguidas por causa de sua sexualidade; o amor homossexual permanece ilegal e um beijo pode ser perigoso. Com este memorial, a República Federal da Alemanha pretende homenagear as vítimas de perseguição e assassinato, para manter viva a

---

<sup>605</sup> SETTERINGTON, Ken. Op. cit., p. 94-95.

memória dessa injustiça e criar um símbolo duradouro de oposição à animosidade, intolerância e exclusão de homens gays e lésbicas.<sup>606</sup>

Foi a partir da inauguração desse local de memória que Rudolf Brazda teve necessidade de sair do anonimato em 2011. Outra vez, a auto percepção do lugar de vítima frente a um chamado exterior se faz presente. Antes da notícia da construção e inauguração do memorial, Rudolf permaneceu no anonimato pois “achava que não havia interesse” social na história de homossexuais vitimados pelo nazismo.<sup>607</sup> Com sua guinada ao ambiente público e, posteriormente, o lançamento de sua biografia, a homofobia voltou a ser discutida pelo viés da lembrança dos homossexuais perseguidos e assassinados sob o domínio do Terceiro Reich.

Em 2013, na capital Tel Aviv em Israel, foi inaugurado no parque Gan Meir o memorial às vítimas homossexuais da perseguição nazista. Em formato de triângulo, com um mármore branco e uma ponta cor-de-rosa, podemos ler um texto escrito em hebraico, inglês e alemão. Parte de sua inscrição diz: “Em memória dos que foram perseguidos pelo regime nazista pela sua orientação sexual e identidade de gênero”.<sup>608</sup> Segundo reportagem da BBC, esse “é o primeiro memorial do Holocausto em Israel que lida com vítimas judias e não judias, de acordo com relatórios locais”.<sup>609</sup> Tal fato nos demonstra a real possibilidade de destinarmos lado a lado nos espaços reservados à memória as múltiplas violências e genocídios perpetrados contra diversos grupos de seres humanos durante o período nazista. Assim, o Holocausto (conceito com “H” maiúsculo para designar essa tragédia especificamente enquanto um evento judaico) e outros ‘holocaustos’ (demais formas de extermínio que operam em lógicas distintas desde sua base discriminatória, implementação dos expurgos e perseguições, etc) podem ser lembrados nos mesmos espaços de memória como igualmente crimes terríveis que afetaram irremediavelmente indivíduos únicos e particulares da família humana.<sup>610</sup>

---

<sup>606</sup> Ibidem, p. 96.

<sup>607</sup> Isto é. Op. cit. Acessado em: 27. Mai. 2020.

<sup>608</sup> Disponível em: <<https://www.natgeo.pt/viagem-e-aventuras/2019/06/monumentos-que-honram-historia-lgbtq-em-todo-o-mundo>>. Acesso em: 20. Fev. 2021.

<sup>609</sup> Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-25687190>>. Acesso em: 4. Ago. 2021.

<sup>610</sup> Antes de chegar a este entendimento sobre o Holocausto enquanto conceito destinado exclusivamente à tragédia judaica em relação ao nazismo, sua trajetória de formulação, caracterização e apropriação dentro dos mais distintos debates intelectuais, políticos, sociais e culturais, submeti um artigo para publicação na revista equatoriana de história *Resistances: Journal of the Philosophy of History*, intitulado *História do Tempo Presente, narrativas e homossexualidade: os casos de Pierre Seel e Rudolf Brazda como sobreviventes do Holocausto*. De maneira errônea, acabei passando a ideia de Holocausto como um termo guarda-chuva capaz de abrigar as demais vítimas dos nazistas como se as estruturas, perpetuações, permanências e dissidências de violências fossem as mesmas para múltiplos grupos, em específico, os homossexuais. Diante dos resultados finais desta pesquisa aqui apresentados, fica muito claro que há, sim, uma historicidade, um consenso e uma conclusão sobre a utilização de determinados conceitos. Portanto, enquanto historiador em formação, me sinto no dever moral e ético de retificar o referido artigo através da presente dissertação de mestrado. Válido lembrar que o artigo foi escrito no meu segundo semestre do curso para atender à avaliação de uma disciplina em dezembro de 2020, quando, naquele

## Considerações finais

Tendemos a acreditar, em certa medida, na existência de uma espécie de obsessão megalomaniaca que leva os indivíduos a procurarem meios de ascender socialmente em sentidos de reconhecimento público, de ter fama ou uma forma de visibilidade egoica. Porém, esse, definitivamente, não é o caso dos sujeitos Pierre Seel e Rudolf Brazda.

Minha pesquisa me levou a constatar que essas pessoas só conseguiram vir à público a partir da demanda de uma coletividade que se aglutinava em um imediato de contestações, de incertezas, do advento de uma nova crise e, principalmente, do aumento expressivo da homofobia. De maneira muito particular, temos acesso a um registro cuja noção sugerida é que esses dois indivíduos são produtos do seu espaço-tempo de atuação ativista e, fundamentalmente, das relações que exerceram e dos terceiros que encontraram ao longo do caminho e dos seus respectivos processos de auto entendimento, autoanálise e auto interpretação sobre o passado traumático.

Portanto, suas grafias de vida são as concretizações dessas articulações e movimentações. Foi a partir do processo do trauma cultural da perseguição nazista que os homossexuais tomaram as rédeas da nova catástrofe, a AIDS, que os afetou durante a segunda metade do século XX, assim, definindo e reestruturando novos meios de enfrentamento à homofobia e reelaborações das suas memórias e trajetórias enquanto um coletivo de gente envolto em causas sócio-políticas que há muito precisava fazer oposição à opressão e ao ostracismo.

Os dois, de maneiras distintas, recebem um chamado dos homossexuais do seu tempo. Pierre Seel, ainda no início dos anos 1980, a partir da leitura e da divulgação do livro pioneiro de memórias do homossexual austríaco sobrevivente do nazismo Josef Kohout. Em seguida, do

---

período, as minhas leituras e análises sobre o tema se encontravam em fase prematura de construção e amadurecimento. Contudo, ignorando o equivocado uso do conceito naquele texto, a parcialmente incorreta leitura, articulação e utilização de outros autores, parece-me que ainda faz sentido o grosso do estudo exposto. Ao lê-lo, por favor, desconsiderem quando atrelo o conceito de Holocausto (com “H” maiúsculo) aos homossexuais, em seu lugar formalizem os termos de “catástrofe”, “tragédia”, “genocídio” e afins. Minha intenção jamais foi colocar o Holocausto enquanto um evento qualquer, muito menos praticar quaisquer formas de revisionismo ou negacionismo, se assim o fosse, não faria esta nota de rodapé de maneira tão honesta e direta quanto à publicação do meu artigo. Penso que pesquisar requer uma concreta responsabilidade com os sujeitos e com as interpretações que fazemos do passado, contudo, é natural que se cometa erros e que se reveja algumas posições. Estranho seria se a ciência historiográfica se fizesse linear, sem tropeços, e os resultados se apresentassem com clareza e objetividade desde o princípio de uma investigação. Ver: SIQUEIRA GONÇALVES, Mateus Henrique. História do Tempo Presente, narrativas e homossexualidade: os casos de Pierre Seel e Rudolf Brazda como sobreviventes do Holocausto. **Resistances. Journal of the Philosophy of History**, v. 2, n. 3, p. e21049, 16 jul. 2021. Disponível em: <<https://resistances.religacion.com/index.php/about/article/view/49>>. Acesso em: 4. Set. 2021.

debate, do diálogo, do exercício de convencimento de outros homossexuais que estavam tão preocupados com o passado catastrófico dessa coletividade quanto ele, tendo o seu último pontapé, irremediavelmente decisivo em sua trajetória, a preconceituosa fala pública do bispo de Estrasburgo. Portanto, é o tempo presente e seu contexto efervescente, quase 40 anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, que pressionou Seel a romper com seu anonimato, a reconhecer-se e enraizar-se, definitivamente, em um grupo, uma coletividade.

O que une os homossexuais não é o desejo pelo mesmo sexo ou até mesmo a concretização de uma vida sexualmente ativa, muito menos as bem-sucedidas ou frustradas relações afetivas e amorosas que homossexuais podem empreender ao longo do tempo, mas, sobretudo, a repulsa pela violência homofóbica. Todos nós, pessoas LGBTI+, em algum instante de nossas vidas, fomos tocados por situações de preconceito, seja ele explícito ou velado, físico ou psicológico. E essa é uma marca na qual qualquer um de nós pode conseguir se reconhecer.

Rudolf Brazda, por sua vez, foi convencido pela construção do memorial aos homossexuais perseguidos no centro de Berlim. Ao ver o evento na televisão, ocorreu-lhe o despertar. Saber que havia propósito de fala, de testemunho, tomar consciência que outros sujeitos procuravam esses sobreviventes o levou à luz do dia. Os triângulos rosa são requisitados, suas histórias são importantes, a ponto de monumentos serem erguidos em nome da memória deles. E a partir desse momento, abre-se a possibilidade do encontro com os ativistas dos anos 2010. Jean-Luc Schwab representa esse grupo, essas pessoas que enxergam a capacidade de transmissão e identificação que o relato de um homossexual vítima de deportação como Rudolf Brazda tem.

De certo, é importante afirmar que é o advento de uma nova crise dentro da homossexualidade mundo a fora que ascende o alerta da urgência do tema dos triângulos rosa, ainda no final dos anos 1970, seguidos por toda as duas décadas seguintes, anos 1980 e 1990. Era preciso que se recuperasse uma história pregressa de criminalização, marginalização social, perseguição política e estatal, para que uma nova geração de homossexuais tivesse os meios e as retóricas traumáticas e memoriais próprias para lidarem com uma outra onda de repressão sexual e identitária.

Nas interlocuções de Pierre Seel e Rudolf Brazda há regularmente a figura do outro, não somente enquanto representação, mas como ação prática. Simbólico e literal, juntos, a operar um processo de iluminação sobre uma catástrofe muito específica. Eles se alicerçam e se beneficiam da coletividade homossexual ao mesmo tempo que dão os suportes e oferecem

originais estruturas à própria coletividade. São amparados pelos homossexuais ativistas e os amparam com seus testemunhos, pois, de forma direta, seus patrimônios literários compõem uma riqueza incomensurável para a construção da reestruturada identidade homossexual contemporânea.

O processo de sujeição dentro da experiência de trauma nos campos de concentração também é uma forma eficaz dentro das grafias de vida de operacionalizar uma memória coletiva acerca da tragédia homossexual, pleiteiam, assim, lugar de vítima a partir da caracterização dessa vitimização. Essa reivindicação dentro das obras é consolidada de duas maneiras: a primeira, discursiva. O discurso que traz a experiência enquanto representação, o retrato particular e repleto de interesses individuais e coletivos do evento-limite, suas consequências, permanências e a desolação que se produziu no sujeito, expresso irremediavelmente no percurso doloroso. A segunda, os recursos materiais das obras, os usos e as exposições diretas dos documentos para os leitores, que me parecem de maior valor externo (para a sociedade e o Estado de forma geral) do que interno (para os indivíduos que testemunham).

O nazismo encarado, portanto, enquanto catástrofe física, psicológica, sociológica e culturalmente instituída. Responsável por ter protagonizado múltiplos genocídios em escalas distintas durante sua permanência no poder e expansão pelo mundo europeu centro-ocidental e oriental. Um cataclisma forjado a nível político, social, religioso e étnico-racial, cuja gênese de atuação se encontrava no pangermanismo, no racismo científico e na eugenia como forma de “aperfeiçoamento” do povo ariano, perseguindo e exterminando aqueles grupos de seres humanos considerados inválidos de existirem.

O processo de construção social da vítima, da catástrofe nazista aos homossexuais enquanto tragédia coletiva de uma comunidade identitária (não considero que ser homossexual faz parte de uma raça, tal qual o imaginário nazista conceituou), também é efetivado na sujeição de um processo individual de violência. Isto é, as formas pelas quais se optou por descrever e auto interpretar as experiências da deportação, dos campos de concentração e do próprio momento de Libertação de Pierre Seel e Rudolf Brazda dão esse indício. Não são os sujeitos vitimados que operam o processo da violência, é a violência que opera um tipo de processo sobre eles. E nas narrativas eles são capazes de modularem, em parte, um entendimento sobre as ações simbólicas e práticas, abstratas e físicas, que os nazistas impuseram.

A pesquisa aqui empreendida também desfez algumas suposições das quais eu parti no início do projeto e que sustentei durante a primeira parte do mestrado. Acreditava que a prática da perseguição aos homossexuais e o extermínio compulsório de alguns deles, por exemplo,

poderiam ser incluídos como Holocausto, ou, até mesmo, incorporado nesse conceito maior, dividindo espaço com outros grupos como os judeus. Porém, as vastas leituras científicas estrangeiras e nacionais sobre a temática e o próprio relato dos sobreviventes aqui analisados me convenceram que as particularidades dessa experiência de terror não são suficientes para enquadrarem a catástrofe aos homossexuais como o Holocausto, ou como parte daquilo que entendemos atualmente como Holocausto.

É preciso que se reconheça uma política extremista e violenta que partiu de uma vontade intransigente das forças do Estado de reprimirem práticas e identidades sexuais, e isso levou centenas de milhares de homens às salas de interrogatório, aos tribunais, às prisões, às deportações e aos trabalhos compulsórios, torturas físicas e pseudocientíficas dentro dos campos, quando, não, à própria guerra em seus *fronts* orientais. Mas a retórica, aparentemente, era muito maior e mais perigosa do que a própria prática. O exercício sistêmico de vigilância e a aniquilação compulsória da homossexualidade masculina foram falhos, vacilantes e desorganizados em determinados anos, ambientes, cidades e países anexados e ocupados.

As composições literárias testemunhais de Pierre Seel e Rudolf Brazda se contrastam nesse sentido e corroboram com os estudos até o presente momento expostos. Seel registra uma história de ilegalidade, de queda sob o Parágrafo 175 nas mãos da Gestapo, de tortura física, psicológica e sexual ainda no interrogatório, isolado de qualquer comunicação com a família e de qualquer ajuda legal por parte de advogados. Internado às pressas no campo de Schirmeck-Vorbrück, na França ocupada, sem um devido processo criminal antes da deflagração de sua condenação mais rígida.

Rudolf Brazda, por sua vez, nos informa detalhadamente em contribuição das pesquisas e da narração de seu biógrafo, Jean-Luc Schwab, dois processos criminais que enfrentou por queda sob o Parágrafo 175. A Kripo o investigou rigorosamente e procurou as menores provas, os menores detalhes, para que a incriminação de Rudolf pudesse ser efetivada sem uma possível chance de escapar da condenação. Com processos que particularmente correram rápido demais, sem a devida assistência legal para sua defesa, de maneira atípica, passou por algumas prisões comuns onde foi fisicamente maltratado e explorado por ser homossexual. Brazda acabou expulso da Alemanha para a Tchecoslováquia, encarado como estrangeiro e, após a ocupação do país, foi deportado para o campo de concentração de Buchenwald em território alemão a partir de uma nova diretriz que endurecia as penas para homossexuais reincidentes do Parágrafo.

Essas grafias de vida nos demonstram, então, que não haviam procedimentos efetivamente protagonizados pelos nazistas de forma solidamente protocolar. Os grupos distintos que foram presos juntos aos indivíduos Seel e Brazda – pois, os homossexuais caíam corriqueiramente nas mãos dos nazistas em conjunto – receberam tratamentos diferentes, mas, todos, levados a um lugar de ilegalidade e violência homofóbica durante esse processo de criminalização e deportação.

O que também devemos afirmar é que essa parte da história contemporânea permanece em aberto e seus dados não podem ser interpretados como definitivos. Ainda hoje há uma lacuna nos registros dos sujeitos atraídos pelo mesmo sexo, talvez um buraco que jamais poderá ser preenchido. O que se destruiu no imediato da guerra muito provavelmente os pesquisadores não serão capazes de recuperar. A história dos triângulos rosa é, por excelência, incompleta. Apesar de todos os esforços apreendidos até aqui por intelectuais do mundo todo, ela segue fragmentada, mas não menos relevante ou rigorosamente escrita, debatida e divulgada.

Seel e Brazda, portanto, formalizam os rostos dessa perseguição. Emprestam os seus nomes próprios, as suas identidades e seus relatos para caracterizarem uma categoria de vítimas que durante muito tempo foi negligenciada no âmbito macro das discussões do nazismo. Suas grafias os colocam como representantes diretos de um ativismo que se preocupa com o passado, o presente e o futuro breve, irremediavelmente marcado pela homofobia. Há um apelo na obra de Seel para que não deixemos de divulgar sua trajetória, porque outros como ele podem vir à público. Ainda nos anos 1990 isso era possível. Brazda, não cultiva as mesmas esperanças. O seu testemunho se dirige aos homossexuais do presente, da geração jovem adulta dos anos 2010, que pode tomar seu registro como uma força de luta sócio-política contra a homofobia recente e fazer valer os seus direitos até aqui conquistados, organizando dentro da coletividade uma vigilância que faça oposição ferrenha aos esforços de sujeitos do Estado e da sociedade que podem vir tentar retroceder os avanços que respondem aos homossexuais e demais indivíduos da população LGBTI+.

Suas obras também são diretamente frutos da luta sócio-política homossexual que desde os anos 1980 emerge com força nas grandes metrópoles do mundo, a contar países como Estados Unidos, Alemanha e França, por exemplo. Elas se relacionam estruturalmente com os ativistas e as movimentações que eles protagonizaram em seus respectivos tempos e locais de atuação. Seel representando o início de uma luta para o reconhecimento oficial da deportação por homossexualidade sob regime nazista e Brazda o fim dessa reivindicação. Um ciclo que se encerra de maneira vitoriosa para a coletividade homossexual. Os monumentos, museus,



memoriais, placas de ruas, etc, não cansam de aparecer no exterior, a memória dos triângulos rosa é hoje sustentada firmemente, e isso só foi possível com um largo histórico de pressões incansavelmente efetivadas por ativistas homossexuais do passado.

No tempo da criação dos espaços destinados à memória das vítimas do Holocausto e demais vítimas da esteira de extermínio nazista, pode-se constatar uma apresentação de um problema moral que permeia as relações de tensões entre os homossexuais e os heterossexuais. As repressões e demais formas de intransigências exercidas para com os homossexuais quando esses tentaram se movimentar institucionalmente nos lugares reservados à preservação da memória, nos revelam uma forma de repulsa e um ímpeto de represália reservados especialmente para os triângulos rosa. Como se a presença das vítimas do Terceiro Reich por motivos sexuais de alguma forma maculasse o espaço sagrado de rememoração das outras vítimas do nazismo.

Apesar disso, os ativistas da causa não aceitaram retroceder a luta e demarcaram posição constante para que finalmente os homens homossexuais e as mulheres lésbicas violentados pelo nazismo não fossem cerceados e tivessem suas memórias, trajetórias e testemunhos devidamente preservados, expostos e debatidos publicamente. É a luta sócio-política organizada dos homossexuais da segunda metade do século XX, espalhados entre organizações e instituições nos Estados Unidos, França e Alemanha, entre outros países, que garante o direito à memória, à verdade e à justiça dos homossexuais da Europa outrora nazificada.

Seel e Brazda, na categoria da estética, do testemunho, também podem ser vistos como esses operadores da memória coletiva homossexual ao lado dos seus companheiros de ativismo. Influenciam e são influenciados, mutuamente. Mesmo que eles não estejam mais fisicamente no mundo, as suas narrativas os colocam perpetuamente na história contemporânea, fundamentais não somente para entendermos melhor o nazismo, mas o próprio movimento homossexual de revolta e ação prática, direta, contra a homofobia social e estatal. Pleitearam lugar de vítima legítima da perseguição e deportação nazista e, enfim, conseguiram conquistar esse posto com o auxílio dos outros homossexuais envolvidos em uma outra crise para a homossexualidade.

Entendo, portanto, que é a junção do momento político da França pré governo de François Mitterrand (as pressões e as mudanças dentro dos códigos da lei), ligado às atividades incansáveis dos homossexuais que se organizavam em uma causa identitária e coletiva, com a importação e exportação de uma discussão cara para a comunidade homossexual daquele tempo, forçados a radicalizarem por conta de uma nova onda de repressão e deflagração de

outra crise violenta para a comunidade, que possibilitam os triângulos rosa a virem à tona no mundo ocidental. Tanto na Europa quanto nas Américas, o tema sobre os homossexuais perseguidos pelos nazistas foi gradativamente discutido, representado, alargando noções sobre o passado e colocando os homossexuais integrados às diferentes formas de luta contra a homofobia de maneira transcontinental. Apesar de todos os ganhos, os frutos da luta empreendida por esses ativistas do passado, a homofobia aparentemente se coloca como um problema permanente para a questão gay, contudo, ambos os sujeitos que testemunham não se deixam abater diante dela e clamam em suas obras que os homossexuais do futuro igualmente não sucumbam.

## Obras-fontes

SCHWAB, Jean-Luc. **Triângulo rosa: um homossexual no campo de concentração nazista.** / Jean-Luc Schwab; Rudolf Brazda. Trad. Angela Cristina Salgueiro Marques. São Paulo: Mescla, 2011.

SEEL, Pierre. **Eu, Pierre Seel, deportado homossexual.** / Pierre Seel; Jean Le Bitoux. Trad. Tiago Elídio. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2012.

## Referências bibliográficas, dissertações e teses

ALEXANDER, Jeffrey C. Toward a Theory of Cultural Trauma. In: ALEXANDER, Jeffrey C. [et al.]. **Cultural trauma and collective identity.** Berkeley: University of California Press, 2004.

AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **O que pode a biografia.** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

BEACHY, Robert. **Gay Berlin: birthplace of a modern identity.** New York: Vintage Books, 2015.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito.** Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 12ª ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio; RODRIGUES, Alexsandro. Do caos re-emerge a força: AIDS e a mobilização LGBT. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018.

CARON, David. AIDS/Holocaust: Metaphor and French Universalism. **L'Esprit Créateur**, vol. 45, n. 3, p. 63-73, fall 2005. Johns Hopkins University Press.

\_\_\_\_\_. Tactful Encounters: AIDS, the Holocaust, and the Problematics of Bearing Witness. **Yale French Studies**, n. 118/119, Yale University Press, p. 155-173, 2010.

COSTA, Carla Filomena César Dias da. **As emoções morais: a vergonha, a culpa, e as bases motivacionais do ser humano.** Dissertação de mestrado em Psicologia. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 2008. p. 52.

DE SOUZA, Adriana Barreto; LOPES, Fábio Henrique. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography.** Ouro Preto, v. 5, n. 9, p. 26-37, 2012.

DELUCA, Kevin Michael. Unruly arguments: the body rhetoric of Earth First!, Act Up, and Queer Nation. **Argumentation and Advocacy**, v. 36, n. 1, p. 9-21. 1999.

DINES, Alberto. **Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig**. 4ª ed., ampl. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

DOSE, Ralf. **Magnus Hirschfeld: the origins of the gay liberation movement**. Trans. Edward H. Willis. New York: Monthly Review Press, 2014.

DOSSE, François. **El arte de la biografía: entre historia y ficción**. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2007.

ELÍDIO, Tiago. **A perseguição nazista aos homossexuais: o testemunho de um dos esquecidos da memória**. 2010. 95 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

EPSTEIN, Steven. Specificities: AIDS activism and the retreat from the ‘genocide’ frame. **Social Identities: Journal for the Study of Race, Nation and Culture**, vol. 3, n. 3, p. 415-438, 1997.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Trad. Procopio Abreu. Ed. José Nazar. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Trad. Fátima Murad. 1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard (ed.). **The Empire of Trauma: An Inquiry into the Condition of Victimhood**. Trans. Rachel Gomme. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2009.

FELMAN, Shoshana. Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar. In: NETROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). **Catástrofe e representação: ensaios**. São Paulo: Escuta, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica**. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

FILINICH, María Isabel. Testemunho e veridicção. **Estudos Semióticos**, vol. 13, n. 2, p. 136-142, dezembro de 2017.

FOUCAULT, Michel. A extensão social da norma. In: FOUCAULT, Michel. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRANK, Anne. **O diário de Anne Frank**. Trad. Alves Calado. 45ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

\_\_\_\_\_. **Obra reunida**. Trad. Cristiano Zwiesele do Amaral. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GAMA, Tatiana. A Berlim de Christopher Isherwood – Weimar e suas personagens. In: **XI Jornada de Estudos Históricos Manuel Salgado**, 2016, Rio de Janeiro. Anais da XI Jornada de Estudos Históricos Manuel Salgado, 2016. v. 2.

GIGLIOTTI, Simone; EARL, Hilary (ed.). **A Companion to the Holocaust**. Hoboken: New Jersey, 2020.

GONÇALVES, Mateus Henrique Siqueira. “**Palhaço pinta o rosto para viver, e o travesti também**”: uma análise sobre a representação das travestis no eixo Rio de Janeiro-São Paulo (1980-1988). 2018. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GORDON, Mel. **Voluptuous panic: the erotic world of Weimar Berlin**. Los Angeles: Feral House, 2006.

GORISCH, Patrícia Cristina V. de S. **O reconhecimento dos direitos LGBT como direitos humanos**. Universidade Católica de Santos, 102 f. São Paulo, 2013.

GRAU, Günter. **Hidden Holocaust? Gay and Lesbian Persecution in Germany 1933-45**. Günter Grau and Claudia Schoppmann (ed.). Chicago: Fitzroy Dearborn, 1995.

GRIN, Monica. Reflexões sobre o direito ao ressentimento. In: **XXVII Simpósio Nacional de História, ANPUH: conhecimento histórico e diálogo social**. p. 1-16. Natal, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HEGER, Heinz. **The Men with the Pink Triangle: the true, life and death story of homosexuals in the Nazi death camps**. Trans. David Fernbach; [introduction by Kalus Müller]. 2<sup>nd</sup> ed. Los Angeles: Alyson Publications, 1994.

HERZOG, Dagmar. **Sex after Fascism: Memory and Morality in Twentieth-Century Germany**. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. **Sexuality in Europe: A Twentieth-Century History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

HOCQUENGHEM, Guy. **O desejo homossexual**. Trad. Daniel Lühmann. Rio de Janeiro: A Bolha, 2020.

ISHERWOOD, Christopher. **Christopher and His Kind**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2015.

JENSEN, Erik N. The Pink Triangle and Political Consciousness: Gays, Lesbians and the Memory of Nazi Persecution. **Journal of the History of Sexuality**, vol. 11, n. ½, University of Texas Press, p. 319-349, 2002.

KATZ, Jonathan Ned. Signs of the Times: The Making of Liberation Logos. **The Advocate**, October 10, 1989.

KERSHAW, Ian. **Hitler**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KRAMER, Larry. **Reports from the Holocaust: The Making of an AIDS Activist.** New York: St Martins, 1989.

LANZMANN, Claude. **A lebre da Patagônia.** Trad. Eduardo Brandão; Dorothée de Bruchard. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LAURITSEN, John; THORSTAD, David. **The early homosexual rights movement (1864-1935).** New York: Times Change Press, 1974.

LAUTMANN, Rüdiger. The Pink Triangle: Homosexuals as 'Enemies of the State'. In: BERENBAUM, Michael; PECK, Abraham J (ed.). **The Holocaust and History: The Known, the Unknown, the Disputed, and the Reexamined.** Bloomington: Indiana University Press, 1998.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: De Rousseau à Internet.** Jovita Maria Gerheim Noronha (org.). Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha; Maria Inês Coimbra Guedes. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LERNER, Kátia. **Holocausto, memória e identidade social: a experiência da Fundação Shoah.** 2004. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Antropologia Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** / Primo Levi: Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

\_\_\_\_\_. **Os afogados e os sobreviventes.** Trad. Luiz Sérgio Henriques. 3ª ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 761-784, 2016.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

MANCINI, Elena. **Magnus Hirschfeld and the quest for sexual freedom: a history of the first international sexual freedom movement.** New York: Palgrave Macmillian, 2010.

MARCHETTI, Dominique. Les condition de réussite d'une mobilization médiatique et ses limites: l'exemple d'Act Up-Paris. Presses Universitaires de France. In: DARRAS, Eric (dir.). **La politique ailleurs,** p. 277-297, 1998.

MONTEFIORE, Simon Sebag. **Jerusalém: a biografia.** Trad. Berilo Vargas e George Schlesinger. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MOSER, Benjamin. **Sontag: vida e obra.** Trad. José Geraldo Couto. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MÜLLER, Melissa. **Anne Frank: uma biografia.** Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Record, 2000.

NEWSOME, W. Jake. **Homosexuals after the Holocaust**: sexual citizenship and the politics of memory in Germany and the United States (1945-2008). Dissertation of PhD in Philosophy. New York: University at Buffalo. p. 251.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATTON, Cindy. **Inventing AIDS**. New York: Routledge, 1990.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O impacto da AIDS, a afirmação da “cultura gay” e a emergência do debate em torno do “masculino” – fim da homossexualidade?. In: RIOS, Luís Felipe (org.). **Homossexualidade**: produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

PEREZ, Urania Tourinho. Por que a culpa? / **Revista Olhar**. São Carlos-SP, UFSCar. Ano 02, n. 4, dezembro 2000.

PLANT, Richard. **The pink triangle**: the nazi war against homosexuals. New York: Henry Holt and Company, 1986.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Trad. Monique Augras. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212. 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. Trad. Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. **Os homossexuais e a AIDS**: sociologia de uma epidemia. Trad. Paula Rosas. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

QUINALHA, Renan. O mito fundador de stonewall: onde quase tudo começou.... In: IGNACIO, Taynah; DUARTE, Andressa Mourão; FERREIRA, Guilherme Gomes; BURIGO, Joanna; GARCIA, Tamires de Oliveira; BUENO, Winnie (org.). **Tem Saída? Perspectivas LGBTI+ sobre o Brasil**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente e o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho; Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SACRAMENTO, Igor. A era da testemunha: uma história do presente. **Revista Brasileira de História da Mídia**. Vol. 7, n. 1, jan./jun, p. 125-140, 2018.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 20, n. 42, jul./dez, p. 77-105, 2014.

SCHLAGDENHAUFFEN, Régis (ed.). **Queer in Europe during the Second World War**. Strasbourg: Council of Europe, August 2018.

SCHLOSS, Eva. **Depois de Auschwitz**: o emocionante relato da irmã de Anne Frank que sobreviveu ao horror do Holocausto. Trad. Amanda Moura. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NETROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). **Catástrofe e representação**: ensaios. São Paulo: Escuta, 2000.

\_\_\_\_\_. O local do testemunho. **Tempo e Argumento**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun, 2010.

\_\_\_\_\_. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SETTERINGTON, Ken. **Marcados pelo triângulo rosa**. Trad. Sandra Pina. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2017.

SILVA, Karen Pereira da. **Triângulos rosa**: a diversidade memorial dos prisioneiros homossexuais do Holocausto. 2018. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre.

SILVA, Wilton C. L. Espelho de palavras: escrita de si, autoetnografia e ego-história. In: AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **Grafia da vida**: reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

SIQUEIRA GONÇALVES, Mateus Henrique. História do Tempo Presente, narrativas e homossexualidade: os casos de Pierre Seel e Rudolf Brazda como sobreviventes do Holocausto. **Resistances. Journal of the Philosophy of History**, v. 2, n. 3, p. e21049, 16 jul. 2021.

SLAGLE, Anthony. In defense of Queer Nation: from identity politics to a politics of difference. **Western Journal of Communication**. v. 59, n. 2, p. 85-102, 1995.

SONTAG, Susan. **Aids e suas metáforas**. Trad. Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **Diante da dor dos outros**. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Doença como metáfora**: Aids e suas metáforas. Trad. Paulo Henriques Britto e Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SPURLIN, William J. Queering Holocaust Studies: New frameworks for understanding Nazi homophobia and the politics of sexuality under National Socialism. In: GIGLIOTTI, Simone;



EARL, Hilary (ed.). **A Companion to the Holocaust**. Wiley: Wiley Blackwell, 2020.

TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. Escrita autobiográfica e construção subjetiva. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 37-64, 2003.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, a tentação do bem**: indagações sobre o século XX. Trad. Joana Angélica D. Melo. São Paulo: Arx, 2002.

TRAVERSO, Enzo. **O passado**: modos de usar – História, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed, rev., atual. e amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VAN PELT, Robert Jan. Nazi Ghettos and Concentration Camps: The Benefits and Pitfalls of an Encyclopedic Approach. **German Studies Review**, vol. 37, n. 1, p. 149-159, 2014.

WACHSMANN, Nikolaus. **KL**: A história dos campos de concentração nazis. Trad. Miguel Mata. Dom Quixote, 2005.

WHISNANT, Clayton J. **Queer identities and politics in Germany**: A History, 1880-1945. New York: Harrington Park Press, 2016.

WIEVIORKA, Annette. **The era of the witness**. Trans. Jared Stark. Cornell University Press: Ithaca and London, 2006.

## Referências digitais

#ANNE Frank Parallel Stories. **IMDb**. Disponível em: <[https://www.imdb.com/title/tt9850370/?ref=nm\\_sr\\_srsrg\\_4](https://www.imdb.com/title/tt9850370/?ref=nm_sr_srsrg_4)>. Acesso em: 9. Fev. 2021.

ACT UP Paris: AIDS Coalition To Unleash Power. **ACT UP Paris**. Disponível em: <<https://www.actupparis.org/>>. Acesso em: 14. Out. 2021.

ACT UP: AIDS Coalition To Unleash Power. **ACT UP NY**. Disponível em: <<https://actupny.org/>>. Acesso em: 14. Out. 2021.

BASTOS, Jorge Henrique. Saiba como o diário de Anne Frank se tornou um best-seller sobre nazismo. **Folha de S. Paulo**, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/05/saiba-como-o-diario-de-anne-frank-se-tornou-um-best-seller-sobre-nazismo.shtml>>. Acesso em: 30. Jan. 2022.

BUCLKEY JR. William F. Crucial Steps in Combating the Aids Epidemic; Identify All the Carriers. **The New York Times**, 1986. Disponível em: <<https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/books/00/07/16/specials/buckley-aids.html?mcubz=1>>. Acesso em: 16. Out. 2021.

CHEMIN, Anne. Jean Le Bitoux: Jean Le Bitoux, l'une des figures du mouvement homosexuel français, est mort, mercredi 21 avril, à l'âge de 61 ans. **Le Monde**, 2010. Disponível em: <[https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2010/04/27/jean-le-bitoux\\_1343324\\_3382.html](https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2010/04/27/jean-le-bitoux_1343324_3382.html)>. Acesso em: 10. Mai. 2020.

CLAUDIO, Ivan. O último sobrevivente gay de um campo nazista. **Isto É**, 2011. Disponível em: <[https://istoe.com.br/133808\\_O+ULTIMO+SOBREVIVENTE+GAY+DE+UM+CAMPO+N AZISTA/](https://istoe.com.br/133808_O+ULTIMO+SOBREVIVENTE+GAY+DE+UM+CAMPO+N AZISTA/)>. Acesso em: 27. Mai. 2020.

CORSANI, Antonella. Pratique de la guerre symbolique. **Multitudes**: revue politique, artistique, philosophique, 2003. Disponível em: <<https://www.multitudes.net/Pratique-de-la-guerre-symbolique/>>. Acesso em: 14. Out. 2021.

ENCYCLOPEDIA of Camps and Ghettos, 1933-1945. **States Holocaust Memorial Museum (USHMM)**. Disponível em: <<https://www.ushmm.org/research/publications/encyclopedia-camps-ghettos>>. Acesso em: 12. Fev. 2021.

FAVEREAU, Eric. Interview: Jean Le Bitoux, militant de la mémoire gay. **Libération**, 2010. Disponível em: <[https://www.liberation.fr/societe/2010/04/30/jean-le-bitoux-militant-de-la-memoire-gay\\_623516/](https://www.liberation.fr/societe/2010/04/30/jean-le-bitoux-militant-de-la-memoire-gay_623516/)>. Acesso em: 12. Out. 2021.

GALOPIM, Nuno. Berlim e as outras histórias de Christopher Isherwood. **Máquina de Escrever**, 2016. Disponível em: <<https://maquinadeescrever.org/2016/02/08/berlim-e-as-outras-historias-de-christopher-isherwood/>>. Acesso em: 17. Jul. 2020.

ITINÉRAIRE d'un triangle rose. **J'ai Lu**. Disponível em: <<https://www.jailu.com/itineraire-dun-triangle-rose/9782290029442>>. Acesso em: 14. Jan. 2020.

KERR, Theodore. How Six NYC Activists Changed History With “Silence = Death”: The collective that created the Silence = Death poster is back after thirty years to recall its origins and launch new art. **The Village Voice**, 2017. Disponível em: <<https://www.villagevoice.com/2017/06/20/how-six-nyc-activists-changed-history-with-silence-death/>>. Acesso em: 16. Out. 2021.

KÜRTEEN, Jochen. Anne Frank ganha primeira versão alemã no cinema. **Deutsche Welle Brasil (DW)**, 2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/o-di%C3%A1rio-de-anne-frank-ganha-primeira-vers%C3%A3o-alem%C3%A3-no-cinema/a-19053610>>. Acesso em: 22. Jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Como o cinema alemão via a homossexualidade 100 anos atrás. **Deutsche Welle Brasil (DW)**, 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/como-o-cinema-alem%C3%A3o-via-a-homossexualidade-100-anos-atr%C3%A1s/a-49404245>>. Acesso em: 17. Jul. 2020.

MARIANNE. Portrait de Florent Massot. **Massot Éditions**, 2019. Disponível em: <<https://massot.com/la-maison/>>. Acesso em: 14. Jan. 2020.

NEWSOME, W. Jake. Pink Triangle Legacies: Holocaust Memory and International Gay Rights Activism. **Nursing Clio**, 2017. Disponível em:

<<https://nursingclio.org/2017/04/20/pink-triangle-legacies-holocaust-memory-and-international-gay-rights-activism/>>. Acesso em: 19. Out. 2021.

OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais. **Nações Unidas Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/83343-oms-retira-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde,lhes%20foi%20atribu%C3%ADdo%20no%20nascimento>>. Acesso em: 19. Jul. 2020.

OPERAÇÕES de asfixia por gás. **United States Holocaust Memorial Museum (USHMM)**. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/gassing-operations#:~:text=Em%201942%2C%20o%20exterm%C3%ADnio%20sistem%C3%AItico,todos%20campos%20localizados%20na%20Pol%C3%B4nia>>. Acesso em: 13. Fev. 2021.

ORZESSEK, Von Arno. Zum Tod von Ernst Nolte: Ein philosophischer Historiker. **Deutschlandfunk Kultur**, 2016. Disponível em: <[https://www.deutschlandfunkkultur.de/zum-tod-von-ernst-nolte-ein-philosophischer-historiker.2165.de.html?dram:article\\_id=363407#:~:text=Im%20Alter%20von%2093%20Jahren,und%20dem%20Gulag%20System%20gesehen.>](https://www.deutschlandfunkkultur.de/zum-tod-von-ernst-nolte-ein-philosophischer-historiker.2165.de.html?dram:article_id=363407#:~:text=Im%20Alter%20von%2093%20Jahren,und%20dem%20Gulag%20System%20gesehen.>)> Acesso: 12. Fev. 2021.

PETITE histoire de l'édition de La Nuit. **Les Éditions de Minuit**. Disponível em: <[http://www.leseditionsdeminuit.fr/livre-La\\_Nuit%C2%A0-2518-1-1-0-1.html](http://www.leseditionsdeminuit.fr/livre-La_Nuit%C2%A0-2518-1-1-0-1.html)>. Acesso em: 9. Fev. 2021.

QUI sommes-nous?. **Calmann-Lévy**. Disponível em: <<https://calmann-levy.fr/qui-sommes-nous>>. Acesso em: 14. Jan. 2020.

QUINTANILLA, Ivan. Monumentos que honram a história LGBTQ em todo o mundo. **National Geographic**, 2019. Disponível em: <<https://www.natgeo.pt/viagem-e-aventuras/2019/06/monumentos-que-honram-historia-lgbtq-em-todo-o-mundo>>. Acesso em: 20. Fev. 2021.

TEL Aviv unveils first memorial to gay Holocaust victims. **BBC**, 2014. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-25687190>>. Acesso em: 4. Ago. 2021.

WAXMAN, Olivia B. How the Nazi Regime's Pink Triangle Symbol Was Repurposed for LGBTQ Pride. **TIME**, 2018. Disponível em: <<https://time.com/5295476/gay-pride-pink-triangle-history/>>. Acesso em: 16. Out. 2021.



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS**

**DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO OU  
TESE DE DOUTORADO**

Declaro que a presente dissertação/tese é original, elaborada especialmente para este fim, não tendo sido apresentada para obtenção de qualquer título e que identifico e cito devidamente todas as autoras e todos os autores que contribuíram para o trabalho, bem como as contribuições oriundas de outras publicações de minha autoria.

Declaro estar ciente de que a cópia ou o plágio podem gerar responsabilidade civil, criminal e disciplinar, consistindo em grave violação à ética acadêmica.

Brasília, 17 de fevereiro de 2022.

*Mateus Henrique Siqueira Gonçalves*

Assinatura do/a discente:

Programa: PPGHIS

Nome completo: Mateus Henrique Siqueira Gonçalves

Título do Trabalho: Trauma e memória na escrita da catástrofe das vítimas homossexuais do nazismo: Os casos de Pierre Seel e Rudolf Brazda (1994-2010).

Nível: ( x ) Mestrado ( ) Doutorado

Orientador/a: Bruno Leal Pastor de Carvalho